



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIA HUMANA, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES
INTERNACIONAIS

MANOELLY RODRIGUES DA SILVA

A RECEPÇÃO DO CONCEITO DE INTERSECCIONALIDADE NAS CIÊNCIAS
SOCIAIS BRASILEIRAS (2014-2022)

JOÃO PESSOA - PB
MARÇO 2025

MANOELLY RODRIGUES DA SILVA

**A RECEPÇÃO DO CONCEITO DE INTERSECCIONALIDADE NAS CIÊNCIAS
SOCIAIS BRASILEIRAS (2014-2022)**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para o título de mestra em Ciência Política.

Orientadora: Prof^a Dra. Luciana Aparecida Aliaga Ázara de Oliveira

Coorientadora: Prof^a Dra. Daniele Cordeiro Motta

Linha de Pesquisa: Teoria e Pensamento Político

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em: 19/03/2025

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Luciana Aparecida Aliaga Ázara de Oliveira - UFPB
Orientadora

Prof^a Dr^a Daniele Cordeiro Motta - USP
Coorientadora Externa

Prof^a Dr^a Sabrina Miranda Areco - UFAC
Avaliadora Externa

Prof^a Dr^a Xaman Korai Pinheiro Minillo - UFPB
Avaliadora Externa

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586r Silva, Manoelly Rodrigues da.

A recepção do conceito de interseccionalidade nas
Ciências Sociais brasileiras (2014-2022) / Manoelly
Rodrigues da Silva. - João Pessoa, 2025.
183 f. : il.

Orientação: Luciana Aparecida Aliaga A de Oliveira.
Coorientação: Daniele Cordeiro Motta.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Feminismo negro. 2. Interseccionalidade. 3.
História intelectual. 4. Ideias políticas. 5. Brasil.
I. Oliveira, Luciana Aparecida Aliaga A de. II. Motta,
Daniele Cordeiro. III. Título.

UFPB/BC

CDU 141.72(043)



Universidade Federal da Paraíba
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA E
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ATA Nº 39

Aos dezenove dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco, às 14h30min, por meio de videoconferência, instalou-se a banca examinadora de dissertação de Mestrado da aluna MANOELLY RODRIGUES DA SILVA. A banca examinadora foi composta pelas professoras Dra. DANIELE CORDEIRO MOTTA, S/V, coorientadora externa à instituição, Dra. SABRINA MIRANDA ARECO, UEMA, examinadora externa à instituição, Dra. XAMAN KORAI PINHEIRO MINILLO, UFPB, examinadora interna, Dra. LUCIANA APARECIDA ALIAGA AZARA DE OLIVEIRA, UFPB, presidente. Deu-se início a abertura dos trabalhos por parte da professora Dra. LUCIANA APARECIDA ALIAGA AZARA DE OLIVEIRA, que de imediato solicitou a candidata que iniciasse a apresentação da dissertação, intitulada A RECEPÇÃO DO CONCEITO DE INTERSECCIONALIDADE NAS CIÊNCIAS SOCIAIS BRASILEIRAS (2014-2022).

Concluída a exposição, a professora Dra. LUCIANA APARECIDA ALIAGA AZARA DE OLIVEIRA, presidente, passou a palavra à professora Dra. SABRINA MIRANDA ARECO para fazer a sua arguição, e, em seguida, à professora Dra. XAMAN KORAI PINHEIRO MINILLO para que fizesse o mesmo; após passou a palavra à coorientadora, professora Dra. DANIELE CORDEIRO MOTTA, para suas considerações e, por fim, a presidente da banca fez as suas considerações sobre o trabalho em julgamento; tendo sido Aprovada a candidata, conforme as normas vigentes na Universidade Federal da Paraíba. A versão final da dissertação deverá ser entregue ao programa, no prazo de 90 dias; contendo as modificações sugeridas pela banca examinadora e constante na folha de correção anexa. A candidata não terá o título se não cumprir as exigências acima.

Documento assinado digitalmente
 **DANIELE CORDEIRO MOTTA**
Data: 28/03/2025 14:42:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dra. DANIELE CORDEIRO MOTTA, S/V

Coorientadora Externa à Instituição

Documento assinado digitalmente
 **SABRINA MIRANDA ARECO**
Data: 02/04/2025 15:22:56-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dra. SABRINA MIRANDA ARECO, UEMA

Examinadora Externa à Instituição

Dra. XAMAN KORAI PINHEIRO MINILLO, UFPB

Examinadora Interna

Documento assinado digitalmente
 **LUCIANA APARECIDA ALIAGA AZARA DE OLIVEIRA**
Data: 28/03/2025 11:19:49-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dra. LUCIANA APARECIDA ALIAGA AZARA DE OLIVEIRA, UFPB

Presidente

MANOELLY RODRIGUES DA SILVA

Mestranda

Documento assinado digitalmente
 **MANOELLY RODRIGUES DA SILVA**
Data: 02/04/2025 16:34:05-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



Universidade Federal da Paraíba
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA E
RELAÇÕES INTERNACIONAIS**
FOLHA DE CORREÇÕES

ATA Nº 39

Autor: MANOELLY RODRIGUES DA SILVA

Título: A RECEPÇÃO DO CONCEITO DE INTERSECCIONALIDADE NAS CIÊNCIAS
SOCIAIS BRASILEIRAS (2014-2022)

Banca examinadora:

Prof. DANIELE CORDEIRO MOTTA

Coorientadora Externa



Documento assinado digitalmente
DANIELE CORDEIRO MOTTA
Data: 28/03/2025 14:39:55-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. SABRINA MIRANDA ARECO

Examinador Externo à Instituição



Documento assinado digitalmente
SABRINA MIRANDA ARECO
Data: 02/04/2025 15:26:21-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. XAMAN KORAI PINHEIRO MINILLO

Examinador Interno



Documento assinado digitalmente
XAMAN KORAI PINHEIRO MINILLO
Data: 02/04/2025 16:24:12-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. LUCIANA APARECIDA ALIAGA AZARA DE OLIVEIRA

Os itens abaixo deverão ser modificados, conforme sugestão da banca examinadora.

COMENTÁRIOS GERAIS:

A dissertação cumpre com louvor todos os requisitos para aprovação. A banca indica somente uma revisão formal, inserindo na dissertação os seguintes itens: lista de siglas e lista de tabelas e gráficos. Além disso, a banca indica também a necessidade de uma revisão dos dados indicados nas arguições e reformulação do resumo e da introdução de modo a destacar as hipóteses e os achados de pesquisa. Com essas revisões a banca indica o trabalho para publicação.

Declaro, para fins de homologação, que as modificações, sugeridas pela banca examinadora, acima mencionadas, foram aceitas e serão cumpridas integralmente.



Documento assinado digitalmente
LUCIANA APARECIDA ALIAGA AZARA DE OLIVEIRA
Data: 28/03/2025 11:22:57-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. LUCIANA APARECIDA ALIAGA AZARA DE OLIVEIRA

Orientador

AGRADECIMENTOS

Este é um trabalho feito por muitas mãos. Embora concretamente tenha sido feito por mim, só estou aqui hoje graças às muitas mulheres negras que vieram antes de mim, resistiram com bravura e romperam com o silêncio, transformando as experiências das mulheres negras em ferramentas de estudo e superação. Dito isso, meus primeiros agradecimentos são destinados aos movimentos feministas e negros brasileiros.

Agradecer às minhas ancestrais, em primeiro lugar, é um processo novo e emocionante. Expresso também minha gratidão à minha própria força de vontade, que me sustentou em meio ao caos desses últimos dois anos.

Não poderia deixar de registrar um agradecimento especial às minhas orientadoras, Luciana Aliaga e Daniele Motta, por acreditarem em mim, pela lapidação precisa do texto, pelas palavras de incentivo e por tornarem este processo — que para tantas pessoas é doloroso e angustiante — muito mais leve. Lu, não esquecerei das oportunidades, do cuidado e da atenção dedicados a mim desde o primeiro dia em que soube que seria minha orientadora. E Dani, aprendi muito sobre feminismo com você, obrigada!

Agradeço às professoras Xaman Minillo e Sabrina Areco pela disponibilidade, pela leitura atenciosa e pelos apontamentos necessários e cuidadosos sobre tudo que escrevi. A versão final deste texto também é fruto de seus questionamentos e direcionamentos.

Sou imensamente grata à minha mãe, Maria de Fátima, que, mesmo sem ter tido acesso ao ensino superior, me ajudou de diversas formas e, por muitas vezes, foi a única que, em pensamento, não me deixou desistir. Esta dissertação foi feita para que mulheres como a senhora, no presente e no futuro próximo, possam alcançar esse espaço, que já deveria ter sido seu há algumas décadas.

Agradeço também ao meu pai, que, assim como minha mãe, me apoiou nestes anos de estudo, desde que decidi sair de meu estado para alçar voos mais altos na universidade e na vida.

Minha gratidão à minha irmã, Maryanne Rodrigues, que mesmo distante, sempre me incentivou.

Ao meu irmão, Marcos Antônio (in memoriam), que sempre torceu muito por mim.

E a toda a minha família, por sempre acreditar em mim, em especial à minha companheira, Kamyla Rodrigues, que esteve ao meu lado durante todo o processo de construção desta dissertação e, por vezes, teve que ouvir, involuntariamente, os assuntos que não saíam da minha cabeça. Obrigada por acreditar em mim.

Agradeço ao PPGCPRI pela oportunidade de expandir meus conhecimentos. Todo o aprendizado adquirido foi de extrema importância para tornar esta dissertação um estudo potente e necessário. Espero agregar cientificamente.

Agradeço à Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento desta pesquisa; sem esse investimento talvez não teria chegado até aqui e a partir dele tive a oportunidade de me dedicar exclusivamente à pesquisa e devolver em forma de ciência para a academia, a sociedade e para as mulheres negras em especial.

Ser feminista, em qualquer sentido autêntico do termo, é querer para todas as pessoas, mulheres e homens, a libertação dos padrões de papéis sociais, da dominação e da opressão sexistas (bell hooks, 2020, p. 307).

É uma arrogância particularmente acadêmica iniciar qualquer discussão sobre teoria feminista sem examinar nossas diferenças, sem uma contribuição significativa de mulheres pobres, de mulheres negras, do terceiro mundo, e de lésbicas (Audre Lorde, 2019, p. 137).

RESUMO

A presente dissertação tem por objetivo averiguar como ocorreu o processo histórico, político e intelectual de recepção do conceito de interseccionalidade no Brasil, a partir da metodologia da História Intelectual (Tarcus, 2018) atrelada à metodologia quantitativa bibliométrica (Ribeiro, 2017; Chueke; Amatucci, 2015; Medeiros; Vitoriano, 2015), analisando por quais agentes, obras e periódicos ele passou a ser discutido nas Ciências Sociais brasileiras nas primeiras duas décadas do século XXI. Defendemos que o “problema” que a interseccionalidade nomeia tanto nos Estados Unidos, quanto no Brasil, é anterior ao ano de 1989, ano que foi elaborado por Kimberlé Crenshaw (1959-), jurista, feminista e estudiosa da teoria crítica de raça norte-americana. Afirmamos a hipótese de que a partir da lei de cotas 12.711 de 2012 houve um aumento no uso do conceito, e que isso tenha ocorrido pela inserção e expansão de novos agentes políticos nas instituições públicas que reverberou, em certa medida, nas transformações das epistemologias dentro da universidade e que impactou na tradução (Cruz, 2024; Areco; Aliaga, 2023) do conceito no país. Os dados mostram que a partir de 2014 houve um aumento do uso da interseccionalidade nos artigos publicados nos periódicos brasileiros feitos por pesquisadoras (es) das áreas de atuação das Ciências Sociais e que o mesmo apresenta-se em disputa. Esses pesquisadores trazem aspectos da realidade brasileira, tais como a perspectiva das feministas e intelectuais negras sobre o mito da democracia racial que as afeta de modo particular na construção de estereótipos excludentes.

Palavras-Chave: Interseccionalidade; História Intelectual; Ideias Políticas; Brasil; Feminismo Negro.

ABSTRACT

This dissertation investigates the historical, political, and intellectual trajectories through which the concept of intersectionality has been received and debated in Brazil. Anchored in the methodology of Intellectual History (Tarcus, 2018), combined with quantitative bibliometric approaches (Ribeiro, 2017; Chueke & Amatucci, 2015; Medeiros & Vitoriano, 2015), the research maps the agents, publications, and academic journals that have contributed to the incorporation of this concept into Brazilian Social Sciences over the first two decades of the 21st century. It is argued that the social issues named by the term "intersectionality" predate its formal introduction by Kimberlé Crenshaw (1959–) in 1989, both in the United States and in Brazil. The hypothesis advanced is that the enactment of Brazil's affirmative action law (Law 12.711/2012) fostered a broader use of the concept, as it enabled the entry and consolidation of new political subjects within public institutions. This dynamic, in turn, has influenced epistemological shifts within universities and shaped the ways in which the concept has been translated and re-signified in the Brazilian academic context (Cruz, 2024; Areco & Aliaga, 2023). Empirical data reveal a marked increase in the use of "intersectionality" in articles published in Brazilian academic journals from 2014 onward, especially among researchers in the field of Social Sciences. The concept remains subject to ongoing debate, particularly as scholars engage with the specificities of the Brazilian context — including critiques advanced by Black feminists and intellectuals regarding the myth of racial democracy and its role in sustaining exclusionary stereotypes.

Keywords: Intersectionality; intellectual history; political ideas; Brazil; Black Feminism.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAPF - African-American Policy Forum (Fórum político afro-americano)

ARENA - Aliança Renovadora Nacional

CAPES - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CREDUC - Programa de Crédito Educativo

BPP- Black Panther Party (Partido dos Panteras negras pela autodefesa)

CEDAW - Convention on the Elimination of all forms of Discrimination Against Women
(Convenção de eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres)

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

ENF - Encontros Nacionais Feministas

ENMN - Encontro Nacional de Mulheres Negras

FBI - Federal Bureau of Investigation (Departamento Federal de Investigação dos Estados Unidos)

FIES - Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior

FHC - Fernando Henrique Cardoso

FNB - Frente Negra Brasileira

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

JFK - John Fitzgerald Kennedy

KKK - Ku Klux Klan

LCFO - Lowndes County Freedom Organization (Organização da Liberdade do Condado de Lowndes)

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

MNU - Movimento Negro Unificado

MST - Movimento dos Trabalhadores rurais sem-terra

MDB - Movimento democrático brasileiro

NFBO - National Black Feminist Organization (Organização nacional de feministas negras)

ONG - Organização não governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

PNAD - Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios

PNDH - Programa Nacional de Direitos Humanos

PNPM - Plano Nacional de Políticas para Mulheres

PROUNI - Programa Universidade para todos

REF - Revista Estudos Feministas

SEPPIR - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SCLC - Southern Christian Leadership Conference (Conferência da Liderança Cristã do Sul)

SISU - Sistema de Seleção Unificada

SNCC - Student Nonviolent Coordinating Committee (Comissão Estudantil de Coordenação Não Violenta)

SPM - Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

TEN - Teatro Experimental do Negro

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Gráfico 1: Número de artigos por ano (de 1995 a 2022)

Gráfico 2: Área dos(as) 1º autores (as) nas Revistas de Ciências Sociais

Gráfico 3 : Área dos autores que publicaram somente nas revistas das Ciências Sociais

Gráfico 4: os 39 artigos (publicados em todas as revistas que aparecem no banco de dados) feitos por autores (as) das Ciências Sociais

Gráfico 5: Autoras norte-americanas mais citadas nos textos

Gráfico 6: Autoras brasileiras mais citadas nos textos

Gráfico 7: Distribuição das áreas de todos os autores mais referenciados nos textos do banco de dados

Gráfico 8: Área das (os) autoras (es) que possuem 2 e 3 publicações no banco de dados

Tabela 1: Número de artigos por ano (de 1995 a 2022)

Tabela 2: Número de artigos a partir da área do 1º autor dos textos no geral

Tabela 3: Revistas das Ciências Sociais

Tabela 4: Número de textos separados por temáticas das revistas

Tabela 5: Primeiros textos publicados entre 1995 a 2012

Tabela 6: Área dos autores nas revistas interdisciplinares

Tabela 7: Área dos autores das revistas das Ciências Sociais

Tabela 8: Textos de 2014

Tabela 9: Revistas “Qualis A” com maiores publicações

Tabela 10: Todos os artigos do banco de dados e a Qualis das revistas

Tabela 11: Autores por gênero

Tabela 12: Tipo de texto

Tabela 13: Número de artigos por ano na área de atuação das Ciências Sociais

Tabela 14: Autoras norte-americanas mais citadas nos textos

Tabela 15: Autoras brasileiras mais citadas nos textos

Tabela 16: Autores (as) que mais possuem publicações

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
I – O CONTEXTO DE PRODUÇÃO DO CONCEITO (1960-1980)	19
1.1 Resistência à violência do Estado	20
1.2 As mudanças ocorrem na ação violenta ou não-violenta?	27
1.3 O ato revolucionário de romper o silêncio	33
1.4 Narrativas negras	39
1.5 O Coletivo Combahee river: protagonismo de mulheres negras e lésbicas	54
1.6 Mulheres são plurais: as dinâmicas sociais sob a ótica interseccional	56
1.7 Algumas considerações finais	60
II. A RECEPÇÃO DO CONCEITO DE INTERSECCIONALIDADE NO BRASIL: UMA APROXIMAÇÃO QUANTITATIVA	62
2.1 A bibliometria: importância para o estudo da recepção da interseccionalidade	63
2.2 Análise dos dados	64
2.3 Agentes e suportes	78
2.4 Algumas considerações finais	86
III- A RECEPÇÃO DO CONCEITO DE INTERSECCIONALIDADE NAS CIÊNCIAS SOCIAIS BRASILEIRAS (2014-2022)	89
3.1 Insurgências de mulheres negras brasileiras: Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro	92
3.2 Pátria mascarada, Brasil!	97
3.3 Políticas de promoção à igualdade: Mudanças epistemológicas a partir da lei 12.711/12	105
3.4 A recepção da interseccionalidade no Brasil: primeiros textos	107
3.4.1 Artigo 1 - Luiza Bairros (1995)	108
3.4.2 Artigo 2 – Kimberlé Crenshaw (2002)	110
3.4.3 Artigo 3 – Sueli Carneiro (2002)	115
3.4.4 Artigo 4 – Claudia de Lima Costa e Eliana Ávila (2005)	117
3.4.5 Artigo 5 – Matilde Ribeiro (2006)	120
3.4.6 Artigo 6 – Ina Kerner (2012)	122
3.5 A interseccionalidade: um campo em disputa nas Ciências Sociais no Brasil	126
3.5.1 Artigo 1 - Laura Moutinho (2014)	127
3.5.2 Artigo 2 – Helena Hirata (2014)	131
3.5.3 Artigo 3 – Silvana Aparecido e Márcia Santos Macêdo (2015)	135
3.5.4 Artigo 4 – Eduardo Henning (2015)	137
3.5.5 Artigo 5 – Silvia Aguião (2017)	141
3.5.6 Artigo 6 – Luis Felipe Miguel	144
3.5.7 Artigo 7 – Natália Corazza Padovani (2018)	148
3.5.8 Artigo 8 – Ângela Figueiredo (2018)	151
3.5.9 Artigo 9 – Mercedes Jabardo Velasco (2019)	155
3.5.10 Artigo 10 – Gabriela de Moraes Kyrillos (2020)	158
3.5.11 Artigo 11 – Silvana Mariano Aparecida (2020)	162
3.5.12 Artigo 12 – Milena Mateuzi, Laura Moutinho e Charles Klein (2022)	164

CONSIDERAÇÕES FINAIS	
REFERÊNCIAS	

168
173

INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como objetivo averiguar como ocorreu o processo histórico, político e intelectual de recepção do conceito de interseccionalidade no Brasil, analisando por quais agentes e obras ele passou a ser discutido nas Ciências Sociais nas primeiras duas décadas do século XXI.

Nossa única hipótese possui três momentos que se referem à possibilidade de que **i.** com a implementação da lei de cotas 12.711 de 2012 e a inserção de novos sujeitos na academia brasileira, **ii.** houve uma transformação epistemológica que proporcionou o aumento de produções teóricas sobre gênero, raça e classe (e outras categorias), e isso tenha propiciado um maior interesse na recepção e discussão acerca da interseccionalidade **iii.** permitindo sua tradução e nacionalização para a leitura das transformações, sociais e políticas, bem como a crítica de ideologias como o da “democracia racial” no nosso país.

Isso não significa dizer que o uso da interseccionalidade transformou as instituições públicas no Brasil, já que, como veremos, as discussões sobre o imbricamento das categorias é anterior à recepção do conceito. Segundo Costa (2022), entre 1980 a 2000, são feitas as primeiras formulações sobre políticas de ações afirmativas da segunda geração de intelectuais negros que reverbera na criação das primeiras políticas de reserva de vagas na UNB, UNEB E UERJ, em 2002; confirmamos que a lei de cotas 12.711 de 2012 foi um caminho possibilitador para a transformação discente nesses espaços à nível nacional e isso tenha viabilizado uma maior abertura de pesquisas voltadas à interseccionalidade, já que um corpo discente constituído de *outsider within*¹ que passam a autodefinir-se e falar em nome de si mesmas, partindo de sua localização marginalizada, lançam luz sobre existências subalternizadas. Segundo Collins (2016) mulheres negras possuem uma análise holística sobre as opressões e isso permite que essas mulheres olhem para outros grupos subalternizados.

Não confirmamos a nacionalização do conceito, visto que segundo apontam Areco e Aliaga (2023, p. 5-6) sua efetivação acontece quando a teoria recepcionada possui certos “elementos de originalidade” com relação a ideia elaborada em outro território, mostrando “vitalidade naquela realidade nova” dando possibilidade do uso do conceito nas especificidades (brasileiras no nosso caso) sem perder totalmente o seu conteúdo. Ela pode ser considerada “completa” se em sua recepção ela possibilita uma “produção de teorias locais”

¹ Conceito criado pela autora Patrícia Hill Collins, que nos mostra como a inserção de mulheres negras dentro da universidade, bem como sua escrita em biografias “pessoais e culturais” proporcionaram a criação de novas perspectivas epistemológicas, quanto de reformulação de “paradigmas sociológicos existentes”.

que tenha um “potencial explicativo para outras realidades locais”, mas observamos que precisaríamos de uma pesquisa mais aprofundada para saber se o conceito foi nacionalizado, pois até onde chegamos nas leituras, não vimos a “produção de teorias locais” o que não significa que o mesmo não tenha sido utilizado para explicar as especificidades desse novo contexto, sem perder de vista totalmente a sua origem norte-americana. Observamos, nesse sentido, que nos textos produzidos por pesquisadores brasileiros o problema da interseccionalidade foi teorizado a partir das especificidades concretas das mulheres negras no país, mas que não houve propriamente uma nacionalização, já que para que ocorresse, seria necessária não apenas o potencial explicativo, mas também a elaboração de “teorias locais” (Areco; Aliaga, 2023).

Mas confirmamos a tradução ou tradutibilidade do conceito, que segundo Riviane Cruz (2024, p. 22), baseada nas leituras gramscianas, acontece não meramente na “tradução de línguas”, (ou seja, na tradução de textos em inglês das autoras norte-americanas para o português), mas das “ideias” que pertencem “às diferentes transformações sociais” que na nossa pesquisa aparece tanto nas transformações sociais e intelectuais dos Estados Unidos, quanto no Brasil. Segundo a autora, esse processo implica na “inseparabilidade entre o pensar e o agir” do contexto a qual a ideia é recepcionada. Nesse sentido, a recepção e tradução estão interligados, para que pudéssemos testar a hipótese acima citada sobre a lei de cotas e o aumento do uso do conceito norte-americano em solo brasileiro.

Em se tratando do terceiro momento da hipótese, é válido destacar a novidade crítica das intelectuais e ativistas negras brasileiras Lélia Gonzalez (2020) e Sueli Carneiro (2011; 2019) que foram resgatadas principalmente a partir de 2014 nos artigos publicados nos periódicos nacionais. Sob o olhar do feminismo negro brasileiro, ambas criticam a ideologia do “mito da democracia racial” e em como o mesmo atingiu de maneira específica as mulheres negras no país.

É interessante mencionar que a interseccionalidade enquanto conceito se apresentou como uma ferramenta analítico-social fundamental, que possibilitou concretamente a tomada de consciência de um problema para refletir sobre a sua superação (Collins; Bilge, 2019). Foi somente no ano de 1989 que Kimberlé Crenshaw (1959-), jurista, feminista e estudiosa norte-americana da teoria crítica de raça, elaborou o conceito interseccionalidade (*interseccionalidade*) – entendemos então que o “problema” é anterior à sua conceituação. Nos ancoramos na conceituação de problema proposta por Bevir (2003); segundo o autor existem problemas perenes que rodeiam a existência humana e que, embora hajam mudanças de contextos históricos e linguísticos, existem determinados problemas que continuam a existir e

que são refletidos por diferentes agentes em diferentes momentos da história. Desta maneira, quando utilizamos o termo “problema” na dissertação, queremos dizer que o conceito de interseccionalidade foi elaborado em 1989 para nomear um problema já observado em outros contextos, no caso pelas ativistas e intelectuais negras ainda no século XIX e XX nos Estados Unidos e pelas a ativistas e intelectuais negras na década de 1980 no Brasil. Essas discussões na sociedade civil, tornaram-se posteriormente discussões intelectuais acadêmicas.

Em síntese, essas autoras que precedem o ano de elaboração do conceito, já analisavam que a opressão das mulheres brancas era mais visível e, com isso, mulheres eram reduzidas à branquitude², que se apresenta como “um posicionamento de vantagens estruturais, de privilégios raciais” (Frankenberg *apud* Bento, 2022, p. 62). Por outro lado, somente as opressões de raça contra homens negros eram visíveis. Com isso, as diferentes camadas de opressões contra as mulheres negras eram invisibilizadas.

Diante do exposto, para investigar o processo de produção e recepção do conceito de interseccionalidade, teremos o aporte de duas metodologias que se interligam: da história intelectual proposta por Horácio Tarcus (2018) e da metodologia bibliométrica. Em se tratando da história intelectual, evidencia-se a necessidade de, antes da análise da recepção de uma ideia, a imprescindibilidade de entender o contexto histórico e intelectual no qual ela foi produzida. Tarcus nos indica que as ideias passam por momentos distintos em seu processo de produção e circulação e que, embora esses momentos possam se confundir e até serem assumidos por um mesmo sujeito, devem ser distinguidos para a compreensão da produção e recepção intelectual. São quatro momentos: (1) produção, (2) difusão, (3) recepção e (4) apropriação (Tarcus, 2018).

Sendo o (1) o momento em que a ideia/conceito é elaborada/produzida. No caso é o momento em que o conceito de interseccionalidade foi produzido no contexto estadunidense. O (2) acontece através da divulgação em livros, revistas, folhetos e etc. No caso da interseccionalidade, esse momento de difusão aconteceu também antes da elaboração do conceito, através dos encontros das ativistas e intelectuais, como nos encontros do coletivo *Combahee River* e dos livros que essas mesmas publicaram falando das armadilhas do capitalismo, sexismo e racismo que subalternizaram e subalternizam de maneira particular as mulheres negras. Dentre as autoras que escreveram sobre esses temas estão Angela Davis

² Essa branquitude pode ser acrítica ou crítica. No primeiro caso, a identidade individual e/ou coletiva branca usa de seus privilégios para perpetuação de vantagens para si e seus pares. Já o segundo, diz respeito àquelas pessoas que, embora pertençam e reconheçam seus privilégios, usam-no como ferramenta para transformação social ao condenar o racismo, apesar de que condenando publicamente o racismo não indique que esse grupo seja concretamente antirracista. (cf Bento, 2022)

(2016 [1981]) e bell hooks³ (2021 [1981])). Enquanto que essa primeira difusão aconteceu nos limites do território em que a ideia foi elaborada, o (3) é o momento em que essa ideia é transportada para além dos limites daquele território, isto é, o momento em que o conceito foi recepcionado em solo brasileiro e nas Ciências Sociais nas duas primeiras décadas do século XXI. O último momento (4) diz respeito à apropriação da ideia propriamente dita, no caso seria a leitura tanto dos textos de Crenshaw (1989) que inauguram o conceito, quanto da interpretação e circulação do mesmo a partir das intelectuais brasileiras. Acerca deste último, o autor nos indica que seria para um leitor “final”, que pode apropriar-se de forma mecânica, sem a sua tradução para a realidade nacional ou o modo a ser recriado nas condições do contexto de recepção, quando o conceito se “nacionaliza”, há uma “tradução”. Entendendo que não há concretamente esse leitor, já que o processo de interpretação e circulação de um conceito é contínuo e se mostra no devir do fazer intelectual, essa “última fase” pode possibilitar, caso seja nacionalizada e/ou traduzida, a elaboração, difusão, recepção e apropriação de novas ideias.

Nosso segundo aporte metodológico é o bibliométrico, que complementa o estudo de recepção, nos possibilita uma sistematização de literatura a partir da qual se podem criar indicadores, sumarizar instituições, identificar quais autores e autoras estão pesquisando sobre um determinado tema e quem são os autores e autoras mais citados, para que tenhamos um mapeamento geral (cf. Chueke; Amatucci, 2015), ou, no nosso caso, um mapeamento mais específico sobre como as Ciências Sociais vêm lidando com o conceito norte-americano de interseccionalidade. Assim, a justificativa da utilização desta segunda metodologia é porque ela permite com que analisemos quantitativamente as produções científicas, para que seja possível captar o panorama a respeito de um determinado tema. Essa metodologia se baseia em três leis que estruturam sua análise; são elas: **i.** a Lei *Bradford*, que foca na produtividade dos periódicos; **ii.** a Lei de *Lotka*, que foca na produtividade dos autores e coautores; **iii.** a Lei de *Zipf*, que foca na frequência de palavras (Medeiros; Vitoriano, 2015).

Com a aplicação dessas leis, identificamos um crescimento de textos que trabalham o tema da interseccionalidade principalmente nos anos de 2019 e 2021, vimos que alguns pesquisadores (as) possuem trajetórias não só acadêmicas, mas também nos movimentos sociais, como é o caso de Luiza Bairros (1995), Sueli Carneiro (2002) e Matilde Ribeiro (2006); pontuamos suas áreas de formação e atuação (já que alguns autores (as) têm graduação

³ Que optou por deixar seu nome de escritora em caixa baixa para dar ênfase não ao seu nome, mas sim às suas reflexões.

em áreas distintas, mas seguiram no doutorado nas Ciências Sociais, por exemplo) e vimos que dentro das Ciências Sociais, a Sociologia é a área de atuação que mais se destaca.

Fizemos a construção do banco de dados a partir da coleta de artigos contidos na plataforma Capes, pesquisando pelos nomes “interseccionalidade” e “intersectionality”; separamos de acordo com as categorias de gênero, raça, classe - categorias centrais que se interligam com outras categorias - bem como a de sexualidade, que segundo aponta Collins (2017), é uma categoria central em Crenshaw que referenciou-se tanto no feminismo negro, quanto no coletivo *combahe river*; e foi a partir da leitura dos resumos, focando no debate do imbricamento dessas categorias nos periódicos nacionais que construímos o banco com 109 artigos.

Os dados mostraram que, em se tratando dos periódicos nacionais, o que mais se destaca é a Revista de Estudos Feministas (REF) com 24 textos publicados. Já a autora que possui mais publicações de texto no banco de dados (o banco de dados é composto por artigos das Humanidades no geral) é a doutora em sociologia Silvana Aparecida Mariano, com o total de 3 textos. As autoras brasileiras mais referenciadas nos 109 artigos são Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Carla Akotirene. Já as autoras norte-americanas mais referenciadas são Kimberlé Crenshaw, Patricia Hill Collins e bell hooks. Vimos que dos 109 textos das humanidades 39 foram feitos por pesquisadores e pesquisadoras da área de atuação nas Ciências Sociais, sendo 23 desses artigos publicados em revistas com área temática (dispostas no “sobre a revista” nos seus respectivos sites) das Ciências Sociais, 11 nas revistas interdisciplinares, 1 com temática voltada para o Direito e 4 voltadas para a educação e relações étnicas. Destes 39 artigos 48,7% são da área da sociologia, 33,3% da antropologia e 17,9% da Ciência Política. A área da Sociologia também se sobressai em se tratando da área dos autores (as) mais referenciados em todos os artigos, com 35,5% em comparação com 29% da filosofia que é a segunda área de atuação desses autores.

Foi constatado, a partir da bibliometria e da análise de recepção da história intelectual, que o primeiro texto recepcionado nos periódicos no Brasil que traz o conceito, é uma tradução de Crenshaw intitulado “Documento para o encontro de especialista em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero” no ano de 2002, pela Revista de Estudos Feministas que é uma revista de referência nacional nas discussões de gênero e feminismos. Já os dois textos propriamente das Ciências Sociais que aparecem é em 2014, o primeiro é o da antropóloga Laura Moutinho intitulado “Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes”, publicado pela Revista Pagu (que possui quatro textos publicados no banco de dados) e o segundo é da doutora em Sociologia

Helena Hirata intitulado “Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais”, publicado na Revista Tempo Social da USP.

Moutinho (2014) buscou articular o uso da interseccionalidade com a mestiçagem brasileira e em como a realidade específica brasileira criou nuances que diferem dos Estados Unidos, ou seja, ela articula o aspecto intelectual do conceito ao contexto brasileiro, nacionalizando, em certa medida, sua recepção; ela observa, por exemplo, que a criação da “mulata” foi um “símbolo da nação mestiça” nos mostrando que a intersecção de raça e gênero foi utilizada para a criação de estereótipos inserindo mulheres negras em lugares marginalizados, ao subemprego de empregadas domésticas e a hipersexualização. Para ela, o uso da interseccionalidade no Brasil pode servir de ferramenta para criação de programas e políticas de reparação social que possibilitam o agenciamento.

Já Hirata (2014), mostra a relação entre a interseccionalidade e a consubstancialidade no que se refere ao compartilhamento central que ambos possuem na crítica feita pelo feminismo à universalização, objetividade e neutralidade provenientes da visão de mundo ocidental da classe dominante e masculina. A autora percebe as divergências entre ambos conceitos apontando que a interseccionalidade pode “naturalizar” as categorias de análise ao afirmar que mulheres negras e de minorias étnicas são sempre colocadas em posições de inferioridade, independente das especificações territoriais, de modo a não historicizar a partir do *feminist standpoint* (ponto de vista feminista) e/ou *situated knowledge* (conhecimento situado) atrelado à classe social, raça, gênero, sexualidade e outras categorias, as especificidades dessas mulheres. Deste modo, vemos já na recepção do conceito uma disputa em torno do conceito de interseccionalidade no país.

Assim, para consecução dessa pesquisa, voltaremos inicialmente nossos esforços no primeiro capítulo para a análise dos movimentos sociais dos Estados Unidos. Como pudemos constatar, o contexto histórico e intelectual de discussão dos problemas que são pressupostos para a conceituação de interseccionalidade estão compreendidos entre as décadas de 1960-1970, momento em que ocorreram grandes efervescências sociais nos Estados Unidos. Entre os mais importantes movimentos políticos, pode-se citar o Movimento dos Direitos Civis (1955-1965), que ganha força na luta contra a segregação racial tanto socialmente quanto na legislação; a criação do Partido Panteras Negras para a Auto Defesa (1966-1982) e a necessidade de uma autodeterminação negra; o Movimento *Black Power*, que visava realçar a beleza negra; a revolta de *Stonewall* (1969), marco histórico para a luta da comunidade

LGBT+⁴; e o Feminismo Negro norte-americano (final da década de 1960) que inspirou-se nas lutas de ativistas do século XIX como Sojourner Truth e Maria W. Stewart, que já observavam um século antes que a luta por justiça social e pelos direitos humanos como um todo é incompleta se as múltiplas violências contra as mulheres negras não foram visibilizadas.

No segundo capítulo, iremos apresentar dados acerca dos artigos que apareceram nas diversas áreas das Ciências Humanas (contidos no nosso banco de dados), e posteriormente, nos deteremos nas áreas das Ciências Sociais, visto ser a área a qual essa dissertação está focando. Como se trata de uma pesquisa de dissertação e precisamos delimitar o nosso objeto de estudo, decidimos delimitar a partir da área de atuação dos autores, focando nos textos das Ciências Sociais, que, como veremos, temos o total de 39 textos e entre as três áreas, a que mais possui textos publicados é o da sociologia, com 18 textos. No segundo capítulo iremos apresentar tabelas e gráficos para melhor ilustrar a recepção do conceito interseccionalidade ou do problema que este busca resolver, entre os anos de 1995-2022.

Por fim, no terceiro capítulo, destacamos alguns marcos históricos importantes do Brasil entre as décadas de 1980 e 2010. Em 1980, a raça, o gênero e classe imbricados — o problema da interseccionalidade — passam a ser analisados no movimento negro, principalmente a questão do gênero e da raça, já que a questão da mulher estava sendo secundarizada dentro das movimentações sociais negras (Gonzalez, 1982). Temos como justificativa trazer alguns apontamentos a partir de 1980, pois segundo Costa (2022), entre 1980 a 2000, acontecem os primeiros debates sobre as políticas de ações afirmativas feitas pela segunda geração da intelectualidade negra brasileira, a partir das insurgências sociais na redemocratização brasileira. É principalmente a partir de 1980 que as feministas e intelectuais negras brasileiras (o feminismo negro se desenvolve no final de 1970 e início de 1980), com destaque para as autoras mais citadas nas referências do banco de dados Lélia Gonzalez (1982; 2020) e Sueli Carneiro (2011;2019). Ambas autoras apresentam a perspectiva na crítica da democracia racial que traz uma novidade ao evidenciar o prisma da sobreposição das categorias da diferença e em como essa democracia racial atingiu de maneira específica as mulheres negras, encerrando-nas na prestação de serviço de empregadas domésticas, na hipersexualização e na serviência para a branquitude.

⁴ A sigla “LGBTQQICAAPF2K+” é a que representa uma maior gama de identidades de gênero e orientações sexuais atualmente, mas ao longo do texto, utilizaremos apenas LGBT+, bem como o termo LGBTfóbico (a), para facilitação da escrita.

I – O CONTEXTO DE PRODUÇÃO DO CONCEITO (1960-1980)

Antes de iniciarmos propriamente com os pressupostos para a formulação do conceito, cabe este espaço para justificar a indispensabilidade em apresentar o contexto histórico e intelectual dos Estados Unidos ancorado no levantamento bibliométrico dos livros, discursos e artigos feitos nessa época, que expõem a discussão do imbricamento das categorias da diferença antes da elaboração do conceito.

Segundo a história intelectual, que será o principal suporte metodológico desta dissertação, uma ideia é formulada em um dado contexto intelectual e histórico e esse é o primeiro passo para que posteriormente aconteça sua difusão, recepção e elaboração de novas ideias. De acordo com Tarcus (2018) a metodologia da história intelectual nos indica que é necessário percorrer o caminho do passado, observando o que estava acontecendo no momento em que uma ideia/conceito foi elaborada, por quem e por quais meios foi elaborada e difundida.

Desta maneira, de acordo com a proposta para esta dissertação, delimitaremos o contexto histórico e intelectual desde a década de 1960 até 1980. Iremos percorrer o caminho dos movimentos sociais desse período delimitado em solo norte-americano, visto que o problema que a interseccionalidade busca analisar e resolver já era fortemente discutido dentro dos movimentos sociais, mas de maneira setORIZADA: como no movimento da população negra pelos Direitos Civis, que apesar de lutar pela emancipação negra não levou em consideração a intersecção de raça/classe/gênero/sexualidade; igualmente na reivindicação pela autodeterminação negra do Partido dos Panteras Negras para a autodefesa. Foi, entretanto, no Feminismo Negro (com influências das análises críticas da realidade, feitas pelas ativistas negras no século XIX) e no coletivo *Combahee River* que o problema foi encarado de maneira holística e não mais estanque, o que possibilitou, mais tarde, que a autora Crenshaw elaborasse o conceito.

Partimos do pressuposto de que para compreender o processo de recepção é necessário analisar o momento anterior à difusão e recepção propriamente ditas, isto é, o momento da produção/elaboração do conceito. Cabe salientarmos, nesse sentido, que esses momentos não são temporais e sim analíticos, podendo ocorrer simultaneamente, a saber o de (1) elaboração; (2) difusão; (3) recepção; (4) e apropriação. (Tarcus, 2018). Justificamos nosso estudo a partir da década de 1960 ancoradas na afirmação de Collins e Bilge (2021, p. 90), visto salientarem que “no fim da década de 1960, mulheres de cor se engajaram em ideias e

práticas dos Direitos Civis, do Movimento Black Power, da libertação dos chicanos, Red Power e Movimentos Asiáticos-Americanos em bairros racial e etnicamente segregados”.

Como veremos, a interseccionalidade já se manifestava como um problema político e social antes mesmo de ser um conceito elaborado e debatido dentro da universidade, por isso a importância de investigar as bases de sua construção. Assim, os tópicos que se seguem falarão mais especificamente das décadas que delimitamos como sendo importantes para entendimento do contexto histórico e intelectual do conceito em solo norte-americano.

1.1 Resistência à violência do Estado

Após a Segunda Guerra Mundial, o cenário que se via nos Estados Unidos era de um país que entre 1945 a 1960 aumentou seu PIB em 250%, as taxas de empregos cresciam e a inflação diminuía. Esse crescimento, no entanto, não atingiu a população como um todo, visto que essa onda de desenvolvimento econômico não alcançou significativamente a população negra e de minorias étnicas. A discriminação, a busca por emprego, os linchamentos por parte de grupo extremistas brancos, as inúmeras violências policiais e a segregação racial e espacial faziam parte do dia a dia da população afro-americana.

Neste período as expressões artísticas, principalmente as musicais como o *blues*⁵ com as *Freedom songs*⁶ eram ferramentas de grande relevância para o enfrentamento da tradicional classe média branca, bem como da privação dos direitos civis que os negros sofriam no país. O *blues*, como apontam Alves (2011) e Silveira (2024) tem sua origem na cultura negra e pode ser caracterizado como forma de expressão e reivindicação da liberdade. Com a propagação do *blues* desde a década de 1920, trazendo o espírito da liberdade, e a criação do *rock'n roll* que germinou as sementes do *blues*, difundiu-se entre os jovens negros e brancos (apoiadores da causa negra) o espírito de rebeldia, em 1950.

⁵ O termo *blues* apareceu pela primeira vez no diário da professora negra e nascida livre Charlotte Forten ainda no século XIX. Escrevia em seu diário as angústias que sentia ao ouvir os gritos dos escravos. Embora o *blues* não tenha “nascido” naquela época, pode-se notar que ao citá-lo, Charlotte indica o sofrimento que era uma característica forte do *blues*. Ela mostra como os negros usavam a palavra com essa conotação lamuriosa. (Alves, 2011) ou seja, o *blues* era uma forma de expressar aquilo que os negros sentiam e era uma forma de espantar também as dificuldades diárias, Collins (2019) aponta o protagonismo das mulheres negras no *blues* entre a década de 1920 e 1930. O *blues*, que se transformou bastante no século XX, teve em sua construção inicial a mistura do *spiritual Negro* (que eram as músicas vindas de África cantadas sem o uso de instrumentos, visto que era proibido usá-los) e a influência dos hinários da igreja (a influência anglo-saxã). Os afro-americanos usavam da linguagem artística como instrumento para reivindicar sua liberdade, modificaram muitas músicas cristãs dando-lhes características ambíguas para falar de sua existência dentro de um país tão segregado.

⁶ Silveira (2024), aponta como as *Freedom songs*, eram músicas que entoavam a liberdade da população negra, elas foram ferramentas fundamentais para as mobilizações levantadas do Movimento pelos Direitos Civis.

Nesse ambiente de rebeldia e reivindicação pela liberdade em expressões artísticas, a população negra representava um importante ponto de resistência e sua busca por emancipação crescia. Essa rebeldia era um enfrentamento da segregação racial legitimada pela lei *Jim Crow* desde 1876, que exigia separação por cor dentro dos transportes, restaurantes e em ambientes públicos no geral. A *Jim Crow* era reforçada por outra lei de 1896 que era a dos “separados, mas iguais”, que impossibilitava o acesso à espaços, apoiando-se no racismo instaurado após quase cem anos da abolição da escravidão (abolição decretada em 1863 e reafirmada em 1865).

A partir desse período [década de 1950], organizações políticas que lutavam contra a discriminação e a favor da valorização das tradições afro-estadunidenses foram tomando força nos Estados Unidos. Impregnados por mensagens de liberdade e prosperidade difundidas em discursos oficiais e populares, mas não se efetivando na prática, homens e mulheres dos estados do Sul e do Norte organizaram o Movimento pelos Direitos Civis. Esses grupos que enfrentavam a hostilidade e o descaso das autoridades políticas lutavam por direitos econômicos e políticos e usavam a palavra “liberdade” como expressão do anseio por igualdade, reconhecimento, direitos e oportunidades (Alves, 2011, p. 61).

Com um país fortemente segregado e um Sul⁷ cada vez mais violento, a população negra que resistiu ao racismo, ainda no período colonial, modificou mais uma vez a história de sua luta quando em 1 de dezembro de 1955 Rosa Parks⁸ (1913-2005), uma costureira negra na cidade de Montgomery, no Alabama, recusou-se a sair do assento no ônibus que, de acordo com as leis de segregação, eram destinados aos brancos. Seu ato de rebeldia contra uma lei que impedia sua população de existir livremente, fez com que ativistas pacifistas, como o pastor Martin Luther King Jr.⁹ (1929-1968), se unissem e organizassem um boicote aos transportes na cidade que perdurou 381 dias.

Assim, os ativistas conseguiram que a lei local de discriminação racial dentro dos transportes fosse revogada em 13 de novembro de 1956. A partir da rebeldia de Parks e do boicote feito, o Movimento pelos Direitos Civis começou a crescer. Apesar de caracterizar-se pela não violência, a polícia reprimia o Movimento de maneira truculenta e desproporcional.

⁷ No início da segunda metade do século XIX, embora o Norte já houvesse abolido a escravidão, o Sul ainda vivenciava a escravidão e os atrasos sociais e políticos provenientes do mesmo. Essa perpetuação da escravidão dentro do país, o dividiu em: um Norte industrializado e Sul agrário escravista. Com isso, a situação da mulher escrava as inseria em uma situação particular que envolve a continuação dos estereótipos de “promiscuidade sexual” e, conseqüentemente, a desvalorização da mulher negra. (Davis, 2016; hooks, 2020). Essa distinção do Norte e do Sul perdurou no pós-abolição. Os Estados do Sul eram fortemente segregados em comparação ao Norte.

⁸ Parks é considerada a “mãe” do Movimento pelos Direitos Civis.

⁹ King foi notoriamente conhecido pelo seu pacifismo nos protestos que tinha como inspiração o ativismo do Indiano Mahatma Gandhi.

Não obstante, cada vez mais o movimento foi ganhando adeptos à causa da população negra na segunda metade da década de 1950.

Observamos nos desdobramentos da história do Movimento que, embora uma mulher negra tenha sido um dos símbolos concretos de enfrentamento à política violenta, não lhe foi atribuído esse posicionamento de líder. E isso era recorrente nos Movimentos pela libertação negra. Apesar das mulheres negras estarem diretamente apoiando seus companheiros de cor, o papel de submissão e subserviência era sempre reafirmado no interior desse Movimento por parte dos homens negros. hooks (2020) e Crenshaw (1989), por exemplo, criticaram a falta de inserção do debate sobre gênero dentro de Movimentos como o dos Direitos Civis. Embora a questão de gênero tenha sido secundarizada dentro do Movimento Pelos Direitos Civis, não se pode negar sua grande influência para o alcance dos direitos que foram reivindicados pela população negra, mas quando olhamos de maneira crítica, vemos que os alicerces do feminismo negro norte-americano já começa a ser erguido.

Vemos que os Estados Unidos, ao adentrarem na década de 1960, se veem diante de um levante negro por direitos básicos que lhes foram negados há quase um século (no pós-abolição), além de uma organização sindical em crescimento diante da exploração capitalista ao operariado. O Movimento pelos Direitos Civis induziu o espírito de luta, liberdade e rebeldia no interior de outros movimentos que vieram a emergir. De acordo com Audre Lorde (2019), a década de 1960 mostra como a ação pela libertação negra foi extremamente complexa, pois, para além de lutar contra inimigos externos que desumanizam populações marginalizadas, a população negra precisou lutar não apenas contra as ações individuais racistas, precisou também lutar contra inimigos internos, isto é, o próprio olhar sobre si e sobre as desumanizações internalizadas que inclui também o sexismo dentro do movimento negro, já que ali a violência enfrentada era apenas a racial.

Isso porque enquanto o movimento negro parecia ter um inimigo em comum, que era o Estado racista e a negação de direitos que vinham dessas ações, as ações individuais e de grupos extremistas, dentro do próprio movimento também haviam suas divergências. O sexismo e o machismo eram secundarizados.

A luta pela libertação negra e a consolidação de movimentos que emergiram neste período partiram da união de uma população subalternizada e insatisfeita com a política não só interna, que agia com violência contra a população negra e contra as minorias étnicas, mas também a insatisfação com a política externa em meio à Guerra do Vietnã, a Guerra Fria e ameaças feitas à Cuba. A política externa e imperialista dos Estados Unidos destinava de maneira massiva o dinheiro público para o terror internacional.

O presidente John Fitzgerald Kennedy (JFK) (1917-1963) juntamente com o FBI, tentava minar e impedir que o Movimento pelos Direitos Civis ganhasse ainda mais força no país. E, de maneira a tentar enfrentar os silenciamentos, em 1963, Martin Luther King Jr. juntamente com a Conferência da Liderança Cristã do Sul (SCLC) organizaram a marcha denominada “Cruzada Infantil” em 2 de maio em Birmingham, no Alabama. Essa marcha ficou internacionalmente conhecida pela repercussão da mídia diante do horror da ação policial, usando gás lacrimogêneo e cães contra as crianças que haviam sido preparadas para um protesto pacífico. Nesse mesmo ano, King Jr. também organizou em 28 de agosto a marcha não violenta “sobre Washington: por emprego e liberdade”. Ambos protestos foram feitos antes da morte de Kennedy. Alves (2011) salienta que é no ano de 1963 que o Movimento pelos Direitos Civis atinge o seu ápice.

O Departamento de Justiça registrou mil quatrocentas e doze manifestações distintas e mais de quinze mil prisões devido a protestos ocorridos em cento e oitenta e seis cidades do país. Em agosto de 1963, uma passeata conhecida como Marcha de Washington levou mais de duzentas mil pessoas a ouvirem Martin Luther King Jr. pronunciar o seu discurso mais famoso [eu tenho um sonho] (Alves, 2011, p. 62).

A “Marcha de Washington” sofreu censura em seus discursos por parte do governo de JFK. A marcha reivindicava melhorias e qualidade de vida da população negra, visto que os Estados Unidos estavam enfrentando:

Segregação formal e informal, linchamento e violência policial, discriminação no emprego, na educação e nos serviços públicos, falta de direitos políticos, pobreza extrema – tudo isso caracterizava a vida de negros nos Estados Unidos depois da Segunda Guerra Mundial. Eles, porém, não foram vítimas passivas. Importantes organizações políticas negras haviam atuado na primeira metade do século, mas as condições dos anos 1950 e 1960 propiciaram o estouro de um movimento em massa (Karnal; *at all*, 2007, p. 243).

Além das marchas e boicotes feitos nesse período, vale ressaltar os protestos sentados (*Sint-in*) e os viajantes pela liberdade (*Freedom Rides*). Nos protestos *Sint-in* os ativistas iam para estabelecimentos comerciais como bares e restaurantes exclusivos para pessoas brancas, sentavam-se e faziam seus pedidos, que obviamente não eram atendidos, e sofriam violências físicas e verbais. Os *Freedom Riders* viajavam de Norte a Sul através de caravanas compostas por negros e brancos aliados à causa, com o objetivo de protestar pelo fim da segregação em transportes públicos no país.

Como forma de silenciar e ameaçar os afro-americanos neste mesmo ano de 1963, considerado o ápice do Movimento pelo número de protestos feitos, aconteceram vários bombardeios no Sul por membros da Ku Klux Klan (KKK)¹⁰, dentre eles o da Igreja Batista — esse era o local em que os membros do Movimento pelos Direitos Civis se encontravam — no dia 15 de setembro em Birmingham, onde 20 pessoas ficaram feridas e 4 adolescentes morreram.

Com a morte de Kennedy, o seu vice Lyndon B. Johnson¹¹ (1908-1973) assumiu o cargo de chefe de Estado. Johnson, direcionou ainda mais capital para as reformas sociais e econômicas do país, priorizando a necessidade de restabelecer o poder econômico internacional do país. Ele, que já observara as marchas e protestos do Movimento de Direitos Civis que só crescia, criou os “Programas da Grande Sociedade”, a fim de amenizar atritos dessa população contra o Estado, que em tese eram políticas públicas para a diminuição da pobreza que assolava o país. O destino do capital desses programas era para o cuidado médico de pessoas idosas e pobres (*Medicare* e *Medicaid*), a destinação de verba para a educação, além da distribuição de cartões com créditos para mulheres.

Neste período os índices de pobreza diminuíram: de 21% de toda a população em 1959 caindo para 12% no final de seu mandato, em 1969. Esses Programas estavam dentro daquilo que ele chamou de “guerra contra a pobreza”. Entre o governo de Johnson e Nixon “os gastos com o *Welfare*” subiram “de US\$75 bilhões para US\$185 bilhões entre 1965 e 1972” (Neto, 2021, p. 3). Mas a guerra do Vietnã e os enormes gastos bélicos mitigaram a tentativa de acabar com a pobreza. De fato, a pobreza não se extinguiu, pois Johnson a encarava como uma “carência de habilidades, treinamento e motivação entre os pobres” e não como “o resultado de diferenças no poder econômico e de falhas nas instituições econômicas” (Karnal, 2007, p. 237). Esses programas feitos por Johnson não possuíram impacto a longo prazo, muito menos grandes impactos na população negra.

Ainda com a agenda de restaurar a economia dos Estados Unidos, provindo de Kennedy, Johnson passou a instaurar certas políticas para que a economia do país pudesse se reerguer:

Por meio de subsídios às empresas de construção civil, incentivos à aquisição da casa própria e investimentos massivos na construção de estradas e na infraestrutura, o Estado mudou a geografia econômica do país, favorecendo mais as regiões suburbanas, rurais e brancas no Sul, Sudoeste e

¹⁰A KKK defendia a supremacia branca e usava de diversos artifícios para estabelecê-la com violências, linchamentos, assassinatos a fim de causar medo na população negra e lhes colocar “no seu devido lugar”.

¹¹ Foi na liderança de Johnson que alguns apoios ditatoriais foram firmados, como foi o caso da ditadura militar no Brasil em 1964.

Oeste, onde o conservadorismo reinava em políticas locais e no empresariado e onde os sindicatos e movimentos sociais não eram tão fortes. (Karnal, 2007, p. 237)

Com isso, as pessoas pobres e brancas passaram a ter maiores possibilidades de obter casa própria e acesso à educação gratuita. No entanto, essas mudanças, no que tange às questões econômicas e sociais, tanto os “Programas da Grande Sociedade”, quanto essa iniciativa de modificar geograficamente os bairros do país, não eram ações que concretamente foram direcionadas para a população negra, tanto que a grande maioria de beneficiados eram pessoas brancas pobres. Em decorrência disso, a “guerra contra a pobreza” revelou sua ironia, enquanto simultaneamente aspirava cessar a miséria para reerguer a economia do país, não levava em consideração a questão racial (negra) e nem de gênero (feminino) para essas políticas.

Uma vez que mulheres negras desde o pós-abolição enfrentavam dificuldades em modificar sua situação de pobreza, possuindo como possibilidade de emprego, basicamente, aquele considerado como degradante, que era o de empregada doméstica, que estava envolto por estereótipos desumanizantes que as confinavam em naturalizações biológicas¹² e que as desvalorizam enquanto seres humanos. Segundo Karnal (2007), o crescimento econômico a partir dessas políticas foi maior nas regiões suburbanas do que em bairros pobres¹³ e isso, determinava muito bem qual o direcionamento de suas iniciativas desde seu começo.

Com a estagnação e posterior abalo dos EUA diante da economia mundial, com a ascensão de outros países na cena comercial, além da crise do petróleo, foi evidenciada a dependência comercial dos Estados Unidos (Karnal, 2007) e isso aumentou mais a segregação social, pois o Estado preocupava-se com seu restabelecimento na cena internacional e não nas políticas públicas e em sua perspectiva de justiça social.

O Movimento pelos Direitos Civis reivindicava o direcionamento desses “Programas da Grande Sociedade” para também favorecer a população negra, visto que assinar uma lei que proibia segregação em 1964 — embora tenha sido tramitada no governo JFK, foi apenas no governo Johnson que de fato foi sancionada — não seria suficiente para a inserção no mercado de trabalho formal e no acesso a uma boa educação, por exemplo. No ano de 1965, organizações como a Conferência da Liderança Cristã do Sul (SCLC) e a Comissão Estudantil

¹² Veremos sobre esses estereótipos da mulher negra, do ponto 1.4 em diante.

¹³ Com o dinheiro federal, os bairros pobres passaram a sofrer o processo de gentrificação, sendo construídos no lugar prédios comerciais, centros médicos e universidades. Deslocando as populações pobres que moravam nestes locais, e os realocando em lugares longe de tudo, criando um “segundo gueto” de acordo com o historiador Arnold Hirsch (cf. Karnal, 2007).

de Coordenação Não Violenta (SNCC) fizeram campanhas pelo fim do impedimento do sufrágio aos eleitores negros para que a população negra pudesse ter o direito político do voto e de candidatar-se, possibilitando uma representatividade concreta no cenário político do país. Essas campanhas pelo sufrágio negro nos mostra que no sufragismo feminino, ainda no século XIX, as mulheres brancas de classe média e alta que diziam-se falar em nome de todas as mulheres, não levaram em consideração as mulheres negras, que só conseguiram o direito ao voto 34 anos depois. (o direito ao voto feminismo foi conquistado a partir da 19ª Emenda à Constituição em 1920, mas o voto feminino negro só foi efetivamente concretizado a partir de 1964).

Esse sufrágio negro também mostra que não houve problematizações do próprio movimento negro nessa separação do sufrágio entre as próprias mulheres, secundarizando assim o problema relacional entre gênero, raça e classe. Hooks (2021) aponta que embora houvesse muitas mulheres negras líderes no Movimento pelos Direitos Civis, os homens entendiam que a luta pela emancipação era na verdade uma disputa de poder entre homens negros e brancos. A estrutura dominante, patriarcal e imperialista dos Estados Unidos, segundo hooks (2020), mostrou que o sexismo e não o racismo era mais forte em se tratando da inserção dos subalternos dentro da política. hooks ainda salienta que, assim como no século XIX, homens negros ativistas dos movimentos do século XX, aceitavam apoiar os esforços das mulheres negras para adquirirem seus direitos desde que a autoridade masculina permanecesse inalterada. Isso nos mostra como a interseccionalidade nos oferece uma “lupa” para entendimento de que em se tratando do patriarcado, mesmo homens negros que compartilham do racismo com as mulheres negras, se mostra de maneira específica nas dinâmicas no interior da luta por emancipação racial — que não pode se limitar apenas à questão racial, já que outras categorias perpassam a existência dos seres humanos.

Apesar das campanhas pelo sufrágio providas do Movimento pelos Direitos Civis não evidenciar a importância do imbricamento de raça e de gênero, no ano de 1964 a Lei pelo Direito ao Voto da população negra teve sua aprovação, embora já na 15ª emenda esse direito tenha sido formalmente garantido. O fato é que as instituições, estruturalmente racistas e sexistas, colocavam empecilhos solicitando a necessidade de ser alfabetizados ou exigindo pagamento de taxas no ato de votar, para assim restringir o direito de muitos negros e negras que, em sua grande maioria, tinham pouco acesso à educação e ao trabalho formal, possuindo dificuldade para alcançar essas exigências.

Com conquistas como o sufrágio da população negra e a revogação das leis *Jim Crow*, o pacifismo do Movimento pelos Direitos Civis alcançou avanços, mas com o assassinato de

King Jr. em 1968, muitos membros que compunham o Movimento se sentiram acuados para prosseguir. Não só a morte de King, mas de outros membros do Movimento como Malcolm X (1925-1965)¹⁴, trouxe uma onda de incertezas e medo uma vez que a política de Johnson, apesar de ser democrata e mais aberta a mudanças sociais, era dura e violenta com o intuito de silenciar o ativismo negro. Muitos membros do Movimento pelos Direitos Civis se desmobilizaram. Além do mais, com a revogação das leis separatistas e a expansão do sufrágio, parecia que o Movimento tinha concluído seu trabalho (mas foi o pontapé para que outros coletivos emergisse).

Mas essa onda de medo e a sensação de trabalho feito não impediram que outros grupos surgissem com o propósito de lutar pela liberdade e autodeterminação negra. E foi diante do sentimento de inconclusão do Movimento pelos Direitos Civis e admitindo que os atos não-violentos seriam incapazes de adquirir liberdade, moradia, educação, emprego e etc., que o Partido dos Panteras Negras pela Auto defesa (BPP) ascendeu. O BPP acreditava, assim como Malcolm X, que o pacifismo não permitiria a conquista concreta da emancipação dos povos subalternizados e nem que a conquista aconteceria exclusivamente por parte dos negros, era necessário que os progressistas brancos usassem do privilégio de cor para defender a causa negra¹⁵. Com essa prerrogativa, o BPP ascende e no próximo tópico teremos algumas considerações sobre o ativismo do partido.

1.2 As mudanças ocorrem na ação violenta ou não-violenta?

Dessa movimentação política provinda de Parks, culminando no Movimento pelos Direitos Civis, produzindo efeitos revolucionários, outros grupos¹⁶ se ergueram pelo fim não só da guerra do Vietnã, que já havia ceifado vidas tanto vietnamitas quanto norte-americanas, principalmente de homens negros, mas pelo fim do imperialismo estadunidense que borbulhou a necessidade de autoafirmação e autodeterminação negra. Foram com essas ideias e com o espírito de revolução que o Movimento *Black Power* acendeu. Seu principal intuito

¹⁴ Que também era conhecido dentro do movimento da libertação negra por Malik el-Shabazz, visto ter sido ativista por muitos anos na organização Nação do Islã. Malcolm X era da vertente de que a autodeterminação negra também inclui a afirmação da afrodescendência, valorizando nomes e a cultura afrodescendente. O movimento *Black Power* se fundamenta nesse pensamento de valorização negra.

¹⁵ Interessante que, no início de seu ativismo, Malcolm X reivindicava um Estado separado da população branca, afirmando assim uma unidade negra. Pois, para que os negros pudessem ascender social, política e economicamente era preciso transpor a lógica estruturante das instituições já formadas a partir da exclusão da população negra. Mas com a maturidade política, ele percebeu que a revolução não seria feita a partir de um separatismo racial. Se pessoas brancas e progressistas se engajassem pela luta dos negros seria de extrema importância para a causa.

¹⁶ A juventude de esquerda entre as décadas de 1960-1970 possuía grande força. A juventude, inclusive, possibilitou o surgimento de uma “nova esquerda” estadunidense.

era o de afirmar a beleza, a cultura e as características afrodescendentes. Como afirma Alves (2011, p. 66), “cabe-nos assinalar que o ‘*Black Power*’ foi, durante muito tempo, um modo de agir e viver por parte da comunidade negra estadunidense. A partir dele surgiram derivações, como os penteados afro e lemas como ‘*I’m black and I’m proud*’ e ‘*Black is beautiful*’”. Desse modo, como um braço do Movimento *Black Power* emerge o Partido dos Panteras Negras pela autodefesa (BPP) que teve sua existência entre 1966-1982. Partindo da autoafirmação da identidade negra e de uma busca por uma nação negra autodeterminada.

O BPP foi fundado em Oakland, na Califórnia, em 15 de outubro de 1966 pelos estudantes universitários do direito, Huey P. Newton¹⁷ e Bobby Seale. Fundamentado nas literaturas de Fanon, além das leituras Marxistas, Maoístas e Leninistas, usando o animal símbolo do *Lowndes County Freedom Organization* (LCFO) em sua bandeira. O Partido teve como gênese a garantia da autodeterminação negra, que era uma forma de alcançar a liberdade a partir da reformulação do que era ser negro no país a partir de si e não dos estereótipos negativos criados pela branquitude. O BPP foi um dos diversos Movimentos que elegeram como seu objetivo principal a emancipação da população negra e de sua autodeterminação. A princípio, o BPP foi fundado para monitorar as ações dos policiais com o intuito de tentar inibir a violência nas comunidades negras de Oakland. Em função disso, para atingir o público em geral, criaram o jornal *The Black Panther*.

O partido inicialmente denunciava os ataques aos direitos civis da população negra, visto que a lei *Jim Crow* já havia sido abolida, mas as violências estatais permaneciam igualmente sendo direcionadas aos negros, gerando uma onda de encarceramento em massa. Em pouco menos de um ano o BPP ganhou força nacional pela sua maneira audaciosa de enfrentar as autoridades e o governo norte-americano.

No mesmo ano de sua fundação, os membros criaram dez pontos para o fortalecimento de seus objetivos. Dentre os pontos estão a afirmação de que, para que houvesse a libertação da população negra, seria preciso estabelecer sua autodeterminação. Em outros termos, garantias de emprego, políticas públicas para superação da precarização da vida social, política e econômica e, para isso, apontavam a necessidade de acabar com a exploração sobre a população negra, restituindo o que fora prometido desde o fim da escravidão em 1865¹⁸.

¹⁷ Um ano após fundar junto com Seale, Newton foi preso. A história de Newton é marcada por controvérsias. Jhonson (2002) aponta que ele chegou a atirar e assassinar uma mulher que vivia do trabalho sexual e espancar um alfaiate. Newton concentrou o poder para si, ao sair do cárcere em 1970, modificando seu discurso revolucionário para reformista e altamente autoritário.

¹⁸ Com o fim da guerra de secessão, nos 10 anos de tentativa de restauração negra, fora prometido conceder aos ex-escravizados e suas famílias quarenta acres e duas mulas (Du Bois, 2020). Mas a integralização dos negros passou a ser uma ameaça aos privilégios da população branca e as leis *Jim Crow* tornou-se estrutura das instituições políticas. (Du Bois, 2020; Davis, 2016; bell hooks, 2020).

Além do mais, reivindicavam moradia e uma educação que mostrasse a verdadeira história do país, pois conhecer sua história também possibilitaria a libertação. É no ponto sete, ao falar sobre a ação repressiva da polícia diante da população negra, que o BPP¹⁹ traz a importância de criar um grupo para a autodefesa de sua própria população, já que o Estado não cumpria seu papel de proteger os cidadãos como um todo e encarcerava em massa a população negra (Partido Panteras Negras, 1966).

Os anos compreendidos entre 1966-1970²⁰ são considerados por Johnson (2002) como os anos de glória do BPP. Essa é a primeira das quatro fases do partido que teve seu fim em 1982. Nos atentaremos nessa primeira fase do Partido que foi marcada pela necessidade de criação de uma “nação negra” e por ser considerada por Johnson (2002) o momento de glória do partido. Nesses anos iniciais, os integrantes partiram do pressuposto de que era essencial educar o povo negro politicamente. Segundo os Panteras Negras, era crucial refletir e transformar a sociedade livre do complexo penal-industrial que, segundo aponta a filósofa Angela Davis (2018), foi um substituto da colonização, ao encarcerar populações negras, seja por andar nas ruas em determinados horários do dia ou pelas acusações de estupro, baseadas no “mito do estuprador negro”. O Estado lotava os presídios a partir da cor. Essa reivindicação de transformação social a partir de suas estruturas, foi largamente debatida pelo sociólogo e historiador norte-americano W. E. B Dubois no início do século XX. Segundo Dubois (2020) era indispensável que as instituições fossem modificadas estruturalmente, para que de fato houvesse uma integralização da população escravizada e que seus descendentes conhecessem sua verdadeira história.

Ainda abordando os aspectos do BPP e de sua natureza altamente revolucionária, o governo federal juntamente com o FBI, investiram na repressão ao Partido. Organizaram uma ação intitulada de *Cointelpro* (Programa de Contraineligência, do inglês *Counter Intelligence Program*), que perdurou todos os anos de existência do BPP, com o intuito de desmobilizá-lo, infiltrando agentes do FBI, perseguindo, espionando, assassinando e prendendo seus membros.

O BPP liderou movimentos pelo fim da brutalidade policial e pela criação de conselhos civis de controle da ação da polícia, e seus programas de café

¹⁹ Adquirindo mais membros, entre 1966 e 1967 outros grupos passaram a surgir e também se intitulavam como Panteras Negras que não necessariamente seguiam os mesmos pontos que o comitê central de Oakland pressupôs. Por exemplo, havia certos membros desses outros grupos que não concordavam com a luta armada. Angela Davis foi uma ativista dos Panteras Negras que buscavam autodeterminação negra de maneira pacífica.

²⁰ No início de 1970 começa a declinar, tanto por motivos externos, pela brutalidade e violência do Estado, atuando por meio da polícia, para acabar com o ativismo negro, quanto intrapartidário, por divergências políticas e a concentração de poder por parte de Newton.

da manhã gratuitos tornaram-se os catalisadores das refeições gratuitas hoje²¹ oferecidas a crianças pobres nas escolas (Johnson, 2002, p. 122).

Além do mais, o Partido passou a agregar sua luta pela emancipação negra norte-americana com os movimentos contra a Guerra do Vietnã e passou a introduzir em seus discursos o anti-imperialismo, o anticapitalismo e o antifascismo, mas o antissexismo não foi implementado. Essa dificuldade em não compreender as especificidades das mulheres negras, aponta hooks (2021), perpetuou a invisibilidade e o nível de objetificação ao qual mulheres brancas e negras foram submetidas. Essa visão objetificada da mulher, aponta Collins (2016, p. 108), está ancorada na ideia de dualidades que se autorrejeitam: negros/brancos, homens/mulheres, razão/emoção, heterossexualidade/homossexualidade. Com isso, “raramente essas dualidades representam relações de igualdade na diferença, a relação inerentemente instável é resolvida ao subordinar-se uma metade de cada par à outra.”

Há de se pontuar que, além de não inserir na resistência social a luta antissexista, os Movimentos Negros, pelos Direitos Civis, o BPP, além do Movimento sufragista não inseriram a luta anti-LGBTfóbica em sua resistência. No que diz respeito à dissidência sexual, a comunidade LGBTQ+ buscou transformar sua situação no mundo através de reações às violências e restrições por parte da polícia, embora não houvesse muitos aliados em outras frentes. Notoriamente, a “revolta de *Stonewall*” na virada da década de 1960, foi um exemplo de enfrentamento político possuindo como uma de suas referências as travestis negras Marsha P. Johnson (1945-1992)²² e Miss Major Griffin-Gracy. *Stonewall Inn* era um bar destinado à comunidade *gay*²³, localizado na cidade de Nova York sob a fachada “*bottle club*”²⁴ para evitar que houvesse batida policial, visto que caso fossem pegos pela fiscalização, bares que vendiam bebidas alcoólicas para a comunidade *gay* perdiam a sua licença para funcionar²⁵.

E, por ser um país com histórico de violência policial contra populações marginalizadas, agia com opressão à população LGBTQ+, perseguindo-os, prendendo e desferindo violência física caso agissem em “desconformidade sexual”, ou que utilizassem

²¹ Segundo o autor, os programas de café gratuitos para crianças pobres dos Estados Unidos, possibilitaram que as escolas dali em diante oferecessem o café da manhã para as crianças que frequentavam escolas.

²² Marsha foi uma das lideranças do *Gay Liberation Front* (Frente da libertação gay). Marsha, Miss Major e outras travestis percebiam sua marginalização mesmo entre a comunidade lgbt, por serem travestis e negras.

²³ Frequentado por homens brancos e gays, o que excluía o acesso de mulheres lésbicas, pessoas trans e travestis sejamos negras ou brancas.

²⁴ Local em que frequentadores compravam a garrafa de uma bebida e a consumiam ao longo da noite, sem precisar comprar bebidas e *drinks* individuais.

²⁵ Apesar de que, no ano de 1966 através do ativismo da comunidade gay, as entidades locais foram forçadas a concederem licenças para que os bares frequentados por *gays*. Mas na prática, todo bar que vendesse bebidas à comunidade *gay* ou que possuía como frequentadores essa comunidade, poderia perder sua licença.

cross-dressing, visto ser proibido não estar usando no mínimo três peças de vestimentas que eram concernentes ao “gênero de nascença” (Perroni *at all*, 2024).

Pelo fato de a homossexualidade ser vista como uma doença psíquica, que, portanto, precisava de cura, a população LGBTQ+ tinha sua autonomia restringida, sendo perseguida e presa, com “a violência policial [que] atuava criando, e não meramente aplicando, a lei. Estabelecendo punições conforme seus próprios critérios morais” (Lelis, 2019, p. 3, *grifo nosso*). Após anos de silenciamentos, o dia 28 de junho de 1969 foi marcado pelas manifestações tanto de jovens *gays* quanto de pessoas trans, em sua maioria negras, que queriam frequentar aquele espaço sem, com isso, sofrer restrições. Essa ação tornou-se um marco histórico LGBTQ+ que enfrentou com um grande número de pessoas a homofobia sistêmica, tornando-se mundialmente conhecido²⁶.

A revolta de *Stonewall*, que perdurou cerca de uma semana, com uma multidão de pessoas que ficou em frente ao bar até o dia 2 de julho²⁷, encurralando os policiais que fizeram barricadas e esconderam-se dentro do bar, foi a resposta tanto à violência direcionada às suas existências dissidentes, quanto ao afloramento do sentimento de liberdade provindos dos movimentos sociais que emergiram durante a década de 1960. A luta pela emancipação por parte da comunidade LGBTQ+ pedia por liberdade sexual, o direito de amar, se relacionar com quem bem entendesse e agir livremente. Esse lema da liberdade, que foi fortemente atribuído à desordem e desvio sexual e de gênero, continuou sendo bastante atacado na década de 1970 com os governos republicanos, pois, levantar a bandeira da desconformidade sexual era um ataque direto à tradicional moral cristã e aos bons costumes.

Lorde (2019) relata que houve uma raiva despertada dentro da própria comunidade negra com relação a outros grupos de minorias étnicas. Isso foi provavelmente fruto das investidas por parte do Estado em tentar desmobilizar esses Movimentos, com isso desfocava o real gerador de suas desigualdades. Ela aponta que a luta de pessoas *gays* e lésbicas era impensável dentro dos movimentos de libertação negra, pois tanto no que se referia ao gênero quanto à sexualidade, eram irrelevantes para a disputa entre poderes de homens brancos e negros.

Diante do ativismo, protestos e marchas dos movimentos sociais que emergiram na metade da década de 1950 e ao longo da década de 1960, não se pode negar a importância revolucionária e de transformação social do BPP, assim como o Movimento pelos Direitos

²⁶ Lelis (2019) frisa que esse não foi o único embate em que a comunidade gay respondeu à violência policial de mesmo modo, já havia ocorrido isso tanto na batida policial no baile de ano novo, em janeiro de 1965, e em 1966 no *Compton's Cafeteria* ambos acontecimentos na cidade de São Francisco.

²⁷ Um ano depois dos protestos foi feita a marcha do orgulho gay.

Civis e a revolta da comunidade *gay*. Esses movimentos contribuíram para o avanço paralelo das lutas e abriram a possibilidade de enxergar as diferentes opressões de modo articulado, embora, em seu tempo, essa ideia ainda não estivesse formulada. Os entraves e a linha de frente da tradição radical negra, assim também como a radicalidade LGBTQ+, deixou o seu legado de que a luta pela emancipação, seja ela armada ou não-violenta, precisou de um plano traçado com objetivos de alcance político, social e econômico, partindo da unidade entre a população marginalizada.

Baseadas nos movimentos sociais desse período, na busca por emancipação, mulheres negras começaram a observar (e analisar também suas antecessoras do século XIX) que dentro dos Movimentos Negros, do Movimento de Mulheres e do Movimento LGBTQ+, a sua existência enquanto mulher negra, e também dissidentes sexuais, foi fracionada, isso porque dentro do Movimento Negro os homens atribuíram para si a posição de líderes e invisibilizavam as violências específicas do racismo e sexismo direcionados a elas; dentro do Movimento de Mulheres, desde o século XIX, a questão da raça subalterna não foi debatida; além do mais, dentro das movimentações da comunidade *gay* a questão da sexualidade dos homens brancos e gays (mesmo que suas pioneiras tenham sido travestis negras) era a que se sobressaía.

O racismo perpassou (e perpassa) as mulheres negras de maneira particular com relação aos homens negros, embora ambos tenham sido caracterizados como selvagens e sexualmente degradantes, reduzidos à objetos sexuais. Em se tratando de gênero, essa redução torna a vida das mulheres negras bem mais difícil, visto que o sexismo, o machismo e o racismo as reduz ao objeto de desejo somado à imposição do papel social atribuído às mulheres que é visto como um papel inferior na sociedade.

A partir do entendimento que a sociedade norte-americana, como de resto todo o Ocidente, é construída nos moldes patriarcais, ser uma mulher já era por si só critério de rebaixamento em termos de direitos políticos. As idealizações construídas para as mulheres (negras e brancas) as subdividida em **i.** castas, submissas e morais, idealizando e estereotipando as mulheres brancas **ii.** e decadentes, imorais e atrevidas, estereotipando as mulheres negras. A existência das mulheres foi/é extremamente desvalorizada, mas a mulher negra, por pertencer a uma raça “inferior”, sofreu com as validações das violências desferidas sobre elas com a justificativa de que, por serem decadentes, mereciam.

Dessa maneira, as mulheres negras passaram a se organizar enquanto grupo, fazendo eclodir na década de 1970 o Feminismo Negro. Nos próximos tópicos adentraremos nos discursos proferidos e em textos escritos por essas mulheres que buscaram, ainda que

silenciadas pela história, sua emancipação através da escrita, do ativismo e da organização coletiva.

1.3 O ato revolucionário de romper o silêncio

Para adentrarmos propriamente nas discussões feitas pelas feministas negras da década de 1970, que será um dos aspectos mais importantes deste capítulo, não podemos negar as resistências já provindas das mulheres, tanto as que se organizaram no interior do Movimento Sufragista, quanto das ativistas negras que faziam discurso contra o colonialismo e a invisibilização das mulheres negras, ainda na segunda metade do século XIX. Dito isso, o tópico falará sobre as contribuições de ativistas negras do século XIX que debatiam a questão de raça, classe e gênero interconectados. Isso nos indica que as mulheres negras já lidavam o “problema” que a interseccionalidade busca retirar o véu e resolver, mesmo antes da formulação desse conceito, e que no século XX essas reflexões servirão de referência para as articulações de mulheres negras, para a fundação do Movimento Feminista Negro e para a elaboração do conceito de interseccionalidade em 1989.

Dito isto, o início do Feminismo norte-americano é comumente associado às sufragistas²⁸, que a partir da segunda metade do século XIX lutavam para garantir o direito ao voto, buscando assim a emancipação das mulheres. Antes mesmo do século XIX nos Estados Unidos, como apontam Abreu (2002) e Garcia (2015), no final do século XVIII, a intelectual britânica de classe média branca Mary Wollstonecraft manifestava sua preocupação em se tratando dos direitos sociais, políticos e civis das mulheres em Londres. Ela alegava que para uma igualdade entre os sexos seria necessário criar “um sistema educativo nacional, universal, misto e igual, *[que]* poria fim à falsa moralidade nas relações entre os sexos, e permitiria que as mulheres se transformassem em criaturas racionais, *[e]* ganhassem a sua independência econômica, e se tornassem cidadãs livres” (Abreu, 2015, p. 444, *grifo nosso*).

Embora Wollstonecraft tenha trazido ainda no século XVIII questões fundamentais para pensar a igualdade social entre homens e mulheres na Inglaterra, e que suas sucessoras norte-americanas do século XIX como as sufragistas Lucretia Mott e Elizabeth Cady Stanton, também tenham se inspirado nela e se engajado na busca pela emancipação das mulheres e, em certa medida, pela abolição da escravidão, buscar a emancipação das mulheres desconsiderando as opressões de raça e classe (ou seja lutar pela emancipação de modo

²⁸ Angela Davis (2016) aponta que as sufragistas foram racistas ao não abordarem a questão da raça na luta pelo direito ao voto das mulheres.

abstrato) impossibilitou um olhar mais atento às questões das mulheres negras escravizadas, livres e mulheres brancas trabalhadoras (Davis, 2016).

Com isso, ativistas²⁹ negras anteriores às sufragistas norte-americanas já partiam de suas vivências marcadas pelo seu gênero e pela sua cor, traziam em suas argumentações a questão de gênero, raça e classe de maneira interconectada, mostrando as limitações do Movimento pelo sufrágio feminino. Bueno (2019) salienta que o pioneirismo do feminismo não se deu com as mulheres brancas burguesas, ela observa que entre os séculos XVIII e XIX mulheres negras conscientes da articulação dos marcadores sociais e observando as dinâmicas escravistas, estavam em uma posição de opressão social distinta, possibilitando que as mesmas se organizassem, ainda que não como um corpo político forte, contra os estereótipos engendrados como: a raiva, a periculosidade e a promiscuidade sexual, dentre outros estereótipos que as subalternizavam.

Baseadas nas resistências provenientes do Movimento Abolicionista, as ativistas pelos direitos das mulheres e pelo fim da escravatura, Elizabeth Stanton, Susan Anthony e Lucy Stone fundaram em 1869 a *National Woman Suffrage Association* (Associação Nacional para o Sufrágio Feminino) com a ideia de tornar possível o poder ao voto das mulheres, e diminuir as desigualdades entre homens e mulheres. Possuindo duas frentes: uma constitucionalista e uma militante (essa última a partir de 1910). Enquanto a primeira conduzia campanhas “com moderação e sempre em observância da lei e da boa ordem”, a segunda agia com “táticas e estratégias de militância agressiva” que aprenderam com as militantes da Inglaterra. Foi a partir dessas últimas que o congresso Americano “levou mais a sério” a causa do sufrágio feminino (cf. Abreu, 2015, p. 454-455).

Embora o Movimento Sufragista tenha conseguido o objetivo que se propôs em 1920, nem todas as mulheres possuíam o direito ao voto. Segundo aponta Davis (2016) e hooks (2021), o Movimento Sufragista falhou ao querer inserir-se dentro de uma lógica patriarcal e racista não questionando essa lógica a fim de transformar as suas raízes políticas. As sufragistas, de um modo geral, ao falar sobre emancipação e igualdade de gênero, sem abordar a exploração capitalista que submete as mulheres trabalhadoras e sem tratar do racismo que afetava as mulheres negras, não estariam lutando contra as opressões que as mulheres, em sua multiplicidade, vivenciavam.

²⁹ Chamá-las propriamente de feministas é anacrônico, já que o termo feminismo foi empregado em meados de 1911 nos Estados Unidos, e passou a ser utilizado para substituir as expressões utilizadas no século XIX como “Movimento das Mulheres” (Garcia, 2015).

Certamente não podemos negar a atuação imprescindível e progressista das Sufragistas para o avanço de direitos dentro da política e na causa pela igualdade de gênero, visto que “o lugar da mulher sempre tinha sido em casa” (Davis, 2016, p. 45) e as mulheres possuíam (e possuem) lugar de “outro” dentro da sociedade (Beauvoir, 1970). De fato, o ato de reivindicar a ocupação feminina dos espaços públicos e as reformas políticas, assim como o acesso à educação, era fundamental para erradicar barreiras e hierarquias construídas aos moldes patriarcais. Mulheres não possuíam o direito de fala, eram passivamente colocadas como objetos e donas do lar, e no caso da mulher negra, eram vistas como sub-humanas.

A crítica das Sufragistas baseou-se nas correntes que as prendiam, que estavam baseadas em sua situação no mundo enquanto mulheres brancas de classe média. E o casamento era uma dessas correntes que as aprisionavam e impossibilitavam o alcance de sua liberdade, além de impedir o acesso ao mercado de trabalho, por confina-las ao cuidado da família e dos filhos. Com isso, passaram a criticar fortemente o casamento, alegando que “o matrimônio [era] como uma ‘escravidão’ semelhante à sofrida pela população negra” (Davis, 2016, p. 46, *grifo nosso*). Mas essa correlação, aponta Davis (2016), aparentemente ignorou que o racismo e o casamento não poderiam se equiparar. Mas o que a autora traz de importante nessa relação é que quando essas mulheres fizeram a comparação elas “sentiam certa afinidade com as mulheres e homens negros” (2016, p. 47).

Essa afinidade foi rapidamente esquecida quando as mulheres de classe média e alta, ao lutar pelo sufrágio, perceberam que o direito ao voto seria possibilitado para os homens negros e não para elas. Esse direito, que foi cogitado ser dado aos homens negros e não às mulheres, revelou que, entre as mulheres brancas de classe média, o racismo — e não a luta pela emancipação de todas as mulheres — era mais predominante, isso porque as mulheres Sufragistas desencorajam-se a unir-se com as mulheres negras, visto que estas já pertenciam a um movimento que possuíam homens (negros) envolvidos.

Nesse processo de luta pelo sufrágio, as mulheres negras não eram contempladas em nenhuma das duas frentes. Disso decorre que as ações transgressoras pioneiras das mulheres negras buscavam as transformações do *status quo* e não meramente queriam adentrar nos espaços masculinos, adquirindo o acesso ao voto sem trazer para as análises das opressões aquilo que mulheres negras e mulheres brancas trabalhadoras eram perpassadas. Davis (2016) e hooks (2020) inclusive apontam que muitas mulheres negras e trabalhadoras ao observarem suas necessidades concretas desistiram de se aliar à causa do sufrágio, visto que o Movimento Sufragista parecia atender a uma classe e a uma raça em específico e que não eram a delas.

Nesse sentido, dois nomes precisam ser mencionados quando se trata do pioneirismo do Feminismo Negro: a professora e jornalista Maria W. Stewart (1803-1879), que foi pioneira nos discursos políticos nos Estados Unidos em se tratando da sua condição de mulher e de negra na sociedade norte-americana (Collins, 2019), e a abolicionista e ativista Sojourner Truth (1797-1883), conhecida por seus discursos eloquentes na segunda metade do século XIX. Ambas ativistas resistiram e buscaram transformar a sociedade contra o racismo, e o sexismo sem separá-los. Rejeitavam os estereótipos criados em torno do que era ser uma mulher.

Truth, foi uma afro-americana analfabeta³⁰ nascida escravizada, que adquiriu sua liberdade em 1826. Desafiou as ideias sexistas e racistas dos homens que justificavam que as mulheres não poderiam pertencer a vida política pela inabilidade, fragilidade e delicadeza. Proferiu discursos que traziam críticas à sociedade patriarcal sob o olhar de raça e gênero, misturando razão e religião. Dentre eles estão os discursos “Ain’t I a Woman?”³¹ (1851) e “What time of night it is”³² (1853). Aquele primeiro discurso é o mais famoso e foi feito na Convenção pelo Direito das Mulheres em Akron, Ohio. Nele a autora realça sua condição enquanto mulher e negra ao expor tanto a necessidade de mulheres adquirirem seus direitos e conseguirem, assim como os homens, acesso ao cenário político para modificar sua realidade, quanto evidenciar que não se encaixava na categoria universal de mulher que os homens formularam a fim de objetificá-las e reduzi-las. Em um trecho do discurso ela salienta

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? (Truth *apud* Geledés, 2014).

Ela faz crítica ao “mito da feminilidade”³³, ao mostrar que mulheres como ela eram fortes, tiveram seus filhos roubados, não eram tratadas de maneira amigável e delicada pelos homens e isso não poderia ser pressuposto para tirar-lhe o gênero, que era uma parte de sua existência, além de não ser justificativa para impossibilitar que mulheres brancas e mulheres negras adentrassem na política para lutar pelos seus direitos enquanto seres humanos.

³⁰ Por ter sido analfabeta a vida inteira, seus “relatos e discursos [foram] transcritos e publicados por outras pessoas em jornais e cartas, além de sua narrativa ditada por ela para Olive Gilbert.” (Jonas, Simões, 2017, p. 2, *Grifo nosso*)

³¹ “E não sou eu uma mulher?”

³² “Que horas da noite são”.

³³ Fortemente difundido no século XIX, o mito enfatizava as características da mulher, trazendo aspectos passivos como a submissão, delicadeza e inaptidão para o trabalho político.

Enquanto mulher e negra, falou de suas próprias vivências, mas sempre exortando tantas outras como ela, enfatizando que a luta das mulheres negras tem duas frentes, resistindo contra a opressão sexista e racista de modo a não separar aquilo que era a unidade de sua identidade: mulher negra

A mulheridade negra, aponta hooks (2020), foi desvalorizada durante o período da colonização e isso moldou a psique dos estadunidenses tanto no período colonial, quanto no pós-abolição. As mulheres eram reduzidas ao seu sexo, no caso das mulheres negras eram associadas a promiscuidade e selvageria, e esses estereótipos inseria-as para fora da categoria do gênero feminino. Mulheres negras, sob a perspectiva racializada, encontravam-se no espaço vazio entre os gêneros binários, por não possuírem características atribuídas às mulheres e por não serem homens. Nesse contexto, a pergunta retórica “não sou eu uma mulher?” de Truth foi emblemática pela sua coragem em subir no palanque dominado por homens e se colocar contra esses estereótipos atribuídos às mulheres, contra a não abertura das vozes das mulheres dentro da política e contra a negação da existência das mulheres negras, pois “em um tempo em que a maioria dos americanos pensava nos escravos como homens e nas mulheres como brancas, Truth incorpora um fato que ainda deve ser repetido: dentre os negros existem mulheres, e dentre as mulheres existem as negras” (Painter *apud* Jones;Simões, 2017, p. 3).

Além do discurso de 1851, Truth proferiu “What time of night it is” em Nova York, na Convenção dos Direitos das Mulheres no Tabernáculo *Broadway*, que foi conhecida como “Convenção da Multidão”, no ano de 1853. Nele a autora também fala sobre o direito das mulheres no geral e enfatiza sua situação no mundo enquanto mulher negra, dizendo

Vejo vocês falando sobre os Direitos das Mulheres e quero contribuir com minha pequena parte para manter as balanças em movimento. Sei que isso parece um tipo de assobio, a atitude de ver uma mulher negra se levantar e falar com vocês sobre coisas, e sobre os Direitos das Mulheres. Todos nós fomos tão rebaixados que ninguém pensou que nos levantaríamos novamente; mas já fomos pisoteados o suficiente; vamos nos levantar novamente (Truth *apud* Schneir, 1994, *tradução nossa*).

Nesse trecho a ativista nos indica que, embora seja uma mulher negra que pertence a uma população que foi tão massacrada, que ninguém jamais achou que se levantaria, ela se levantou e a sua fala era pela causa das mulheres e dos negros, ela impôs sua voz por sua própria causa e das mulheres negras. Quando ela salienta que “parece um tipo de assobio, a atitude de ver uma mulher negra se levantar” mostra que, embora tenham sido silenciadas por

muito tempo e por não ser comum essa ação, mulheres negras possuem voz e ela estava ali para se impor e lutar pelos seus direitos. Com isso

Truth clama nos discursos não só a emancipação das mulheres em relação aos homens, ou a autonomia do negro em relação ao branco, e sim a conquista de direitos de todas as mulheres - mesmo que esse clamor seja divergente quando falamos que nem todas as mulheres são negras e nem todos os negros são mulheres (Jones; Simões, 2017, p. 5).

A segunda ativista que mencionamos é a jornalista e professora Maria W. Stewart. Mulher negra nascida livre na Nova Inglaterra, foi a primeira mulher negra a discursar tanto sobre o direito quanto sobre liberdade para mulheres negras em 1831 nos Estados Unidos (cf. Geledés³⁴, 2017). Collins (2019) aponta que Stewart enfatizava que as imagens negativas e a pobreza direcionadas às mulheres negras tinham no seu cerne a relação entre a raça, classe e o gênero. A ativista exortava às mulheres negras a buscarem por sua independência através da luta e defesa de seus direitos, além de enfatizar a necessidade daquelas se unirem enquanto uma comunidade para conseguir sua autodeterminação.

Foi considerada uma das primeiras mulheres negras a fazer discursos para públicos mistos. Stewart teve como instrumento para a divulgação de seus discursos e ensaios, o jornal abolicionista *The Liberator* (o libertador) do editor William Lloyd Garrison que possibilitou a publicação de mulheres negras em panfletos. A ativista teve seu primeiro panfleto publicado intitulado “Religion and the Pure Principles of Morality” (Religião e os princípios puros da moralidade) (cf. Geledés, 2017). Esse panfleto trazia à tona a questão da liberdade negra associada à religiosidade.

Segundo a ativista, se a Constituição Americana tornou todos os seres humanos livres e iguais, por que alguém diria ao outro “mantenha-se aí embaixo, enquanto eu sento lá em cima; pois sou melhor do que você”? (Stewart, 1831, p. 1 *tradução nossa*). Ela enfatiza a fé para dizer que Deus criou os seres humanos, não para que uns dominassem os outros, visto ter os feito à “sua imagem e semelhança”, inserindo nos seres humanos razão e poderes no intelecto, de modo a viverem enquanto iguais. Dessa maneira, em seu discurso observamos aspectos que lembram uma oração à Deus, mas também uma fala aberta à população masculina branca. Ela instiga a população negra que se erga diante das construções dos estereótipos que denominavam os negros e negras como “uma raça inferior de seres” por possuir “uma pele tingida de tom negro” (Stewart, 1831, p. 1-2).

³⁴Instituto de mulheres negras no Brasil. É uma organização que foi fundada em abril de 1988. Atuam por meio de ações políticas e sociais que visam questões de gênero, raça, direitos humanos, saúde, políticas públicas, mercado de trabalho e etc.

Dessa maneira, a autora enfatiza que o despertar para modificar a situação de subalternidade é um direito que deve ser garantido para qualquer ser humano:

Se todos os cavalheiros da América percebessem, como um só, que eles teriam que se tornar escravos, e suas esposas, seus filhos e suas filhas servos para sempre, suas juntas se afrouxariam e tremeriam uns contra os outros; seu semblante ficaria cheio de horror. Então porque é que os filhos de África não têm o direito de sentir o mesmo? (Stewart, 1831, p. 2, *tradução nossa*).

Após essa breve contextualização acerca da importância do Movimento Sufragista, apesar de suas limitações e dos discursos das ativistas e abolicionistas negras Sojourner Truth e Maria W. Stewart, para que possamos compreender a referência do Movimento Feminista Negro (*Black Feminism*), partiremos para o desenvolvimento desse Feminismo que traz as questões de raça, classe, gênero e sexualidade interconectados, a fim de inserir as demandas de mulheres negras e lésbicas nas discussões por emancipação e justiça social que é o caminho a qual a interseccionalidade desejou percorrer.

1.4 Narrativas negras

Ao adentrar na década de 1970, os Estados Unidos encontram-se com o seguinte cenário: um aprofundamento da gentrificação, iniciado ainda em 1960 com a política de “guerra contra a pobreza” de Johnson, mirando basicamente a população branca e negligenciando o direito à moradia da população negra; perseguição e prisões de ativistas, incluindo a prisão de Angela Davis em 1970, por parte dos governos republicanos de Richard Milhous Nixon (1970-1974) e Gerald Ford (1974-1977); uma economia ainda tentando ser reerguida e que, ao mesmo tempo, destinava grandes investimentos à Guerra do Vietnã.

Em meio a esse cenário, com uma crise econômica e moral agravada principalmente pelas contestações dos valores tradicionais da nova esquerda que já vinha ascendendo, somadas à Guerra do Vietnã e ao escândalo do *Watergate* que aconteciam paralelamente às contestações do Movimento dos Direitos Civis, do Feminismo e do Movimento LGBTQ+, a confiança nas instituições e na liderança política foram abaladas, gerando o aprofundamento do *apartheid* racial, social e cultural.

Esses aprofundamentos não aconteceram formalmente como na África do Sul. Embora alguns Estados norte-americanos possuíssem leis restritivas durante a década de 1970, de modo geral, foram mais concretamente intensificados por ações individuais (supremacistas brancos) e implicitamente, pelas instituições (encarcerando em massa e impossibilitando

acesso ao mercado formal de trabalho) contra a resistência do Movimento pelos Direitos Civis e do BPP, para suplantar as conquistas obtidas pelos mesmos.

Essas reações se assemelharam ao que aconteceu nos anos de reconstrução negra na segunda metade do século XIX (entre 1865-1876). Neste período, a hegemonia branca viu como uma ameaça à sua posição de poder, frente a uma possível ascensão de homens negros. Segundo DuBois (2021), essa reação da hegemonia masculina branca só enfatizava a inexistência de uma democracia em solo norte-americano. E, semelhante ao que aconteceu nos anos de reconstrução negra, o acesso aos espaços acadêmicos e o acesso a cargos políticos passou a ser visto como uma ameaça.

Apesar da violência com que o Estado respondia aos movimentos sociais, como vimos com o BPP e com a comunidade *gay*, não impediu que durante a década de 1970 o Movimento Feminista Negro se estruturasse. Mesmo que tenha enfrentado dificuldades (invisibilidade, desumanização, desvalorização e subordinação) que envolvia o pouco acesso à educação e ao mercado de trabalho formal, entre 1950-1970, mulheres negras começaram a adentrar em espaços acadêmicos, enquanto estudantes (e posteriormente como professoras). À exemplo disso, temos Angela Davis, que ingressou na Universidade de Brandeis, Massachusetts em 1962; bell hooks, na Universidade Stanford, na Califórnia em 1970; Maya Angelou na Universidade da Califórnia, Los Angeles, em 1973 (mas não concluiu sua formação acadêmica); e Audre Lorde, na Universidade de Columbia, na cidade de Nova York, em 1961. Dentro desses espaços elas tinham que se enquadrar nas normas acadêmicas e essas mesmas normas estavam carregadas dos estereótipos que estigmatizam uma inferioridade de mulheres (negras e brancas) e dos homens negros (cf. Collins, 2019).

Mas essas investidas de enquadrar e cooptar a pluralidade de pensamento, não as impediu que ultrapassassem as estigmatizações. Essas mulheres viram no ativismo, que o caminho para a superação da invisibilidade estava nas expressões artísticas, na escrita e na organização coletiva. Observaram que através dessas ações puderam conscientizar outras mulheres negras e brancas trabalhadoras de sua condição, mostrando-lhes que havia possibilidade de superá-la, quebrando o silenciamento de suas histórias.

Nesse sentido, é descabido e incoerente afirmar que a necessidade de um Feminismo Negro, em 1970, fosse meramente pela falta da inserção das mulheres negras e mulheres brancas trabalhadoras dentro do Movimento Sufragista ou que fosse apenas um desdobramento deste, visto que “feministas negras existem desde os primórdios do Feminismo, o que nem sempre houve foi o reconhecimento destas enquanto feministas, devido ao racismo” (Bueno, 2019, p. 25). Essa tradição das ativistas negras buscava não

apenas reformar a sociedade inserindo-se nas instituições já formadas pela branquitude, mas transformar as estruturas, as raízes dessas instituições, que negavam a sua existência plena.

Partindo disso, as feministas negras da década de 1970 passaram a criticar a exploração do trabalho, que as confinavam na condição de empregadas domésticas, trabalho entendido como degradante por parte da branquitude. Criticavam também as dificuldades em entrar na universidade, pela falta de acesso à educação, que era também algo que assolava as mulheres brancas e pobres. Com isso, ao ter mais acesso nos espaços acadêmicos, passaram a fazer críticas às perpetuações depreciativas sobre todas as mulheres e a subalternização de sua situação estigmatizada no mundo.

Essa marginalização dentro de ambientes que pareciam “receber” essas mulheres negras, criou uma categoria que Collins (2016) denominou de *outsider within*³⁵ (estrangeira de dentro), referindo-se àquelas que possuíam um olhar diverso daquele considerado padrão. Na dialética da opressão-consciência-ativismo³⁶, mulheres negras passaram a modificar visões de mundo dentro da academia, ao tomar consciência de suas opressões e buscarem alternativas no ativismo e na intelectualidade para superá-las. Elas que não se encaixavam nos *insiders*, isto é, no pensamento compartilhado dentro de paradigmas acadêmicos, que em sua grande maioria eram de homens brancos, viram que seu *status* de *outsider within* permitiria observar os padrões e suas anomalias, já que padrões não contemplavam e distorciam suas existências.

E, nesse sentido, tomaram consciência de que as opressões sofridas pelas afro-americanas envolviam não apenas a dimensão econômica, mas também política e a ideológica (cf. Collins, 2019), somada às categorias da diferença de raça, classe, gênero e sexualidade, tendo a sua raça secundarizada dentro do Movimento Feminista e seu gênero secundarizado dentro do Movimento Negro, incutiu nessas *outsider within* a possibilidade de, a partir da margem, usar seu *status* como “estímulo à criatividade” para ressignificar esse lugar³⁷ e superar a resignação imposta pelo racismo e sexismo. Essa maneira de superação

³⁵ Termo criado pela autora Patrícia Hill Collins em 1986. No texto traduzido em 2016, a autora traz um debate interessante a respeito do fazer sociológico, mas que podemos refletir para outras esferas da academia. A autora nos mostra que a construção de paradigmas, possuem dentre muitas coisas, o compartilhamento de visões de mundo. Esse compartilhamento cria os *insiders*, que basicamente possuem um número expressivo de homens brancos que têm a mesma visão de mundo, colocando-se “no centro da análise e arremessando a condição feminina de afro-americanas a uma posição à margem.” (Collins, 2016) p. 118. A partir do momento que mulheres negras se inseriram na academia e observaram que sua visão de mundo era distinta daquela padrão, passaram a criticar e observar anomalias nesses padrões que se pretendiam gerais. Neste sentido as mulheres negras marginalizadas passam a ser *outsider within*, ao trazerem debates que outrora não eram levados em consideração como: família, trabalho doméstico e estereótipos desumanizantes. Mulheres negras desenvolveram formas particulares de pensar e agir de acordo com o paradigma, a partir de uma visão diversa.

³⁶ Aqui colocamos dessa maneira, mas Collins (2016) fala sem os hífens.

³⁷ A autora enfatiza que, ao olhar de maneira “positiva” para o *status* de *outsider within*, não pretende negar o problema que está posto nesse *status* de subalternidade. Mas direciona o olhar para a possibilidade de superar a naturalização que o racismo e o sexismo impôs em colocar mulheres negras como o Outro negativo.

incute nessas mulheres uma perspectiva de **i.** autodefinição, ao criticar as caricaturas criadas para desumanizá-las, e **ii.** autoavaliação, para ressignificar o olhar sobre si mesma e não a partir de um “outro” (cf. Collins, 2016).

Dessa maneira, foi nas narrativas biográficas, ensaios e poesias, que essas mulheres negras passaram a retomar sua história, criando possibilidades para um presente e um futuro em que elas mesmas seriam protagonistas (cf. Corrêa, 2013). De acordo com Cida Bento (2022, p. 24), “é urgente fazer falar o silêncio, refletir e debater essa herança marcada por expropriação, violência e brutalidade para não condenarmos a sociedade a repetir indefinitivamente atos anti-humanitários similares”. Foi, portanto, na escrita de suas memórias e reflexões de sua condição de mulheres negras, pobres e também lésbicas, que criaram a possibilidade de se fazer ouvir e de buscar sua autodeterminação.

Ao compartilhar a experiência comum da escravidão, as mulheres negras, ao contrário dos homens, viam-se diante das questões de raça e gênero. Mais além, essas mulheres tinham a experiência histórica de serem negras e serem mulheres em uma sociedade específica, em um momento específico, ao longo de diversas gerações, o que sedimentou a base para um discurso distinto dentro do corpo literário afro-americano (Corrêa, 2013, p. 23).

Na escrita encontraram uma maneira de superar a subordinação, desvalorização e os silenciamentos. É sob essa ótica que mulheres negras começam a escrever e se organizar no interior do Movimento Feminista Negro. Dentre as que julgamos mais importantes, visto trazerem no período entre as décadas de 1970-1980 o “problema” que a interseccionalidade nomeia como é o caso de Maya Angelou (1928-2014) e também porque são as autoras norte-americanas mais referenciadas nos textos coletados do banco de dados (veremos na pesquisa bibliográfica do segundo capítulo) que são: Angela Davis (1944-), Audre Lorde (1934-1992) e bell hooks (1952-2021). Dentre as temáticas daquilo que cada uma dessas autoras escreveu, há algo que as une: a experiência de ser mulher e de ser negra dentro de um espaço-tempo específico. Há de se pontuar as nuances de cada autora citada para compreendermos os diálogos e convergências em todas e também as particularidades conceituais de seus escritos.

Em se tratando da intelectual negra, teórica feminista, crítica cultural, artista e escritora Gloria Jean Watkins, conhecida por bell hooks (1952-2021), no livro *Ain't I a Woman: Black Women and Feminism* (1981), observamos que o debate da autora segue nas reflexões sobre raça, gênero e classe. O título do livro faz referência ao discurso de Sojourner Truth “Ain't I a Woman” em Ohio, 1851, já citado neste estudo. Dentre os principais temas do

livro estão: **i.** a construção do imaginário racista da mulheridade negra, a partir de mitos criados para desvalorização e desumanização; **ii.** o patriarcado que favoreceu, em certa medida, também os homens negros, e com isso, apesar da resistência por emancipação negra, a especificidade da mulher negra foi secundarizada e; **iii.** o racismo das mulheres brancas de classe média no interior do Movimento Sufragista.

Como aponta a autora (2021), no segundo capítulo que expõe “a contínua desvalorização da mulheridade negra”, no período pós-colonização criou-se o “mito do matriarcado” que foi uma teoria social popular criada por homens brancos para desvalorização da feminilidade e mulheridade negra, e em menor potencial a masculinidade negra. Essa branquitude masculina, se baseou na argumentação vazia de que essas mulheres haviam extrapolado o que se entendia da feminilidade, e com isso eram “sub-humanas masculinizadas”, afirmando que elas eram matriarcas por serem provedoras do lar, posição essa atribuída aos homens. Ao assumir o lugar de provedoras (muitas famílias ou eram chefiadas por mulheres ou essas também trabalhavam igual os maridos, para sustentar a família) estariam tornando-os “emasculados, fracos e castrados”. Esse “mito” possui a naturalização dos papéis sociais em que o homem para provar sua virilidade, precisa ser o único provedor da casa e a mulher para provar sua feminilidade, precisa ser encerrada nos cuidados do lar.

Além de naturalizar papéis sociais, o “mito do matriarcado” concebeu uma falsa ideia de que as mulheres negras tinham algum tipo de poder político ou econômico, afinal, matriarcado é “um sinal de poder nas poucas sociedades que se desenvolveu”. Para hooks (2020), essa falsa ideia de poder gerou nas mulheres negras a não necessidade de se articular em ativismo social, já que o matriarcado indicava poder às mulheres, mas na verdade “não existe poder efetivo que permita às mulheres em questão controlar seu próprio destino” (p. 124, 2020), visto que a situação da mulher negra jamais foi segura no país.

A autora aponta que essa construção no imaginário da branquitude e da “aceitação” desse estereótipo por parte das mulheres negras, difundiu a ideia de que a mulheridade negra não possuía gênero, pois agia como um homem, logo não possuía atributos que as mulheres — leia-se brancas de classe média — possuíam. Por ter os atributos de “masculinizadas, castradoras e ameaçadoras” o gênero feminino lhe foi usurpado.

Além desse “mito”, os estereótipos que foram gerados ainda no período da colonização, foram perpetuados ao longo do século XX nos Estados Unidos. hooks (2020) aponta dois tipos de construção racistas direcionados à mulheridade negra: **i.** a mãe preta: que era a ama de leite e cuidava dos filhos de suas senhoras; era uma mulher passiva e com

características que as assemelhava a um animal grotesco; essas mulheres eram assexuadas. **ii.** a mulher promíscua: esse estereótipo foi o que mais se perpetuou no pós-abolição, visto que a mãe preta já não podia existir sem a existência da escravidão. Essa mulher possuía uma decadência sexual, uma selvageria “abominante e demoníaca”³⁸. Esses dois estereótipos que se anulam, foram produzidos para criar uma caricatura alheia à mulher negra, a fim de exercer controle sobre ela. Essa visão direcionada à mulher negra foi bastante utilizada para validação das violações cometidas pelos “senhores” no período da colonização, mas não só, esse estereótipo fez das mulheres negras pessoas “inadequadas para o casamento”³⁹ (2021, p. 112) colocando-as na condição de sub-humanas e incapazes de receber afeto ou tratamento humano.

Esse tratamento sub-humano era vivido, de modo geral, pelas mulheres. Isso porque mulheres, dentro de uma sociedade patriarcal, estavam no patamar de objeto. E a autora aponta isso. Ela nos mostra que a idealização referente à mulher branca como mulher universal, casta e do lar, bem como a desvalorização/bestialização da mulheridade negra enquanto desvio dessa norma, são formas de categorizar mulheres a partir do olhar masculino. Essa discussão é exposta no terceiro capítulo do livro.

hooks (2020) salienta que colocar apenas o homem branco no lugar de “inimigos” das mulheres “criou um bode expiatório conveniente para os homens negros” (hooks, 2020, p. 145) desviando e até isentando o sexismo também cometido por eles às mulheres. Segundo aponta, a partir do momento que acontece esse desvio, homens negros não são compreendidos e nem encarados como possíveis exploradores de mulheres e perpetuadores do sexismo e patriarcado. Embora o homem negro vivencie o racismo, o sexismo se mostrou mais forte em se tratando da obtenção de direitos. Isso fez com que, por exemplo, nos movimentos sociais em favor da população negra, a questão de gênero e do sexismo praticado por esses homens, fossem inibidos e tornados secundários, possuindo como centralização a busca pelo poder masculino negro.

No quinto e último capítulo do livro, a autora enfatiza, assim como Angela Davis (2016), a questão do racismo cometido por mulheres brancas Sufragistas na luta pelos direitos das mulheres. Esse racismo carregava a ideia de união de todas as mulheres em prol de uma causa em comum, mas ignorava que, para haver uma união bem sucedida, o racismo que impactava as mulheres negras não poderia ser negligenciado. Embora a luta de mulheres

³⁸ No Brasil essa mulher foi denominada como Mulata e veremos como esse estigma foi reforçado pelo “mito da democracia racial” a partir das reflexões de Gonzalez (2020) e Sueli Carneiro (2011; 2019) no capítulo III.

³⁹ Servindo como corpos para serem “consumidos” apenas extraconjugalmente.

brancas e negras possuísem resistência ao sexismo, a questão do racismo e da pobreza vividos pelas mulheres negras e brancas trabalhadoras, divergia dos objetivos das Sufragistas. Ela aponta que esse racismo se prolongou ao longo do século XX com o adicional do *apartheid* racial e social. Mulheres negras precisaram focar em si enquanto grupo à parte.

Foi através das experiências das mulheres negras, que foi fortalecida a criação de um coletivo Feminista que não era uma negação do Movimento Feminista nascido no século XIX, mas sim um Feminismo Negro com o

Compromisso para erradicar a ideologia de dominação que permeia a cultura ocidental em vários níveis — sexo, raça e classe social, para citar alguns — e um comprometimento de re-reorganizar a sociedade dos Estados Unidos de maneira que o autodesenvolvimento das pessoas possa preceder o imperialismo, a expansão econômica e os desejos materiais (hooks, 2020, p. 306).

Assim como hooks, a filósofa, professora, Marxista e integrante do partido comunista Angela Davis (1944-), escreve e reflete teoricamente sobre as particularidades que mulheres negras vivenciam em solo norte-americano. Ambas autoras mencionam o pioneirismo das ativistas negras do século XIX destacando Sojourner Truth como uma de suas referências. No livro *Women, Race, and Class* (1981), Davis nos indica a incontestabilidade de que houve racismo no desdobramento do Movimento Sufragista. E de que não há como pensar em emancipação de mulheres e emancipação da população negra sem levar em consideração a indissociabilidade de gênero, classe e raça. Na explanação de seu pensamento, mesclaremos entre sua vida descrita no livro *An Autobiography* (1974) quanto em *Women, Race, and Class*, visto que vida e obra da autora se fundem e nos dão indícios de continuidade teórica, filosófica e ativista.

Davis (2019 [1974]) descreve em sua autobiografia como foi crescer em um Estado extremamente segregado no Sul dos Estados Unidos, especificamente no Alabama. A autora nos mostra detalhes da memória que guardou ainda da infância, do *apartheid* racial e das violências vivenciadas pela população negra. Insere-nos nas temáticas como: avanço de grupos extremistas brancos; a importância que teve a educação em sua vida para se organizar coletivamente em movimentos sociais e partidos políticos de esquerda; e a violência estatal que inclusive a encarcerou em 1970. Esse último acontecimento perpassa grande parte do livro, assim como sua filiação ao partido comunista e sua entrada ao BPP – a parte do grupo não-violento –. A autora nos mostra como a resistência política da população negra e das mulheres negras lhe possibilitou uma tomada de consciência que a fez encarar a vida como uma busca incessante pela liberdade humana. Davis (2019) nos mostra o perigo e a força de

ser mulher e negra resistindo contra as opressões e lutando ativamente dentro de movimentos sociais.

Quando adentrou nos movimentos sociais deu-se conta da falta de manejo por parte dos líderes negros em inserir em suas análises sobre a realidade, reflexões sobre gênero nas suas falas e no seu modo agir (visto que muitos líderes perpetuavam o machismo com suas companheiras de luta). Era comum que reduzissem o ativismo da filósofa a ser comunista, ignorando a completude de sua existência que era caracterizada pela raça subalterna e pelo gênero destituído de valor, aliados a sua luta política. Foi observando e vivenciando o interior dos movimentos pela libertação negra que a autora percebeu que havia algo que faltava: as reflexões e críticas ao sexismo por parte dos integrantes que compunham os Movimentos pelos Direitos Civis, dos Panteras Negras e do Partido Comunista norte-americano.

Ao dar-se conta da emergência das discussões acerca do sexismo, a autora passou a dedicar-se também ao estudo de mulheres que culminou na publicação de *Women, Race, and Class*. No livro que possui 13 artigos e ensaios feitos ao longo da década de 1970, observamos que as principais temáticas da autora giram em torno do: Movimento Sufragista e o descuido em lidar com as questões também específicas de mulheres negras e trabalhadoras (brancas e negras); vivências de mulheres e homens negros escravizados e a desvalorização dessa população perpetuada ao longo do século XX; os estereótipos racistas que desumanizam homens e mulheres negras; a saúde reprodutiva e controle da natalidade.

A autora compartilha do mesmo pensamento de hooks (2020) com relação ao racismo dentro do Movimento Sufragista. Segundo ambas, o Movimento Sufragista solapou a raça e classe (negra e pobre) da luta feminista. As mulheres brancas que compunham o Movimento ficaram desapontadas quando, com o fim da Guerra Civil norte-americana, os homens negros eram cogitados a receber o direito ao voto e não elas. (Davis, 2016 [1981])

A resistência por parte das Sufragistas em não admitir a particularidade da raça que envolvia a mulher negra, como uma demanda que precisava ser debatida no interior do Movimento de Direitos das Mulheres, nos indica como o “mito da feminilidade” incutiu dentro do imaginário feminino o que representava a mulher no século XIX. Os estereótipos da época atribuíam à mulher a raça branca: enquanto mulheres brancas eram consideradas mulheres, mulheres negras eram seu oposto, visto já serem perpassadas pelo racismo e o racismo parecia ser a única opressão que deveriam combater. Mulheres negras só eram consideradas mulheres, quando se tratava do uso de seus corpos para prazeres sexuais; quando reduzidas ao sexo, eram estupradas, com a argumentação de que possuíam uma tendência a

aguentar violências sexuais, pelo grande apetite sexual falsamente criado pelo patriarcado branco.

Outra temática que a autora aborda é sobre a saúde reprodutiva. Davis (2016) nos indica que a década de 1970 trouxe avanços nas análises acerca da saúde reprodutiva e o controle da natalidade. Esses avanços foram utilizados como prerrogativa para que o Movimento Feminista conseguisse a aprovação da lei pelo direito ao aborto 1973⁴⁰. No entanto, algumas ativistas negras, como a própria autora, passaram a criticar a maneira como se desdobrou a garantia do aborto legal, associando-o ao genocídio, pois, apesar de seu inegável avanço na defesa da “maternidade voluntária”, nas bases desse direito havia uma negligência intencional com a esterilização involuntária.

Essas esterilizações eram direcionadas ao controle da natalidade das populações de minorias étnicas, para evitar uma demanda posterior por emprego e possivelmente o aumento da miséria no país. Ou seja, as questões de raça e classe estavam colocadas em se tratando do aborto. Dito de outro modo, mulheres negras e pobres, não tinham o direito de escolher se queriam ter seus filhos ou não, sendo esterilizadas sem seu consentimento, por serem consideradas populações indesejáveis. Embora o debate sobre as questões do aborto tenha sido um enorme avanço para as mulheres e o direito sobre seus corpos, não tratar das diferenciações entre negras e brancas obscureceu esse avanço (cf. Davis, 2016).

Com isso, a conquista do direito ao aborto, confundia-se com a ação do Estado para proteger a saúde das mulheres e, ao mesmo tempo, a institucionalização do aborto involuntário em mulheres negras. No caso das mulheres negras e de minorias étnicas, não querer ter filhos se tratava muito mais de suas próprias condições econômicas, desigualdade social e falta de assistência estatal. Mas essa decisão por parte das mulheres negras, de minorias étnicas e pobres foi suplantada. Segundo Davis (2016, p. 213), desde as primeiras reivindicações pelo aborto legal ainda no final do século XIX⁴¹ “o viés de classe e o racismo

⁴⁰ Mas em 1977 houve a aprovação da emenda *Hyde* que determinava a retirada de capital federal destinados ao aborto. Dessa maneira, mulheres negras, de minorias étnicas e brancas pobres, foram impossibilitadas de realizarem abortos seguros. Neste contexto, o departamento de saúde, bem-estar e educação financiou procedimentos de esterilização cirúrgicas e isto fez com que essas mulheres pobres e de minorias étnicas cada vez mais optassem pela esterilidade permanente.

⁴¹ Além de receitas de como abortar ou evitar filhos, houve a “cruzada de uma vida inteira pelo controle de natalidade” da enfermeira Margaret Higgins Sanger. De origem da classe trabalhadora, Sanger se filiou ao partido socialista e se propôs a ajudar mulheres que buscavam, no controle da natalidade, o caminho para alçar voo nas carreiras profissionais. Mas Sanger, ao sair do partido socialista, não via mais o problema do controle da natalidade como algo associado à exploração capitalista. Foi com a ideia de “suicídio de raça” disseminada pela branquitude, que a enfermeira passou a defender uma ideologia racista ao dizer que, quanto mais filhos as mulheres negras e pobres possuísem, mais aumentaria a miséria da população. Com isso perdeu o viés progressista que tinha a “cruzada de uma vida inteira pelo controle de natalidade” e passou a se associar ao movimento eugenista. (Davis, 2016)

se infiltraram no movimento pelo controle da natalidade”.

Como vimos, o racismo e o sexismo atingiram de modo particular a existência das mulheres negras e sobre o seus corpos, mas isso não significa que os homens negros não haviam sofrido estereótipos, até porque os papéis sociais foram de extrema importância para categorizar homens e negros, como apontou hooks (2020). Com relação aos homens negros, Davis nos insere na discussão acerca de como a hiperssexualização atingiu toda a população negra. Homens negros também foram reduzidos à características animais. O “mito do estuprador” foi exemplo do estereótipo animal e da perseguição a esses homens. Foi usado para validar linchamentos por grupos extremistas da supremacia branca. Esses linchamentos possuíam como argumentações **i.** a tentativa de mitigar uma possível ascensão de um “patriarcado negro” – ou seja, a ideia de uma disputa de poder entre homens brancos e negros no período da reconstrução americana –; **ii.** para “proteger a feminilidade branca e casta” da selvageria dos homens negros que buscavam no estupro, a validação de sua virilidade.

Eis que, em se tratando dessas duas autoras, observamos seus escritos mais voltados para a reflexão e teoria acadêmica. Ambas possuem convergências com relação à crítica feita ao Movimento Sufragista, aos estereótipos construídos para desvalorização da comunidade negra. Observamos que hooks avança bastante na questão de que homens negros podem e reproduzem ações patriarcais e sexistas, embora também sofram racismo. Vivenciar o racismo em sua carne não significou, por exemplo, que líderes negros olhassem de maneira atenta para o gênero, a raça e classe de suas companheiras de luta em prol da emancipação negra no geral.

Além de ambas, outra acadêmica que proporcionou ensaios e conferências a respeito do problema que as mulheres negras enfrentavam foi a escritora estadunidense, filósofa, poeta e ativista feminista, que refletia também sobre sexualidade e sobre os direitos civis, Audre Lorde (1934-1992). Lorde publicou seu livro *Sister Outsider* em 1984. Composto por ensaios e conferências feitas entre 1975 a 1983. Nele a autora traz as particularidades do existir da mulher negra e lésbica nos Estados Unidos. Nos mostra que a escrita foi uma arma de revolução para que mulheres negras pudessem resgatar os séculos de silenciamentos.

No livro, podemos identificar que Lorde aborda: o racismo que desumaniza mulheres negras; a lesbofobia que, muitas vezes, a impediu de dizer sua sexualidade por medo de não ser ouvida dentro dos Movimentos pela Libertação Negra (já que esse último lidava de maneira estanque a questão racial); o erótico como forma de romper com a ideia de que mulheres negras são decadentes sexuais e relaciona-o com o amor; a raiva que foi despertada

entre a população marginalizada, o que possibilitou o desfoque do real inimigo; e como a escrita é ferramenta imprescindível para a consciência de si no mundo.

Dentre os artigos que compõem o livro estão os intitulados “a poesia não é um luxo” e a “transformação do silêncio em linguagem e ação” que a autora nos fala da poesia e também da linguagem como ferramenta para a tomada de consciência e do ativismo. Para Lorde, a poesia não é “um estéril jogo de palavras”, visto que as mulheres negras viram na arte e no ato de escrever, uma fonte para protagonizar e/ou compreender seus sentimentos a partir de suas experiências vividas, sem negá-las.

Para as mulheres, a poesia não é um luxo. É uma necessidade vital da nossa existência. Ela cria o tipo de luz sob a qual baseamos nossas esperanças e nossos sonhos de sobrevivência e mudança, primeiro como linguagem, depois como ideia, e então como ação mais tangível. É da poesia que nos valem para nomear o que ainda não tem nome, e que só então pode ser pensado. (Lorde, 2019, p. 45).

Ela propõe que o ato de escrever serve para conhecer e aceitar os sentimentos, pois sem compreender aquilo que se é e o que sente, não há como buscar soluções para os problemas do mundo. Afirmar a poesia como ferramenta para a quebra de silenciamento também é, no ponto de vista da autora, legitimar a escrita “singular” da poesia como caminho para o ativismo, visto ser uma escrita mais acessível para as populações marginalizadas e que lhes possibilita expressar suas visões e leituras de mundo sem necessariamente fazer parte de um corpo acadêmico. Muitas mulheres negras viram na poesia um lugar para se fazer ouvir e principalmente para entender a si mesma.

O ato de expressar-se e de ser ouvida está justamente na afirmação da autora de que “meus silêncios não me protegeram. Seu silêncio não vai proteger você” (Lorde, 2019, p. 50). Ao falar do silêncio para ser transformado em linguagem e ação, a autora enfatiza a dialética que Collins (2016) nomeia como opressão-consciência-ativismo. Ou seja, a mulher negra, que é subordinada e toma consciência de sua subordinação, pode usar esse despertar para uma ação que vise se libertar e libertar outras mulheres negras. Vemos que uma das possibilidades de ação, a partir da tomada de consciência, está no ato de escrever as experiências, observá-las de maneira crítica e construir teorias a partir das experiências vividas.

É partindo da arte de escrever sobre si e sobre outras mulheres em condições parecidas, que acontece o entendimento de que é necessário transformar a sociedade. Segundo a autora é fundamental que as mulheres negras sejam as narradoras de sua própria história e

complementa “se eu mesma não me definisse, eu seria abocanhada e engolida viva pelas fantasias dos outros ao meu respeito” (Lorde, 2019, p. 176).

Uma discussão bastante interessante da autora é referente ao erótico em “usos do erótico: o erótico como poder” como investigação filosófica, para criticar o sexismo. Ela nos indica que a criação dos estereótipos sexualmente deturpados que desumanizam ou idealizam mulheres são maneiras de reprimir e desconsiderar sentimentos e experiências. Ela aponta que foi inculcada uma inferioridade feminina para “se sentirem ao mesmo tempo indignas de respeito e culpadas pela existência desse sentimento” (Lorde, 2019, p. 66). Para a autora, o sentir não é inferior à razão, inclusive ele em certa medida é superior à razão ou lhe dá suporte. E afirmar isso, é negar que o erótico é algo pecaminoso ou “desviante”, significações dadas pela moralidade cristã. O erótico é um desdobramento da liberdade de ser e agir da maneira que gostaria de ser.

Já no tocante ao livro autobiográfico intitulado *I Know Why the Caged Bird Sings* de 1969 da escritora, poetisa e ativista dos Estados Unidos, Marguerite Ann Johnson, conhecida pelo seu pseudônimo de Maya Angelou (1928-2014), somos levadas a, ainda no próprio título, refletir sobre a ideia de liberdade. Djamila Ribeiro, o define como “narrativa de libertação”. Os pássaros cantam na gaiola, porque embora estejam encarcerados, o ato de cantar se apresenta como rebeldia. No caso o das mulheres negras de falar e escrever, sustenta uma ideia de subversão da condição colonial a qual foram submetidas e que perdura no período de pós-colonização. Ela resgata, ainda no título, a busca pela liberdade das *freedom songs* bastante utilizadas no *Blues* no início do século XX que salientamos acima (no tópico 1.1).

Essa autobiografia, que possui uma estrutura de romance, relata os anos de sua própria vida enquanto criança nascida no Norte dos Estados Unidos, mas que viveu a partir dos três anos em Stamps, Arkansas, no Sul extremamente segregado dos Estados Unidos. É um livro que nos mostra como a criatividade de uma jovem negra foi ferramenta para criar mundos em que a dor e as opressões já vividas, em um corpo de criança e depois jovem, fossem amenizadas. Angelou viveu em meio ao *apartheid* racial que era profundo no Sul do país. Dentre os principais temas que a autora aborda estão: a religião; a aparência da população negra; o desprezo à população branca como forma de validação de si mesma; a educação e literatura como ferramenta de libertação.

No que se refere à aparência da população negra, que está também ligada à autoestima, relata como os traços negroides eram associados à feiura, quanto mais fortes, mais afastados eram do que se entendia por beleza, ao olhar para si sob a ótica de mulher pouco

merecedora de afeto e carente de beleza, características que o próprio racismo incutiu nas mulheres negras. Mas a autora nos mostra uma mudança desse olhar a partir de sua autoconsciência e da referência de outras mulheres negras em sua vida. Ao definir-se a si mesma e criticar os estereótipos racistas, Angelou passa a se denominar, também imbuída das canções de liberdade, enquanto uma mulher que pertence a “uma raça maravilhosa”.

Uma questão que marcou bastante sua vida além da questão de sua própria imagem, foi a religião, que de certo modo, foi bastante presente na história da população negra, principalmente pela necessidade de criar e construir suas próprias igrejas, já que a segregação racial impedia que negros frequentassem as igrejas brancas. Essa religiosidade foi ferramenta para amortecer a realidade cruel em que a população negra vivenciava. Angelou alternava entre criticar e “elogiar” o *modus operandi* dos fiéis. Ela criticava a maneira pela qual a religião guiava os negros e negras para agirem de maneira resignada à branquitude, mesmo sendo desrespeitados. Segundo ela, a religião disseminava entre a população negra o pensamento de que viver livremente era algo proveniente apenas de uma intervenção divina. Essa perspectiva da religião impossibilitava um pensamento mais radical diante das desigualdades vivenciadas pela segregação racial e ela passou a desejar que a elevação da população negra pudesse ser vivida na terra e não em um céu abstrato.

Em muitos momentos do texto, mostra como a música foi bastante presente na resistência negra. Nos momentos em que se encontrava dentro das igrejas e era tomada pelas canções de liberdade sentia-se “uma integrante orgulhosa da maravilhosa raça Negra”. Já em outros momentos ela chega a reverenciar (não nomeadamente) os negros e negras do final do século XIX e início do século XX que encontraram na música uma maneira de ecoar sua busca pela liberdade ao dizer “ah, poetas Negros conhecidos e desconhecidos, com que frequência suas dores loteadas nos seguraram? quem vai computar as noites solitárias amenizadas por suas canções?” (Angelou, 2018, p. 216)

Assim como as autoras mencionadas, Angelou despertou, a partir da escrita e da literatura, um olhar crítico e também acolhedor sobre si mesma pois, “era horrível ser Negra e não ter controle sobre a minha vida. Era brutal ser jovem e já ser treinada para ficar sentada em silêncio ouvindo as acusações feitas contra minha cor sem chance de defesa” (Angelou, 2018, p. 211), a literatura e o ato de escrever foi usado para questionar os estereótipos e os silenciamentos que tornaram mulheres negras alheias de sua própria história.

Considerando os aspectos trabalhados pelas autoras citadas nas autobiografias, nos ensaios, nos artigos e conferências, as mulheres negras reconstroem a ideia de suas próprias identidades expressando-se a partir de sua perspectiva e não do outro (cf. Corrêa, 2013). As

escritas não-tradicionais dessas mulheres traziam um fio condutor principal: a interconexão de raça, classe e gênero. Ao escrever, analisaram sua situação no mundo e os motivos concretos de sua subalternização, elas passaram a se entender enquanto intelectuais, já que o número de mulheres negras era bastante irrisório dentro da academia, se os escritos dessas mulheres não fossem considerados, por não serem acadêmicos, seriam perdidos (cf. Collins, 2019).

Através do passado, de suas vivências enquanto crianças e jovens negras, passaram a estabelecer seu próprio caminho e trilhar o futuro (cf. Corrêa, 2013). Escrever foi e ainda é uma ação emancipatória, porque mulheres não acessavam a mesma possibilidade de educação que os homens negros, além do mais escrever sobre si, nessas circunstâncias que lhes são transpassadas pela raça, gênero e classe, possibilita sua autodefinição, que segundo Collins (2016), diz respeito ao processo político de desafiar as imagens estereotipadas que foram externamente definidas e a consciência de que são agentes de conhecimento, que poderia ser compreendida com o que a autora chamou de autoavaliação dessas mulheres negras ao autodefinir-se de maneira autêntica.

A escrita para a tradição do Pensamento Feminista Negro, possibilitou a recuperação do conhecimento que foi subjugado e suprimido, além do que “a retomada da própria voz torna-se, portanto, uma ferramenta importante para reverter as relações de poder que mantêm as mulheres negras em situação de subordinação” (Bueno, 2019, pp. 40-41).

Para Collins (2019) o que forma essa ascensão do Pensamento Feminista Negro norte-americano está na dialética opressão/ativismo, isto é, a supressão de suas ideias foram e vem sendo superadas pelo ativismo intelectual. Sendo uma teoria crítica social, o pensamento das afro-americanas é equiparado à própria busca da justiça social, portanto, a ética é o “cerne do Feminismo Negro, cuja razão de ser consiste em dismantelar as injustiças sociais de raça, classe, gênero e sexualidade, que produzem desigualdades sociais nas experiências das mulheres de cor” (Collins, 2017, p. 14). Experimentando uma exclusão histórica, que as apagou enquanto agente do conhecimento e enquanto ser humano, as mulheres negras muito antes do advento do Feminismo, já buscavam sua autoafirmação e autoavaliação dentro da sociedade.

Na década de 1970, no interior do Movimento Feminista Negro, as mulheres exigiam a correção tanto do sexismo e heterossexismo dos Movimentos Negros quanto do racismo e do heterossexismo do Movimento Feminista Branco. Como as lutas possuem especificidades, é descabido tomar o Feminismo Branco como parâmetro para o Feminismo Negro. De fato, partir do pressuposto de que esse último emergiu das incompletudes do primeiro, ainda

secundariza a luta de mulheres negras, além de suplantando as lutas já provindas do período escravocrata.

Ou seja, a diferença entre mulheres, no que diz respeito à sua imagem, é de grau e não de tipo (Collins, 2016), isso significa dizer que as mulheres são subdivididas em categorias (de grau, pela cor/etnia, classe, sexualidade etc.), mas ainda estão dentro da categoria mulheres, apesar de frequentemente as mulheres de minorias étnicas e negras sejam colocadas em posições inferiores do não-lugar. Isso porque, embora mulheres estejam no nível de objetos, e essa imagem criada as desumaniza a fim de controlá-las, mulheres negras recebiam a violência racista que as colocou no nível mais baixo da sociedade. Com isso, precisaram recriar e (re)definir a si mesmas. E é nessa definição de si própria que essas mulheres

Rejeitam a suposição irrefletida de que aqueles que estão em posições de se arrogarem a autoridade de descreverem e analisarem a realidade têm o direito de estarem nessas posições. Independentemente do conteúdo de fato das autodefinições de mulheres negras, o ato de insistir na autodefinição dessas mulheres valida o poder de mulheres negras enquanto sujeitos humanos. (Collins, 2016, p. 104)

As mulheres negras observaram na ascensão dos movimentos que reivindicavam a liberdade da população negra, uma oportunidade para introduzir as análises das questões e problemáticas de gênero e raça. Desta maneira, o Feminismo Negro apontava que

as questões de raça e suas dificuldades associam-se unicamente ao ser homem negro, e as questões de gênero unicamente ao ser mulher branca. As experiências das mulheres negras não se inseriam nem no ser mulher nem no ser negro. Seja nas discussões teóricas, seja nas vivências do dia a dia, a mulher negra experiencia o não-lugar (Leal, 2020, p. 17).

Com isso, para as mulheres negras, torna-se impossível separar tudo que lhe cruza porque isso apagaria as especificidades de sua existência no mundo.

A partir do Feminismo Negro, várias organizações e grupos se uniram defendendo a completude de tudo que lhes oprimia e “expressaram suas ideias em” panfletos políticos, como os que foram entregues pelas membras do *Combahee River Collective* que veremos a seguir; poesias, como as escritas por Audre Lorde e Maya Angelou, que apresentam o protagonismo da experiência da mulher negra; ensaios, que compunham livros discutidos acima; coletâneas, dentre as quais aquelas ontológicas que segundo aponta hooks (2020), foram a porta de entrada de muitas mulheres negras para a primeira publicação de seus escritos; além “da arte e outras formas criativas dentro dos movimentos sociais, se

envolveram em iniciativas comunitárias locais, desenvolvendo, ao longo do tempo, sensibilidades interseccionais” (Collins; Bilge, 2021, p. 91).

Dentre esses grupos, o *Combahee River Collective*, favoreceu o protagonismo das mulheres negras e lésbicas, evidenciando a capacidade intelectual dessas mulheres, já que muitas dessas ativistas estavam distantes do âmbito acadêmico e do mercado de trabalho formal, o que tornava a possibilidade de superar sua opressão mais difícil, acresce que, o *Combahee River* trouxe alternativas de transgressão.

1.5 O Coletivo *Combahee river*: protagonismo de mulheres negras e lésbicas

Fruto dessa onda feminista negra que emergia com essa efervescência social, desenvolve-se o coletivo *Combahee River* (1974-1980), composto em sua maioria por mulheres negras e lésbicas que buscavam ajudar mulheres pobres e negras que sofriam violências estatais. Dito isso, assim como aponta Henning (2015), seria problemático não dar a devida importância ao Feminismo Negro e ao coletivo *Combahee River*, pois eles são marcos extremamente relevantes para a (re) estruturação das críticas já iniciadas no século XIX a respeito desse entrelaçamento racial, de gênero, classe e sexualidade.

Assim, com a efervescência do Movimento Feminista Negro, foi criado o coletivo em que suas membras possuíam o objetivo de estar

Ativamente comprometidas na luta contra a opressão racial, sexual, heterossexual e de classe, e consideramos como nossa tarefa particular o desenvolvimento de uma análise e uma prática integradas pelo fato de que os principais sistemas de opressão estão interligados (Combahee River, 2018, p. 138).

Compreendendo que as análises dessas ativistas e intelectuais sobre os entrelaçamentos de marcadores sociais e que estruturam as opressões não datam especificamente dos anos 1989, quando o conceito interseccionalidade foi criado, mas, ao contrário, o problema sobre o qual o conceito lança luz “é bem anterior, e um de seus marcos simbólicos tem sido visto como as contribuições do influente manifesto de 1977 do *Combahee River Collective*” (Henning, 2015, p. 102). O coletivo foi assim, um dos braços do Feminismo Negro em ascensão.

O *Combahee* foi criado em 1974, depois do encontro da *National Black Feminist Organization* (NBFO) em Nova York, quando Barbara Smith, uma das fundadoras do coletivo, participou do encontro e decidiu, juntamente com Demita Frazier, fazer uma sessão em Boston, “uma cidade extremamente segregada, mas politicamente estimulante” (cf. Harris

apud Falquet, 2018). O coletivo sobreviveu até o ano de 1980. Seu nome é uma homenagem feita às *Underground Railroad*⁴² (rotas pela liberdade), encabeçada pela ativista negra Harriet Tubman que, às margens do rio *Combahee*, ajudou mais de 700 escravizados a fugirem para o Norte livre.

O coletivo, assim como grande parte das feministas negras, criticava a negligência das feministas brancas tanto do Movimento Sufragista, quanto do Movimento Feminista (branco) contemporâneo, por não trazerem as questões de raça e gênero entrelaçadas em seus análises sobre a sociedade. E essas críticas eram principalmente feitas por mulheres negras, ativistas antirracistas e lésbicas. Com isto, as membras do coletivo defendiam uma luta contra a opressão sexual das mulheres, articulada a outras formas de dominações que envolviam racismos, heterossexismos, explorações e opressões (cf. Henning, 2015).

Falquet (2018) aponta que o coletivo passou por três períodos que envolveu desde um simplório encontro inicial até a presença em manifestações e entrega de materiais em forma de panfletos para a conscientização do racismo e do sexismo que assolavam as afro-americanas. Nos anos iniciais do coletivo, elas não possuíam um plano político bem delineado a não ser “à ampla tarefa a se engajar e lutar contra todas as opressões simultaneamente” (Falquet, 2018, p. 125). Neste primeiro momento, as participantes “se aproximaram das feministas socialistas e se convenceram da necessidade de elaborar uma análise materialista, econômica e de classe, da situação das mulheres negras” (Falquet, 2018, p. 126). Essa perspectiva histórica e materialista possibilitou o amadurecimento das críticas feitas ao *status quo* em que encontravam-se as mulheres negras, visto que as categorias da diferença, quando somadas, colocavam-nas em uma situação de exploração capitalista, de gênero e de raça

Em 1977, elaboraram o manifesto que marca propriamente a melhor organização do grupo. Entre 1977 e 1979, as integrantes organizaram sete encontros, com o intuito de avaliar o que haviam feito enquanto coletivo. Também refletiam sobre as coalizões entre mulheres negras e brancas, mulheres lésbicas e não-lésbicas, além de apresentar discussões temáticas como: o separatismo lésbico⁴³ e as esterilizações forçadas/involuntárias, que eram realidade entre as mulheres negras, pobres e de minorias étnicas.

⁴² Esses eram esconderijos e rotas de fuga em que os negros escravizados da Carolina do Sul utilizavam para ir aos estados do Norte ou para o Canadá.

⁴³ Audre Lorde (2019) fala do perigo do separatismo lésbico que seria centralizar a luta de mulheres lésbicas em um grupo só de lésbicas. Para Lorde, era preciso fazer coalizões até para despertar a consciência da lesbofobia entre os próprios ativistas. Logo, a identidade de quem pertence a um grupo que luta por emancipação não deve ser algo que exclua as pessoas do ativismo, mas o que conta é se, apesar das diferenças, os participantes possuem objetivos políticos alinhados à causa da libertação.

Esses encontros foram necessários para melhor articular e mapear as ações do coletivo, que, ao criticar e buscar transformar a realidade violenta das mulheres negras, confeccionavam panfletos com o intuito de promover autoconsciência, com conselhos de autodefesa e denúncia sobre estatísticas dilacerantes a respeito das violências sofridas pelas mulheres negras. Esse período de maior articulação entre as participantes possibilitou o que Falquet (2018) chamou de terceiro período do *Combahee*. Após a criação do manifesto, em 1977, o coletivo se viu maduro e bem mais organizado politicamente. Foi com seu manifesto que o coletivo passou a melhor organizar seus objetivos e isso possibilitou maior engajamento político. Vale salientar que, um grupo como este, construído em sua grande maioria por mulheres lésbicas, era um ativismo político corajoso, que também questionava o heterossexismo dentro dos movimentos sociais de mulheres (brancas) e dos negros.

Por conseguinte, durante toda década de 1970, formado por ativistas negras, que provinham do Feminismo Negro em suas várias formas de organização política, incluindo Audre Lorde, o *Combahee River* tornou-se um grupo que difundiu as perspectivas do Feminismo Negro e da identidade negra em sua totalidade (visto ter como objetivo compreender as opressões em suas múltiplas formas de sobreposição), dando a devida importância às experiências das afro-americanas enquanto grupo, conseguindo apoio de igrejas e do Movimento Feminista Branco, coalizões necessárias para a mobilização de pessoas para a causa das mulheres negras em sua multiplicidade.

1.6 Mulheres são plurais: as dinâmicas sociais sob a ótica interseccional

Após todo este percurso, observamos que ao chegar no final da década de 1980, as discussões sobre as especificidades das mulheres negras já era uma constante entre as ativistas e intelectuais negras. Baseando-se na falta das políticas públicas e de um olhar político que compreendesse as especificidades das mulheres negras, a jurista e cofundadora do *African-American Policy Forum* (AAPF)⁴⁴, Kimberlé W. Crenshaw (1959-) na palestra em 1989 intitulada “Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics”⁴⁵, inaugura o conceito (mas não o problema, visto ser bem anterior à sua elaboração) de

⁴⁴Organização sem fins lucrativos fundada em 1996. Possui como objetivo conectar intelectuais acadêmicos, formuladores de políticas e ativistas para enfrentar as desigualdades a partir da perspectiva da interseção de gênero, raça, classe e outras categorias da diferença. (Moutinho, 2014). Para conhecer mais acesse <https://www.aapf.org/>.

⁴⁵Desmarginalizando a interseção entre raça e sexo: uma crítica feminista negra à doutrina antidiscriminação, à teoria feminista e à política antirracista.

interseccionalidade. Segundo Moutinho (2014) as análises de Crenshaw possuem dois eixos que são estruturantes na sua teoria sobre a interseccionalidade: raça e gênero; justiça e violência. E, a partir desses eixos fundamentais, a autora organiza sua palestra de 1989.

A palestra foi fruto da reflexão e crítica da autora para que de fato pudesse alcançar a eficácia da Convenção sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) de 1979. Ela encara a discriminação como um problema de saúde pública, por isso a necessidade de debater a discriminação considerando a situação da mulher negra a partir da estrutura, isto é, como as questões de raça e classe se estruturam e situam as mulheres negras à margem da sociedade. Nesse sentido, a interseccionalidade proposta por Crenshaw é uma análise estrutural.

Partindo da crítica feminista negra, Crenshaw (1989) afirma que a problemática de tornar exclusivas a luta de gênero de um lado e a raça de outro, gerou o apagamento desse grupo específico e limitou os esforços teóricos das mulheres negras nas lutas antirracistas e feministas ao longo dos séculos XIX-XX. Ela segue assim, o caminho da crítica de suas predecessoras. De acordo com Akotirene (2019) “A interseccionalidade instrumentaliza os movimentos antirracistas, feministas e instâncias protetivas dos direitos humanos a lidarem com as pautas das mulheres negras” (Akotirene, 2019, p. 39). E Crenshaw aponta que o Estado utilizou-se das categorias da diferença de gênero e raça, associadas a outras categorias que as entrecruzam, para a sustentação das desigualdades sociais, extorquindo a possibilidade das mulheres negras de ascenderem socialmente.

Segundo Crenshaw, a doutrina anti-discriminação proposta pela CEDAW se apresentou como um dilema para as mulheres negras, visto que quando separa as discriminações em um “eixo-único” perde-se a totalidade da existência dessas mulheres. Olhar para as categorias de maneira isolada tende a privilegiar o sexo e/ou classe quando se trata das discriminações de raça, e a classe e/ou raça quando se trata da discriminação de gênero. Lidar com essas dimensões de maneira estanque, distorce e inviabiliza o entendimento das opressões e subordinações direcionadas às mulheres negras tornando incompleta a equidade dos direitos humanos. A autora observou que as movimentações sociais em prol da emancipação não traziam as questões específicas e complexas de raça e gênero e concluiu que “qualquer análise que não leve em conta a interseccionalidade não pode abordar suficientemente a forma particular de como as mulheres negras são subordinadas” (Crenshaw, 1989, p. 139, *tradução nossa*)⁴⁶.

⁴⁶ “Any analysis that does not take Intersectionality into account cannot sufficiently address the particular manner in which Black women are subordinated.”

A autora traz em um primeiro momento a interseccionalidade como uma categoria metafórica na palestra de 1989, mas “depois de seus primeiros escritos sobre interseccionalidade, Crenshaw concilia o caráter de metáfora com a ideia de um conceito analítico provisório” (Kyrillos; Stelzer, 2021, p. 4). Utilizar o conceito como ferramenta analítica possibilitou a sua capacidade de resolução de problemas que antes eram invisibilizados (Kyrillos; Stelzer, 2021).

A autora cita três exemplos concretos na palestra de 1989 (*De Graffenreid x General Motors*; *Moore x Hughes Helicopters, Inc* e; *Payne x Travenol*) dos quais traremos os dois primeiros, para exemplificação da importância de nomear um problema, levá-lo ao âmbito acadêmico e jurídico, a fim de discutir, problematizar e usá-lo como instrumento para elaboração de políticas públicas que visem a justiça social.

O primeiro exemplo é o processo “Título VII: *De Graffenreid x General Motors*”, no qual cinco mulheres apontavam que antes de 1964 a empresa de automóvel *General Motors* não contratava mulheres negras, e quando passaram a ser contratadas, foram dispensadas desses empregos após 1970 sem justificativas concretas. O tribunal recusou a denúncia de trazer não uma “ação em nome dos negros e das mulheres, mas especificamente das mulheres negras” (Crenshaw, 1989, p. 141, *tradução nossa*). Para o júri, era preciso apresentar uma denúncia, seja ela por discriminação sexual ou racial, mas não a combinação dessas discriminações e por fim indeferiu as queixas, mostrando o pouco manejo jurídico na intersecção das opressões.

O segundo exemplo é o caso “*Moore x Hughes Helicopters, Inc*”. A queixa se baseou na discriminação de gênero e de raça diante de promoções de cargos de nível superior e de supervisão feitos na empresa *Hughes Helicopters*. Moore, mulher negra que denunciou a arbitrariedade na escolha de pessoas para estes cargos, pontuou que havia grandes diferenças em quem assumia esses cargos entre homens e mulheres e uma pequena diferença entre homens brancos e negros. Por não conseguir falar em nome de todas as mulheres, mas “apenas” em nome das mulheres negras, o tribunal não reconheceu que as mulheres negras seriam duplamente afetadas em termos de ascensão de carreira. Moore mostrou estatisticamente o número irrisório de duas mulheres negras em cargos de supervisão.

Resumidamente, ela não conseguiu convencer o júri, pois alegaram que a mesma não estava falando por todas as mulheres, mas apenas mulheres negras, indicando que essa especificação era algo restrito, sugerindo assim, que a discriminação de gênero possuía como padrão as queixas das mulheres brancas.

A interseccionalidade se apresenta, desta maneira, como ferramenta que “impede reducionismos da política de identidade” (Akotirene, 2019, p. 37), pois, diante de sua condição, pontuar a irredutibilidade das categorias da diferença, é um processo de reescrever sua história diante do apagamento histórico de sua existência e da busca pela liberdade, de modo a encarar o objetivo da interseccionalidade o de “tornar a liberdade significativa para pessoas cujas experiências de vida estavam circunscritas pelo racismo, o sexismo, a exploração de classe, o nacionalismo, a religião e a homofobia” (Collins, 2017, p. 7)

Para Collins, o que Crenshaw enfatiza no artigo que inaugura o conceito é que a

Construção de sistemas de poder produz distintos lugares sociais para indivíduos e grupos dentro deles, nesse caso, as identidades de empoderadas que mulheres de cor carregam, as posiciona em inequidades sociais complexas, de forma diferente daquelas vividas por homens ou mulheres brancas (Collins, 2017, p. 11).

Assim, ela [Crenshaw] nos mostra que os cruzamentos das identidades criadas (visto que a autora rejeita a ideia de uma identidade natural), estabelecem desigualdades, e a consciência de onde a mulher negra se encontra na sociedade permite retirar o véu da “discriminação interseccional” (Akotirene, 2019). A discriminação não pode ser apreendida apenas olhando sob a perspectiva do eixo-único, pois as existências são “atravessadas” como vias que se inter cruzam diante da raça, gênero, sexualidade, localização geográfica, idade e etc. e essas vias fazem parte da identidade. Apesar das críticas que se faz a inclusão de políticas da identidade, sendo as identidades construções coloniais servindo para dominar, excluir e marginalizar, a elaboração da interseccionalidade trouxe consigo o aspecto de empoderamento social para a transformação e reconstrução da sociedade.

As reflexões da autora mostram a fragilidade das leis diante da não habilidade em enxergar as especificidades das mulheres negras e com isso invisibilizou as violências que são direcionadas a elas exatamente pelo gênero e pela raça. Ao elaborar o conceito, a autora nomeia um problema histórico que envolve a exploração, a subordinação e a opressão direcionadas a estas mulheres. É nomeando um problema que atinge não só mulheres brancas e homens negros, mas de maneira interseccionada atinge a mulher negra, que esse problema social poderá ter possibilidades concretas de agenciamento. A interseccionalidade fala de completude e não de fracionamentos. Dessa forma, o conceito é elaborado com o intuito de buscar uma justiça social, extrapolando as fronteiras dos movimentos sociais e chegando nos espaços acadêmicos e jurídicos.

Esse transpor de fronteiras não deve ignorar que as bases e críticas da interseccionalidade se desenvolveu dentro dos movimentos sociais, com destaque ao Movimento Feminista Negro (tanto naquele que emerge no século XIX sem a nomenclatura de “Movimento Feminista Negro”, quanto o que eclode em meados de 1970). Foi no *Combahee River Collective* que a autora teve inspiração

Não só para nomear a interseccionalidade, mas também para (1) estabelecer relações entre identidade individual e identidade coletiva; (2) manter o foco nas estruturas sociais; (3) teorizar a partir da base (em um modelo top-down) casos de violência contra mulheres de cor como um conjunto de experiências com conexões estruturais, políticas e representativas; (4) lembrar leitoras que o propósito dos estudos interseccionais é contribuir com iniciativas de justiça social. (Collins, 2017, p. 12)

Com isso, Collins salienta que é um erro interpretar Crenshaw como criadora do conceito sem levar em consideração as outras mulheres que vieram antes dela e já lutavam por justiça social baseadas na interconexão de raça/classe/gênero/sexualidade. Pois, a crítica do patriarcado pela perspectiva da mulher negra se desdobrou desde o período da colonização quando seus corpos eram violentados. Assim, estabelecer um olhar crítico do patriarcado apenas pela perspectiva da norma, isto é, das experiências de mulheres brancas, torna invisível os desdobramentos do patriarcado sobre a existência de mulheres negras (cf. Crenshaw, 1989), algumas dessas invisibilidades estão no pouco acesso ao mercado de trabalho e na violação que mulheres negras sofrem no âmbito social e jurídico em detrimento de sua raça e gênero.

1.7 Algumas considerações finais

Assim, concluímos que, em se tratando dos movimentos sociais emergentes entre 1960-1970, no que diz respeito à libertação negra e da comunidade *gay*, embora tenha havido avanços na obtenção de direitos, estes não agregaram em sua resistência o imbricamento das categorias da diferença. A partir do momento que as categorias da diferença são tratadas de modo estanque, perdeu-se a completude da existência de seus próprios integrantes, como foi o caso de Marsha P. Jonhson que viu-se marginalizada dentro da comunidade *gay* por ser travesti e negra. E isso foi notado pelas Feministas Negras, que não estavam plenamente contempladas e que não desejavam separar as opressões que viviam, visto o apagamento de suas existências ao fazê-lo.

Embora a opressão do patriarcado e exploração capitalista afete as mulheres lhes impondo um *status* de inferioridade perante o gênero masculino, o próprio entendimento dessas opressões e explorações diferem entre si, quando o gênero, raça e classe são separados da investigação. Pois, o entendimento do que é ser mulher na sociedade escravista já diferia ao olhar de maneira atenta ao racismo e ao sexismo. Uma vez que, enquanto mulheres brancas tinham sua castidade e fragilidade defendida pelo “mito da feminilidade” fruto do patriarcado, mulheres negras eram violentadas com a justificativa de possuírem em sua raça a promiscuidade sexual.

Além do mais, enquanto as mulheres brancas desejavam adentrar no âmbito público para sua emancipação econômica, mulheres negras já eram número expressivo no trabalho informal (sem remuneração no período colonial e com péssima remuneração no pós-abolição) e com isso, o que para uma era representação de liberdade (quando se tratava de mulheres brancas de classe média e alta), para a outra era exploração (Collins, 2017), e em se tratando do âmbito privado, o que para uma era local de opressão sexista e reprodução da involuntária maternidade, visto que mulheres eram encerradas ao ato de reproduzir, para a outra era, em certa medida, espaço de liberdade, pois não sofriam violação por parte da masculinidade branca e nesse espaço sentiam-se seres humanos. (Davis, 2016)

Assim, observamos que foi por meio de sua produção intelectual – nos movimentos e na academia – que as feministas negras Angela Davis (2016[1981]), bell hooks (2020[1981]), Audre Lorde (2019[1984]) e Maya Angelou (2018[1986]) viram um sistema inovador e criativo. A diferença e o enfrentamento diante das visões de mundo já estabelecidas, impulsionaram essas mulheres no lugar de *outsider within*, a transformar a sociedade e a academia a partir das margens, embora essa posição subalterna desumanize e desvalorize a mulher negra, estar na margem e ter consciência do lugar que foi imposto, pode lançar luzes sobre os padrões que precisam ser modificado.

II. A RECEPÇÃO DO CONCEITO DE INTERSECCIONALIDADE NO BRASIL: UMA APROXIMAÇÃO QUANTITATIVA

O foco deste segundo capítulo será o de apresentar os dados quantitativos sobre o processo propriamente de recepção do conceito de interseccionalidade, mais especificamente nas Ciências Sociais brasileiras. Utilizaremos a bibliometria para fazer uma análise mais detida do nosso banco de dados, sem perder de vista a História Intelectual, já que o estudo é feito a partir de texto-contexto, e ambas metodologias se complementam. A construção do banco de dados aconteceu da seguinte maneira: primeiramente fizemos a busca apenas com o conceito de “interseccionalidade”, com filtragem “*intersectionality*” e “*interseccionalidad*” (que o próprio site CAPES nos dispõe), pois alguns artigos que apareciam com o resumo em outra língua tratavam do conceito nas discussões brasileiras, inclusive escrito por pesquisadoras e pesquisadores brasileiros. Isso foi feito para conseguir um número expressivo de textos.

A busca baseou-se nas leituras e discussões propostas ainda nos resumos, e embora não houvesse o conceito nas palavras-chave ou no título (no caso dos textos nos anos iniciais que veremos mais adiante e também no terceiro capítulo), o problema que a interseccionalidade nomeia estava colocado na pesquisa, ao trazer o imbricamento das categorias de raça, classe, gênero ou sexualidade.

Posteriormente, fizemos uma nova busca na mesma plataforma CAPES, com as palavras-chave “interseccionalidade” e “Ciências Sociais” para direcionar o nosso estudo na recepção da interseccionalidade nas Ciências Sociais brasileiras. Todos os textos selecionados tiveram seus resumos previamente lidos e foram separados a partir das categorias de raça, classe, gênero e sexualidade, possuindo como justificativa a ampla discussão dos autores que muitas vezes traziam a temática de masculinidades ou de territorialidades específicas brasileiras que tendem a especificar o debate e assim perde-se a dimensão “global” da interseccionalidade proposta pela jurista Crenshaw. Com o fim das leituras dos resumos, construímos um banco de dados de 109 textos que vão dos anos de 1995 a 2022 de várias áreas das Humanidades. Desta maneira, faremos um panorama geral, mostrando um pano de fundo da área das humanidades, a saber, as publicações que aparecem por ano, mas sem perder o nosso objeto de pesquisa concentrado nas Ciências Sociais.

A metodologia bibliométrica, segundo Medeiros e Vitoriano (2015) é guiada por três leis: **i.** a Lei *Bradford*, que foca na produtividade dos periódicos; **ii.** a Lei de *Lotka*, que foca na produtividade dos autores e coautores; **iii.** a Lei de *Zipf*, que foca na frequência de palavras.

Aplicando essas leis na pesquisa **i.** analisamos o número de textos nas revistas, dando ênfase àquelas de maior relevância nacional e na suas temáticas; **ii.** analisamos quantos textos, dentro desse banco de dados, autores e coautores publicaram, e a partir disso, traçamos uma breve descrição de suas trajetórias acadêmicas. **iii.** construímos o banco de dados, ainda no início da dissertação e ao fazer a busca com a palavra-chave “interseccionalidade” apareceu o total de 716 textos em um primeiro momento. Quando fizemos a segunda busca, intercalando “interseccionalidade” e “Ciências Sociais”, apareceram 319 textos. Dessa maneira, verificamos que há uma enorme frequência de artigos que contêm o conceito de interseccionalidade.

Assim, o esforço nas páginas que se seguem será o de ilustrar, a partir de uma pequena amostragem (visto ser um número bastante simbólico dado o vasto número de artigos que nos foi apresentado no momento da coleta) o número de artigos por ano, as revistas, os pesquisadores e suas áreas de atuação, quais autores mais citados e suas respectivas nacionalidades. Traremos uma visão do macro ao micro, isto é, das Ciências Humanas no geral, e posteriormente nos deteremos nos artigos que foram escritos por autores das áreas das Ciências Sociais (Antropologia, Sociologia e Ciência Política).

2.1 A bibliometria: importância para o estudo da recepção da interseccionalidade

A bibliometria é o segundo suporte metodológico que também estrutura esta pesquisa, visto que pudemos, desde o começo, organizar o banco de dados de tal modo a coletar todas as informações possíveis para a análise quantitativa destes. Desse modo, organizamos os artigos do nosso banco de dados inicialmente por ano, revista, títulos, autores (as) e resumo, para que fosse possível construir o esboço da própria dissertação. Nesse sentido, as duas metodologias utilizadas nesse estudo se complementam, proporcionando uma análise mais aprofundada. A partir do momento em que observamos o grande número de pesquisas realizadas sobre o tema “interseccionalidade”, percebemos que seria de grande relevância buscar compreender como esse conceito é recepcionado no Brasil.

Constatamos que as Ciências Sociais, ao longo dos anos, produziram textos em periódicos de grande relevância sobre a interseccionalidade. Embora o qualis das revistas varie, de modo geral, grande parte dos 109 textos publicados são em revistas A ou B, o que nos mostra a relevância do tema. A escolha das variáveis independentes, a saber o ano, a área de atuação nas Ciências Sociais e os periódicos nacionais, são justificados porque cada um isoladamente, do nosso ponto de vista, é uma causa para o aumento dos textos (sendo este nº

de artigos nossa variável dependente) possuindo aumento a partir de 2014 e que é também nesse ano que aparece dois artigos escritos por pesquisadoras brasileiras na área de atuação das Ciências Sociais.

Diante disso, testaremos a nossa hipótese de que **i.** com a implementação da lei de cotas 12.711 de 2012 e a inserção de novos sujeitos na academia brasileira, **ii.** houve uma transformação epistemológica que proporcionou o aumento de produções teóricas sobre gênero, raça e classe (e outras categorias), e isso tenha propiciado um maior interesse na recepção e discussão acerca da interseccionalidade **iii.** permitindo sua tradução e nacionalização para a leitura das transformações, sociais e políticas, bem como a críticas de ideologias como o da “democracia racial” no nosso país.

Ou seja, com a implementação da lei de cotas, e uma maior abertura das universidades e instituições federais no Brasil, o aumento da inserção da população subalterna (pretos, pardos, indígenas, pessoas com deficiência, pessoas com baixa renda e estudantes de escolas públicas) (BRASIL, 2012) tenha causado uma mudança de paradigma dentro da academia brasileira, lançando luz ao conceito norte-americano, possibilitando a expansão das discussões acerca do imbricamento das categorias, que já era discutida pelas intelectuais e ativistas negras brasileiras, mas sua tradução (e com isso a nomeação do problema) tenha sido utilizada para a leitura das transformações, sociais e políticas do nosso país, bem como a crítica de ideologias como o da “democracia racial” sob a ótica do feminismo negro brasileiro.

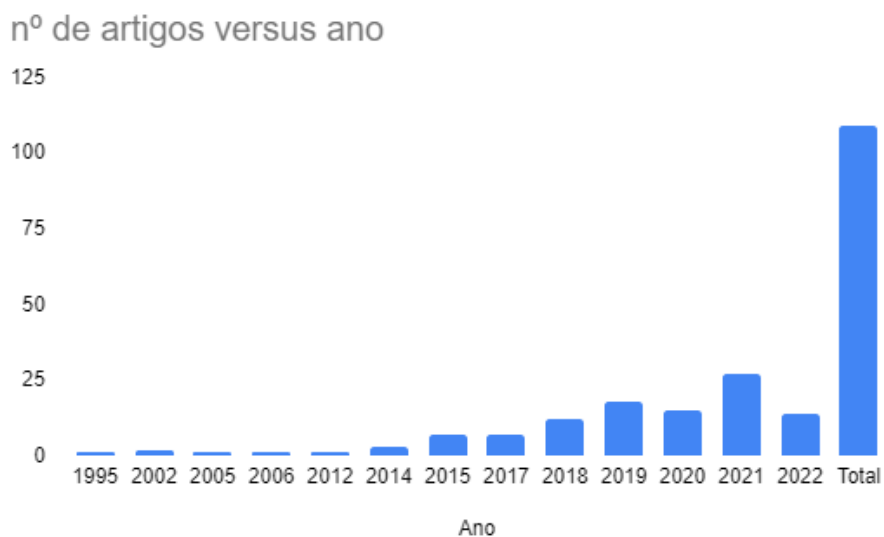
A escolha dessa metodologia tem como justificativa o levantamento robusto daquilo que foi discutido anteriormente, sobre o tema da interseccionalidade para que consigamos compreender como os agentes das Ciências Sociais receberam o conceito, pois o estudo da bibliometria possibilita que compreendamos aspectos quantitativos que vão desde a produção, propagação, assimilação e comprovação de informações que estão registradas (cf Ribeiro, 2017). Com a bibliometria, portanto, o levantamento dos textos tornou-se mais detalhado, fazendo com que seja quantificada, analisada e avaliada a produção em revistas e livros e quais agentes recebem e discutem sobre o problema e também sobre a interseccionalidade.

2.2 Análise dos dados

Feitas as considerações iniciais do capítulo, partiremos para a análise dos dados. Como nosso objetivo inicial é mostrar o macro, ou seja, as informações gerais a respeito de todos os artigos que compõem o banco de dados, e depois partir para o micro, ou seja, nos deter aos

textos dos autores e autoras das áreas das Ciências Sociais, observemos no **gráfico 1** e na **tabela 1** a distribuição dos textos, que vão de 1995 a 2022.

Gráfico 1: N° de artigos por ano (de 1995 a 2022).



Fonte: Gráfico feito pela autora.

Tabela 1: Número de artigos Número de artigos por ano (de 1995 a 2022)

Ano	nº de artigos
1995	1
2002	2
2005	1
2006	1
2012	1
2014	3
2015	7
2017	7
2018	12
2019	18
2020	15
2021	27
2022	14
Total	109

Fonte: Tabela feita pela autora.

Observamos que, nos anos iniciais da publicação desses textos, há um número bastante reduzido de artigos⁴⁷ que apresentam em suas discussões a interseccionalidade ou o problema

⁴⁷Os textos variam em artigos, resenhas, entrevistas e ensaios, mas utilizaremos o termo “artigo” ao longo da explanação das tabelas e gráficos, visto que dos 109 textos, 104 são artigos (5 destes são traduções), 1 ensaio, 1 entrevista e 3 resenhas.

que ela busca resolver, abordando duas ou mais das quatro categorias que selecionamos como critério para nossa pesquisa. Esse apontamento é interessante, pois, como salientamos, o primeiro momento de nossa hipótese é de testar se, no âmbito da sociedade civil e das disputas sociopolíticas, o conceito se difunde à medida que é implementada a lei 12.711 de 2012.

A entrada de um novo corpo estudantil, que, mais adiante, reverberaria em um novo corpo docente a partir da reserva de vagas para essa população, poderia ser uma abertura para uma mudança institucional que envolve crítica ao *mainstream* e mudança de paradigmas. Embora esse corpo estudantil que entrou na universidade em 2012 não seja o mesmo que publica nas revistas nacionais (visto necessitar título de mestre e doutor para tal feito), sua entrada foi impulsionadora para a recepção e abertura das discussões sobre a interseccionalidade. Embora nossa hipótese seja da lei de cotas 12.711 de 2012 ter impulsionado a recepção e uso do conceito, vale salientar que é a partir de 2002 que as primeiras políticas de cotas são implementadas no país de modo localizado, a saber na UNEB, UNB e UERJ. (Júnior; Daflon, 2015).

De acordo com as reflexões propostas pelo ensaio de Andrea Costa (2022), os anos de 1950 a 1970 foram fundamentais para análises acerca das relações raciais em solo brasileiro. Neste período, a autora aponta que, com a institucionalização das Ciências Sociais, houve uma ruptura com as influências do racismo científico difundido ainda no início do século XX.

Apesar disso, a autora observa que esse desenvolvimento tanto das Ciências Sociais quanto das análises críticas sobre relações raciais não foram suficientes para romper com o mito da democracia racial, o que pode nos explicar o motivo de que, embora tenha sido criada tanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em 1961 quanto a Lei n. 7.716/89, que prevê o crime de preconceito de raça e cor⁴⁸, as disputas teóricas sobre a racialidade negra brasileira ainda eram incipientes dentro das universidades, visto o pouco acesso educacional da população negra e pobre, ainda em se tratando do ensino básico.

Nosso foco é o de investigar como ocorreu a recepção nas Ciências Sociais, observamos (**tabela 2**) que, quando especificamos a área dos autores e autoras que publicaram os textos, o número de pesquisadores que atuam nas Ciências Sociais⁴⁹ é maior em comparação a todas as outras áreas das Ciências Humanas.

Tabela 2: Número de artigos a partir da área do 1º autor dos textos no geral.

⁴⁸ Em 1997 foi acrescentado que o crime também seria por discriminação de etnia religião ou procedência nacional; em 2023 também acrescentou-se como crime qualquer ato de discriminação à grupos minoritários (e isso inclui atos violentos, de constrangimento e humilhação à população da comunidade LGBT+).

⁴⁹ É importante salientar que há um único texto da área das Relações Internacionais dentro desse grupo.

Área 1º autor (a)	nº artigos
Ciências Sociais (Antrop. Ciência Pol. Socio.)	39
Letras (Trad., Lit., Ling.)	16
Ciências Jurídicas (Direito e D. Humanos)	14
Educação	11
Psicologia e Saúde Coletiva	10
Filosofia	2
História	9
Comunicação e Jornalismo	3
Administração	2
Serviço Social	1
Artes Visuais	1
Economia	1
Total	109

Fonte: Tabela feita pela autora.

A área de atuação das Ciências Sociais é considerável e representa 35,77% do total, seguida por 14,67% das Letras e subáreas, e 12,84% das Ciências Jurídicas. Baseadas na representação das Ciências Sociais na análise dos dados, na **tabela 3**, vemos a lista de revistas que se autointitulam das áreas das Ciências Sociais, com o total de 14 revistas.

Tabela 3: Revistas das Ciências Sociais

Tempo social : revista de sociologia da USP
Revista Brasileira De Ciência Política
Revista Mediações
Revista de ciências sociais
Cadernos De Estudos Sociais E Políticos
Revista De Estudos E Pesquisas Sobre as Américas
Plural(USP)
Contexto Internacional
Revista Ponto Urbe (USP)
Revista de Ciências sociais (ufc)
Civitas
Conhecer: Debate entre o Público e o Privado
Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política
Revista brasileira de sociologia

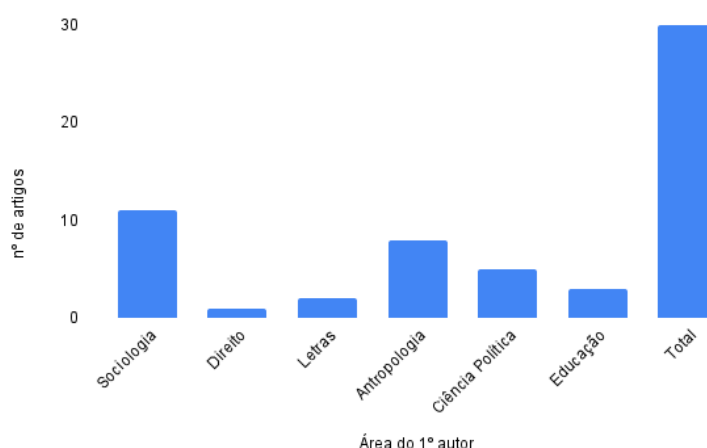
Fonte: Tabela feita pela autora

Ao total dos artigos publicados nessas revistas, em comparação ao número dos artigos no geral do banco de dados, vemos que 24,7% dos textos foram publicados nessas revistas. É relevante salientar que não nos atentaremos aos textos propriamente dessas revistas, e sim aos textos publicados pelos autores e autoras das áreas de atuação das Ciências Sociais, visto que

o nosso foco será analisar os artigos publicados a partir das reflexões dos autores que atuam nessas áreas, para analisarmos como se desdobra as discussões da recepção do conceito nas Ciências Sociais.

Seguindo com nossas análises, vemos que no **gráfico 2**, é possível observar que a nossa variável independente da “área de atuação dos autores” a Sociologia mostra-se como a área que mais possui publicação nos “periódicos de Ciências Sociais”, seguida pelas áreas de atuação da Antropologia e Ciência Política.

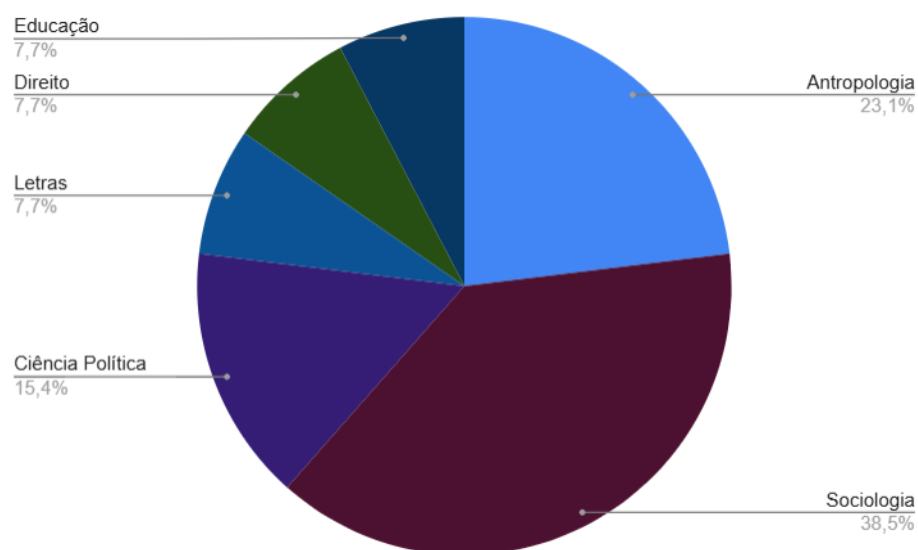
Gráfico 2: Área dos(as) 1º autores (as) nas Revistas de Ciências Sociais



Fonte: Gráfico feito pela autora.

Dos 30 textos publicados, especificamente nessas revistas de Ciências Sociais, quando somadas todas três subáreas, 23 textos são de autores e autoras das Ciências Sociais (Sociologia, Antropologia e Ciência Política (e R.I)). Vemos as porcentagens no **gráfico 3**:

Gráfico 3 : Área dos autores que publicaram somente nas revistas das Ciências Sociais

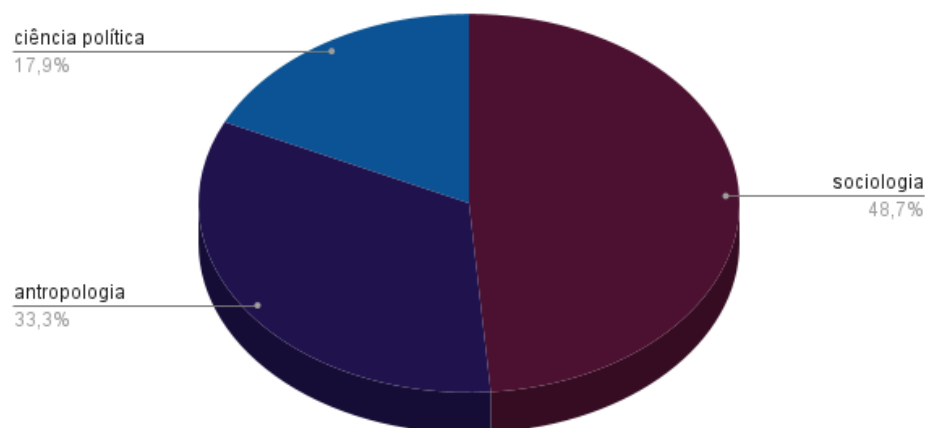


Fonte: gráfico feito pela autora.

É importante destacar que esses 23 artigos foram publicados exclusivamente em revistas da área das Ciências Sociais. No entanto, ao considerarmos também as revistas interdisciplinares, somamos mais 11 artigos; nas revistas da área do Direito, acrescenta-se 1 artigo; e, na revista com temática voltada para Educação e Relações Étnico-Raciais, foram publicados mais 4 artigos, perfazendo assim o total de 39 artigos feitos por pesquisadores e pesquisadoras nas áreas de atuação nas Ciências Sociais, independente se a área da revista é também da sua área de atuação.

No **gráfico 4** vemos a distribuição desses 39 textos da área de atuação dos autores e autoras das Ciências Sociais separados pelas subáreas e vemos que a área de atuação da sociologia é a que mais possui publicação no banco de dados.

Gráfico 4: os 39 artigos (publicados em todas as revistas que aparecem no banco de dados) feitos por autores (as) das Ciências Sociais



Fonte: gráfico feito pela autora

Ademais, os periódicos encontrados no banco de dados possuem diversas áreas temáticas de atuação (**tabela 4**) distribuídos em 48 revistas e pelo número expressivo decidimos separá-las por suas respectivas temáticas⁵⁰. Pautadas na Lei *Bradford*, que foca na produtividade dos periódicos, separamos o número de artigos de acordo com as respectivas áreas dessas revistas:

Tabela 4: número de textos separados por temáticas⁵¹ das revistas

⁵⁰ A construção dessa tabela foi feita a partir das informações contidas nos sites das respectivas revistas com as próprias informações localizadas no ícone “sobre”.

⁵¹ Aquelas que estabelecem três ou mais áreas distintas, denominamos como sendo interdisciplinares.

Temáticas das revistas	nº de artigos
Interdisciplinar	43
Ciências Sociais	30
Educação e Relações étnicas	14
Direito	7
Letras, Linguística	5
Psicologia	3
História	2
Publicidade	1
Geografia	1
Administração	1
Ciência da Informação	1
Serviço Social	1
Total	109

Fonte: Tabela feita pela autora

Dos textos contidos no banco de dados, 39,44% foram publicados em revistas interdisciplinares e desses artigos, 11 ou 25,58%, são textos publicados por pesquisadoras (es) da área de atuação das Ciências Sociais. Neste sentido, justificamos a escolha da área de atuação dos autores e não da área das temáticas das revistas para a análise dos textos, possibilitando um número maior de textos para serem selecionados na posterior leitura.

O primeiro texto que apresenta a temática do imbricamento das categorias (veremos no capítulo terceiro que a autora não utiliza o conceito) e que abre o nosso banco de dados é ainda na década de 1990 (como visto na **tabela 2**) na área de formação da administração pública, escrito pela autora Luiza Bairos (a autora atuou também nos movimentos sociais) que foi ministra-chefe do ministério de igualdade racial entre 2011-2014. O texto é um ensaio que foi publicado na Revista Estudos Feministas (REF) que é uma revista de referência nacional que “debate sobre gênero, feminismos e sexualidades, a fim de promover um ambiente receptivo para as pessoas das diversas áreas que desejam publicar na revista” (Revista de Estudos Feministas).

Já os dois textos publicados em 2002 são: uma tradução do texto “Background paper for the expert meeting on the gender-related aspects of race discrimination”⁵² da autora que elaborou o conceito de interseccionalidade, Crenshaw, e o segundo texto é da feminista,

⁵² Documento de referência para a reunião de peritos sobre os aspetos relacionados com o gênero na discriminação racial.

intelectual e filósofa negra brasileira, Sueli Carneiro que é uma das referências nacionais do estudo da população negra e das mulheres negras (e que também não utiliza o conceito).

Seguindo com nossas análises, observamos na **tabela 5** os primeiros textos que aparecem no banco de dados; é importante esse panorama para vermos uma mudança do número de publicações, visto que a partir de 2014 os textos passaram a aumentar (possuindo como número expressivo os anos de 2019 e 2021).

Tabela 5: Primeiros textos publicados entre 1995 a 2012

Nossos Feminismos revisitados	Luiza Bairos	administração pública	1995	Estudos Feministas
Documento de referência para a reunião de peritos sobre os aspectos da discriminação racial relacionados com o gênero	Kimberlé Crenshaw	Direito	2002	Estudos Feministas
The Battle of Durban	Sueli Carneiro	filosofia	2002	Estudos Feministas
<u>Glória Anzaldúa, a consciência mestiça e o "Feminismo da Diferença"</u>	Claudia De Lima Costa e Eliana Ávila.	letras e História	2005	Estudos Feministas
O Feminismo Em Novas Rotas E Visões	Matilde Ribeiro	serviço social	2006	Estudos Feministas
Tudo é interseccional?: Sobre a relação entre racismo e sexismo	Ina Kerner, (tradução de Bianca Tavolari)	ciência política	2012	Novos estudos

Fonte: Tabela feita pela autora

Vemos que dentre os seis textos publicados nesse período, apenas um é das Ciências Sociais, na subárea da Ciência Política. E que é, na verdade, uma tradução do texto de Ina Kerner, cientista política alemã e professora no Instituto de Ciências Sociais da Universidade Humboldt de Berlim. Outro dado a ser mencionado é sobre a predominância da Revista de Estudos Feministas nesses anos iniciais

O primeiro texto que aparece, o de Luiza Helena de Bairos (1953-2016), da área de administração pública, ela é um importante nome na militância do movimento negro e da luta de mulheres negras. Bairos acreditava que o problema do racismo e sexismo não era um problema apenas dos negros ou das mulheres, era uma questão nacional (Geledés, 2020). Ter o seu texto como o primeiro no banco de dados é bastante representativo diante do processo da elaboração e da recepção do conceito de interseccionalidade, pois vimos no primeiro capítulo que o cerne dos ideais da interseccionalidade parte das lutas por emancipação dos movimentos sociais das décadas de 1960 e 1970 (cf. Collins; Bilge, 2021) e de um problema anterior à elaboração do conceito. A autora e ex-ministra-chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Brasil, entre 2011 e 2014 no governo Dilma, partiu de suas experiências enquanto militante e também do seu aporte acadêmico para lutar pela diminuição das desigualdades sociais a partir da interconexão de gênero, raça e classe dentro do país. Inclusive esse primeiro texto de Bairos é bastante citado nos textos posteriores que se encontram no banco de dados.

Vale salientar que, embora haja um aumento de textos publicados (**tabela 1**) a partir de 2014 (**veja tabela 5**), é sabido que publicações em revistas Qualis A e B em sua grande maioria só acontece com o título de mestre (a) ou doutor (a), o que requer um tempo maior de formação (isso poderia explicar o número mais expressivo de textos em 2019 e 2021). Outra coisa importante a ser salientada é que textos enviados para revistas são publicados em até 2 anos após envio e aprovação. Isso indica um outro intervalo de tempo a considerar. Nesse sentido, o aumento do uso do conceito pode ser explicado pelas primeiras leis de ações afirmativas criadas ainda em 2002, nas universidades da UNEB, UNB e UERJ, mas que com a implementação nacional de cotas 12.711 de 2012 inserção e expansão de novos sujeitos, outros paradigmas passaram a fazer parte dos currículos das Humanidades a nível nacional, e isso tenha gerado transformações nas agendas de pesquisa no país todo.

Não significa dizer que o uso da interseccionalidade é um espelho de novas discussões ou que só a partir do seu uso foi que a academia passou a trazer temáticas sobre o imbricamento de gênero, raça, classe, sexualidade e outras categorias, até porque autoras negras, como Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro já traziam essa interconexão no século XX, principalmente partir da década de 1980. Mas salientar que houve aumento a partir de 2014, no uso do conceito, representa quantitativamente, que em se tratando de recepção e tradução, pesquisadores e pesquisadoras passaram a difundir o conceito norte-americano em solo brasileiro e isso pode ter ocorrido por esses discentes que viram maiores aberturas nos debates dentro da academia sobre temáticas não hegemônicas das próprias Ciências Sociais, e isso reverberou na publicação dessas temáticas por pesquisadores (as) com titulações maiores no ano de 2014.

Quando a academia passa a fazer elaborações teóricas sobre um problema que foi nomeado, mesmo já possuindo discussões anteriores à essa nomeação, isso possibilita uma maior robustez dentro e fora desse campo. Gonzalez (2020), já em 1980, insistia em evidenciar as especificidades das mulheres negras na sociedade brasileira, e o fez dentro dos movimentos sociais e também dentro da academia. Quando o conceito vem à tona, na recepção e tradução, ele não traz a novidade de um problema, mas sim uma nova perspectiva teórica com essa nomeação. Com o conceito, voltamos no tempo e percebemos que Crenshaw só concatenou aquilo que ativistas e intelectuais negras anteriores a ela já criticavam e dialogavam entre si.

Assim, entendendo que houve um grande lapso temporal entre a elaboração do conceito e sua recepção no Brasil, é apenas a partir de 2014 (**tabela 8**) que aparece o primeiro texto da área de atuação das Ciências Sociais. Esse dado é importante, pois antes os textos eram de outra área ou no caso de Ina Kenner (2012) uma tradução das Ciências Sociais.

Tabela 8: Textos de 2014

Diferenças E Desigualdades Negociadas: Raça, Sexualidade E Gênero Em Produções Acadêmicas Recentes	Laura Moutinho	Antropologia	Cadernos PAGU
Amefricanizando O Feminismo: o pensamento de Lélia González	Cláudia Pons Cardoso	História: Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo	Estudos Feministas
Gênero, Classe E Raça Interseccionalidade E Consustancialidade Das Relações Sociais	Helena Hirata	Sociologia	Tempo Social (USP)

Fonte: Tabela feita pela autora

O ano de 2014, de acordo com nosso banco de dados, é então o ano de recepção do conceito nas Ciências Sociais brasileiras. Dessas autoras que publicaram esses textos de 2014, duas são da área das Ciências Sociais. Laura Moutinho é Doutora em Antropologia Cultural pela UFRJ e Professora da USP do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGAS). Moutinho tem como linha de pesquisa os Estudos Africanos e Afro-Diaspóricos, além de trabalhar Poder e Diferença, com temáticas sobre interseccionalidade, estudos sobre o militarismo, relações raciais, raça, gênero e (homo)sexualidade dentre outros.⁵³ Seu texto é publicado na Revista Pagu, revista de qualis A1 com núcleo na Unicamp.

Já Cláudia Pons Cardoso, é uma mulher negra doutora em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo pela Universidade Federal da Bahia (2012), é Sócia fundadora de Maria Mulher, uma Organização de Mulheres Negras fundada no ano de 1987 em Porto Alegre, possuindo como missão “a defesa dos direitos humanos das populações marginalizadas e excluídas, principalmente de afrodescendentes, e o combate às discriminações sexista, étnico-racial e social” (Maria Mulher, 1987). Neste sentido vemos que o estudo da autora, que versa Estudos em Gênero, Raça e Sexualidades, estão em diálogo entre a academia e a movimentação social de mulheres negras no Brasil, e isso evidencia a força analítico-social da interseccionalidade. O seu texto foi publicado na Revista de Estudos Feministas que possui também Qualis A1. Criada no Rio de Janeiro em 1992, a Revista de Estudos Feministas desde 1999 é editada na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

O último texto de 2014 que compõe o banco de dados é o da socióloga brasileira Helena Sumiko Hirata, que possui graduação em filosofia na USP e doutorado em Sociologia política pela Universidade de Paris VIII. A autora tem como área de pesquisa:

⁵³Para saber mais sobre a autora acesse <https://antropologia.fflch.usp.br/node/629>.

Sociologia do Trabalho, Sociologia das Relações de Gênero, sendo a sua pesquisa voltada para a Sociologia do Trabalho e Gênero.

Dentre os textos que compõem o banco de dados, cabe salientar uma tradução que foi originalmente publicada em 1949 pela autora norte-americana Cláudia Jones (traduzida por Edilza Sotero e Keisha-Khan Y. Perry) intitulada “Um fim à negligência em relação aos problemas da mulher negra!”. É um texto que fala sobre mulheres negras dentro dos movimentos de libertação negra, ressaltando a importância de uma mulher negra escrever ainda na década de 40 sobre o imbricamento das categorias da diferença para alcançar concretamente uma justiça social. Cláudia Jones foi uma intelectual e ativista negra que lutou no Movimento pelos Direitos Civis e o texto traz a perspectiva da intelectual e de como as demandas das mulheres negras eram negligenciadas dentro do movimento pela libertação negra.

Voltando a análise dos dados agora referente às revistas, baseadas na lei *Bradford*, que foca na produtividade dos periódicos, a Revista Estudos Feministas (REF) aparece como protagonista nos anos iniciais de recepção da Interseccionalidade (**tabela 9**) e, ao longo dos anos, a REF aparece bastante nas publicações, mas outras revistas como Civitas, Mediações e Pagu passam a aparecer como protagonistas das publicações. Na **tabela 9** apresentamos o número de publicações por revistas baseando-se no número de 4 ou mais textos publicados por essas revistas que vão de A1 a A4.

Tabela 9: Revistas “Qualis A” com maiores publicações.

Revistas	nº de artigos	Qualis	Localidade
Estudos Feministas	24	A1	UFSC
Civitas	6	A1	PURCS
Mediações	6	A4	UEL
Pagu	4	A1	UNICAMP

Fonte: Tabela feita pela autora

Diante deste quadro, observamos que a REF se destaca em se tratando do número de publicações. O que há em comum em todas essas revistas são as especificidades das reflexões teóricas de gênero e feminismos. Das quatro revistas que possuem mais números de textos publicados, duas são interdisciplinares (REF e Pagu) e as outras duas são das Ciências Sociais e Sociologia respectivamente. É interessante observar a região que estão localizadas essas quatro revistas, a saber, no eixo Sul-Sudeste. Essa concentração das revistas nos mostra como a produção do conhecimento nacional é geograficamente situada.

Claro que, por ser revista eletrônica, pesquisadores(as) de todo o país enviam seus textos para publicação, mas sabemos que dentro do país vivemos uma dinâmica que se assemelha ao que Florestan Fernandes (1980) falou sobre a construção do pensamento social brasileiro, a partir do qual o centro (que no Brasil seria o sul-sudeste) é visto como o formulador de abstrações teóricas e à periferia caberia estudar casos e práticas. Dentro do solo brasileiro, por questões de regionalismos, vemos como o desenvolvimento da intelectualidade tem uma localidade específica, que muito bem é observado por Crenshaw (a autora fala em termos internacionais), ao explicitar que “as elites das sociedades do Sul são por vezes marcadas por uma dualidade: marginalizadas e talvez até silenciadas na arena internacional, mas ocupando posição privilegiada dentro de suas nações” (Crenshaw, 2002, p. 185).

Uma observação digna de nota se apresenta na distribuição de textos publicados em revistas A (A1 até A4), B (B1 até B5) e C. Na tabela abaixo (**tabela 10**) vemos que os textos que discutem sobre o conceito de interseccionalidade ou o problema que ele busca resolver, são em sua grande maioria publicados em revistas de referência.

Tabela 10: Todos os artigos do banco de dados e a Qualis das revistas

Qualis	nº de revistas	nº de artigos
A	33	77
B	12	24
C	3	8
Total	48	109

Fonte: Tabela feita pela autora.

Já no que diz respeito à distribuição de autores por gênero, observamos como o número de mulheres é extremamente alto em comparação aos homens⁵⁴.

Tabela 11: Autores por gênero⁵⁵

Mulheres	153
Homens	40
Total	193

Fonte: Tabela feita pela autora.

E que a grande maioria dos textos são artigos (apenas um desses é ensaio).

⁵⁴Embora não seja interessante oferecer um olhar binário, visto ser esse um trabalho que tem como um de seus focos a questão de gênero, busquei na pesquisa observar os pronomes que eram utilizados na apresentação dos e das pesquisadoras, e neste sentido, me baseei nas apresentações binaristas.

⁵⁵ Alguns artigos foram produzidos por duas ou mais pessoas.

Tabela 12: Tipo de texto

Artigo/Ensaio	99
Tradução	5
Resenha	3
Entrevista	1
Cap. de Livro	1
Total	109

Fonte: Tabela feita pela autora.

Vemos que, diferente do número total de artigos coletados na **tabela 1** e **gráfico 1** em se tratando dos textos publicados por autores nas áreas das Ciências Sociais (**tabela 13**) os anos de 2020 e 2021 é que são os anos que mais possuem publicações por esses autores (nos artigos gerais do banco de dados vimos que são os anos de 2019 e 2021 que possuem um número maior de artigos). Vemos também que no ano de 2014 na **tabela 1** e **gráfico 1** há três artigos publicados e destes, dois são da área das Ciências Sociais.

Tabela 13: Número de artigos por ano na área de atuação das Ciências Sociais

Ano	nº de artigos
2012	1
2014	2
2015	5
2017	4
2018	5
2019	4
2020	7
2021	7
2022	4
Total	39

Fonte: Tabela feita pela autora.

Diante dos quadros e gráficos apresentados, ilustrando um plano mais geral sobre os textos contidos no banco de dados tanto da área das Humanidades, quanto da área das Ciências Sociais, analisaremos na próxima seção as referências desses textos, mostrando quem são os autores e autoras mais citados e quais obras (sejam elas livros, revistas, panfletos e etc.), com o intuito de mostrar quem são os agentes e quais são os suportes mais utilizados na construção das reflexões e pesquisas sobre interseccionalidade feitas nas Ciências Sociais brasileiras.

2.3 Agentes e suportes

Na análise das referências dos artigos, observamos que as autoras mais citadas são as norte-americanas Kimberlé Crenshaw e Patrícia Hill Collins. Em se tratando de Crenshaw, os textos mais citados são “Desmarginalizando a intersecção entre raça e sexo: uma crítica feminista negra à doutrina antidiscriminação, à teoria feminista e à política antirracista”, que foi o discurso de 1989 que inaugurou o conceito, assim como os textos “Mapeando as margens: interseccionalidade, política de identidade e violência contra mulheres de cor”, de 1991, e “Documento para o encontro de especialista em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero”, de 2002 (este último é o primeiro texto do banco de dados que aparece como sendo propriamente o de recepção do conceito no Brasil).

Já os textos mais citados da socióloga negra Patrícia Hill Collins são: o “*Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 1990⁵⁶” traduzido em 2019 para o português⁵⁷ e o “Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro”, 1986, traduzido para o português em 2016. Esse último foi utilizado no capítulo primeiro da dissertação.

A tradução é um ponto de partida de extrema importância para a recepção do conceito de interseccionalidade no nosso país, visto que foi a partir das traduções das autoras norte-americanas que o conceito viajou entre as fronteiras. Pensando em tradução nos deparamos com as dificuldades enfrentadas pelas impossibilidades da não tradução de certas obras, para o entendimento de reflexões pertinentes acerca das teorizações do feminismo negro e do imbricamento de raça, classe e gênero. Existem diversos textos das autoras norte-americanas mais citadas nas referências (Patrícia Hill Collins, Kimberlé Crenshaw, bell hooks e Angela Davis⁵⁸) que ainda não foram traduzidos⁵⁹ dentre eles estão: *Fighting Words: Black Women and the Search for Justice*⁶⁰, 1998 e *Black Sexual Politics: African Americans, Gender, and the New Racism*⁶¹, 2004 de Patrícia Hill Collins; *Critical Race Theory: The Key Writings That Formed the Movement*⁶², 1996 e *On Intersectionality: Essential Writings of*

⁵⁶ Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política de empoderamento. Nova York.

⁵⁷ O artigo foi traduzido, mas a obra completa não.

⁵⁸ Embora Angela Davis esteja na posição 6 de acordo com a **tabela 14**, colocamos os livros que não foram traduzidos pois entendemos, neste trabalho, que o debate que a autora faz a respeito do imbricamento de raça, classe e gênero é de grande valia, sendo a mesma bastante citada no primeiro capítulo.

⁵⁹ Todos os livros foram encontrados em inglês no site amazon.

⁶⁰ Palavras de luta: mulheres negras e a busca por justiça.

⁶¹ Política sexual negra: afro-americanos, gênero e o novo racismo.

⁶² Teoria crítica da raça: os escritos fundamentais que formaram o movimento.

Kimberlé Crenshaw⁶³, 2015 de Kimberlé Crenshaw; *Sisters of the Yam: Black Women and Self-Recovery*⁶⁴, 1993 e *The Will to Change: Men, Masculinity, and Love*⁶⁵, 2004 de bell hooks; *elf They Come in the Morning: Voices of Resistance*⁶⁶, 1971 e *The Meaning of Freedom: And Other Difficult Dialogues*⁶⁷, 2012 de Angela Davis.

Embora autores fora do eixo Estados Unidos e Europa sejam bastante utilizados nas referências, observamos que em grande parte dessas referências o que predomina são as intelectuais estadunidenses, além das já mencionadas Collins e Crenshaw e as intelectuais brasileiras (que falaremos em breve). Há também alguns nomes e nacionalidades dos autores e autoras fora do eixo norte-americano, embora não sejam foco de nossa pesquisa. Temos autores e autoras fora desse eixo: o teórico literário palestino Edward Said, com o livro *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990⁶⁸; o sociólogo Peruano Aníbal Quijano, com os textos “Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina, 2005” e o “Colonialidade e modernidade/racionalidade, 1992”, com tradução de Wanderson Flor do Nascimento; a socióloga Ugandense-Britânica Avtar Brah, com o artigo “Diferença, diversidade, diferenciação, Cadernos Pagu (26), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2006, pp.329-376.”; a socióloga Argentina María Lugones, com o artigo “Para um feminismo descolonial” originalmente escrito em 2011; e o psiquiatra Caribenho Frantz Fanon com o livro *Pele negra, máscaras brancas* originalmente publicado em 1952.

Uma observação importante a ser salientada é a de que os autores Edward Said, Avtar Brah, María Lugones e Franz Fanon aparecem pela primeira vez nas referências dos textos a partir de 2014, mesmo ano que aparece o primeiro texto que discute em seu corpo o conceito de interseccionalidade nas Ciências Sociais brasileiras, essa mudança de paradigma intelectual pode ter como explicação a aplicação da lei 12.711 de 2012 que, como defendemos, possibilitou a abertura de outras discussões para além das hegemônicas dentro das universidades em diálogo com os movimentos sociais, já que um novo corpo discente passou a constituir as instituições públicas e isso pode ter gerado impactos significativos no fazer científico e principalmente sociológico brasileiro.

⁶³ Sobre interseccionalidade: escritos essenciais de Kimberlé Crenshaw.

⁶⁴ Irmãs do Yam: mulheres negras e a auto-recuperação.

⁶⁵ A vontade de mudar: homens, masculinidade e amor.

⁶⁶ Se eles viessem pela manhã: vozes de resistência.

⁶⁷ O significado da liberdade: e outros diálogos difíceis.

⁶⁸ Em se tratando deste livro, Carbonieri (2016) tece algumas críticas alegando que o autor parte ainda de literaturas do cânone colonial, recaindo na perspectiva masculina da visão de mundo Europeia sobre o oriente médio e do norte da África.

Esses autores fora do eixo norte-americano, trazem debates pós-coloniais⁶⁹ e decoloniais⁷⁰. São análises críticas às estruturas coloniais na sociedade e na construção do saber e do poder que “convence o intelectual colonizado de que sua cultura e epistemologia são inferiores àquelas do povo que o oprime” (Carbonieri, 2016, p. 284). A partir de 1970-1980 surgiram diversas formas de análises de textos pós-coloniais que, sobretudo, foram influenciadas pelos estudos do autor Edward Said (Carbonieri, 2016). Dentre esses estudos, foram desenvolvidas teorias sobre o continente Africano, o resgate da história Indiana através dos *Subaltern Studies*, e os estudos Decoloniais, com a criação do Grupo Modernidade/Colonialidade. No Brasil, em 1980, como aponta Ballestrin (2017), os feminismos subalternos⁷¹ unem-se à crítica do pós-colonialismo que chega ao país evidenciando as desigualdades raciais e de gênero.

E essa discussão que intersecciona raça e gênero possibilita um arcabouço teórico rico para as análises feministas e os movimentos negros brasileiros em 1980 permitindo, ao longo dos anos, uma maior solidificação do enfrentamento de desigualdades a partir do imbricamento das categorias da diferença dentro da sociedade civil e dentro da academia. Embora a primeira vez que o conceito de interseccionalidade aparece em um artigo nas Ciências Sociais brasileiras, seja no ano de 2014, 2 anos após a criação da lei de cotas, observamos que o problema interseccional já havia sido posto com a recepção das críticas pós-coloniais e decoloniais dentro dos movimentos negros e feministas ainda no século XX, mas que passa a sofrer maior adensamento nas Ciências Sociais, nos periódicos brasileiros, a partir de 2014.

Prosseguindo com a análise dos dados acerca das referências dos textos do nosso banco de dados, vemos na **tabela 14** e no **gráfico 4** as autoras norte-americanas, que já iniciamos essa seção falando, em ordem das mais citadas nos textos do banco de dados (ao lado inserimos o número de textos que essas autoras aparecem de acordo com os 109 do banco de dados).

⁶⁹ Segundo aponta Carbonieri (2016) os textos desses autores são subdivididos em três: aqueles oriundos de países que foram colonizados, as literaturas de diásporas (escritos por autores que são de nacionalidades de países colonizados e que foram para outros locais) e as literaturas que são escritas por grupos marginalizados “não necessariamente em ligação direta com o momento colonial”. (2016, p. 282). E a autora salienta que Franz Fanon seria um dos pilares para o que depois veio a se tornar o pós-colonialismo em suas diversas correntes.

⁷⁰ Que se desdobra com o Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos.

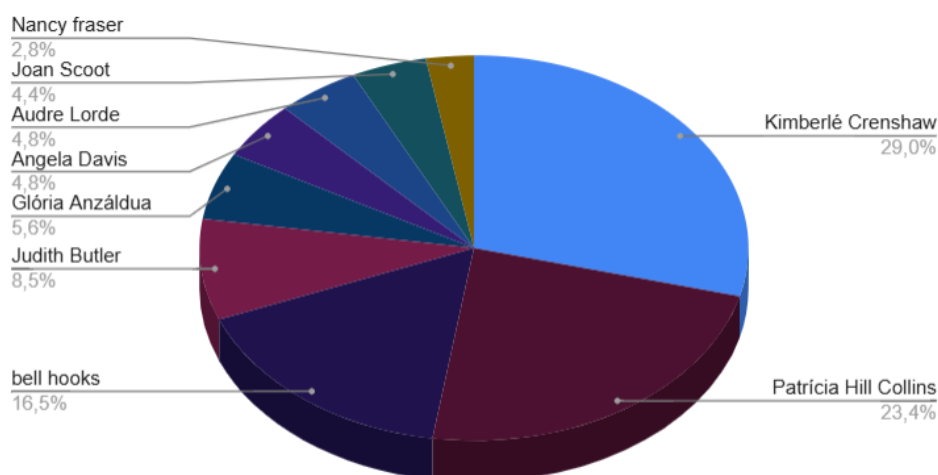
⁷¹ Aqueles que emergem do Sul global.

Tabela 14: Autoras norte-americanas mais citadas nos textos

Kimberlé Crenshaw	72
Patrícia Hill Collins	58
bell hooks	41
Judith Butler	21
Glória Anzáldua	14
Angela Davis	12
Audre Lorde	12
Joan Scoot	11
Nancy fraser	7

Fonte: Tabela feita pela autora.

Gráfico 5: Autoras norte-americanas mais citadas nos textos



Fonte: Gráfico feito pela autora.

Os textos de Angela Davis e Audre Lorde que mais são citados, são respectivamente os livros *Mulheres, raça e classe*, 1981; e *Sister Outsider* de 1974, livros que são citados no capítulo I. Como vimos anteriormente, são textos que apresentam reflexões fundamentais sobre o imbricamento de raça, classe e gênero na luta das mulheres em sua totalidade, e, embora sejam textos anteriores ao conceito da interseccionalidade, já debatiam sobre o problema social que o conceito busca resolver. Já no que se refere à bell hooks, o livro mais citado é o *Teoria feminista: da margem ao centro* originalmente publicado em 1984 e traduzido no Brasil em 2019.

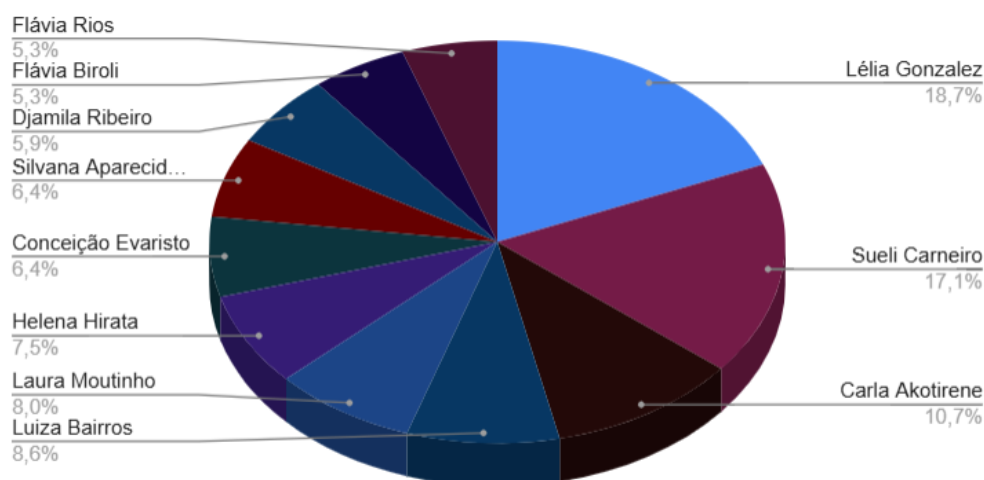
Além das autoras norte-americanas, autoras brasileiras também são bastante citadas nas referências desses artigos, mostrando que as discussões se entrelaçam com o pensamento e teoria feminista negro brasileiro. Na **tabela 15 e gráfico 5** vemos as autoras brasileiras mais citadas, com ênfase nos nomes de Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Luiza Bairros e Carla Akotirene, autoras negras que são provenientes também de movimentos sociais, a saber o Negro e o Feminista Negro.

Tabela 15: Autoras brasileiras mais citadas nos textos

Lélia Gonzalez	35
Sueli Carneiro	32
Carla Akotirene	20
Luiza Bairros	16
Laura Moutinho	15
Helena Hirata	14
Conceição Evaristo	12
Silvana Aparecida Mariano	12
Djamila Ribeiro	11
Flávia Biroli	10
Flávia Rios	10

Fonte: Tabela feita pela autora.

Gráfico 6: autoras brasileiras mais citadas nos textos



Fonte: Gráfico feito pela autora.

Entre os artigos que aparecem de Lélia Gonzalez nas referências estão “Por um feminismo afrolatinoamericano, 1988”, “A categoria-cultural de amefricanidade, 1988”. e “Racismo e sexismo na cultura brasileira, 1984” e os três fazem hoje parte da coletânea do livro intitulado *Por um feminismo afro-latino-americano* organizado por Flávia Rios e Márcia Lima, publicado em 2020 pela editora Zahar (utilizaremos esse como um dos livros para compreender a análise da autora das transformações sociais ocorridas entre as décadas de 1980 e 1990 do Brasil).

Já os textos de Sueli Carneiro são “Matriarcado da miséria, Correio Braziliense, 2000” que está no livro *Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011*. Além do artigo “mulheres em movimento, 2003” que em 2019 foi republicado na coletânea *Sueli Carneiro Escritos de uma vida* com direção editorial e preparação de texto por Lizandra Magon de Almeida, publicado pela editora Pólen, ambos livros serão utilizados como referência para análise do contexto histórico brasileiro, principalmente nas discussões de 2000 a 2010, visto que muitos dos textos contidos neles abarcam a realidade brasileira desse período.

Já Luiza Bairros é citada através do artigo “Nossos feminismos revisitados” de 1995 que se encontra no banco de dados, esse artigo será analisado na primeira parte dos textos de recepção no terceiro capítulo.

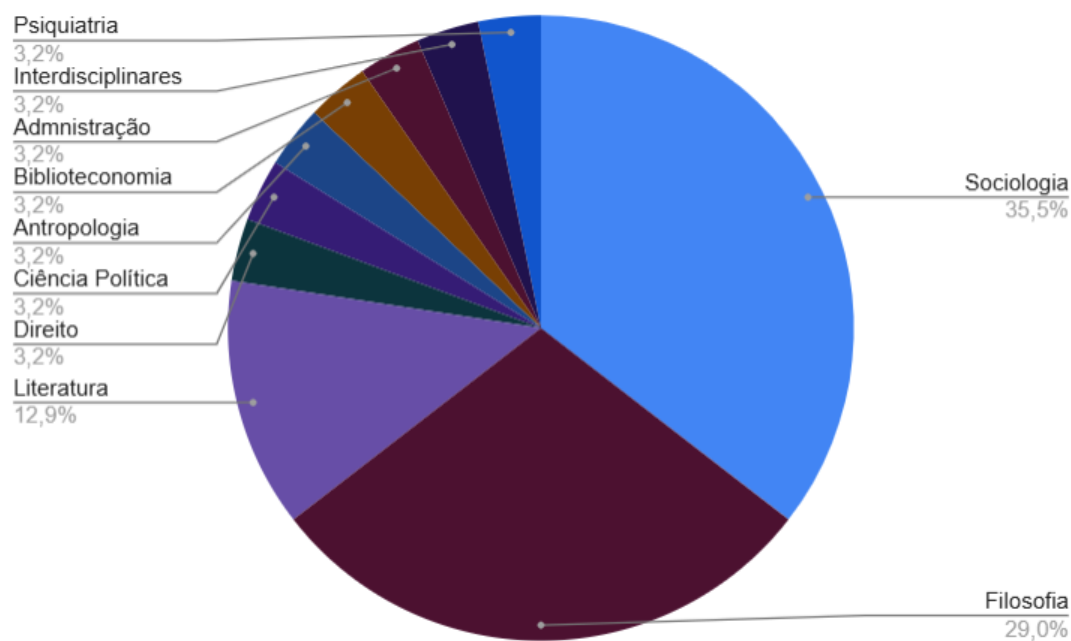
O texto de Akotirene que é o mais citado, é o livro *Interseccionalidade*, de 2019 da coleção de Feminismos Plurais, organizado pela filósofa Djamila Ribeiro. É um livro de leitura fluida e que traz uma introdução do que é a interseccionalidade, e quais as suas formas práticas; a autora associa a interseccionalidade ao orixá exú, senhor das encruzilhadas para simbolizar que assim como exú, a interseccionalidade é construída a partir do entrecruzamento de avenidas (esse entrecruzamento de avenidas é dito pela autora Crenshaw).

Djamila Ribeiro aparece bastante nos textos publicados a partir de 2019, assim como Akotirene. O texto referenciado de Ribeiro é “O que é lugar de fala” de 2017, em que a autora reflete sobre o *locus* social no qual todos os seres humanos vivenciam e são situados tanto em termos sociais quanto politicamente falando. A autora salienta que todo ser humano possui uma situação no mundo e essa situação (localização específica) sustenta as desigualdades e privilégios (cf. Ribeiro, 2019).

Seguindo com a nossa análise, fizemos uma tabela com esses pesquisadores mais citados tanto aqueles e aquelas que estão nas tabelas (14, 15 e 16) somados com os autores de outras nacionalidades (Edward said, Aníbal Quijano, Avtar Brah, María Lugones, Frantz

Fanon, Michel Foucault e Simone de Beauvoir) que também foram citados, observamos no **gráfico 6** a área que mais sobressai em se tratando dessas referências.

Gráfico 7: Distribuição das áreas de todos os autores mais referenciados nos textos do banco de dados⁷²



Fonte: Gráfico feito pela autora.

Vemos no gráfico que a área de Sociologia e a filosofia são as áreas que mais se destacam, e somadas todas as áreas das Ciências Sociais, há um total de 13 autores dessas áreas de atuação que são referenciados em todos os textos do banco de dados, perfazendo o total de 41,9%.

Desses textos que compõem o nosso banco de dados, baseando-se na Lei de *Lotka*, que diz respeito a produtividade dos autores e coautores, vemos que a autora que possui mais publicações (sendo dois textos de autoria e um texto em coautoria) é a socióloga Silvana Aparecida Mariano, que possui graduação na área das Ciências Sociais, Mestrado e Doutorado em Sociologia. Segundo as informações do seu *lattes*, o principal foco dos seus estudos gira em torno dos seguintes temas: gênero, feminismo, transferência de renda, políticas públicas, cidadania, desenvolvimento humano, violência contra mulheres e meninas e feminicídio. Na **tabela 16** vemos os autores que têm dois ou três textos publicados.

⁷² Carla Akotirene possui doutorado no PPGNEIM - Programa de Pós-Graduação de Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia.

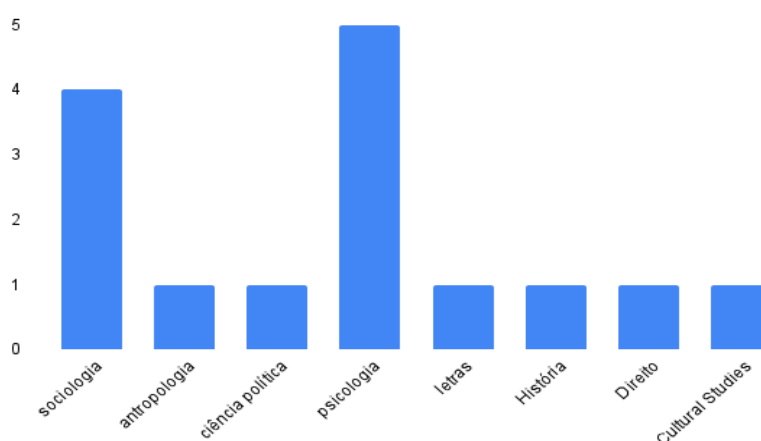
Tabela 16: Autores (as) que mais possuem publicações⁷³

Silvana Aparecida Mariano	3
Laura Moutinho	2
Helena Hirata	2
Luís Felipe Miguel	2
Vilkiane Natercia Malherme Barbosa	2
Damião Soares de Almeida Segundo	2
James Ferreira Moura junior	2
Luciana de Mesquita Silva	2
Ingrid Lorena Da Silva Leite	2
Ana Maria Veiga	2
Gabriela M Kyrillos	2
Georgia Grube Marciniuk	2
Amana Rocha Mattos	2
Claudia de Lima Costa	2

Fonte: Tabela feita pela autora

No total de 29 textos somados desses autores que possuem dois ou três publicações com relação aos textos do banco de dados, somadas todas as três áreas das Ciências Sociais, desses 29 textos, temos o total de 11 textos das Ciências Sociais, o que equivale a 37,93% de textos publicados, seja em autoria ou coautoria por pesquisadores da área da Antropologia, Sociologia ou Ciência Política. No gráfico abaixo vemos a área desses autores acima listados e podemos observar que somadas as áreas das Ciências Sociais, há o total de 5 autores que publicaram 11 textos ao todo.

Gráfico 8: Área das (os) autoras (es) que possuem 2 e 3 publicações no banco de dados



Fonte: Gráfico feito pela autora.

⁷³Todos os textos são em relação aos que se encontram no nosso banco de dados.

Há um total de 17 textos com autoria desses autores mencionados para 12 coautorias desses mesmos autores. Os autores e autoras das Ciências Sociais são: Silvana Aparecida Mariano, doutora em Sociologia; Laura Moutinho, doutora em Antropologia; Helena Hirata, doutora em Sociologia; Luís Felipe Miguel, doutor em Ciências Sociais com ênfase em Ciência Política; e Ingrid Lorena Da Silva Leite, doutora em Sociologia. Observamos que a atuação na área da Sociologia é a que mais se destaca das três subáreas na publicação de textos.

Ao final das análises feitas do banco de dados, vemos a importância da bibliometria para obter um panorama mais geral sobre a recepção do conceito de interseccionalidade em termos quantitativos. Vimos com mais detalhes quem eram os agentes e quais eram os suportes que viabilizaram a chegada do conceito em solo brasileiro e mais especificamente nas Ciências Sociais brasileiras. Vimos a importância do detalhamento das revistas, em se tratando do nível de sua importância em escopo nacional e de sua localização geográfica, das áreas dos autores e vimos que autoras(es) formadas(os) na subárea da Sociologia produziram mais sobre a interseccionalidade.

2.4 Algumas considerações finais

Observamos que sobre a recepção do conceito nas Ciências Humanas brasileiras no geral e nas Ciências Sociais no particular, a interseccionalidade na virada do século XX para o XXI teve discussões teóricas publicadas em artigos de maneira incipiente (veremos no próximo capítulo que o “problema” da interseccionalidade já era feito em solo brasileiro pelas feministas negras na década de 1980), mas que a partir de 2014 as discussões passam a ser adensadas progressivamente entre os autores com formação das Ciências Sociais que publicam nos periódicos nacionais.

O primeiro texto que aparece em nosso banco de dados evidencia a relação do movimento social com a academia na difusão da discussão do imbricamento das categorias da diferença, embora não tenha sido escrito por uma pesquisadora das Ciências Sociais, Bairros é proveniente do Movimento Negro e do Movimento Feminista Negro, a autora faz a interlocução analítica dentro da academia, bem como fizeram as intelectuais e ativistas negras norte-americanas.

Nossa hipótese é que esse aumento de publicações — que saltaram de 3 em 2014 para 7 em 2015 e continuaram crescendo exponencialmente ao longo dos anos, a partir da filtragem das categorias de raça, classe, gênero e sexualidade — pode ser explicada em parte

pela sanção da Lei 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas. Embora o crescimento mais expressivo das publicações tenha ocorrido a partir de 2015, com ápices nos anos de 2019 e 2021, para o banco de dados geral e em 2020 e 2021 para textos de autores das Ciências Sociais especificamente, é possível que outras demandas dentro da universidade também tenham impulsionado esse fenômeno. Em especial, argumentamos que as discussões sobre interseccionalidade se intensificaram devido à mudança nas perspectivas epistemológicas dentro da academia brasileira, impulsionadas pela presença de um novo corpo discente, engajado nas reflexões sociais e coletivas e que isso permitiu a tradução do conceito atrelando-o à realidade nacional, bem como as transformações sociais, políticas e ideológicas do país.

Com relação à área de atuação do primeiro autor de todos os artigos, as Ciências Sociais sobressaíram com 39 textos produzidos, representando 35,77% de publicações. Outro dado que extraímos foi com relação aos artigos publicados em revistas interdisciplinares e revistas de outras temáticas, para além das Ciências Sociais, e dentre essas revistas, a REF é uma das que mais possui publicações (26 ao todo), e por isso optamos por focar nossas atenções na área dos autores das Ciências Sociais para analisar a recepção nas Ciências Sociais, o que nos possibilitou o acréscimo de mais 14 textos para possível análise (11 desses textos foram feitos por autores da área de atuação das Ciências Sociais e publicados na REF). Se focássemos apenas na área das revistas perderíamos publicações relevantes que se encontram em uma das principais revistas do país que traz discussões pertinentes sobre Feminismos e Gênero, como é o caso da REF.

Se observamos ainda na **tabela 1**, veremos que o ano que mais aparecem textos publicados é em 2021. Fazendo uma conta, daqueles que possivelmente entraram em 2012 pela lei de cotas e concluíram a graduação e o mestrado e enviaram artigos para publicações, veremos que os artigos do ano de 2021 provavelmente seriam aqueles originários desse novo corpo discente da lei de cotas nacional. Mas para isso, cabe um estudo mais aprofundado e deixaremos para um futuro próximo.

Com as tabelas feitas e os dados coletados acerca do conceito nas revistas brasileiras, investigando quem são os pesquisadores e quem são os agentes e os suportes, nosso próximo passo será a leitura desses artigos, isto é, a parte qualitativa de nosso trabalho, para nos atentarmos se esses pesquisadores nacionalizaram e traduziram o conceito em solo brasileiro.

Teremos como foco de análise qualitativa dos textos, todos aqueles que, para além de possuir área de atuação nas Ciências Sociais, refletiram a partir de duas ou mais das quatro

categorias da diferença: Gênero, Classe, Raça e Sexualidade. A escolha dessas quatro categorias resulta da influência de Crenshaw, cuja análise incorpora também a categoria da sexualidade. Conforme observa Collins (2017), a sexualidade constituiu uma dimensão central para Crenshaw que viu não apenas para o Feminismo Negro, mas igualmente no coletivo Combahee River — composto majoritariamente por mulheres negras e lésbicas —, a relevância da inserção do debate sobre sexualidade como uma categoria analítica fundamental para a compreensão das dinâmicas sociais norte-americanas para a promoção da justiça social, objetivo central da perspectiva interseccional.

III- A RECEPÇÃO DO CONCEITO DE INTERSECCIONALIDADE NAS CIÊNCIAS SOCIAIS BRASILEIRAS (2014-2022)

Neste último capítulo buscamos investigar como deu-se a recepção do conceito de interseccionalidade nas Ciências Sociais brasileiras. Para a consecução da pesquisa de recepção, fizemos a separação da análise dos artigos em dois momentos: **i.** dos artigos de 1995 a 2012 (anteriores à lei 12.711/12), para compreendermos as características gerais dos primeiros anos de recepção do conceito de interseccionalidade no Brasil, independente da área das autoras (ressaltando que apenas um texto é da área das Ciências Sociais); **ii.** e os artigos específicos de recepção das Ciências Sociais, entre os anos de 2014 a 2022, baseadas na lei de *Zipf*, que nos faz investigar a frequência das palavras (no caso, nos detemos a frequência do conceito nas Ciências Sociais brasileiras que tem como marco o ano de 2014 que aparece dois textos expondo as discussões sobre a interseccionalidade). Veremos que esses pesquisadores e pesquisadoras traduzem e recepcionam o conceito ao relacioná-lo às realidades nacionais vividas pelas mulheres negras, bem como as transformações sócio-políticas na esfera civil, jurídica e também intelectual. Não conseguimos nos aprofundar para confirmar se o conceito foi nacionalizado.

Antes de analisarmos os artigos, iremos apresentar o contexto histórico brasileiro entre as décadas de 1980 a 2010, assim como a história intelectual proposta por Tracus (2018) nos orienta, partindo do contexto e das ideias produzidas no país. Para justificar a escolha dessas décadas nos baseamos, em certa medida, na subdivisão das três gerações da intelectualidade negra brasileira, proposta no ensaio de Costa (2022). São elas: entre 1950-1970 em que acontece os primeiras discussões dessa intelectualidade sobre a raça, criticando o mito da democracia racial e o racismo científico; entre 1980-2000 marcada pelos primeiros debates sobre as políticas de ações afirmativas; e de 2000 até os dias atuais, marcada pelas análises às primeiras experiências dessas políticas, com a inserção de novos atores na academia brasileira.

Desse modo, temos como justificativa trazer alguns apontamentos a partir de 1980 tanto por esses primeiros debates sobre as políticas de ações afirmativas feitas pela segunda geração da intelectualidade negra brasileira a partir das insurgências sociais com a redemocratização brasileira, quanto porque essa é a década em que as feministas negras brasileiras (o feminismo negro se desenvolve no final de 1970 e início de 1980), com destaque Lélia Gonzalez, passam a trazer sua perspectiva na crítica da democracia racial que

traz de novidade o prisma da sobreposição das categorias da diferença e em como essa democracia racial atingiu de maneira específica as mulheres negras em nosso país.

Os movimentos feministas e os movimentos negros baseiam-se na crítica a visão única de mundo, visto ainda que buscando a objetividade científica, nenhum pesquisador ou pesquisadora, seja da classe dominante ou subalternada, está distanciado de um sistema de conhecimento preexistente (Velasco, 2019), e os estudos feministas vêm construindo críticas relevantes à noção de uma objetividade universalista e a-histórica (Aparecida, 2021).

Baseando-se nesse pressuposto, sob o olhar do Feminismo Negro brasileiro, mostraremos um Brasil com suas tensões sociais e raciais; um Brasil que vivenciou quase quatro séculos de escravização e que apesar de ter sido abolida, vive seus resquícios na restrição ao acesso à educação, a políticas de promoção à igualdade, à moradia, ao lazer e tantos outros direitos que estão expressos na Constituição Federal.

Essas análises iniciais das décadas de 1980 a 2000 darão suporte para a criação de políticas de cotas estaduais na UERJ, UNEB, e UNB nos anos 2000 e que reverbera na criação da política de cotas racial e social 12.711 de 2012 que possibilitou a inserção e expansão de novos sujeitos políticos nas instituições federais nacionais, transformando paradigmas epistemológicos e que pode ter impulsionado a recepção e uso do conceito de interseccionalidade nas pesquisas publicadas nos periódicos brasileiros, salientando que não se trata desses novos agentes estarem publicando, já que como vimos, requer titulações maiores, mas a entrada desse novo corpo discente possibilita novas perspectivas científicas no país.

Como estamos trazendo a história intelectual a partir da leitura de Tarcus (2018), e no primeiro capítulo da dissertação percorremos o caminho do passado para captarmos as bases do conceito de interseccionalidade, neste terceiro capítulo investigamos propriamente a sua recepção. Só à nível de recapitulação, o processo de recepção de uma ideia não é meramente uma reprodução, considerando que a ideia não é recebida nem de maneira neutra e nem se apresenta de maneira fiel ao que um autor quis dizer (Tarcus, 2018) ou seja, a recepção pressupõe a investigação da nacionalização e também tradução do conceito. Isso significa dizer que, embora o conceito de interseccionalidade tenha sido formulado para retirar o véu que encobria como o campo jurídico dos Estados Unidos agia arbitrariamente, como o mercado de trabalho ignorava as especificidades de mulheres negras, ou como as violências de gênero e raça agiam de modo específico, foi preciso analisar se no Brasil a sua recepção e apropriação foi utilizada considerando suas peculiaridades.

A análise do contexto histórico desse período de 1980 até 2010 terá como base as reflexões das autoras negras e feministas brasileiras Sueli Carneiro (2011; 2019) e Lélia Gonzalez (1982; 2020), e justificamos a escolha das autoras, pois ambas, de acordo com a metodologia bibliométrica utilizada na pesquisa, são as mais citadas entre as autoras brasileiras (sendo ambas as brasileiras que mais aparecem nos textos gerais do banco). Nos textos analisados, observamos também que as duas intelectuais são mencionadas como grandes influências nas teorizações de raça, classe e gênero entre as décadas de 1980 e 2010.

Refletimos, principalmente a partir dessas autoras, como a ideologia da democracia racial⁷⁴ foi utilizada pelo Estado brasileiro e largamente defendida por autores como o sociólogo Gilberto Freyre (2003)⁷⁵. Traremos a crítica feita pelas autoras ao “mito da democracia racial”, visto que ambas observam como esse mito atingiu de maneira particular as mulheres negras no Brasil, pois quando foi negada as tensões raciais brasileiras, negou-se a situação inferiorizada em que as mulheres negras eram colocadas, os subempregos destinados a elas, e a hipersexualização de seus corpos, destituindo de humanidade as suas existências.

Em linhas gerais, o sociólogo Florestan Fernandes (2008[1964])⁷⁶, a partir de suas investigações marxistas, traz alguns elementos que alicerçaram o terreno para a então “democracia racial” que aqui sumariaremos e mais adiante falaremos sobre cada um desses elementos: **i.** “a consolidação da ordem social competitiva do estado de São Paulo” (2008, p. 304); **ii.** perpetuação da ordem social hierarquizada: aquela estabelecida entre senhor (branco) e escravo (negro). **iii.** inércia sócio-cultural.

Em função dos limites de tempo impostos para a formulação de uma dissertação, iremos fazer a seleção para analisar os artigos de recepção, após o breve contexto histórico, da seguinte maneira: Autoras que possuem mais de dois textos publicados, baseando-se na lei de *Lokta* que se refere a produtividade dos autores e autoras (do nosso banco de dados); na produtividade dos periódicos, baseando-se na lei de *Bradford*; e nos pesquisadoras(es) consideradas(os) de grande relevância nas análises interseccionais ou do feminismo negro no Brasil. Neste sentido, selecionamos 12 dos 39 artigos da área das Ciências Sociais — por isso a importância também da leitura dos textos entre 1995 e 2012, dos seis textos três são escritos por intelectuais e ativistas negras que trazem a discussão do imbricamento das categorias da diferença mesmo não utilizando o conceito de interseccionalidade.

⁷⁴ O termo “mito da democracia racial” foi cunhado pelo sociólogo Florestan Fernandes.

⁷⁵ Que negava o racismo que tecia (e tece) as relações sociais do nosso país olhando para o “hibridismo” de maneira positiva, fazendo da mestiçagem algo a ser supervalorizado na nossa nação.

⁷⁶ A pesquisa de Florestan foi desenvolvida nos anos 1940-1950 patrocinada pela UNESCO na Cidade de São Paulo, que segundo o autor foi onde começou a integração do negro na sociedade capitalista, especialmente na década de 1930. Embora sua pesquisa tenha sido localizada, o seu estudo se aplica à nível nacional.

3.1 Insurgências de mulheres negras brasileiras: Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro

Embora o Movimento de Mulheres no Brasil remonte à primeira metade do século XIX, por volta de 1830, assim como nos Estados Unidos, com manifestações de mulheres que desafiavam sua condição de “servir” aos homens e a negação do direito ao voto⁷⁷, foi somente na segunda metade do século XX que feministas e intelectuais negras conseguiram concretamente inserir o imbricamento entre raça e gênero nas reivindicações femininas, com o desenvolvimento do feminismo negro brasileiro (a partir de 1980), já que dentro do próprio movimento feminista as mulheres negras eram:

Consideradas ‘agressivas’ ou ‘não feministas’ porque sempre insistimos que o racismo e suas práticas devem ser levados em conta nas lutas feministas, exatamente porque, como o sexismo, constituem formas estruturais de opressão e exploração em sociedades como a nossa. Quando denunciávamos a opressão e exploração das empregadas domésticas por suas patroas, causamos grande mal-estar (Gonzalez, 2020, p. 105).

Havia uma separação, em termos de opressão⁷⁸, dentro do movimento feminista brasileiro, o que impedia que as mulheres negras pudessem inserir suas demandas sem abdicar da inteireza de suas existências. A filósofa, antropóloga, professora e militante do Movimento Negro e Feminista, Lélia Gonzalez (1935-1994) passou a reivindicar, nos espaços acadêmicos e no ativismo, a luta de classe, de raça e de gênero, sem que um se sobrepusesse o outro, entendendo que essas categorias agiam juntas na marginalização das mulheres negras.

Essa falta de “construção unitária” na luta de mulheres se deu em função da persistência de paradigmas criados pela herança colonial em torno da população negra no geral e das mulheres negras no particular. Percebemos que tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil as histórias sobre a criação do movimento feminista negro têm algumas semelhanças: em um contexto de avanços limitados, as mulheres negras continuavam a enfrentar uma condição de maior exclusão e menos direitos, em comparação às mulheres brancas e aos homens negros (Carneiro, 2019; Gonzalez, 2020).

As mulheres negras ocupavam uma posição estigmatizada do cuidado e da subserviência, assim como as mulheres brancas, mas a experiência racial as inseriu em uma

⁷⁷ Destaca-se o pioneirismo da educadora e escritora Nísia Floresta (1810–1885). Floresta atuou em defesa da educação e da causa feminina, criticando a educação doméstica direcionada às mulheres, que visava apenas prepará-las para cumprir papéis sociais de esposas, filhas e irmãs, limitando-se às ‘habilidades ligadas às regras de etiqueta e à arte recreativa’ (Campoi, 2013, p. 203). A autora ainda tentava inserir a questão de classe nas suas críticas.

⁷⁸ Já que dentro do movimento negro a raça se mostrava acima de qualquer outra opressão.

posição ainda mais marginalizada: seus corpos eram (e ainda são) vistos de maneira hiperssexualizada, já que a mulher negra “é mostrada como responsável por atrair o homem com seus dotes, envenenando-o, embriagando-o e isentando-o de qualquer culpa, afinal de contas, ela era ‘irresistível’ e, até certo ponto, indispensável” (Carneiro, 2019 p. 123). Esse estigma levou as feministas e ativistas negras a tecerem críticas contundentes sobre como essa hiperssexualização não apenas desumanizava as mulheres negras, mas também lhes negava a possibilidade de serem reconhecidas como mulheres plenas dentro da sociedade.

Neste sentido, sob a perspectiva decolonial (Souza, 2024) de Lélia Gonzalez (1935-1994) iremos utilizar como referência para o contexto histórico brasileiro os livros *Por um feminismo afro-latino-americano* publicado em 2020⁷⁹ e *O lugar do Negro* publicado junto com Carlos Hansebalg em 1982, e também da autora Sueli Carneiro (1950-) nos livros *Escritos de uma vida* publicado em 2019⁸⁰ e *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil* de 2011⁸¹, além de algumas leituras complementares, iremos refletir sobre um Brasil que silenciou as vozes da população negra e de mulheres negras.

Em um contexto de crítica às desigualdades raciais e de gênero, a filósofa e ativista negra com ascendência indígena brasileira Lélia Gonzalez, já havia antecipado as discussões sobre o problema que a interseccionalidade busca evidenciar, entre os anos de 1970-1980 no solo brasileiro (Souza, 2024). Em seus escritos, reconhece como o racismo e o sexismo operam juntos na formação das desigualdades do país, colocando a mulher negra na base da pirâmide dessa desigualdade. A autora também reconheceu as grandes influências que a cultura vinda do continente Africano, bem como a cultura Indígena, foram os alicerces para a identidade cultural, social e linguística do Brasil. Segundo a autora, em terras brasileiras falamos o “Pretuguês”, que é uma língua que carrega marcas da ancestralidade e desafia a hegemonia do português do colonizador.

A autora reconheceu na cultura a possibilidade da tomada de consciência do povo negro de sua própria história (Bairros, 2000), afirmando que as entidades culturais, como as recreativas (os blocos, os grupos de maracatus, afoxés) eram também forças políticas “que tratavam da implantação definitiva das reivindicações da população negra”, pois mobilizaram

⁷⁹ Esse livro traz um compilado de textos da autora que foram escritos entre 1975 até a metade de 1990. Inclusive, dois artigos presentes neste livro, intitulados “Por um feminismo afromlatinoamericano” e “A categoria-cultural de amefricanidade”, são citados nas referências dos textos contidos no banco de dados.

⁸⁰ O livro é uma coletânea de textos que foram publicados entre os anos de 1980 a 2020 em jornais e revistas, alguns textos são também palestras da autora. Um dos artigos que compõem este livro, intitulado “Mulheres em Movimento”, encontra-se em algumas das referências dos textos do banco de dados.

⁸¹ Este livro contém textos de 2000 a 2010 e muitos dos textos estão integralmente publicados na coluna do jornal Correio Braziliense a qual a autora publicava quinzenalmente sobre o debate de raça e gênero na sociedade brasileira. (Sueli, 2011). Um dos artigos que compõem este livro, intitulado “matriarcado da miséria”, é citado algumas vezes nas referências dos textos que compõem o banco de dados.

as massas e serviram como ponto de resistência diante da opressão do controle do Estado, principalmente no Estado Novo⁸² (1937-1945) (Gonzalez, 1982, p. 24).

Entre os temas abordados pela filósofa Lélia Gonzalez estão: a defesa de uma identidade autônoma latino-americana (que valoriza a ancestralidade Africana e Ameríndia na construção do Brasil), a qual a autora denominou de amefricanidade; o pretuguês, língua falada em solo brasileiro que sofreu influências das “mães pretas”, que, ao educar os filhos dos “sinhôs”, emprestava ao português colonial traços do quimbundo, africanizando a língua; o mito da mulata⁸³, a mulher negra hiperssexualizada, “produto de exportação”, aquela “boa de cama”; a crítica ao mito da democracia racial; e o mito da mobilidade social do homem negro, quando o homem negro acha que chegou ao patamar do homem branco ao casar-se com uma mulher branca. (Gonzalez, 2020, p. 74)

Assim como González, a também ativista e filósofa negra Sueli Carneiro tece em seus escritos a situação de subalternidade que as mulheres negras se encontram no país. Djamila Ribeiro, na apresentação do livro "retratos de uma vida" de Sueli Carneiro, afirma que a filósofa é "um patrimônio histórico, cultural e político", a partir da qual o pensamento feminista negro também teve sua propagação. Foi na sua luta política, ativista e teórica que as lutas das mulheres da diáspora, bem como da comunidade negra, puderam ecoar sua voz em escritos de fácil compreensão. Sueli Carneiro foi uma das tantas ativistas que traduziu e escancarou as desigualdades de um Brasil que negou o racismo vivido pela população negra, fazendo uma ode à negritude, dando-lhe positividade em meio ao racismo à brasileira, trazendo uma perspectiva nova sobre as mulheres negras que foram secundarizadas dentro do movimento negro e dentro do movimento de mulheres.

Segundo Carneiro (2019, p.120) os estupros realizados pelos senhores brancos “está na origem de todas as construções da identidade nacional e das hierarquias de gênero e raça presentes em nossa sociedade”, segundo o qual a superioridade racial teve como “elemento complementar” a subordinação feminina. A subordinação feminina negra, construída aos moldes masculinos e brancos, passou a retratar as mulheres negras enquanto “exóticas” e “provocativas”, colocando esses atributos como inatos e as reduzindo ao prazer sexual. Tanto em Carneiro (2019) quanto em Gonzalez (2020), vemos que as imagens historicamente

⁸² O “abre-alas” dos blocos era na verdade uma espécie de licença, pois “qualquer aglomeração de negros era considerada caso de polícia” (Gonzalez, 1982, p. 22)

⁸³ Mulata é um termo racista que significa o filhote do cruzamento entre o cavalo/égua com o jumento/jumenta enfatizando mais uma vez o corpo e existência da mulher negra como uma mercadoria de exportação. Aqui utilizaremos o termo em um contexto de crítica, bem como a própria autora utiliza.

construídas das mulheres negras impactaram o imaginário social de que eram aptas para o “turismo sexual”.

Entre os temas abordados pela Filósofa Sueli Carneiro estão: A objetificação das mulheres (negras e brancas); o matriarcado da miséria, que seria a posição inferiorizada que a mulher negra ocupou no pós-abolição, embora o sexismo seja uma opressão em comum à todas as mulheres, a raça da mulher negra lhe aliena à educação e ao trabalho formal; a cumplicidade efetiva dos homens (negros e brancos), o machismo; e o mito da democracia racial.

As autoras nos mostram como o racismo, o sexismo e a classe imbricados, introduziu as mulheres negras em posição de subalternidade no acesso à educação, que consequentemente desaguou nas poucas possibilidades de mobilidade social e trabalhista, pois "estudar pouco, trabalhar excessivamente, receber remunerações irrisórias e sofrer a tripla opressão raça-gênero-classe são as condições de grande parte das mulheres negras" (Souza, 2024, p. 06). Mas não foi apenas o pouco acesso à educação que inseriu as mulheres negras na base da pirâmide das opressões, as autoras observaram alguns dados do PNAD (nas últimas duas décadas do século XX), e viram que mulheres brancas ainda conseguiram acessar certos postos trabalhistas com o mesmo grau de escolaridade que as mulheres negras. Elas evidenciam, portanto, que o racismo imbricado ao sexismo mostrou-se como entrave para que as mulheres negras pudessem alçar voos educacionais e profissionais, pois embora os seus companheiros também vivenciassem o racismo em suas existências, o sexismo não lhes submetia⁸⁴.

Ambas ativistas e intelectuais são fundamentais para a reconstrução de um Brasil perpassado pela raça, gênero e classe sem ignorar os desdobramentos que o racismo, o sexismo/patriarcado e o capitalismo exercem nas existências de mulheres negras na sociedade brasileira; elas redimensionam o olhar para as particularidades (e completudes) das mulheres negras. As autoras, em seus estudos, nos fazem refletir sobre como o mito da democracia racial foi uma maneira de apaziguamento das tensões raciais vividas no Brasil no pós-abolição, e em como esse mito agiu de maneira específica para a perpetuação dos estereótipos em torno do ser mulher negra no país. Para Gonzalez (2020), a sociedade

⁸⁴ É necessário pontuar que, assim como bell hooks (2019) e Angela Davis (2016), tanto Sueli Carneiro (2011; 2019) quanto Lélia Gonzalez (2020), compreendem a complexidade do racismo vivenciado pela população negra, bem como do sexismo vivenciado pelas mulheres (em sua multiplicidade) e pelo racismo e sexismo vivenciado particularmente pelas mulheres negras. As quatro autoras, assim como outras mobilizadas nesta dissertação, trazem a perspectiva de que as mulheres negras, dentro de uma sociedade racista e sexista, estão alocadas em posições inferiores, pois ao vivenciar ambas subordinações, não encontraram dentro do movimento feminista e nem no movimento negro, possibilidades de lutar pelas suas demandas sem precisar abdicar de uma parte de sua identidade.

brasileira vivia uma neurose cultural, pegando emprestado o conceito de neurose⁸⁵ de Freud. Segundo Sueli Carneiro (2011), essa negação do racismo dificultava as reivindicações dos movimentos negros e das feministas negras, visto que se não há um problema, não há o que ser modificado e com isso havia dificuldades nos avanços das políticas de promoção à igualdade de raça, gênero e classe.

Quando as autoras trazem suas perspectivas de mulheres negras, que estão na linha de frente dos movimentos sociais e também na academia nos anos 1980, mostrando aquilo que vivem e teorizando sobre o grupo de mulheres negras, buscam modificar os estereótipos engendrados em torno de suas existências que foi solapada pelo desenvolvimento dessa neurose cultural e da construção histórica animalésca direcionada a essas mulheres.

Essa reflexão nos leva a delimitarmos nosso estudo a partir da década de 1980, década em que o feminismo negro brasileiro ascende. Esse é um período marcado por um grande protagonismo da sociedade civil e do imbricamento da raça, gênero e classe, principalmente possibilitados por essas feministas negras.

Neste período vemos: a reabertura política; a questão negra formalmente discutida na academia⁸⁶, com participações de ativistas e intelectuais negros em congressos, seminários, simpósios, encontros e conferências que traziam a questão do negro e também das mulheres negras como base desses encontros a nível internacional; a criação do Movimento Negro Unificado (1978), a criação do Movimento Feminista Negro Brasileiro (meados de 1980) e junto com outros movimentos sociais insurgentes (como o Movimento dos trabalhadores rurais Sem-Terra -MST, criado em 1984) resistiram contra a repressão da ditadura militar (1964-1985) que havia instaurado a “nova ordem” econômica alegando que o país estava mergulhado em “caos, corrupção e comunismo” e que precisava de uma “pacificação” (Gonzalez, 1982, p. 12).

A pacificação que a ditadura militar buscou na verdade foi um eufemismo para uma onda de repressão que foi instaurada no período militar. Uma repressão às guerrilhas urbanas, às ligas camponesas, cassação de mandatos de representantes políticos (instaurando assim apenas dois partidos, o MDB e o ARENA) e o esgotamento do congresso (Gonzalez, 1982).

⁸⁵A neurose ocorre quando há um conflito entre o ego (a parte racional da psique, que busca equilíbrio) e o id (responsável pelos desejos inconscientes e instintivos). O ego tenta censurar ou reprimir os impulsos do id que são incompatíveis com a realidade ou com os valores do superego (moral). Desta maneira, os desejos que eram para ser censurados, são recalcados em ações e pensamentos, visto que vão para a parte inconsciente da psique e gerando a neurose. (Souza, 2022)

⁸⁶ Na UFF, em 1975, com a primeira semana de estudos sobre o Negro na Formação Social Brasileira, pelo grupo de trabalho André Rebouças, permitindo que na década de 1980 os estudos sobre a população negra possuísse cada vez mais abertura dentro das universidades brasileiras.

O Brasil mostrava-se crescendo economicamente, mas paralelamente a isso, nas favelas e periferias, a população negra e pobre vivia uma outra realidade. É, portanto, a partir das contradições internas, das divergências raciais e pela crise do petróleo que o milagre econômico propagandeado pela ditadura militar foi colocado em cheque e que os grupos insurgentes foram às ruas novamente protestar (porque, evidentemente, antes esses movimentos estavam sendo reprimidos).

A década de 1980 mostrou-se, assim, um período político de organização das movimentações sociais, com especial atenção para as movimentações de mulheres negras que em meio à repressão estatal da ditadura militar, uniram forças para o combate aos estereótipos que estigmatizaram e estigmatizam suas existências gerando desigualdades entre mulheres brancas e negras, colocando em evidência a tríplice discriminação que estavam sujeitadas: a de raça, classe e de gênero que impediam uma real inserção social.

3.2 Pátria mascarada, Brasil!

Falar sobre 1980, período da redemocratização brasileira, sem trazer a dimensão e a crítica do mito da democracia racial é contar a história pela metade e é, mais uma vez, perpetuar o eurocentrismo calcado pelo colonialismo que se impregnou na educação e na política de nosso país. Antes de mostrar a crítica de Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro a respeito desse mito, cabe algumas considerações anteriores às suas críticas “interseccionais”.

Esse “racismo à brasileira”, como aponta o historiador Petrônio Domingues, foi largamente difundido no final do século XIX e ao longo do século XX, estabelecendo uma desracialização da sociedade brasileira. O ex-deputado federal (1946-1947) e sociólogo Gilberto Freyre (1900-1987), no livro *Casa Grande & Senzala*, publicado originalmente em 1933, “catalisou os fundamentos de um mito construído historicamente pela classe dominante” (Domingues, 2001, p. 12), embora não tenha fundado a ideologia ou a conceituação “democracia racial”, consolidou no pensamento nacional, na década de 1930, a falsa ideia de um apaziguamento entre as raças ao dizer que a miscigenação era positiva e representava a identidade brasileira⁸⁷(Carneiro, 2011; Carneiro, 2019; Gonzalez, 2020;

⁸⁷Indo contra as ideias formuladas pelos eugenistas (racismo científico), que nasceu na Europa entre os séculos XVIII e XIX e emergiu na América-Latina no final da primeira guerra mundial, sendo mais fortemente no Brasil, México e Argentina. Bastante heterogêneo, havia alguns pontos em comum entre as vertentes a saber: a higiene e medicina social, bem como a seleção racial, com o intuito de hierarquizar social, física, moral e intelectualmente as pessoas. Mais especificamente no Brasil, foi a partir da criação da Sociedade Eugênica de São Paulo (1918) sob a liderança do médico Renato Kehl, que o racismo científico passou a teorizar que a “questão racial” seria

Domingues, 2001; Ferro e Silva, 2024).

Segundo Florestan Fernandes (2008[1964], p. 305) a afirmação da falta de tensões raciais, era um “mito” por algumas razões: **i.** a desigual inserção de trabalhadores na ordem social competitiva que se desenvolveu principalmente no Estado Novo no governo de Getúlio Vargas. **ii.** a perpetuação da ordem social hierarquizada, evidenciando as tensões raciais até então negadas **iii.** e a inércia sociocultural, visto que com o desenvolvimento do capitalismo no país, as técnicas, as instituições e os valores dessa nova ordem social competitiva inseriu na população negra “passivamente a continuidade de antigos padrões de acomodação racial”.

Os índices de desigualdade social e racial eram atribuídos à incapacidade da população negra de superar sua condição, isentando a população branca da responsabilidade e solidariedade, gerando uma “consciência falsa” das relações raciais vividas no país. (Fernandes, 2008, p. 305). E isso trouxe algumas convicções, como: **i.** não há um problema negro no país. **ii.** não existe diferenças raciais. **iii.** o acesso ao acúmulo de riqueza, prestígio social e poder são igualmente acessados por todo o povo no período de desenvolvimento⁸⁸. **iv.** a população negra estava satisfeita com seu estilo de vida. **v.** Não há mais “um problema negro” que precise ser resolvido com justiça social, visto que a lei aurea serviu como cortina de fumaça da realidade brasileira.

O cenário que vemos, ao olhar para o passado no Brasil em 1980, é de um país que vivenciou a desigual integração do negro na sociedade de classes, principalmente a partir de 1930-1970 e as consequências do “arrocho salarial”, do “milagre econômico”, da “desnacionalização ou desaparecimento das pequenas empresas”⁸⁹ (Gonzalez, 1982, p. 12) foram o aumento do desemprego e a mão-de-obra barata com pouca qualificação que atingiu a população negra e de maneira particular as mulheres negras, apontam Gonzalez (2020) e Carneiro (2011). Foram nos setores de prestação de serviço, como o de serviços domésticos e limpeza urbana, que mais subempregabilizou a população negra.

Os negros e negras não foram reconhecidos como iguais na nova ordem republicana democrática, não possuíam as mesmas ferramentas institucionais, sociais, jurídicas e nem políticas da população branca e em contrapartida, cresceu o discurso democrático (com a perpetuação da hierarquia de raça, mas de maneira “disfarçada” de democracia racial) que ia

supostamente a responsável pela degradação ou inferioridade tanto biológica quanto da civilização brasileira. (Souza, 2022).

⁸⁸ O autor fala especificamente de São Paulo, que é o objeto de sua pesquisa, e aponta que foi lá que a democracia racial tornou-se paradigma, neste processo de desenvolvimento competitivo da sociedade capitalista.

⁸⁹ Causando o êxodo rural e como produto desse êxodo gerou os fenômenos: favelas e os bóias-frias (trabalho sem vínculo empregatício) o que consequentemente aumentou a mão-de-obra barata. (Gonzalez, 2008, p. 12).

contra todas essas diferenças basilares da própria construção democrática. As bases da democracia do país, deste modo, surgem de maneira “tímida e debilitada” (Fernandes, p. 3016).

O historiador Petrônio Domingues definiu a democracia racial como “um sistema racial desprovido de qualquer barreira legal ou institucional para a igualdade racial, e, em certa medida, um sistema racial desprovido de qualquer manifestação de preconceito ou discriminação.” (Domingues, 2001, p. 1). O mito da democracia racial foi um suporte para a inércia social perpetuando “as relações sociais herdadas do passado” (Fernandes, 2008 p. 319)

A crítica que as autoras negras brasileiras fazem do “mito da democracia racial” é, mesmo que não utilizado o conceito, interseccional. Sueli Carneiro ressalta que a narrativa da democracia racial "celebra o pacto da branquitude estabelecendo um silêncio sobre o racismo" (Ferro; Silva, 2024, p. 181) que foi promovido no período colonial através dos estupros direcionados aos corpos de mulheres negras e indígenas e que gerou a miscigenação da população brasileira. Com isso, "as denominações de ‘pardo’, ‘caboclo’ e ‘mestiço’ foram instrumentalizadas pelo Estado brasileiro para negar direitos" (Ferro; Silva, 2024, p. 183).

E essas denominações ficaram no inconsciente brasileiro de tal modo que “a história oficial, assim como o discurso pedagógico internalizado por nossas crianças, fala do brasileiro como um ser 'cordial' e afirma que a história do nosso povo é um modelo de soluções pacíficas para todas as tensões ou conflitos que nela tenham surgido". (Gonzalez, 2020, p. 50). Ou seja, a classe dominante foi quem estabeleceu como iria ser sucedida a transformação racial do país para que a estrutura de castas (que traz em seu cerne a inferiorização racial e de gênero) e as suas regalias não fossem suplantadas, e assim foi incutida na população negra limites e obediência.

Disso decorre o porquê do Estado, sob o aparato legal, resistiu na abertura de direitos da população negra no geral e das mulheres negras no particular, no interior do mercado formal de trabalho e na educação, dificultando a mobilidade social dessa população (dado a inércia sociocultural que Florestan Fernandes apontou). Desta forma, as movimentações negras e de mulheres ascenderam no país como forma de resistência a esses impedimentos institucionais. Vemos que ainda na primeira metade do século XX movimentações negras ascendiam, como foi o caso da Frente Negra Brasileira (FNB) que foi um dos marcos “mais importantes do projeto de organização política do negro brasileiro” (Gonzalez, 1982, p. 23) — criada em 1931 em São Paulo, reivindicando direitos civis —; o Teatro Experimental do

Negro (TEN)⁹⁰ — idealizado por Abdias Nascimento em 1944 no Rio de Janeiro, que se propôs a resgatar os valores da cultura negro-africana —; e na segunda metade do século XX o Movimento Negro Unificado (MNU) — criado em 1978 —, que desenvolve-se dos dois primeiros.

Gonzalez (1982) foi voz ativa do MNU, a autora nos mostra que foi a convivência com outras mulheres negras dentro do movimento que despertou suas reflexões para trabalhar também o gênero de modo a não afastá-lo da raça e da classe. Gonzalez partiu da crítica ao mito da democracia racial e da pouca habilidade (ou vontade) dos Movimentos Negros de inserir o gênero nas análises sobre a realidade racial brasileira. Segundo a autora “a mulher negra não faz o gênero da submissa” (2008, p. 36), fazendo uma dura crítica ao papel social destinado às mulheres, bem como ao “mito da feminilidade” que caracterizou (e ainda o faz) as mulheres como submissas, castas e dóceis. Para a autora, as mulheres negras não foram “educadas” desta maneira, dada sua condição socioeconômica, mulheres negras precisaram trabalhar e tornar-se “forte” para sua subsistência. Seus posicionamentos dentro do MNU foram de extrema importância, pois:

Quando a maioria das militantes do MNU ainda não tinha uma elaboração mais aprofundada sobre a mulher negra, era Lélia que servia como nossa porta-voz contra o sexismo que ameaçava subordinar a participação de mulheres no interior do MNU, e o racismo que impedia nossa inserção plena no movimento de mulheres. (Bairros, 2000, p. 2)

Diante disso, é importante ressaltar que entre 1970-1980 “movimentos de cultura negra começaram a proliferar no sudeste brasileiro” (Gonzalez, 2020, p. 115) e teve como influência a emancipação dos países da África e das movimentações sociais dos Estados Unidos. O movimento de mulheres negras contemporâneo brasileiro surge em meados do fim da década 1970 e início de 1980, no mesmo período da criação do MNU, pois embora grande parte da frente do MNU fosse constituída por mulheres (Figueiredo, 2018), a emergência da criação do movimento de mulheres negras deu-se justamente pelos questionamentos das mulheres negras diante da pouca habilidade do MNU em trazer as questões do sexismo e do racismo, de maneira interseccionada, e do movimento feminista de não inserir as questões de raça na busca pela emancipação feminina.

De fato, embora as mulheres representassem um número expressivo dentro das movimentações negras, seu gênero foi secundarizado. Já as movimentações de mulheres

⁹⁰ Além de serem um grupo teatral, realizavam “cursos de capacitação e alfabetização, promoção de concursos de valorização da beleza e, sobretudo, publicação e veiculação do jornal Quilombo” (Costa, 2022, p. 4)

atribuíram o gênero como fator preponderante na análise das desigualdades sociais brasileiras, ignorando que quando se fazia a interseção das categorias da diferença, mulheres negras estavam nos piores lugares sociais. As mulheres negras na década de 1980 (no censo do IBGE) representavam 80% da força de trabalho como empregadas domésticas⁹¹. O trabalho manual (tais como lavadeiras, passadeiras, cozinheiras e etc.) era a única fonte de sustento, empregos esses que eram mal remunerados, visto que às mulheres negras eram delegadas as “tarefas mais ínfimas da sociedade brasileira” (Carneiro, 2019, p. 38) e isso também deu-se ao fato do encobrimento de que no país não existia racismo. Dessa forma, ao olhar para a divisão sexual do trabalho foi preciso mbrica-la com a raça, pois quando não se faz isso o discurso e as ações caem “em uma espécie de racionalismo universal abstrato, típico de um discurso masculinizante e branco” (Gonzalez 2020, p. 143).

Segundo Aguião (2017), nos anos 1980⁹², as Ciências Sociais passaram a chamar atenção para o surgimento de novos atores dos movimentos sociais, e consequentemente novas identidades foram forjadas no cenário político brasileiro. Interessante pontuar que essas mobilizações aconteceram para além dos sindicatos e partidos políticos, pois criou-se “novos movimentos” como o movimento feminista e o movimento negro brasileiro. É também entre 1980-2000 que as primeiras teorizações a respeito de ações afirmativas são feitas pela segunda “geração”⁹³ de intelectuais negros brasileiros (Costa, 2022).

Entre as décadas de 1980-1990 houve uma grande movimentação de organizações de mulheres negras em solo brasileiro. Especificamente em 1993:

Foi realizado o I Seminário Nacional das Mulheres Negras em Atibaia-SP e em 1994, o segundo encontro, com o objetivo de refletir sobre os aspectos relacionados às desigualdades de gênero e de raça, o direito à terra, à habitação e as políticas públicas voltadas para a saúde (Figueiredo, 2018, p. 1086).

O coletivo de mulheres negras, cada vez mais unia forças para o enfrentamento do racismo e do sexismo dentro da academia e fora dela. Essas mulheres enfrentavam os poucos

⁹¹ Em 2 de abril de 2013, a Pec 66/2012 é aprovada aplicando direitos para empregadas (o) domésticas (os). Na Pec vemos que dos 6,6 milhões de brasileiros que trabalham com esse serviço manual, 92% são mulheres (a pec não especifica cor). Dentre os direitos conquistados pela Pec estão: salário mínimo; décimo terceiro; aposentadoria; aviso prévio proporcional ao tempo de serviço; e férias anuais remuneradas.

⁹² É nesse período que se formula a nova Constituição de 1988, garantindo os direitos da população e ampliando a presença da sociedade civil na reivindicação de seus direitos.

⁹³ Em seu ensaio, a autora periodiza três momentos da intelectualidade negra que chamou de “geração”. São elas: de 1950-1970, marcada pela consolidação das Ciências Sociais e pelos primeiros debates sobre raça, que iam contra o racismo científico e a democracia racial; a segunda, de 1980-2000, marcada pelos primeiros debates sobre ações afirmativas; e a última, de 2000 até os dias atuais, momento em que ocorrem as primeiras experiências das ações afirmativas no ingresso de estudantes no ensino superior. (Costa, 2022)

acessos que possuíam dentro de uma sociedade que dizia-se viver em uma democracia racial. Carneiro (2019), em muitas de suas pesquisas teóricas, trazia dados que desmascaravam esse apaziguamento racial, trazendo dados do Ministério do Trabalho e do Ministério da Justiça de 1996. Ela nos mostra que as mulheres negras que ocupavam as atividades manuais representavam 79,4% dessas atividades, das quais 51% eram de empregadas domésticas, enfatizando qual era o destino das mulheres racialmente marginalizadas da sociedade brasileira.

As relações raciais na força de trabalho e no “turismo sexual” do Brasil são bastante criticadas por Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez. Elas retratam a realidade das mulheres negras em todo o processo de colonização e durante o século XX. Essas tensões de raça e de gênero vividas pelas mulheres negras foram o retrato de que havia um mito a ser combatido e de que esse mito perpetuava estereótipos sexistas e racistas destinados às mulheres negras.

Em se tratando dos estigmas presentes ainda no período da colonização dados à mulher negra, o de mãe preta e de mucama, foi substituído pela mulata e a doméstica, que Gonzalez (2020) nomeou como sendo dois tipos de “profissões” construídos para as mulheres negras. A mulata é a mestiça que é hiperssexualizada e representa “a mulher negra brasileira” que foi, inclusive, um “produto” e uma “mercadoria” para turistas conhecerem. Já a doméstica foi sem dúvidas uma das únicas e possíveis opções de mulheres negras no acesso ao trabalho, ainda que informal e mal remunerado no pós-abolição.

A questão do mercado de trabalho destinado, de maneira naturalizada, às mulheres negras é resquício da insustentabilidade da igualdade de raça e também da construção do que é ser uma mulher negra, tanto no que tange às violências sofridas no período da colonização, quanto na perpetuação dos estigmas pela democracia racial à brasileira (Gonzalez, 2020). Hiperssexualizada e desvalorizada do ponto de vista intelectual e social, da mulher negra foi retirada a possibilidade de ascender socialmente através do trabalho formal (sendo o subemprego uma realidade vivida pelos negros, principalmente por mulheres negras), formando um grupo de pessoas que enfrentam a “precarização ocupacional” (Próni; Gomes, 2015).

O sexismo coisificou o corpo das mulheres, e o racismo junto com o sexismo hiperssexualizou o corpo das mulheres negras. Mulheres negras foram duplamente alienadas de sua subjetividade, coisificadas e hiperssexualizadas, colocadas na categoria de objeto e de animais. E aqui poderíamos até pressupor que a hiperssexualização também é uma coisificação, mas é preciso separar ambas situações para o entendimento de como o racismo interseccionado ao sexismo afeta as mulheres negras duplamente. A mulata, é o exemplo

dessa redução da mulher negra. Seu corpo pode ser invadido duplamente, por ser mulher e por ser negra.

Segundo Gonzalez (2020, p. 165) foi nas escolas de samba que a mulata perdeu seu anonimato. Nesse momento essas mulheres que são reduzidas a “ginga”, são cobiçadas e “quando se analisa a presença da mulata na literatura brasileira e na música popular, sua aparência física, suas qualidades eróticas e exóticas é que são exaltadas”. E foi assim que as mulheres negras, a partir dessa construção hiperssexualizada, tornou-se uma mercadoria. A autora traz em seu livro um trecho de um artigo publicado em 1986 pelo jornal o Globo, que expressa o fascínio por essas mulheres que são reduzidas ao corpo, evidenciando que sua beleza está em ser pouco escura, com traços delicados, mostrando como a miscigenação era utilizada para atestar a pacificação racial que o país vivia.

Em se tratando da questão do negro e da desigualdade racial, Sueli Carneiro (2019) aponta, a partir dos dados do PNAD de 1999, que haviam dois Brasis que se autoexcluíam. Um, era aquele que, ao levar em consideração apenas o IDH da população branca colocava o Brasil na posição 49º do ranking mundial e o segundo Brasil era aquele que, levando em consideração apenas o IDH da população negra, colocaria o Brasil na posição 108ª (5 pontos abaixo da África do sul). A filósofa em certos momentos de seus escritos traz a relação do Brasil com a África do Sul, porque enquanto este último viveu um *apartheid* (1948-1994) racial o Brasil insistia em defender uma relação de harmonia racial, mas na prática e nas vivências coletivas da população negra, não era isso que acontecia.

A partir dos anos 2000 vemos que tensões já geradas pelos movimentos negros e pelos movimentos feministas suscitam em políticas de promoção à igualdade. Na educação, a exemplo disso, temos a Lei 10.639/03 que tornou obrigatório o ensino de história africana e afro-brasileira no Ensino Fundamental e Médio das escolas públicas e privadas alterada pela Lei 11.645/08, que torna obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena no Ensino Fundamental e Médio das escolas públicas e privadas⁹⁴. E ainda a Lei 12.711/12, que dispõe da reserva de 50% de vagas para o ingresso nas universidades nas instituições federais de Ensino Técnico de nível médio para pretos, pardos, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência, aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1 (um) salário mínimo e aos estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio⁹⁵ em

⁹⁴ Tanto a lei 10.639/03 quanto a lei 11.645/08 alteram o artigo 26-A da lei nº 9.394/96 que estabelece as Leis de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

⁹⁵ Em se tratando das Instituições Federais do Ensino Superior quando há o não preenchimento das vagas, as remanescentes são realocadas primeiramente para os pretos, pardos, indígenas, pessoas com deficiências e completadas por estudantes que concluíram o ensino médio em escola pública. Já nas instituições federais de

escolas públicas ou comunitárias conveniadas com o poder público.

Segundo Carneiro (2011, p. 110), a sociedade civil, reivindicando melhorias sócio-políticas através dos movimentos sociais, trouxe impactos na formulação dessas políticas, buscando a inclusão da diversidade de raça e gênero no mercado de trabalho. Segundo a autora, o ato de exclusão do acesso ao trabalho formal é uma maneira de “negar o direito básico da cidadania”. Visando a diminuição da precariedade no mercado de trabalho, foi criado em 11 de abril de 2005, o “Programa de Promoção de Igualdade de Oportunidade para Todos” como reação à desigualdade racial enfrentada pela população negra no mercado de trabalho. A criação desse programa possibilitou, mais uma vez, o reconhecimento de que no país a tese de igualdade entre as raças seria insustentável.

E embora o programa tenha despertado em empresas privadas o reconhecimento de que em seu quadro não haviam negros e negras, em 2010 a taxa de desemprego, de acordo com a Pesquisa de Emprego e Desemprego do Dieese, entre os trabalhadores negros e negras ainda eram maiores em comparação à população branca. E em se tratando de gênero e raça imbricados, as mulheres negras possuíam o dobro do percentual em comparação aos homens negros (Próni; Gomes, 2015). Mas, paralelamente a isso, houve mudanças também em 2010 no acesso à educação em comparação às décadas anteriores (e isso pode ser fruto das leis de promoção à igualdade citadas acima), como apontam Próni e Gomes (2015). Segundo os autores, o analfabetismo funcional era mais concentrado entre os idosos e os jovens nesse período, mas eles conseguiam ao menos concluir o Ensino Médio. É também nessa década que as mulheres se tornam maioria no ensino superior.

Apesar desses avanços na educação, o Brasil ainda possui inúmeras assimetrias políticas, econômicas, sociais e raciais que nos mostram um longo caminho a ser percorrido, tanto dentro da universidade quanto nas movimentações sociais. A intersecção das categorias da diferença possibilitou um melhor direcionamento sobre os problemas que assolam o país em termos raciais, de classe e raça, além de desmascarar o mito da democracia racial. Quando as discussões de gênero e raça interligados se aprofundaram a partir de 1980, mesma década em que o conceito foi elaborado por Crenshaw, observamos que no Brasil a filósofa Gonzalez já buscou inserir dentro do MNU a questão de gênero a pautas raciais, assim como fizeram as ativistas e intelectuais norte-americanas. Nesse sentido as autoras, em paralelo com as ativistas estadunidenses, formularam o problema antes do conceito, não sendo agentes da recepção propriamente do conceito, mas abriram o caminho para que isso ocorresse.

ensino técnico, primeiramente são realocadas para os pretos, pardos, indígenas, pessoas com deficiência e completadas por estudantes que concluíram integralmente o ensino fundamental em escola pública.

A partir de 2000 a inserção de novos sujeitos políticos nos âmbitos acadêmicos com as leis estaduais de reserva de vagas modificou, ainda que pouco, as reflexões teóricas nas universidades brasileiras e propiciou a criação da Lei nacional 12.711 de 2012. A inserção desses novos discentes é uma das variáveis independentes que pode ter influenciado no aumento das discussões sobre a interseccionalidade no Brasil, quando vimos que a partir de 2014 os textos dispostos no nosso banco de dados vão aumentando numericamente, com a ressalva de que não se trata desses novos discentes estarem publicando os artigos nos periódicos nacionais, mas que a entrada da população marginalizada pode ter transformado o fazer científico no país.

Deste modo, no tópico seguinte falaremos de como a política de ação afirmativa focalizada, 12.711 de 2012, que surge em meio à terceira geração de intelectuais negros, como afirma Costa (2022), transformando a academia brasileira e proporcionando a formação de uma “nova geração de intelectuais negros” ainda no início do século XXI (com as políticas de ação afirmativa nas universidades Estaduais da UERJ, UNEB, e UNB), possibilitou o que defendemos como novas epistemologias, gerando a abertura de reflexões sobre a interseccionalidade, pois, “a adoção de ações afirmativas no Ensino Superior contribuiu para promover uma sequência de transformações estruturais nos campos acadêmico e político, com a inserção de novos debates e, sobretudo, novos sujeitos” (Costa, 2022, p. 2).

3.3 Políticas de promoção à igualdade: Mudanças epistemológicas a partir da lei 12.711/12

Sueli Carneiro (2011) aponta que, embora a reabertura da redemocratização tenha ocorrido na década de 1980, e que os disputas teóricas de raça tenham se fortalecido no meio acadêmico, no que se refere ao Governo Federal, foi apenas no governo de Fernando Henrique Cardoso (doravante somente FHC) (1995-2002) que políticas de igualdade racial foram paulatinamente implementadas a partir da pressão dos movimentos sociais. FHC, aponta a autora, foi o primeiro presidente da República a declarar em discurso que havia um problema racial no Brasil e que era preciso enfrentá-lo. Mas a autora salienta que, embora FHC tenha abertamente discursado que havia um problema racial e que tenha direcionado certos esforços para mudanças institucionais, na prática pouca coisa foi feita em seu governo.

As primeiras políticas de inclusão racial foram impulsionadas a partir da participação do Brasil na “Conferência Mundial contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata em Durban, África do Sul, no ano de 2001”. Essa conferência, como

veremos nos textos que analisamos um pouco mais à frente, é bastante citada como marco das mudanças políticas de promoção à igualdade de raça no país.

Foi no governo Lula que houve um “aprofundamento” desse compromisso que FHC tomou como responsabilidade de sua agenda de governo. Mas Sueli (2011) aponta que a agenda do presidente na erradicação do racismo foi bem mais simbólica no seu primeiro mandato e pouco concreta na promoção da igualdade racial. Alguns desses gestos simbólicos, aponta a autora, estão nas nomeações de algumas pessoas negras em ministérios e no Senado Federal, como, por exemplo, Matilde Ribeiro, ministra da igualdade racial, Benedita Silva para a pasta de assistência social e Gilberto Gil para a cultura.

A autora defende a importância das políticas de promoção à igualdade, especialmente aquelas que são focalizadas, uma vez que “a defesa intransigente das políticas universalistas no Brasil guarda, por identidade de propósitos, parentesco com o mito da democracia racial” (Carneiro, 2011, p. 99). As políticas focalizadas são, dessa forma, “instrumento de correção desses desvios históricos” que constroem posicionamentos racializados “e como alternativa de política social” (Carneiro, 2011, p. 99). Isso porque uma política que não admita as diferenças que perpassam a população brasileira em sua identidade múltipla e racialmente marcada não alcançará de maneira concreta a justiça social. É preciso que se criem políticas focalizadas que abordem as dimensões específicas da população subalterna, já que as políticas universalistas caminham para o mito da democracia racial, que tem o intuito de fazer desaparecer as tensões raciais e o racismo; a existência de políticas focalizadas afirmam que há um problema não meramente social, mas racial no país. (Sueli, 2011).

Segundo Figueiredo (2018), com as políticas estaduais em 2002 de cotas na Universidade Estadual da Bahia (UNEB) e na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), houve um aumento do número de estudantes negros no acesso à educação, que implicaria em melhores oportunidades no mercado de trabalho. Além do mais, a socióloga acredita que com a ampliação de novos sujeitos no mundo acadêmico, as teorias sobre desigualdades raciais e sociais possibilitaram com que o discurso expandisse para além do campo ativista.

Costa (2022) aponta que a adoção de ações afirmativas foi imprescindível para transformações estruturais na academia e na política brasileira, introduzindo-se novos embates teóricos, construindo novos sujeitos, potencializando, assim, uma nova geração de intelectuais brasileiros. Nesta dissertação partimos da hipótese que se baseia no que Costa (2022) e Figueiredo (2018) defendem sobre as ações afirmativas, mas de maneira mais específica, acreditamos que, com o advento da Lei de cotas 12.711/12, que torna obrigatória a reserva de

vagas para negros (Pretos e Pardos), indígenas, quilombolas e pessoas com deficiências para o acesso às instituições públicas de todo o Brasil, houve uma transformação epistemológica, e isso tenha reverberado nas publicações em periódicos nacionais feitas por pesquisadores que colocaram em destaque a população subalternizada, permitindo a recepção e tradução do conceito de interseccionalidade no país para a leitura das transformações, sociais e políticas, bem como a crítica de ideologias como o da “democracia racial” sob a perspectiva das ativistas e intelectuais negras brasileiras.

Esse olhar voltado para uma reformulação do campo acadêmico, com a entrada de novos sujeitos políticos, fez com que fosse cada vez mais criticada a reprodução do eurocentrismo, entendendo-o como instrumento ideológico que o Estado opera dentro da sociedade e nas instituições que formam o senso crítico de cidadãos e cidadãs, enfatizando os resquícios coloniais de hierarquização e subordinação, dado que "há uma difusão da cultura hegemônica eurocêntrica, sobretudo na educação formal" (Ferro; Silva, 2014, p. 180).

Concluídas as análises sobre as características contextuais, políticas e intelectuais do Brasil, fundamentais para a pesquisa, abrangendo os anos de 1980 a 2010, traremos a análise dos primeiros textos que aparecem no banco de dados, investigando o que estava sendo debatido nesses textos em meio às mudanças legislativas e as transformações sociais ocorridas anteriormente em solo brasileiro. Compreendendo que o Brasil caminhava em passos lentos na assimilação da pauta interseccional.

3.4 A recepção da interseccionalidade no Brasil: primeiros textos

Esta será a análise dos seis primeiros textos que aparecem no nosso banco de dados, que vão de 1995 a 2012 e que marcam, desta forma, a recepção do conceito nos periódicos nacionais. Embora apenas um único texto seja da área das Ciências Sociais, decidimos dividir nossa análise em duas partes justamente para captar esse primeiro momento de discussões sobre o problema que a interseccionalidade critica e busca resolver (muitos desses textos não trazem propriamente o conceito, mas a sua problemática). Entendendo que nomes importantes dos movimentos sociais feministas e negros estão nesse primeiro momento, a saber Luiza Bairros, Sueli Carneiro e Matilde Ribeiro, evidenciando um ponto de conexão entre o que era debatido nas movimentações sociais e que passou a ser inserido na academia brasileira, trazendo assim a mesma interlucução dos Estados Unidos entre o que era criticado na sociedade civil e foi, posteriormente, levado ao ensino superior.

3.4.1 Artigo 1 - Luiza Bairros (1995)

O primeiro texto que aparece no banco de dados foi escrito por Luiza Bairros (1953-2016), ex-ministra da Igualdade Racial, formada em Administração, publicado na revista Estudos Feministas, em 1995, intitulado “Nossos feminismos revisitados”. Este é um ensaio introdutório que se resume em seis laudas onde a autora inicia o texto em primeira pessoa e tem como referências: bell hooks, Patrícia Hill Collins e Judith Grant. Ela inicia o texto nos inserindo em uma cena de um programa culinário de televisão em que aparece a ajudante, uma mulher negra em “completo mutismo”, retratando a posição das mulheres negras na sociedade brasileira. Observamos que, embora a autora não utilize em nenhum momento o conceito interseccionalidade no seu ensaio (ela utiliza duas vezes o termo “intersecção”), é do problema que a interseccionalidade aborda que a autora está falando.

A autora aponta que o racismo já não podia mais ser praticado à época sem ser contestado, de modo que abordar a cena da cozinheira branca e a sua ajudante negra a partir de um posicionamento crítico foi uma forma de mostrar essa contestação. Ela aponta que a apresentadora branca só se apresentava em papel superior na aparência, pois o papel social desvalorizado de doméstica era de igual desprezo em ambas as personagens ali mostradas na cena. A mulher branca só adquire, digamos, sua superioridade em contraponto com o papel secundário que a ajudante negra estava ali desempenhando.

Bairros (1995), ancorada na leitura de Judith Grant, aponta que o conceito “mulher” traz consigo as dimensões tanto do sexo biológico quanto da construção social de gênero, e que a reelaboração desse conceito ainda assim não abriu mão dos estereótipos que foram criados pela opressão patriarcal, perpetuando a noção de que a “natureza” define aquilo que é feminino e o que é masculino. Dessa maneira, a autora nos aponta que o feminismo não deve se responsabilizar puramente pela experiência das mulheres para definir as opressões que as cercam independentemente da “região, raça ou classe social”, porque isso “abre portas para generalizações” e contribuiu para que “experiências localizadas fossem tomadas como parâmetro para todas as mulheres no geral” (Bairros, 1995, p. 459).

A autora evidencia que os feminismos (liberal e branco) que lançam mão da experiência como única forma capaz de definir a opressão das mulheres como universal, colocam a maternidade como uma “experiência central nas identidades das mulheres” e com isso, dão características altruísta, de carinho e do cuidado a essas identidades como algo inato, já que necessariamente o ato de gerar faz parte da natureza de todas as mulheres, fazendo com

que todas, sem exceção, possuam essas inclinações e aquelas que não aspiram por esse caminho acabam não exercendo um dos atributos principais de ser mulher.

Outro fator que é atribuído à mulher, nesse pensamento feminista que toma para si as experiências “universais”, é a sexualidade. Segundo a autora, entender de maneira generalizada que todas as mulheres são “vítimas de um poder intrinsecamente masculino” é fracassada, pois reduz a sexualidade de todas as mulheres em apenas heterossexual. Ela aponta que algumas mulheres homossexuais, inclusive, reivindicavam o sadomasoquismo como forma legítima de exercer sua sexualidade, opondo-se, assim, a essas mesmas práticas realizadas pelas relações de abuso por parte de homens em relações heterossexuais.

A autora problematiza o feminismo que não se engaja na luta de todas as mulheres em sua multiplicidade e defende dois feminismos, o socialista e o *feminist standpoint* eles, ao seu ver, “supera[m] as limitações dos conceitos fundamentais”. O primeiro analisa a dominação masculina em sua base material. Segundo aponta, as socialistas (que a autora não cita quais são) oferecem alternativas que cruzam raça, gênero e sexualidade atrelados à discussão da classe. A segunda alternativa de feminismo é o ponto de vista feminista (*feminist standpoint*) teoria que parte do pressuposto de que toda experiência é situada e que a dominação acontece a partir da conexão de gênero, raça e classe. “De acordo com o ponto de vista feminista (*ferminist standpoint*), portanto, não existe uma identidade única, pois a experiência de ser mulher se dá de forma social e historicamente determinadas” (Bairros, 1995, p. 461).

A autora faz um diálogo entre bell hooks, Patrícia Hill Collins e Judith Grant com relação ao entendimento do pessoal e do político. Para hooks, “o pessoal é político”⁹⁶ é explicado a partir da compreensão crítica sobre o terreno de onde emerge a realidade das mulheres e dos homens, isto é, a localização social desses seres humanos, entendendo que a posição social na qual as mulheres estão inseridas, por conta do patriarcado, as posiciona em uma localização inferior da sociedade. Esse apontamento, diz Bairros (1995), contém a afirmação que um pouco mais tarde a autora Judith Grant sintetizou com relação a como a construção de gênero pode ser um dos meios para a hierarquização, e que vai impactar mais negativamente as mulheres. E é partindo disso que Collins “desvenda uma longa tradição feminista de mulheres negras” (Bairros, 1995, p. 462), que se basearam na intersecção⁹⁷ entre raça e classe em torno do gênero, visto que a explicação apenas da opressão de gênero é insuficiente e não daria conta de explicar as opressões vivenciadas pelas mulheres negras.

⁹⁶ Ao atribuir o político para a zona pessoal, o slogan feminista evidencia que as violências sofridas por mulheres no âmbito doméstico são práticas de relações de poder exercidas por seus cônjuges e perpetuam uma lógica patriarcal e sexista.

⁹⁷ A autora utiliza esse termo duas vezes.

A autora traz ao final do texto uma crítica ao único trabalho em que as mulheres negras foram por muito tempo direcionadas, que é o de empregadas domésticas⁹⁸. Trazer no início do ensaio a cena da televisão brasileira em que mostra os papéis das mulheres negras e brancas na sociedade possibilitou a abertura da reflexão da autora sobre o trabalho doméstico, que foi lido socialmente como desvalorizado e atribuído às mulheres no geral e depois às mulheres negras como única forma de subsistência. A autora aponta em todo texto que há uma generalização das mulheres em termos de opressão, camufla as especificidades de sua raça, sexualidade, região, idade, dentre outras categorias que são fundamentais para a compreensão de que tipo de mulher estamos falando e quais opressões e subordinações perpassam suas existências.

Luiza Bairros nos mostra a importância da intersecção das categorias da diferença como crucial e legítima, não para a separação da luta do feminismo, mas justamente para apresentar que os feminismos precisam ser revisitados, já que as mulheres e suas frentes de luta são plurais e interseccionadas. A autora indica que há certos problemas nos feminismos que tratam as subordinações de um grupo de mulheres como universais, é preciso abarcar as especificidades de todas para que o feminismo possa alcançar de fato a libertação de todas as mulheres.

3.4.2 Artigo 2 – Kimberlé Crenshaw (2002)

Luiza Bairros, como vimos, não traz propriamente o conceito de interseccionalidade no seu ensaio, mas aparece no nosso próximo texto a ser analisado, de 2002, – que é uma tradução feita pela doutora em Estudos Linguísticos e Literários, Liane Schneider – de um texto da jurista e teórica feminista norte-americana Kimberlé Crenshaw (1959-), que elaborou o conceito de interseccionalidade. O texto teve sua tradução publicada na revista Estudos Feministas e é intitulado “Documento de referência para a reunião de peritos sobre os aspectos da discriminação racial relacionados com o gênero”⁹⁹. Este é, portanto, o primeiro texto que aparece em nosso banco de dados com a recepção propriamente do conceito de interseccionalidade.

⁹⁸As feministas negras, como Lélia Gonzalez (2020) e Sueli Carneiro (2019) trazem dados que comprovam como as mulheres tinham dificuldade em acessar o mercado de trabalho e em escala muito maior quando trazia a variável da cor e da escolaridade. Mas a cor ainda é que o mais se sobressai, visto que mesmo se mulheres negras possuísem o mesmo grau de escolaridade que mulheres brancas (o que era raro entre as décadas de 1970-1980, falando de dados específicos das autoras) ainda assim nos anúncios publicados nos jornais da época pediam “boa aparência” o que significava ser branca, segundo aponta Lélia Gonzalez (2020).

⁹⁹ Do Inglês “*Background Paper for the Expert Meeting on Gender Related Aspects of Race Discrimination*” o texto foi originalmente publicado em 2000.

O texto de Crenshaw defende o uso do conceito de interseccionalidade para o alcance dos direitos humanos das mulheres em sua pluralidade, evidenciando que as categorias de raça, classe, sexualidade dentre outras, não podem ser esquecidas nas investigações de abusos direcionados aos seus corpos. Nos parágrafos a seguir iremos fazer um apanhado geral do que Crenshaw propõe em seu texto e alguns conceitos importantes para entender os desdobramentos da interseccionalidade a partir da autora que inaugura o conceito.

Crenshaw (2002) inicia seu texto falando da importância das ativistas dos direitos humanos que visam discutir as desigualdades que assolam as mulheres do mundo inteiro e em como essas ativistas, no desenvolvimento de seu ativismo, buscam assegurar uma maior inclusão nas discussões de abusos dos direitos relacionados às mulheres. Segundo ela, essas reflexões contribuíram para o avanço dos direitos das mulheres e teve como base a carta da Organização das Nações Unidas (ONU), a CEDAW (*Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women*)¹⁰⁰ e a Declaração Universal dos Direitos Humanos (que embora descreva que não há distinção de gênero, coloca como marginal as questões das mulheres e como universal as experiências dos homens). A autora pontua que, em se tratando da declaração Universal,

Quando mulheres eram detidas, torturadas ou lhes eram negados outros direitos civis e políticos, de forma semelhante como acontecia com os homens, tais abusos eram obviamente percebidos como violações dos direitos humanos. Porém, quando mulheres, sob custódia, eram estupradas, espancadas no âmbito doméstico ou quando alguma tradição lhes negava acesso a tomada de decisões, suas diferenças em relação aos homens tornavam tais abusos “periféricos” em se tratando das garantias básicas dos direitos humanos (Crenshaw, 2002, p. 172).

E, para além da questão de gênero que diverge quando se trata de homens e mulheres, a autora aponta que os esforços feitos pelas conferências mundiais contra o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e outras intolerâncias que aconteceram em Durban, na África do Sul¹⁰¹, viabilizaram uma intensificação da análise entrelaçada das categorias da diferença para o alcance da diminuição das desigualdades no ativismo pelos direitos humanos.

Desta maneira, ela aponta que **i.** a incorporação do gênero na análise do racismo, além de evidenciar a discriminação racial das mulheres, também evidencia as formas mais específicas em que o gênero também se apresenta na discriminação enfrentada pelos homens. **ii.** a perspectiva do estudo de gênero focaliza as diferenças com o intuito de dar maior

¹⁰⁰ Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres.

¹⁰¹ Na III conferência (em 2001) emergiram compromissos assumidos pelo Brasil de avanços em uma agenda de promoção à igualdade racial no governo de Fernando Henrique Cardoso. (Sueli, 2011)

inclusão e ressaltar que outros fatores como raça, classe e sexualidade são “diferenças que fazem diferenças na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação” (Crenshaw, 2002, p. 173).

A autora aponta como as categorias da diferença, quando interseccionadas, podem ser fatores para invisibilização quando se toma a universalização das mulheres ou o ser humano como um uno fechado em si mesmo, com experiências únicas, ou seja, não adianta trazer a interseccionalidade como instrumento de análise sem abrir mão da universalização. Ela salienta que o patriarcado, a opressão de gênero e de classe são distintos e complexos, e podem frequentemente se sobrepor e se cruzar em três ou mais eixos como ruas que se entrecruzam. Segundo aponta

Um certo grau de invisibilidade envolve questões relativas a mulheres marginalizadas, mesmo naquelas circunstâncias em que se tem certo conhecimento sobre seus problemas ou condições de vida. Quando certos problemas são categorizados como manifestações da subordinação de gênero de mulheres ou da subordinação racial de determinados grupos, surge um duplo problema de superinclusão e de subinclusão (Crenshaw, 2002, p. 174).

O que a autora aponta como sendo a superinclusão é a condição de um subgrupo de mulheres que acaba sendo definido como o problema de todas as mulheres e com isso as questões interseccionais são suplantadas e absorvidas na discussão geral de gênero, colocando à margem outras categorias que são fundamentais para compreender as especificidades das mulheres no plural e das opressões que as perpassam. Dessa maneira, uma análise efetiva sobre as opressões que as mulheres vivem, acabam sendo perdidas. Já a subinclusão, que é o oposto da última, acontece quando as experiências do subconjunto de mulheres marginalizadas não são percebidas como problemas do gênero (Crenshaw, 2002). Trouxemos no primeiro capítulo um pouco sobre o movimento sufragista e ali vemos um exemplo disto, quando o problema das mulheres negras ou de mulheres trabalhadoras não foi levada como um problema também do gênero, mas apenas um problema ou da raça ou da classe, visto não fazer parte do problema concreto que as mulheres da classe dominante vivenciavam.

Na superinclusão a diferença é como um todo invisível (mulheres são mulheres, não importa suas especificidades), já na subinclusão a diferença invisibiliza todo um conjunto de problemas (as diferenças são tratadas como sendo uma outra problemática e não são incluídas nas análises de gênero) (Crenshaw, 2002). Isso significa dizer que na superinclusão todas as mulheres são vistas como existências que compartilham experiências únicas e que vivenciam a mesma opressão sexista e machista. Já na subinclusão, as diferenças das mulheres negras, dissidentes sexuais, indígenas, dentre outras marginalizadas, as afastam da questão de gênero

na medida em que essas mulheres precisam “negociar o ‘tráfego’ que flui através dos cruzamentos” das categorias que perpassam suas existências simultaneamente, visto que elas não possuem as mesmas problemáticas das mulheres brancas e de classe dominante, e isso as desloca das questões próprias das pautas de gênero, as direcionando às lutas de raça, desassociando-a da luta de gênero.

Crenshaw é uma autora que ao elaborar a teoria da interseccionalidade traz também exemplos concretos para tornar mais palpável sua análise na sociedade como um todo. Ela nos apresenta o exemplo do tráfico de mulheres, para retratar como os relatórios desses tráficos não abrangiam as mulheres que estavam mais sujeitas a estes tipos de abusos. Um outro exemplo que aparece no texto é sobre as esterilizações forçadas em mulheres periféricas, mostrando mais uma vez como a questão interseccional pode ser utilizada pelo Estado para o desfavorecimento não só de mulheres marginalizadas, mas também de homens marginalizados ao desconsiderar suas vulnerabilidades interseccionais inibindo variadas violações dos direitos humanos. Entender que tanto o sexismo entre as mulheres são vivenciados de maneiras diferentes, quanto o racismo entre homens e mulheres são experiências diferentes só podem ser concretamente resolvidos, aponta, a nível global.

A autora fala no texto sobre as “topologias provisórias” com o intuito de “propor uma linguagem capaz de expressar as experiências das pessoas e, também, de ilustrar a necessidade de expandir os parâmetros conceituais dos discursos dos tratados internacionais existentes” (Crenshaw, 2002, p. 178), para que haja uma reformulação desses tratados, como é o caso da carta da ONU ou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, para trazer questões de gênero e de outras categorias da diferença. A autora faz uma “ligeira” distinção entre “subordinação interseccional” e “interseccionalidade estrutural”. Enquanto a primeira tem um impacto pessoal e ocorre a partir de ações que são motivadas pela presença de uma ou mais categorias, a segunda envolve uma “gama completa de circunstâncias” que atuam a partir das “estruturas básicas de desigualdade, criando uma mescla de opressões para vítimas especialmente vulneráveis” (Crenshaw, 2002, p. 179), ou seja, como as desigualdades interseccionais atuam em sistemas e estruturas do poder (em âmbito mais geral).

A autora enumera oito tipos da primeira e dois da segunda, das quais mencionaremos (respectivamente) três da primeira e uma da segunda. Dentre elas estão **i.** Estupros que foram motivados por questões raciais e que foram fortemente disseminados através de propagandas racistas e/ou sexistas direcionadas às mulheres para naturalizar agressões sexuais. **ii.** essas naturalizações de conotações sexuais não foram apenas direcionadas às mulheres, mas foram largamente perpetradas nas propagandas para racionalizar os linchamentos aos homens negros

construindo estereótipos de agressores sexuais. **iii.** No mercado de trabalho mulheres racializadas são duplamente discriminadas e excluídas de empregos designados como femininos ou designados como masculinos, já que são mulheres negras e não possuem representatividade dentro da categoria mulher e nem na categoria de homem ou negros, no sentido universal. E **iv.** Em relação aos cortes de verbas destinados aos cuidados de jovens, idosos e doentes, a responsabilidade recai sobre as mulheres, uma vez que, tradicionalmente, essas funções de cuidado são atribuídas a elas. A autora destaca que as estruturas de classe determinam quais mulheres irão executar esse trabalho e quais delas arcarão com os custos. (este último exemplo é o que a autora denominou como “interseccionalidade estrutural”).

Com esses e outros exemplos a autora enfatiza a importância do estudo e da utilização da interseccionalidade na sociedade global, pois ela observa que o problema não é algo isolado da população afro-americana dos Estados Unidos, mas da população marginalizada globalmente. Segundo Crenshaw (2002), para que a subordinação interseccional seja visibilizada é preciso “desenvolver novas metodologias que desvendem as formas como várias estruturas de subordinação convergem” (Crenshaw, 2002, p. 183). Com isso, a autora defende o pensamento da teórica feminista e advogada Mari Matsuda (1956-), que propõe uma política do “fazer perguntas” que se baseia em uma metodologia de buscar identificar algo que poderia parecer óbvio, mas que pode haver outras intersecções envolvidas. Por exemplo, o de perguntar: qual a dimensão do racismo nas ações? quais as consequências do colonialismo? Crenshaw aponta que se “plantada em solo fértil” essa metodologia de Matsuda pode “constituir uma intervenção efetiva contra a invisibilidade da subordinação interseccional” (Crenshaw, 2002, p. 183), mas ela também pode causar certos dilemas.

A jurista cita alguns dilemas, dentre os quais estão: **i.** a questão da raça ou etnia, por exemplo, não se apresenta como um marcador deveras constante em todo o globo. Isso significa dizer que, embora a raça seja uma categoria da diferença que estabelece subordinação interseccional, por exemplo entre as mulheres, em certos países o entendimento desse racismo pode não ser claro como em outros, como é o caso do Brasil que viveu no século XX o mito da democracia racial, ou na África do Sul que viveu o *Apharteid*; **ii.** a subordinação econômica de determinados países em relação a outros, aponta a autora, acaba contribuindo para negação de hierarquizações raciais internas dos países, e com isso fica difícil estabelecer uma metodologia que vise a visibilização e superação da subordinação interseccional, pois se não há uma “divisão de raças” não há um problema concreto racial.

No último tópico do texto a autora faz algumas recomendações para superar esses dilemas e utilizar essa metodologia de Matsuda como uma alternativa à visibilização da

subordinação interseccional que não afeta apenas às mulheres, mas a população subalternizada. Algumas dessas recomendações são: **i.** desenvolver estratégias que, na coleta de dados dos tratados internacionais, inicialmente afastem as categorias de raça e gênero. No entanto, é essencial que, posteriormente, essas categorias sejam cruzadas para compreender a realidade das mulheres marginalizadas, garantindo que as questões interseccionais sejam consideradas. **ii.** Possibilitar a capacitação das mulheres marginalizadas através de financiamentos e treinamentos para que essas mulheres possam se integrar nas instituições dos direitos humanos e assim outros grupos de mulheres, para além das elites, possam discutir e somar na agenda das mudanças políticas desenvolvidas pelos direitos humanos.

Como conclusão do texto de Crenshaw vemos que a autora nos traz exemplos práticos, com alguns dilemas e algumas soluções para eles. A autora aborda a interseccionalidade do ponto de vista concreto e aplicável e nos insere em uma dinâmica social que, sem uma perspectiva interseccional, não captaríamos as nuances tanto subjetivas quanto objetivas das vidas da população marginalizada, das mulheres em sua multiplicidade, da população negra, da população pobre e das intersecções que perpassam suas existências. Crenshaw é, sem dúvidas, uma autora que escancara uma realidade através do conceito, que as feministas norte-americanas do século XIX e as brasileiras do século XX falavam.

3.4.3 Artigo 3 – Sueli Carneiro (2002)

O terceiro texto que iremos analisar é o da filósofa brasileira e fundadora do Geledés Sueli Carneiro (1950-). O texto foi publicado na revista Estudos Feministas e é intitulado “A Batalha de Durban”, de 2002. Carneiro nos fornece alguns apontamentos sobre a Terceira Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, que ocorreu em 2001 na cidade de Durban, África do Sul, destacando as organizações de mulheres negras do Brasil que eram pró-Durban em 2000. O texto, assim como o de Luiza Bairros, não aborda o conceito “interseccionalidade”, mas toda análise da autora gira em torno da discussão referente à interseccionalidade.

No pequeno artigo, composto por seis laudas, a autora menciona dos impactos da conferência mundial para as organizações negras tanto do Brasil quanto do mundo e destaca a criação da *Alianza Estrategica Afro-LatinoAmericana y Caribenha Pró III Conferencia Mundial del Racismo*, juntamente com a criação de outras fundações, teve como objetivo o de “fortalecer as alianças e coalizões entres ONGs” (Carneiro, 2002, p. 210).

Para Carneiro, essa conferência de Durban foi de extrema importância para um crescente protagonismo das mulheres negras no combate ao racismo tanto nacional quanto internacional. Foi na articulação de movimentos de mulheres negras do país que foram desenvolvidos e estimulados diálogos sobre como particularmente as mulheres negras sofriam diversas formas simultâneas de exclusões sociais. Dentre as organizações que se articulam no país estão o Geledés, que é uma organização de mulheres negras criada pela autora e o Movimento de Mulheres Negras brasileiras pró-Durban.

A autora aponta que ainda em 2000 as mulheres negras brasileiras representavam um número bastante expressivo na conferência ocorrida no Chile. Essas ativistas tomaram decisões importantes nesse encontro, mostrando a participação significativa de mulheres negras brasileiras no ativismo no que diz respeito aos debates de raça e de gênero, já que ao se colocar enquanto ativistas negras elas não negavam sua identidade.

Para a autora, falar em uma “batalha de Durban” é evidenciar que a conferência possuiu, até seu último momento, o afloramento de problemáticas que quase impossibilitaram entrar em consenso. Problemáticas como as oposições Norte/Sul; Ocidente/não-Ocidente; divergências de raça/etnia, questões culturais, religiosas, dentre outras, todas essas divergências, aponta, ameaçaram a aprovação do documento final. A autora apresenta alguns pontos que fundamentam as ameaças para a quase não aprovação deste documento, e pontuaremos apenas dois para exemplificar suas reflexões. **i.** Ela aponta o “unilateralismo dos Estados Unidos”, porque os Estados Unidos abandonaram a conferência de Durban em demonstração de apoio ao Estado de Israel, pois este fora acusado pelas ONGs que estavam ali presentes de racista e colonialista contra a população palestina. E **ii.** a austeridade dos países ocidentais em admitir a escravização da população africana. Segundo ela, essa questão é de ordem jurídica e, ao não reconhecer essas ações como “crime de lesa-humanidade”, negam-se demandas por reparações e acaba-se reconhecendo como legítimas as ações de países que exploraram e se beneficiaram com a escravidão (Carneiro, 2002).

Após destacar os desafios que quase impediram a aprovação do documento final da Conferência, a autora, já encerrando o texto, ressalta a inclusão dos afrodescendentes no plano de ação. Ela cita trechos do documento que reconhecem a existência do racismo, da discriminação racial e da xenofobia, bem como as desigualdades sociais resultantes. Esse reconhecimento, segundo a autora, é essencial para que ativistas e intelectuais, a partir dos movimentos sociais, lutem pela transformação do *status quo*. Além disso, a autora destaca que o plano de ação convoca o Estado a investir em políticas públicas que promovam a inclusão social da população afrodescendente. O documento também evidencia os desafios específicos

enfrentados pelas mulheres negras, abordando as diversas formas de exclusão social que perpassam suas vidas.

3.4.4 Artigo 4 – Claudia de Lima Costa e Eliana Ávila (2005)

O quarto texto que analisaremos foi escrito pelas brasileiras Claudia de Lima Costa, que possui Doutorado em *Cultural Studies* (e tem sua trajetória acadêmica nas teorias da comunicação e na filosofia)¹⁰² e pela historiadora Eliana Ávila. O texto foi publicado na revista Estudos Feministas e é intitulado “Gloria Anzaldúa, a consciência mestiça e o feminismo da diferença”, de 2005. É um texto que traz como destaque uma autora feminista, estudiosa da teoria cultural chicana¹⁰³ e teoria queer¹⁰⁴. Suas reflexões sobre a consciência mestiça é um dos pontos base de sua pesquisa acerca do feminismo da diferença, – feminismo este à margem do cânone norte-americano – . Anzaldúa, apontam as autoras, trouxe a perspectiva das mulheres negras, das lésbicas, de mulheres do terceiro mundo dentre outras que estavam à margem, para o centro de suas investigações sobre o feminismo.

Com o feminismo da diferença defendido por Anzaldúa, a discussão dicotômica das desigualdades entre homens e mulheres é deslocada para a exploração das diferenças entre as mulheres, evidenciando que a questão unicamente de gênero para falar sobre subordinação e sua superação era insuficiente (Costa; Ávila, 2005). As autoras salientam que Anzaldúa parte das reflexões que não se fecham em formulações dicotômicas, pois as dinâmicas sociais são bem mais complexas. “O feminismo da diferença, portanto, distancia-se das determinações biológicas para salientar as inscrições socioculturais dos sujeitos além do gênero, o que abrirá, nos anos 1990, curso para a análise da interseccionalidade do gênero” (Costa; Ávila, 2005, p. 692). Ou seja, o feminismo que Anzaldúa defende, assume a interseccionalidade como ferramenta para investigação da complexidade humana (embora seja anterior à formulação do conceito).

¹⁰² Segundo informações do seu *lattes*, atua em temáticas da “interseção entre as teorias feministas, tradução cultural e as teorias pós-coloniais e descoloniais nas Américas”.

¹⁰³ Essa teoria, que se desenvolveu a partir da segunda metade do século XX, traz um novo estado de consciência (mudanças de paradigmas) para além da divisão binária criada pelo ocidente entre a natureza e a cultura ao problematizar as noções tanto de identidade quanto de fronteiras em textos ficcionais e críticos-literários, bem como na própria construção da sociedade. (Oliveira; Schneider, 2012)

¹⁰⁴ A teoria queer sugere, dentro do campo de disputa das populações excluídas, uma política pós-identitária baseada no pós-estruturalismo francês. Essa teoria traz críticas e desafia fronteiras binárias que orientam a sociedade: homem/mulher; homossexual/heterossexual; masculino/feminino. E que de certa forma o que é “naturalizado” e o que a teoria queer busca combater é a “heterossexualização da sociedade”. Mas não apenas, visto que aquele que é “desviante” da norma heterossexual é perpassado (a) por classe, raça, nacionalidade e etc. (Louro, 2001, p. 553).

Em 1987 Anzaldúa publica o livro *Borderlands/La Frontera: The New Mestiza*¹⁰⁵, no qual a autora mescla uma escrita poética, autobiográfica, analítica, além de trazer dialetos indígenas, misturados com o espanhol e o inglês. Com isso, a autora evidencia que a nova mestiça (*The New Mestiza*) tem consciência “performática/textual transversiva” (Costa; Ávila, 2005, p. 693). Essa nova mestiça da qual a autora fala é aquela que possui em sua carne e na composição de sua existência um passado ancestral variado (a mistura das raças).

As autoras apresentam uma leitura crítica da teórica e feminista chicana Norma Alarcon (1943-) sobre a consciência mestiça proposta por Anzaldúa. Segundo Alarcon, Anzaldúa não apenas faz uma crítica ao sujeito eurocêntrico ao trazer para sua obra personagens como a mulher-cobra (*Snake Woman*) ou a La Llorona¹⁰⁶, mas “recupera e recodifica” os nomes ou simbologia das mulheres que não estão nos registros dos modelos hegemônicos do Ocidente, (Costa; Ávila, 2005), ela insere outras perspectivas e nos mostra que teorizar para além do cânone é possível.

No artigo, as autoras mencionam trechos do livro publicado por Anzaldúa em 1987 e em uma parte desses trechos, Anzaldúa apresenta a perspectiva do lugar em que a mestiça é situada no mundo. Ao mesmo tempo que a autora indica que a mestiça não possui terra natal ou que é “sem cultura” – argumento criado pela branquitude –, ela indica que essa existência mestiça reivindica o pertencimento de todos os lugares por meio das múltiplas identidades marginalizadas que possui (ser chicana, lésbica, negra etc.). Quando a mestiça de Anzaldúa toma consciência de sua localização no mundo, ela afirma sua existência múltipla diante da tentativa de supressão e sufocamento do eurocentrismo sobre seu corpo.

A mestiça constrói uma tradução do mundo e de si a partir de epistemologias distintas daquelas estabelecidas como hegemônicas (Costa; Ávila, 2005). A fronteira (*La Frontera*) da qual Anzaldúa fala é uma “diasporização de tempo e espaço” ao mesmo tempo que se encontra nesse entre-lugar, com a consciência tomada, a mestiça retoma e reconstrói para si uma nova identidade. Essa perspectiva se assemelha ao que a ativista e antropóloga brasileira Lélia Gonzalez (1935–1994) teorizou sobre a Amefrica Ladina. Segundo Gonzalez (2020) ao tomar consciência diaspórica e de pertencimento, a população negra na “América Latina” precisaria reformular o conceito sobre si para sair da posição de passividade e assumir sua própria identidade Amefricana.¹⁰⁷

¹⁰⁵ “Fronteira: a nova mestiça”

¹⁰⁶ Esse é um conto folclórico Mexicano que conta a história de uma mulher que perdeu seus filhos e vagueia pela noite chorando pela morte deles.

¹⁰⁷ Ao falar sobre identidade Amefricana ou Amefricanidade (conceito desenvolvido na década de 1980), Lélia Gonzalez (2020) propõe uma valorização das raízes Africanas e indígenas na construção das identidades culturais e sociais nas Américas, tendo como foco o Brasil. A autora acredita que as identidades formadas na

Voltando ao texto sobre Anzaldúa e sobre a perspectiva da autora com relação à mestiça e sua consciência de pertença no mundo, Costa e Ávila (2005) além de apresentar a perspectiva de Norma Alarcón apresentam a leitura de Judith Butler (1956-) sobre a autora. Para Butler, Anzaldúa questiona certezas que foram estabelecidas pelas epistemologias hegemônicas, dando possibilidades para a abertura de novas epistemologias que coloque esse “Outro” criado, no centro de suas próprias investigações.

Costa e Ávila (2005) discutem sobre o centro e a periferia no que se refere a campo acadêmico, baseadas na crítica cultural Chilena Nelly Richard (1948-). Segundo elas, a autora evidencia como o centro acadêmico, isto é, a Europa e os Estado Unidos, se colocam enquanto berço teórico, e, conseqüentemente, chamam os estudos feitos na periferia de “estudos de caso”, neste sentido a “periferia é reduzida ao estudo prático da teoria” (Costa; Ávila, 2005, p. 696). E as autoras fazem um paralelo desse pensamento com a mestiça de Anzaldúa que, ao possibilitar outras epistemologias, supera essa dicotomia binarista de teoria *versus* prática, na medida em que a mestiça com consciência tomada compreende que é a partir de sua localização no mundo que pode criar maneiras de teorizar aquilo que vive em seu corpo.

Para as autoras, Anzaldúa entrelaça a política identitária com a política das alianças, pois não se trata meramente em estabelecer que as diferenças geram desigualdades, mas é de buscar formas de aliar-se com feminismos que desejam superar as desigualdades que são geradas a partir das diferenças, tendo em vista que essas diferenças - dependendo de quais sejam - podem ser ferramentas que universalizam e impedem que mulheres negras consigam sua emancipação e apontam que “a teorização de Anzaldúa reflete o surgimento, alinhado aos estudos feministas, de uma perspectiva interseccional que recusa qualquer redução de subjetividades históricas complexas a categorias identitárias fixas, desconectadas entre si” (Costa, Ávila, 2005, p. 697).

Embora Anzaldúa tenha sido pioneira nos estudos da diferença e nas contribuições sobre os aspectos anteriores ao conceito de interseccionalidade, ela é raramente citada e reduzida aos estudos apenas de raça (Costa, Ávila, 2005). Esse fato é o retrato da maneira estanque a partir da qual as categorias da diferença nas lutas feministas eram e ainda são recebidas. Vimos no texto de Crenshaw (2002) que ela denominou essa redução à

América não são meras reproduções, mas criações dinâmicas que emergiram como resposta ao colonialismo e a escravização de corpos. Iremos adentrar melhor nas reflexões da autora Lélia Gonzalez mais à frente, visto que a autora é de extrema importância dentro do Movimento Negro e do Movimento Feminista Negro brasileiro e, embora não use do conceito de interseccionalidade, é sobre o imbricamento de raça, classe, gênero, sexualidade e outras categorias da diferença que a antropóloga e filósofa afirma ser a base para as desigualdades ou privilégios sociais.

subinclusão, instituindo que, por falar de raça, uma intelectual/ativista não pode ou não está inserida nas questões de gênero. Como Anzaldúa falava a partir de um lugar no mundo enquanto chicana¹⁰⁸, seus estudos foram reduzidos apenas à raça, mesmo que a autora tenha sido pioneira nos estudos da diferença dentro do feminismo norte-americano.

Em suma, Costa e Ávila (2005) nos mostram uma análise rica de uma autora importante para os estudos interseccionais que é anterior à formulação do conceito. Nos mostram, assim como vimos no primeiro capítulo desta dissertação, como feministas que trazem discussões de raça são costumeiramente reduzidas apenas ao debate racial, mesmo que essas ativistas e intelectuais teorizem sobre a complexidade interseccional das categorias da diferença. Captar a perspectiva de Anzaldúa sobre o feminismo da diferença nos mostra, mais uma vez, como as mulheres negras precisaram buscar alternativas para inserir-se dentro das teorizações feministas que as colocavam à margem.

3.4.5 Artigo 5 – Matilde Ribeiro (2006)

O quinto texto deste primeiro momento é o de Matilde Ribeiro (1960-) que é doutora em Serviço Social, foi ex-ministra-chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) entre os anos 2003 a 2008, no Governo Lula e é ativista do movimento negro e feminista. O texto é intitulado “O Feminismo em novas rotas e visões” de 2006, também publicado na Revista de Estudos Feministas. No ano em que a intelectual publicou o texto ela ainda estava no cargo de ministra. Assim como Luiza Bairros e Sueli Carneiro, Matilde Ribeiro luta pelas causas da população negra e das mulheres negras compreendendo as especificidades dos marcadores sociais que as perpassam.

A autora propõe trazer uma discussão sobre o feminismo articulado ao movimento negro, junto com análises internacionais sintonizados com a realidade brasileira, para a possibilidade de inserção de uma agenda feminista nos órgãos governamentais. Assim como nos textos de Luiza Bairros (1995) e Sueli Carneiro (2002), Matilde Ribeiro (2006) não utiliza o conceito de interseccionalidade, mas também como aquelas, propõe reflexões teóricas da sobreposição das categorias da diferença no movimento feminista e no movimento negro. Vemos uma bibliografia curta e com mais autores brasileiros (as) em comparação com o texto de Costa e Ávila (2005)

Ao adentrar propriamente no artigo, a autora indica, logo no início, que sua análise se baseia no estudo da cientista política e teórica feminista norte-americana Mary Hawkesworth

¹⁰⁸ Cidadãs norte-americanas (os) de origem Mexicana.

(1952-) intitulado “*A semiótica de um encontro prematuro: o feminismo em uma era pós-feminista*”. A partir da leitura crítica do texto de Hawkesworth e de suas próprias reflexões teóricas, Matilde Ribeiro desenvolve suas argumentações ao longo do artigo. Nesse texto, Ribeiro aborda os desafios e transformações enfrentados pelo feminismo ao longo de sua trajetória, com ênfase nas experiências não apenas brasileiras, mas também latino-americanas e caribenhas.

Para Mary Hawkesworth, aponta Ribeiro, o feminismo estaria em um momento de declínio, vivenciando o momento “pós-feminista” visto ter abandonado “seu propósito original” que seria o da busca pela emancipação das mulheres, ou de que a “visão feminista se extinguiu ou se extinguirá”, sugerindo uma sequência temporal do feminismo (Ribeiro, 2006).

Para a ex-ministra, especialmente no Brasil, o pensamento feminista andaria no sentido contrário ao que Mary Hawkesworth sugeriu, segundo ela, o feminismo ainda continua a se reinventar e ganhar força, incorporando e diversificando suas pautas e ações, pois, “somando-se à vivência internacional do feminismo, emergem certezas de que não é hora de decretar o fim desse movimento. Aliás, essa morte dificilmente ocorrerá, pois esse movimento, como um fio condutor para mudanças, não deixa de existir; transforma-se e moderniza-se” (Ribeiro, 2006, p. 802).

A autora, assim como as outras autoras que até aqui trouxemos para a análise dos textos, parte do pressuposto de que o movimento feminista não é homogêneo, tanto pela multiplicidade das mulheres, quanto pelas dificuldades enfrentadas exatamente por essa multiplicidade. Fazendo das palavras da historiadora Sandra Azeredo as suas, Ribeiro a cita afirmando aquilo que outras tantas feministas negras predecessoras já criticavam: “a imagem da feminista tem sido caracterizada como branca, de classe média e intelectualizada” (Ribeiro, 2006, p. 803), pois o feminismo encarado como um todo homogêneo, deu uma cor e uma classe específica para todas as mulheres que lutam para combater as desigualdades de gênero.

Partindo dessa crítica da “imagem feminista”, a autora lança luz às ações políticas e sociais de mulheres negras ao fazer duras críticas à invisibilização de suas ações na política. Ela aponta que foi através do ativismo e da produção teórica que mulheres negras fizeram sua voz ecoar. Segundo a autora, a questão racial ainda é um tabu entre as feministas, já que o racismo frequentemente se manifesta de forma sutil e disfarçada, o que dificulta seu reconhecimento como um problema concreto enfrentado pelas mulheres negras. Foi a partir da compreensão dessas opressões e da construção de um movimento autônomo que

Participantes do movimento negro e feminista, as mulheres negras, conscientes da importância de seu papel na história, visam a desmascarar situações de conflito e exclusão. Com isso, não só contribuíram para a conquista de visibilidade como sujeitos políticos, perante esses movimentos e a sociedade, como também construíram um curso próprio através da constituição do movimento autônomo de mulheres negras. Com isso, lutaram e lutam para garantir a subsistência, direitos sociais e políticos, e qualidade de vida para si, seus familiares e para a comunidade (Ribeiro, 2006, p. 804).

A autora volta suas atenções para os avanços nas políticas públicas no Brasil que são provenientes das ações das mulheres negras e do feminismo e que se comprometem com a pluralidade das mulheres. Esses avanços miraram na igualdade de gênero e raça, e a autora destaca a criação de órgãos governamentais como a SEPPIR e a SPM (Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres), ambas criadas em 2003. Ela argumenta que esses espaços são fundamentais para consolidar as demandas dos movimentos sociais e traduzir o ativismo em ações concretas de governo.

Em suma, o texto apresenta o feminismo como um movimento dinâmico e plural, que não está em sua fase final, mas está no seu momento de modernização, visto que se adapta aos novos desafios sociais, sem que perca de vista a necessidade de combater as desigualdades estruturais, especialmente em relação às mulheres negras. Ribeiro oferece uma crítica ao pós-feminismo, reafirmando a relevância contínua do feminismo como uma força transformadora na luta por justiça social no Brasil e no mundo, salientando a questão racial no interior de suas discussões e ações políticas.

3.4.6 Artigo 6 – Ina Kerner (2012)

O sexto e último texto desta primeira parte da análise é uma tradução – feita pela doutora em Direito, Bianca Tavolari – do texto da cientista política Alemã Ina Kerner, intitulado “Tudo é interseccional? Sobre a relação entre racismo e sexismo”¹⁰⁹, de 2012. No artigo, Kerner (2012) propõe analisar “a diferenciação de quatro modos de relação entre o racismo e o sexismo” (Kerner, 2012, p. 45), a saber: as semelhanças; as diferenças; o acoplamento de ambos; e suas intersecções. Para isso, a autora nos mostra que o termo sexismo (*sexism* do inglês) foi criado por analogia com o termo racismo (*racism* do inglês) no final da década de 1960 nos Estados Unidos, ou seja, que ambos possuem relação.

A autora, a partir de objeções que faz do texto “Freedom for Movement Girls — Now”¹¹⁰, que foi uma intervenção feita pelo grupo o *Southern Student Organizing*

¹⁰⁹Publicado originalmente em 2009.

¹¹⁰Liberdade para as mulheres do Movimento — Agora"

*Committee*¹¹¹, aponta que o grupo reduz “as diversas facetas do racismo e do sexismo” pois denominam que assim como o racismo justifica a supremacia de uma raça, o sexismo justifica a supremacia de um gênero. Em sua análise, a autora compreende que o racismo e o sexismo se apresentam em três dimensões: epistêmica, que se estabelece nos discursos racistas e sexistas; institucional, que se estabelece nas estruturas institucionais; e a pessoal, que traz aspectos dos posicionamentos individuais e também das interações interpessoais (Kerner, 2012).

Partindo dessa objeção, a autora evidencia a complexidade do racismo e do sexismo na construção dos indivíduos e da sociedade como um todo. E, é partindo desta crítica que ela encara a “raça” e o “sexo”, como construções sociais e não fatores biológicos, distanciando-se assim das naturalizações que são utilizadas como atribuições de cunho racista e sexista para estabelecer poder (Kerner, 2012). Para a autora, o racismo e o sexismo não podem ser tomados como análogos, considerando que é necessário compreender as intersecções entre o contexto histórico, social e cultural.

Embora possa ser possível enxergar certas semelhanças entre o racismo e o sexismo, quando observado que ambos partem de diferenças naturalizadas e não naturais “ainda falta muito para obtermos um quadro completo das relações entre ambos os fenômenos” e que, embora o movimento feminista tenha utilizado por muito tempo essa analogia para uma aproximação entre ambas opressões, ativistas de grupos raciais e minoritários acreditam que traçar esse “paralelo” poderia obstruir “a visão para seus entrelaçamentos” (Kerner, 2012, p. 47). Com isso, esses grupos de ativistas passaram a diferenciar as formas de racismos e sexismos entrelaçando-os com outros marcadores sociais, pois as referências implícitas comumente associadas as análises do racismo traziam as experiências de homens e as discussões sobre o sexismo traziam as experiências de mulheres brancas e isso camufla as experiências de sujeitas que vivenciavam as formas de racismo e sexismo entrecruzados (Kerner, 2012).

A autora defende a tese de relacionar as semelhanças, diferenças, ligações e intersecções como algo benéfico para compreender o entrecruzamento entre racismo e sexismo, e aponta que é um reducionismo formular, em um único termo, no caso da interseccionalidade ou interdependência, ambas subordinações (Kerner, 2012). Neste ponto compreendemos que a autora acredita que os quatro modos de relação entre racismo e sexismo são justapostos e ajudam no entendimento de suas complexidades. Embora ela

¹¹¹“Comitê Organizador de Estudantes do Sul”, grupo de ativismo político do Tennessee.

compreenda que ambos sejam “fenômenos distintos”, possuem entre si uma “complementação recíproca”.

Neste sentido, ela aponta quatro modos que defende como sendo justapostos para o entendimento da relação entre o racismo e o sexismo, que resumidamente exporemos nas linhas que se seguem:

i. as semelhanças: entre racismo e sexismo estão na naturalização das hierarquias. No racismo, uma raça se coloca como superior e define o Outro como inferior. Da mesma forma, nos gêneros binários, o masculino se autointitula como sujeito e coloca o feminino como um não-sujeito ou Outro inessencial, conforme Simone de Beauvoir (1970). O Eu é visto como norma, enquanto o Outro é compreendido como o desvio. **ii. as diferenças:** tanto o racismo quanto o sexismo “produzem estratificação e segregação”, mas de maneiras distintas. No sexismo, há uma subordinação evidente das mulheres, que são inseridas no espaço privado (doméstico), embora subordinadas e confinadas ao trabalho informal ou terceirizado, o sexismo opera mais fortemente neste âmbito. E no racismo¹¹² há uma atuação mais forte no âmbito público, promovendo a segregação e a exclusão de grupos étnicos e raciais minoritários. **iii. as ligações**¹¹³: há interconexões entre a preocupação sexista com relação à reprodução e a preocupação racista com a homogeneização, isso significa dizer que o sexismo impede as mulheres de aspirar uma vida política e trabalhista, enclausurando-as na reprodução tal como o racismo impede misturas raciais, conectando a um complexo biopolítico¹¹⁴. **iv. as intersecções:** as análises interseccionais não podem ser entendidas de maneira unitária e sim quando abordadas nas dimensões epistêmicas, institucionais e pessoais¹¹⁵. As normas de gênero mudam a partir da raça ou etnia. As instituições, como o mercado de trabalho, tratam grupos sociais diferentes de acordo com a intersecção de gênero e raça. Estas classificações, embora sejam construtos sociais, formam as identidades e definem como o indivíduo vê a si e aos outros.

¹¹²Que a autora distingue entre o racismo colonial, que cria estratificação social, e o neo-racismo diferencialista, que busca homogeneidade (impedindo, por exemplo, a reprodução entre grupos distintos) e intensifica a exclusão (em nível de Estado e nação) (Kerner, 2012).

¹¹³Kerner (2012) reformula o termo “cruzamento de discursos” da autora Margarete Jäger, para “ligações de discursos” sobre mulheres e imigrantes.

¹¹⁴Um exemplo dessa ligação que seria uma “etnização sexista” (Termo elaborado pela linguista Alemã Margarethe Jäger), se apresenta quando mulheres da própria nação são vistas como mães, e imigrantes e seus descendentes são excluídos e desvalorizados (e sofrem esterilizações forçadas).

¹¹⁵A autora traz um panorama geral da análise em que Crenshaw aborda tanto no texto “Desmarginalizando a intersecção de raça e sexo: Uma crítica feminista negra à doutrina antidiscriminatória, à teoria feminista e à política antirracista.” de 1989, já debatido no capítulo 1, quanto do texto “Mapeando as margens: interseccionalidade, política de identidade e violência contra mulheres de cor.” de 1995. Segundo Kerner (2012), a pretensão não é o de desmerecer os esforços da autora, mas o de evidenciar que sua discussão está situada no campo jurídico, embora Crenshaw trabalhe com a interseccionalidade sob três prismas no texto de 1995: estrutural, político e nas Ciências Sociais.

Para finalizar, o que a autora propõe no texto é relacionar os quatro modos de compreender o racismo e o sexismo – nas semelhanças, diferenças, ligações e intersecções – sob o prisma das dimensões epistêmica, institucional e pessoal, visto a sua complexidade essa perspectiva é inovadora e permite trazer uma análise social mais robusta e atenta a partir daquilo que há em comum em ambas subordinações, aquilo que as diferenciam e as distanciam sem perder de vista a imprescindibilidade de interseccionar as categorias da diferença evidenciando os aspectos culturais, sociais e conjunturais dos sujeitos e sujeitas que estão sendo investigadas(os). De acordo com a leitura desse texto, vimos que não há como explicar e buscar desenvolver formas de subverter as opressões apenas a partir de reducionismos ou comparações superficiais entre racismo e sexismo, mas entender que ambos, em certa medida, seja distanciando-se ou aproximando-se, se mostram de modos complexos.

Observamos que dos seis textos aqui analisados, apenas três trazem propriamente o conceito de interseccionalidade em suas discussões teóricas, o que não significa que os outros três não abordem as questões que a interseccionalidade propõe. Desses três textos que discutem em seu corpo o conceito, o único que faz uma crítica ao uso exclusivo da interseccionalidade é também o único texto das Ciências Sociais, a tradução do artigo da autora Ina Kerner (2012). Além do mais, vimos que dos seis textos, dois são traduções e quatro são produzidos por brasileiras. Observa-se ainda que, embora haja um número maior de autoras brasileiras, a bibliografia neste período ainda é bastante norte-americana. Outro dado relevante a ser mencionado é o de que, com relação aos textos das autoras brasileiras Sueli Carneiro, Luiza Bairros e Matilde Ribeiro (três grandes nomes do feminismo negro), as discussões dos textos mostram exemplificações das vivências de mulheres negras brasileiras, o que nos mostra a tentativa dessas intelectuais e ativistas em nacionalizar o problema interseccional, entrelaçando gênero, raça e classe e evidenciando o racismo e o sexismo da sociedade brasileira que acabou sendo um entrave para criação de políticas de promoção à igualdade e alcance da justiça social, que é um dos objetivos principais da interseccionalidade, proposto pela teórica Kimberlé Crenshaw (1989; 1991; 2002).

Já as duas traduções nos mostram perspectivas diferentes sobre o conceito e aplicação da interseccionalidade. Em Crenshaw (2002) vimos que a autora faz uma diferenciação entre “subordinação interseccional”, que se refere às experiências de subordinações mais específicas, buscando entender como as subordinações simultâneas impactam as vidas de sujeitos e sujeitas. E a “interseccionalidade estrutural” que parte de uma análise das dinâmicas institucionais e sociais que continua mantendo essas subordinações à nível institucional. Por

exemplo, mulheres negras enfrentam o racismo e o sexismo (subordinação interseccional) e a perpetuação dessa subordinação sem um olhar atento do Estado na criação de políticas públicas que compreenda as especificidades de sua condição no mundo torna a experiência de mulheres negras algo compartilhado (interseccionalidade estrutural).

E, por fim, o texto de Kerner (2012) aborda a impossibilidade do alcance da justiça social partindo apenas do conceito de interseccionalidade, mostrando que é preciso trazer a perspectiva interseccional, reconhecendo as semelhanças, as diferenciações e as ligações que decorrem entre o racismo e o sexismo como ponto de partida fundamental¹¹⁶. Para ela, não há como analisar as discussões sobre a interseccionalidade sem observar as dimensões epistêmicas, institucionais e pessoais. Mas essas dimensões também são observadas por Crenshaw (2002).

Conclui-se que esse primeiro momento de recepção do conceito é o espelho das mudanças sócio-políticas que o Brasil vinha enfrentando desde a década de 1980 com a reabertura de sua democracia, pós regime militar. Vimos nessas autoras brasileiras e nas traduções a tentativa de intelectuais e ativistas em solucionar problemas já postos por autoras precedentes e contemporâneas acerca das tensões raciais e de gênero que permeiam as dinâmicas sociais no Brasil.

Entre os anos de 1995 e 2012 vimos um Brasil passando por diversas transformações institucionais e legislativas a nível de equiparação e promoção à igualdade social. O ano de 2012 é um ano significativo na construção da nossa hipótese, especialmente porque foi um ano em que a Lei de cotas se tornou nacional (o que antes era aplicado especificamente nas universidades Estaduais do Rio de Janeiro e de Brasília). Tornar obrigatória a reserva de vagas para a população que foi historicamente colocada à margem possibilitou uma transformação não apenas no corpo discente, mas na construção de novas teorias dentro da universidade, nos currículos universitários e isso desencadeou mudanças nas pesquisas feitas no Brasil.

3.5 A interseccionalidade: um campo em disputa nas Ciências Sociais no Brasil

Neste tópico iremos analisar os textos de 2014 a 2022 dos autores e autoras das Ciências Sociais no Brasil. Como dito anteriormente, pelo extenso número de textos, decidimos fazer uma prévia seleção levando em consideração as revistas de maior referência, bem como as/os autoras/es que possuem maiores publicações (de acordo com os artigos do

¹¹⁶ Neste texto a autora cita a categoria “classe” apenas quatro vezes. O foco do artigo é mostrar aquilo em que diverge e o que se assemelha entre o racismo e o sexismo.

banco de dados que vimos no capítulo 2). Veremos que as teorizações sobre a interseccionalidade no Brasil se apresentam em disputa no país, isso porque o conceito passa a ser utilizado não meramente como reprodução estadunidense, mas também como metodologia utilizada para a compreensão das especificidades da realidade brasileira. Como são textos localizados a partir de 2014, vemos que possivelmente com a criação da lei de cotas 12.711/12, houve, a partir da inserção e expansão de novos agentes na academia, mudanças e transformações intelectuais, o que propiciou um aumento no uso do conceito de interseccionalidade nos artigos dos periódicos nacionais, sendo a lei de cotas um dos veículos fundamentais para a abertura de novas epistemologias na academia brasileira (Costa, 2022).

3.5.1 Artigo 1 - Laura Moutinho (2014)

Para darmos início à análise dos artigos das Ciências Sociais, começaremos com as reflexões da antropóloga brasileira Laura Moutinho que possui dois textos publicados no banco de dados. O título do artigo é “Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes”, publicado pela revista *Cadernos Pagu* em 2014. É um texto que traz referências brasileiras e norte-americanas. O foco do texto é o de refletir como os marcadores da diferença são utilizados para a autonomia tanto dentro da academia quanto para a construção de políticas recentes no Brasil. A autora conclui que a diferença não é sinônimo de desigualdade, embora a diferença e desigualdade sejam apreendidas enquanto sinônimo pelos grupos dominantes.

A autora subdivide seu texto em três eixos temáticos. O primeiro busca investigar as construções dos Estados nacionais a partir das representações do que é Nação. No segundo eixo, trabalha a construção de sujeitos do Direito. E no terceiro eixo, ela trabalha a construção de si e o agenciamento. Observamos que Moutinho cita os textos de Luiza Bairros (1995), Cláudia de Lima Costa e Eliana Ávila (2005) e Ina Kerner (2012) como textos fundamentais no entendimento da interseccionalidade, embora o texto de Bairros não traga em seu corpo o conceito.

Dentro do campo da política do reconhecimento, desta que produz um Eu e um Nós, as análises sobre a intersecção ganham destaque, pois a sua discussão teórica possibilita a produção de sensibilidades contra formas de exclusão (Moutinho, 2014). A autora parte do pressuposto da utilização da interseccionalidade como ferramenta que, ao se deparar com os marcadores da diferença interconectados, busca o agenciamento.

A autora traz algumas considerações sobre a teoria de Crenshaw e aponta que a autora busca evidenciar a dupla discriminação que mulheres negras vivenciavam no sistema legal dos Estados Unidos, e embora mulheres negras vivenciem o sexismo tal como as mulheres brancas, e vivenciem o racismo tal qual os homens negros, existem opressões que as afetam particularmente por serem mulheres negras (Moutinho, 2014). Crenshaw, ao nomear o problema, propõe a retirada do véu que encobria a maneira que o setor sociojurídico agia quando se tratava de casos que eram levados à corte, e que traziam questões de raça e gênero imbricados.

Para Moutinho (2014), as movimentações feministas e antirracistas precisam de uma interlocução internacional, uma perspectiva que se alinha a de Crenshaw. Moutinho acredita que Crenshaw não deve ser entendida como “a única, primeira ou maior influência”, seja no cenário acadêmico e social norte-americano, seja no cenário internacional. Autoras como Adriana Piscitelli, Patrícia Hill Collins, bell hooks, dentre outras, também teorizaram e refletiram sobre práticas interseccionais.

Ela aponta que a recepção dos estudos das relações raciais do feminismo no Brasil pode ter uma maior centralidade na autora Crenshaw, especialmente pela publicação da tradução do seu texto em 2002, na revista de Estudos Feministas, do “Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial relativos ao Gênero” que, inclusive, está no nosso banco de dados e analisamos no tópico 4 deste capítulo. Segundo a autora “as políticas de traduções são absolutamente centrais para se entender a apropriação dessas autoras em campos diversos” (Moutinho, 2014, p. 210).

A interseccionalidade não pressupõe um campo homogêneo e no cenário brasileiro a mulher negra não aparece do mesmo modo que aparece no cenário norte-americano. Por exemplo, a mulata e a mestiçagem brasileira criam nuances e variações específicas no campo antropológico brasileiro que necessita de uma atenção especial (Moutinho, 2014). Principalmente para a elaboração do mito da democracia racial que foi largamente difundido na sociedade brasileira e que debatemos no tópico 3.2 deste capítulo.

A autora nos mostra um panorama das publicações que envolvem as questões de gênero e raça nos periódicos brasileiros. Aponta um dossiê publicado em 1995 intitulado “Mulheres Negras” na revista de Estudos Feministas, que foi feito trezentos anos após a morte de Zumbi dos Palmares. A apresentação do dossiê é feita pela ex-ministra Matilde Ribeiro. Esse conjunto de textos sobre mulheres negras na década de 1990 recebeu contribuições não só de acadêmicas, mas também de ativistas negras e brancas acerca de gênero e raça, uma contribuição de extrema importância para as discussões na época. Dentre esses textos, a

autora aponta que o texto de Luiza Bairros “Nossos feminismos revisitados”, que foi o primeiro texto que analisamos, está em uma “posição particularmente expressiva” (Moutinho, 2014, p. 2011).

Ao nos introduzir nas contribuições das ativistas e intelectuais brasileiras, que discutiam sobre as questões das mulheres negras no início dos discussões sobre a interseccionalidade, Moutinho (2014) passa a analisar como raça/racismo, o gênero, a sexualidade e a classe se articulam e como impactam as relações sociais e raciais na sociedade brasileira. Para isso, a autora parte da combinação de sua pesquisa etnográfica feita no Rio de Janeiro com a leitura de textos e dados demográficos brasileiros e da África do Sul e análises de processos criminais de casais interracialis da África do Sul, especificamente no período do *apartheid*.

Nos anos 2000, com as criações das políticas públicas, um novo cenário passou a ser desenvolvido na arena social e política no Brasil. As disputas pelo reconhecimento, propostas pelos debates de ativistas e acadêmicos, possibilitou que a “vítima” criasse meios para garantir direitos, dado que as relações raciais em solo brasileiro possuíam um espectro do qual camuflava o racismo que impedia a população negra de acessar as instituições.

Moutinho (2014) aponta, ancorada nas leituras do historiador Carl Degler, que a miscigenação no Brasil foi responsável pela não existência de diálogos aprofundados e mais abertos sobre as questões raciais, como aconteceram nos Estados Unidos. Com isso, nos Estados Unidos, por exemplo, havia uma certa cumplicidade nas relações de raça e gênero entre pessoas brancas, desta forma o racismo e as tensões raciais foram mais “produzidos”, ou mais visíveis, já que no Brasil a ideologia da democracia racial mascarava o racismo exaltando a mestiçagem, “apaziguando” as tensões raciais.

Para a autora, a construção da mulata é “um símbolo da nação mestiça” (Moutinho, 2014, p. 223). É com essa identidade “mestiça”, formulada a partir do mito da democracia racial que o Brasil cria formas de camuflar os entraves contra a população negra, e mais especificamente contra as mulheres negras. A exaltação da mestiçagem cria a mulata, a mulher mestiça brasileira. Esse atributo viaja os cenários globais envolvendo o estereótipo da hiperssexualização que deságua no “turismo sexual”.

Outra temática que a autora traz em seu artigo diz respeito aos estudos do nacionalismo. Segundo ela, esse estudo saiu de um “nós nacional” para um “outro nacional”, isso significa dizer que as populações que antes eram ignoradas pelos estudos sobre o nacionalismo passam a ser objetos de análise. Esses “outros”, as crianças, indígenas e as

mulheres, por exemplo, considerados incapazes, cada um de maneira distinta, passaram a ser inseridos no intercâmbio de ideias dos movimentos sociais. E disso decorre que

Uma série de reivindicações dos movimentos sociais (negro, homossexual e de mulheres) ganhou o status tanto de premissas legislativas quanto de programas e políticas sociais, inscrevendo-se em um novo campo semântico, cuja ênfase se centra na construção e legitimação de um certo ideário calcado concomitantemente na responsabilidade, na reparação e no reconhecimento (Moutinho, 2014, p. 227).

Durante o eixo dois, pudemos observar a desenvoltura da autora em trazer artigos e textos de intelectuais nacionais, como Silvia Aguião e Rodrigo Silva, refletindo com autores como Avtar Brah e Crenshaw, partindo de análises das experiências brasileiras. Ela faz um apanhado de vários artigos que trabalham gênero, raça, classe e sexualidade e apresenta críticas da autora Silvia Aguião sobre a palavra interseccionalidade ser “acadêmica” demais e por isso, de difícil compreensão, salientando que em alguns documentos, o conceito foi substituído pelo termo “transversalizando”: gênero, raça e classe. Mas, ao passo que houve a entrada de novos atores na academia e esses atores passam a não ser enxergados como tão “distantes” e entendidos como “partícipes” das resistências subalternas, o conceito poderia ser utilizado para a criação de políticas públicas (Moutinho, 2014).

No terceiro e último eixo, a autora propõe o agenciamento a partir da construção de si. Neste eixo, a autora parte daquilo que é narrativa de um Eu em suas nuances e que se inscreve no mundo enquanto sujeito que pensa e que de fato existe no mundo. Para Moutinho (2014), se Crenshaw é referência com relação à interseccionalidade no campo jurídico, “bell hooks e Barbara Smith estão entre as que colocam a intersecção entre raça e gênero como construtora de uma subjetividade específica que passa despercebida em algumas análises realizadas sobre essas obras e autoras” (2014, p. 233). A autora tem razão em se tratando da falta de relevância que a academia e muitas feministas brancas deram a essas autoras e suas obras. Foi nas leituras posteriores, olhando para essas autoras e obras do passado, que pudemos observar o pioneirismo de autoras como bell hooks e/ou Angela Davis, no que tange ao entendimento de que as subjetividades de mulheres negras eram construídas a partir das intersecções de raça, classe, gênero e sexualidade.

Por isso que a autora, no segundo eixo, enfatiza que é injusto colocar Crenshaw em uma posição isolada e esquecer de outras tantas mulheres que antes da conceituação da interseccionalidade teorizaram sobre a importância de olhar para as identidades, para as desigualdades e para formas de agenciamento a partir de um olhar interseccional. A autora

traz o exemplo do escrito de bell hooks no dossiê “Mulheres Negras”, publicado pela Revista de Estudos Feministas, em que hooks parte de sua própria trajetória para mostrar que a construção do conhecimento e o entendimento de que é marginalizada, vem ao perceber-se enquanto pessoa que é marcada por um gênero, uma raça, uma classe específica. O indivíduo, a partir da construção teórica e intimista de hooks “distante e comprometido com sua realidade é produzido através do auto e da heteroconfrontação e de uma perspectiva crítica acerca da produção do conhecimento, das redes institucionais e da sociedade burguesa” (Moutinho, 2014, p. 234).

Ainda falando sobre hooks, a autora traz as reflexões sobre a experiência da escravidão em que, ao mesmo tempo que construiu o *African-american* (afro-americano), impulsionou a reflexão sobre os próprios limites dos preconceitos e da origem dos mesmos. hooks evidencia as exclusões e a dor de ser uma afro-americana a partir de suas experiências, sem perder de vista as experiências de tantos outros afro-americanos de suas reflexões (Moutinho, 2014). Desse modo, o individual e o coletivo se entrelaçam e é essa a perspectiva primordial do agenciamento que Moutinho defende.

O individual ao entrecruzar-se com o coletivo ganha uma análise subjetiva, mas também coletiva. A proximidade e os distanciamentos da diferença são entendidos quando há essa perspectiva. Diferenças não necessariamente são criadoras de desigualdades, embora sejam usadas por grupos dominantes para tal.

Ao final do texto, a autora nos adverte para o uso da interseccionalidade como ponto de partida ou de chegada. É preciso tomá-la e afirmá-la continuamente, de modo a não aceitá-la como algo dado. E ao tomá-la em sua continuidade, entender que não se trata de sobrepor exclusões e sim, articulá-las, considerando que, nas disputas sobre as questões raciais, as conexões com gênero e sexualidade são pouco frequentes. Destarte, quando a autora propõe ainda no título “diferenças e desigualdades negociadas”, ela parte de uma crítica as sobreposições feitas diante das categorias da diferença, isto é, as maiores ênfases dadas a uma ou a outra sem partir de uma análise mais complexa de entrecruzamento dessas categorias.

3.5.2 Artigo 2 – Helena Hirata (2014)

Concluindo o primeiro artigo, iremos analisar o segundo também publicado em 2014, escrito pela filósofa e socióloga Helena Hirata, que possui dois textos publicados do banco de dados. O artigo é intitulado “Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade

das relações sociais”, publicado na Revista Tempo Social da USP. A autora traz aspectos do trabalho e do gênero sob a perspectiva do sexo, da raça e da classe como unidades que são indissociáveis. A autora ainda propõe que suas reflexões partem de um “ponto de vista situado” a partir do *feminist standpoint*¹¹⁷ e/ou *situated knowledge* (conhecimento situado).

Segundo Hirata (2014) há uma complexidade no próprio entendimento do “conhecimento situado” (*situated knowledge*), pois as relações de poder podem se apresentar de maneiras dissimétricas. Desta maneira, a proposta da autora na primeira parte do texto será o de analisar esse “conhecimento situado” a partir dos conceitos de interseccionalidade e da consubstancialidade. Segundo a socióloga, ambos conceitos compartilham das questões centrais do pensamento feminista que é a crítica à universalização, objetividade e neutralidade que foi incorporada pela visão de mundo do homem ocidental, branco e de classe dominante. (Hirata, 2014).

A autora dedica uma seção para definir o que ela entende por interseccionalidade e questiona se seria mais coerente utilizar a interseccionalidade ou a consubstancialidade. A autora aponta que a interseccionalidade, bem como defende Kimberlé Crenshaw e nós mesmas nessa dissertação, é a designação da interdependência das relações de poder. E assim como apontamos no nosso primeiro capítulo, a autora salienta a forte presença do Feminismo Negro norte-americano para a elaboração deste conceito.

Para ela, Crenshaw focaliza a intersecção de raça e de gênero deixando de maneira periférica ou abordando parcialmente as questões de sexo e classe. E é a primeira autora, de todos os textos até aqui analisados (salvo o próprio texto de Crenshaw de 2002), que cita a distinção da interseccionalidade em estrutural e política, bem como a jurista explicita no texto originalmente publicado em 2000. Enquanto a primeira [interseccionalidade estrutural] apresenta qual a posição das mulheres negras a partir da intersecção de raça e gênero e quais são as consequências dessa experiência no que tange as violências causadas por cônjuges, indicando quais as respostas para essa violência (como essas mulheres são acolhidas e o que difere em elas serem mulheres negras, por exemplo). A segunda [interseccionalidade política] expõe que as políticas feministas e antirracistas negligenciaram as demandas de mulheres negras.

Já a consubstancialidade, que foi elaborada no final da década de 1970 pela socióloga francesa Daniele Kergoat, traz em um primeiro momento, uma articulação entre sexo e classe social e posteriormente desenvolve o imbricamento de classe, sexo e raça. Segundo aponta Hirata, embora ambas (Crenshaw e Kergoat) partam da intersecção de categorias da diferença

¹¹⁷Vimos que esse ponto de vista feminista também foi defendido pela autora Luiza Bairros.

e que por isso, não há hierarquização das formas de opressão, a intersecção mais “visada” por Crenshaw é a de gênero e da raça, enquanto em Kergoat é a relação entre sexo e classe. A autora aponta que essa diferenciação de ambas, contribuirá para diferentes e significativos caminhos teóricos e políticos (Hirata, 2014).

A autora traz o Brasil como exemplo de país que passou a estudar, a partir das movimentações feministas, a opressão racial e possibilitou a sensibilização de práticas antirracistas. O interesse teórico e epistemológico para entender não só as diferenças entre homens e mulheres, mas entre homens e mulheres negros e brancos fica claro nos estudos realizados em solo brasileiro e que mobiliza raça e gênero para explicar, por exemplo, as desigualdades salariais (Hirata, 2014). Ela traz alguns dados do PNAD de 1989 e 1999 como o de que os salários de homens brancos são os mais altos, seguindo dos homens negros e mulheres brancas e por último as mulheres negras.

Hirata traz dados importantes a partir dos marcadores sociais de raça e sexo e faz um comparativo da situação do Brasil com a situação da França, apontando que no que se refere a raça e sexo no Brasil, mulheres brancas e negras possuem ocupações de menos prestígio na sociedade, mas há um grande número de mulheres negras como domésticas, isto é, inseridas em trabalhos pouco valorizados. Já no caso da França, mulheres negras e brancas representam os índices de menor atividade no mercado de trabalho, mas ainda assim em questão de desemprego e trabalho precário, as mulheres negras estão em maior número (Hirata, 2014). Ou seja, as mulheres negras, seja na França ou no Brasil, ocupam espaços bem mais desvalorizados em comparação às mulheres brancas, sejam essas mulheres negras em trabalhos pouco valorizados (no Brasil), seja essas mulheres negras desempregadas (na França). E o interesse pela intersecção não é apenas trabalhista, mas também jurídica e política, já que “são elementos indissociáveis para uma luta unitária” (Hirata, 2014, p. 64).

Segundo Hirata, ainda em 1978 Daniele Kergoat buscou articular sexo e classe para a compreensão das relações e desigualdades sociais. Assim como na França, no Brasil foram feitos estudos similares desde os anos 1980 por Elisabeth Souza-Lobo. Ou seja, a autora nos mostra que as discussões sobre a intersecção de categorias da diferença também eram formulados em outras partes do mundo, além dos Estados Unidos.

A socióloga aponta a crítica feita por Kergoat ao conceito elaborado por Crenshaw, caracterizando-a como “geométrica” da interseccionalidade, enfatizando que a maneira a qual Crenshaw propõe a intersecção parte de uma ideia que “naturaliza as categorias analíticas”, no entanto, essas categorias não são fixas e estão em contínua evolução. Ao inserir outras categorias como religião, região, casta, dentre outras, para além de raça, gênero e classe, a

interseccionalidade corre o risco de fragmentar as práticas sociais e dissolver as violências, podendo inclusive ajudar na reprodução dessas violências. Além do mais, aqueles teóricos da interseccionalidade, adverte, se restringem às categorias e não levam em consideração as relações sociais, utilizando as categorias sem historicizá-las e sem levar em consideração dimensões concretas de dominação, colocando em um plano mais visível os pares gênero-raça, e a classe em um segundo plano (Hirata, 2014).

No último tópico do artigo a autora fala sobre as teorias do *care* (cuidado) associadas à questão da intersecção de relações sociais nessas teorias. Segundo ela, o gênero, a classe, raça e nação são mobilizadas por essas teorias do cuidado e elas mostram que há divisão sexual, racial e social do trabalho. A autora traz exemplos do Brasil, Japão e França para mostrar como as relações sociais, a partir da perspectiva do cuidado, criam “provedoras” e “beneficiários”, enquanto as primeiras são mulheres, pobres, negras e imigrantes, os segundos são aqueles que possuem poder aquisitivo para pagar por esse serviço. Segundo os estudos de Hirata, que também estão pautados nos estudos de Kergoat, as teorias do *care* ao cruzar a raça, classe e gênero possibilita um paradigma para a consubstancialidade (Hirata, 2014).

A autora chega nessa afirmação ao fazer a comparação entre as relações sociais e raciais do trabalho nos três países citados. Ou seja, ao observar que dentro dessas teorias, as mulheres que são as provedoras, são de classes sociais mais “modestas” e com pouca qualificação e são migrantes internas (fora do estado de São Paulo, a qual a entrevista foi realizada), no caso do Brasil, e imigrantes externos tanto da África Negra quanto na África do Norte, no caso da França. No Japão, há uma mudança, considerando que o desemprego e a crise levaram homens imigrantes e não as mulheres, a exercerem a função do cuidado. O que a autora aponta como ponto unificador desse tipo de trabalho é a precarização do trabalho, visto que aqueles e aquelas que exercem esse tipo de trabalho são os mais vulneráveis de cada país que foi estudado.

Neste sentido, a autora nos mostrou as controvérsias e a capacidade de análise concreta da sociedade a partir tanto da interseccionalidade quanto da consubstancialidade. Mostrando os limites da interseccionalidade, como por exemplo o de “naturalizar” categorias da diferença. Para ela, a consubstancialidade possui uma preocupação com as relações sociais e com as dinâmicas específicas, que envolvem para além de raça, classe e gênero, a localização, religião dentre outras categorias. Mas vimos também que, embora haja especificidades que precisam ser levadas em consideração, mulheres negras em sociedades distintas, como foi o caso da França e do Brasil, encontram-se nas camadas mais

desprivilegiadas da sociedade, ou seja, embora haja especificidades em diferentes nações, mulheres negras encontram-se nas camadas mais inferiores.

3.5.3 Artigo 3 – Silvana Aparecido e Márcia Santos Macêdo (2015)

O próximo texto que iremos analisar é na verdade uma introdução de um dossiê. Decidimos incluir essa introdução para termos uma dimensão, em linhas gerais, dos debates feitos nos cinquenta textos que compõem o dossiê. Essa introdução é escrita pela Socióloga Silvana Aparecido Mariano e pela Cientista Política Márcia dos Santos Macêdo, intitulada “Desigualdades e interseccionalidades: deslindando a complexa trama das hierarquias e agenciamentos”, publicada em 2015 na revista *Mediações*. A introdução mostra que os autores e autoras buscam realizar estudos teóricos e empíricos das desigualdades que são criadas a partir da intersecção dos marcadores sociais na dinâmica das relações sociais.

Mariano e Macêdo (2015) apontam que Kimberlé Crenshaw e Avtar Brah são duas das diversas autoras mobilizadas para o debate da desigualdade a partir da intersecção das categorias sociais. Mostrando que a unicidade dos sujeitos é rejeitada nos textos, uma vez que a ideia de unidade pressupõe sujeitos fixos e estáveis. A perspectiva que prevalece é a situada, que indica sujeitos contingentes, sujeitos esses que escapam de uma estabilidade naturalizada. Além do mais, os textos do dossiê visam fortalecer os estudos dos direitos humanos, a fim de consolidar uma agenda teórica e empírica que seja capaz de articular modos de agências que superem as desigualdades e que afirme identidades diversas.

As autoras apontam ainda que os vários textos que focam na classe e na renda precisam inserir em suas reflexões intelectuais outras dimensões que produzem e reproduzem desigualdades. Aqueles textos que trazem a interseccionalidade como central em suas pesquisas colocam em evidência que a metáfora envolta da interseccionalidade, de que a somatória de outras categorias da diferença intensifica a vulnerabilidade dos sujeitos, não é “consistente com a perspectiva interseccional” (Mariano; Macêdo, 2015, p. 13). Segundo as autoras, essa definição somatória pressupõe que as desigualdades são tanto lineares quanto determinadas.

A perspectiva da interseccionalidade, no ponto de vista das autoras, opera em contextos determinados em que os marcadores da diferença e as dimensões da desigualdade apresentam combinações que são “mutuamente potencializados, reorganizados, (re)significados e hierarquizados” (Mariano; Macêdo, 2015, p. 14).

O dossiê coloca em evidência que, para além das preocupações da interseccionalidade localizadas tanto nos movimentos sociais, quanto nos estudos acadêmicos na América do Norte, há preocupações que foram renovadas na América do Sul, enfatizando os estudos acadêmicos e as movimentações sociais na América Latina, embora haja divergências e contradições nas articulações no interior dos movimentos sociais e dos estudos acadêmicos. Elas trazem como exemplo brasileiro a lei Maria da Penha que foi um marco para o direito das mulheres frente à violência de gênero. Enquanto os movimentos feministas moveram-se em direção ao Estado penal defendendo essa mudança na legislação como forma de agenciamento para as mulheres, em contrapartida, os movimentos negros olham para o Estado penal e o criticam por, massivamente, atingir a população negra e pobre no país, ou seja, o que para um movimento a legislação pode ser ferramenta de emancipação, para outro pode ser o contrário.

As autoras apontam que os artigos contidos no dossiê pressupõem um “desempoderamento” produzido pelas interseccionalidades ao “naturalizar” as categorias da diferença, isto é, naturalizando as diferenças como se elas também não fossem construtos sociais¹¹⁸, o que não significa dizer que as interseccionalidades também não possibilitem agenciamentos e empoderamento, a partir da redução das desigualdades, visto possibilitar a autonomia dos agentes. O dossiê é subdividido em dois eixos, aqueles que discutem teoricamente o imbricamento das categorias da diferença, e aqueles que intercalam a teoria com a empiria, trazendo estudo de campo. Analisaremos um texto do eixo teórico e outro do eixo empírico, considerando que ambos estão disponíveis em nosso banco de dados.

Em suma, as autoras fazem um resumo de cada um dos textos contidos no dossiê, apresentando a interseccionalidade tanto como ferramenta que pode reafirmar desigualdades, ao dizer que quanto mais uma pessoa é transpassada por determinadas categorias, mais essa pessoa pode ser vítima de desigualdades sociais, quanto como ferramenta que pode ser útil em sua redução. Quando as autoras afirmam isso, elas nos mostram que a política de identidade pode tanto ser um suporte para integralização, quanto de marginalização de suas agentes, a depender dos recursos utilizados, seja para naturalizar as categorias (reafirmando desigualdades), seja para integralização dessas sujeitas (utilização das categorias para formulações de políticas públicas, por exemplo).

¹¹⁸ Exemplo disto seria o de encarar a raça como algo dado e não como uma categoria que foi construída para estabelecimento de hierarquias e gerando como consequência as desigualdades sociais.

3.5.4 Artigo 4 – Eduardo Henning (2015)

O próximo artigo a ser analisado encontra-se no eixo teórico do dossiê acima citado. Escrito pelo antropólogo brasileiro Eduardo Henning, tem por título “Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença”. O autor propõe uma revisão analítica sobre a interseccionalidade nas abordagens do pensamento feminista, dos estudos de mulheres e das teorias de gênero. Através de um levantamento bibliográfico, faz um resgate do contexto histórico dos Estados Unidos partindo do feminismo negro como precedente à elaboração do conceito de interseccionalidade, e também traz o debate do imbricamento de categorias da diferença do Reino Unido [embora o conceito não tivesse sido formulado lá].

A proposta do autor é mostrar, de maneira sumarizada, como o pensamento feminista contribuiu para a teoria social. Por fim, o autor salienta a importância da “agência internacional” para redução de desigualdades sociais. Esse é um texto proveniente de suas preocupações antropológicas do mestrado e do doutorado, promovendo reflexões sobre como os marcadores sociais, associados ao contexto, promovem desigualdades e hierarquizações.

Para Henning, apesar do crescimento dos estudos sobre a interseccionalidade, seja nos distintos modos de utilização do conceito, ou no levantamento histórico de seu percurso, a interseccionalidade foi pouco explorada analiticamente e nas teorizações sociais. Ou seja, é preciso analisar o percurso do conceito e sua utilização sob uma perspectiva teórica feminista e dos estudos de gênero, para compreender o desenvolvimento do conceito nas movimentações sociais e na academia.

O autor traz, assim como trabalhamos no primeiro capítulo, uma breve história da elaboração do conceito. E assim como defendemos na dissertação, o problema tratado pela interseccionalidade é bem anterior aos anos de 1989. O autor aponta como um dos marcos simbólicos o manifesto escrito em 1977 pelo coletivo *Combahee River*, que já trazia a necessidade da intersecção entre gênero, raça, classe e sexualidade. Ao trazer a socióloga nascida na Índia Avtar Brah e a psicóloga britânica Ann Phoenix para o debate, o autor salienta que ambas observam que o processo da interconexão de marcadores sociais é ainda mais antigo, e que na década de 1970 ele (re)emerge. Segundo as autoras, o entrelaçamento dos marcadores sociais para a compreensão das relações sociais, as desigualdades e a crítica a universalização da categoria “mulheres” já eram fortemente debatidos no movimento

feminista abolicionista do século XIX¹¹⁹ (a partir da década de 1830¹²⁰) (Henning, 2015). O autor aponta que essa volta ao passado feito pelas autoras não é usual.

Henning (2015) agarra-se ao que Patrícia Hill Collins fala a respeito das descontinuidades no pensamento das mulheres afro-americanas, destacando que tanto no século XIX quanto no XX, as mulheres negras avançaram em suas reflexões intelectuais, mas também retrocederam. Retrocederam no sentido de que a articulação de mulheres negras perdeu força no início do século XX em comparação às movimentações pioneiras das ativistas negras do século XIX. Mas na década de 1970, tanto com o fôlego da formação do movimento feminista (*black feminism*) no final da década de 1960, como com a criação do coletivo *Combahee River*, as ativistas negras influenciaram fortemente as feministas acadêmicas e avançaram nas discussões de raça, gênero, classe e sexualidade.

Os movimentos sociais, principalmente de mulheres negras e lésbicas, foram de extrema importância para formulação do conceito de interseccionalidade e, para Henning, é problemático que a academia não dê o devido crédito a essas movimentações dos *Black Feminisms* e das movimentações de mulheres negras do século XIX, em razão de suas visões críticas sobre o imbricamento de gênero, raça e classe que já eram abordados no século XIX por ativistas “feministas” e abolicionistas que não estavam inseridas na academia.

O autor aponta que trabalhar com a interseccionalidade não se trata de relativização dos marcadores sociais, isto é, abordar uma infinidade desses marcadores perdendo assim o foco, mas de trazer a análise daqueles marcadores sociais contextualmente relevantes “partindo de análises atentas às diferenças que fazem diferença em termos específicos, históricos, localizados e, obviamente, políticos” (Henning, 2015, p. 111). Fazendo isso, a ferramenta interseccional ganha um respaldo robusto e mais direcionado à construção de políticas públicas que de fato sejam concretas e consequentemente ao alcance da justiça social.

Henning (2015) aponta algumas vertentes contemporâneas da interseccionalidade, a partir de algumas teóricas, fornecendo a perspectiva da filósofa Baukje Prins que aponta duas abordagens i. abordagem sistêmica/estrutural, que é teorizada pelos trabalhos de Kimberlé Crenshaw e Patrícia Hill Collins, em que focam nos impactos da estrutura na formação das

¹¹⁹Embora o termo “movimento feminista” não seja propriamente do século XIX, essas mulheres abolicionistas são um grupo à parte do movimento anti-escravista de homens e também do movimento sufragista que estava emergindo na mesma época.

¹²⁰Vimos no capítulo 1 as influências de Sojourner Truth e Maria W. Stewart, que através de seus discursos enfatizavam que a posição inferiorizada e os estereótipos animais e desumanizantes a qual as mulheres negras eram direcionadas, era proveniente de sua raça, classe e gênero interconectados. Viram nos discursos políticos a possibilidade de retirar o véu da invisibilidade colocados nas experiências de mulheres negras.

identidades. Ou seja, gênero, raça e classe são sistemas de dominação que determinam e/ou estruturam as identidades. **ii.** a abordagem construcionista (majoritariamente teorizada pelas intelectuais feministas do Reino Unido) que traz uma concepção relacional visando aspectos de agenciamento e de identidade social (se afastando do conceito elaborado pelas afro-americanas).

Algumas das críticas que a abordagem sistêmica recebe é a de que: fixa os marcadores sociais como determinantes tornando o agenciamento uma realidade distante; o poder nesta abordagem é tratado como uma propriedade natural e não uma relação; a diferença e a desigualdade acabam sendo fundidas, como se necessariamente a diferença gerasse desigualdades, sem levar em consideração o contexto cultural e histórico (Henning, 2015). A partir disso, vale destacar que nem toda diferença pressupõe opressões ou subordinações para o autor, visto que isso não está dado. A diferença pode remeter à diversidade, que, por sua vez, pode possibilitar formas de agenciamento de grupos marginalizados para que alcancem redução de desigualdades sociais. Neste sentido, o autor ainda acredita que a abordagem estrutural proposta por Crenshaw ainda leva em consideração o contexto cultural e histórico.

Já a socióloga britânica Sylvia Walby complexifica ainda mais a diferenciação do campo de estudos feministas interseccionais em relação à Prins e adiciona outras cinco vertentes, são elas **i.** uma abordagem mais geral que faz duras críticas as super-generalizações. **ii.** a redução a um único eixo, reduzindo os demais a eles. **iii.** o micro-reducionismo, quando se nega totalmente um debate sistêmico, como o caso de negar “horizonte globais”. **iv.** categorias de conjunto são rejeitadas, elas não são vistas como representações de mundo, sendo a diferença supervalorizada em detrimento das identidades. **v.** reducionismo segregacionário, aqui não se reduz uma categoria diante de outra categoria e cada uma dessas categorias são vistas como autônomas a partir das relações sociais. (Henning, 2015)

Já em se tratando da abordagem interseccional construcionista, o antropólogo aponta que há diferenciações entre a “diferença” e as “desigualdades”, ou seja, para ele, as diferenças e desigualdades parecem se fundir na perspectiva estrutural diferentemente da construcionista. Essa abordagem possui como base o pensamento gramsciano, em seu debate sobre a hegemonia¹²¹. Nessa abordagem não há uma determinante fixada dos marcadores sociais, possibilitando a abertura de construção da própria identidade a partir das relações sociais. Não é o gênero, a raça e a classe que sozinhos constroem a identidade do(a) sujeito, mas um

¹²¹Por meio da força (coerção) ou do consentimento (de grupos “vulneráveis”) um grupo passa a dominar outros grupos na sociedade (cf. Gramsci, 2012, C. 13, § 18)

conjunto de fatores relacionais que envolve também o contexto histórico, cultural e social dessa relação (Henning, 2015). Vemos que a última vertente proposta por Walby se assemelha a essa perspectiva construcionista, rejeitando categorias como determinantes para a formação de uma identidade, levando em consideração as categorias de maneira relacional com o contexto e não apartado dele, distanciando-se da perspectiva de Crenshaw e Collins.

Em suas investigações o autor evita uma análise engessada que poderia criar certas estruturas absolutas na construção de identidades e subjetividades, visto que esse engessamento cria sujeitos vitimizados e sem possibilidades de empoderamento e agenciamento. Mas o autor salienta que isso não significa que populações subalternas consigam sempre construir formas eficazes de agenciamento, ele também não nega em absoluto as estruturas sociais como impactantes na formação das identidades, mas que essas estruturas não são as únicas que as formam. Essa perspectiva do autor leva ao que ele chama de distintas formas de “agência interseccional” que abre

Um relevante espaço para análise de contextos específicos de construção de diferenciações e de desigualdades sociais, ela pode também proporcionar uma contrapartida em termos de um potencial para analisar e por em relevo as ferramentas agenciais para “desfazer”, “desmontar” e “desconstruir” possíveis desigualdades (Henning, 2015, p. 118)

Com isso as diferenças, na perspectiva interseccional, não são apreendidas como desigualdades e sim como potencialidade igualitária, mostrando assim que diferença e igualdade podem caminhar juntas sob uma perspectiva interseccional que visa o empoderamento de sujeitos subalternizados.

Por fim, o autor aponta críticas tanto da ausência do uso de literatura dos estudos da interseccionalidade fora do eixo dos Estados Unidos e da Europa, o que ele chamou de “umbiguismo anglófono”, quanto às limitações desses estudos anglófonos direcionados apenas à questão das mulheres. Para ele, o estudo de interseccionalidade pode ser utilizado também para estudos de masculinidades e temáticas alternativas (tais como imigração, ecofeminismo, cidadania e etc.). Ele acrescenta ainda que, embora o “objeto” de estudo da interseccionalidade dessas feministas sejam de mulheres subalternas, é ignorado que mulheres de classe média, brancas, heterossexuais e com outros marcadores sociais não possuam marcas identitárias cabíveis de análises, até mesmo para a compreensão dessas diferenças e de seus privilégios.

A partir da perspectiva de Henning, observamos a importância dos movimentos sociais e do pioneirismo das ativistas negras ainda no século XIX nos Estados Unidos, bem

como o ativismo no Brasil, para a posterior elaboração do conceito de interseccionalidade. Interessante que nossa análise nos possibilitou enxergar o uso da interseccionalidade inclusive, como ferramenta para o entendimento de como são construídas as identidades privilegiadas da branquitude, para além das identidades subalternas, levando em consideração não apenas as categorias da diferença, mas também o contexto social, cultural e político em que estão inseridas essas identidades, pois “isso auxiliaria a responder a importantes perguntas sobre os processos sociais mediante os quais mulheres e homens privilegiados são criados como agentes na reprodução do machismo e do racismo” (Henning, 2015, p. 119), o que possibilita entender o dinamismo social hierarquizante de populações em detrimento de outras.

3.5.5 Artigo 5 – Silvia Aguião (2017)

Seguindo nossa análise dos textos das Ciências Sociais, iremos apresentar alguns pontos relevantes que a antropóloga Silvia Aguião traz no artigo intitulado “Quais políticas, quais sujeitos? sentidos da promoção da igualdade de gênero e raça no Brasil”, de 2017, publicado na revista *Cadernos Pagu*. A proposta geral da autora é a de transmitir uma leitura do reconhecimento de diferenças e da promoção de igualdade de direitos a partir das ações do Estado no desenho de políticas públicas, relacionando os sujeitos e seus direitos, tendo em vista a promoção de igualdade de gênero e raça no Brasil entre os anos de 2003-2015.

A promoção à igualdade, no período analisado, é situada no marco da criação de secretarias específicas, como a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). Essas políticas, segundo a autora, destacam-se como tentativas de transversalizar políticas e assegurar a inclusão de sujeitos historicamente marginalizados. A antropóloga utiliza as formulações de teóricos como Philip Abrams, Timothy Mitchell e Judith Butler para discutir a construção do Estado e dos sujeitos, enfatizando que políticas públicas não apenas reconhecem diferenças, mas também pode produzi-las como parte do "efeito de Estado".

Aguião (2017) aponta que a implementação de políticas que visam a promoção da igualdade de gênero e raça teve seu adensamento a partir dos anos 2000 com a chegada do presidente Lula como chefe do executivo. Esse adensamento tem como um de seus exemplos a implementação das leis de cotas nos estados do Rio de Janeiro e de Brasília para o acesso às instituições federais UERJ, UNB e UNEB (Júnior; Daflon, 2015). Segundo a antropóloga, a

mudança social ocorreu a partir da criação de conselhos, comitês, realizações de conferências que traziam o debate da promoção dessa igualdade que possibilitaram uma articulação entre os movimentos sociais, o campo acadêmico e a esfera política, culminando assim em políticas públicas para a redução das desigualdades sociais.

A autora insere algumas provocações baseadas na leitura dos autores Shore e Wright, são elas **i.** como as políticas de promoção à igualdade operam? **ii.** como muitas vezes acabam não alcançando seus objetivos? e **iii.** quais são os sujeitos e identidades construídos a partir dessas políticas? Segundo ela, ambos autores refletem em como as *policies* (políticas) podem servir de instrumento de governança e de tecnologia político e cultural para a construção dos indivíduos como na atribuição de *status*, por exemplo, o de cidadão ou de criminoso. Essa “codificação” de valores e normas provenientes das *policies* implicam na delimitação e na produção daqueles que são e daqueles que não são cidadãos (Aguião, 2017), sendo, pois, a política um aparelho que determina sujeitos/adequados e não-sujeitos/indesejáveis.

No primeiro ponto do artigo a autora propõe mostrar trajetórias de sujeitos que são criados a partir do entrelaçamento de suas identidades não-fixas e de seus direitos. A autora aponta que suas reflexões no artigo são um desdobramento de pesquisas anteriormente desenvolvidas por ela mesma sobre processos sociais e políticos da comunidade LGBT, como sujeitos de direitos no Brasil. A sigla mostra uma coletividade criada que perpassa políticas desenvolvidas pelo governo, pelas movimentações sociais e pela produção acadêmica sobre a comunidade. Desta maneira, a antropóloga aponta que certos direitos criam identidades. (Aguião, 2017). Para acompanhar os processos dessas trajetórias, é preciso levar em consideração o gênero, classe, raça e outras categorias da diferença para compreender a reivindicação dos direitos desses sujeitos.

Desta maneira, Aguião salienta que o acesso aos direitos pela comunidade não é captado de maneira isolada apenas pela sexualidade. E neste sentido, ela salienta que, para além das categorias da diferença interseccionadas (a autora utiliza o conceito de interseccionalidade apenas cinco vezes no texto) vem acompanhada do contexto, da conjuntura governamental e das políticas que são direcionadas a esses sujeitos específicos.

Partindo de suas reflexões sobre a comunidade LGBT, a autora aponta outras reivindicações de outros grupos sociais, como é o caso do movimento de mulheres e feminista e o movimento negro, que não são feitos apenas por indivíduos dos movimentos sociais, mas também por agentes governamentais. Um adendo para tantos e tantas representantes políticos que levantam a bandeira do feminismo ou do movimento negro dentro de partidos políticos ou do parlamento. A autora usa o exemplo do ministro dos Direitos Humanos, Paulo Vanucchi,

que em discurso realizado em 2008 traçou um paralelo com o discurso de que o racismo era incompatível com a democracia e alegou ser também a homofobia incompatível com a democracia (Aguião, 2017).

Segundo Aguião (2017) no período da constituinte, em 1988, houve a possibilidade de uma mobilização da sociedade civil e a efervescência da criação de “novos movimentos” sociais para a inclusão do debate sobre a garantia de seus direitos nas análises políticas. Ela aponta a inserção da participação social, bem como a consagração e da compreensão e alargamento de quem são os sujeitos desses direitos na carta constitucional como um marco dessa mobilização social. A autora aponta a imprescindibilidade de falar sobre o Programa Nacional de Direitos Humanos (a PNDH possui três versões: 1996, 2002 e 2009), instituído pelo Decreto nº 1.904, de 13 de maio de 1996, que em linhas gerais traz em suas diretrizes uma ênfase nas diferenças de sujeitos específicos para a promoção da igualdade de direitos. Esse programa é fruto de um paralelo entre o governo e a sociedade civil.

A PNDH passou a reconhecer as desigualdades populacionais e com isso criou-se a possibilidade de criação de políticas para a redução das mesmas, tendo em vista as diferenças específicas desses sujeitos. Na primeira versão da PNDH as questões “homossexuais” nem tampouco as comunidades quilombolas e suas remanescentes foram adicionadas, uma vez que naquele momento essas identidades não eram “reconhecidas” como “legítimas” no espaço público. Isso nos faz voltar ao que a autora falou um pouco acima sobre como a política serve de aparelho para determinar e construir identidades adequadas e indesejáveis dentro da sociedade. Mas “com as diferentes versões do PNDH, fica clara a progressiva incorporação de diferentes sujeitos de direitos, aludindo à retórica de um modelo de Estado que preza a ‘diversidade’ que se quer construir ou ‘consolidar’” (Aguião, 2017, p. 17).

Já no ponto dois do texto, em que a autora fala da transversalidade ou interseccionalidade de gênero e raça na formulação de políticas para mulheres, ela traz o Plano Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM) para apontar que ao longo de 2003-2015 (a PNPM também possuiu três versões em 2005, 2008 e 2013) também passou desafios na incorporação de novos sujeitos, pelas resistências da administração pública, assim como aconteceu com a PNDH. Inicialmente, a PNPM possui como ênfase a igualdade de gênero e raça e com suas reformulações adicionou outras interseccionalidades como a orientação sexual, criando mecanismos institucionais para uma participação ativa e inclusiva da sociedade civil e dos movimentos feministas, fortalecendo cada vez mais sua influência no desenho e na execução das políticas públicas.

A autora salienta que entre os anos de 2011-2014, o governo federal criou nove “agendas transversais” através do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), que dentre elas estão a igualdade racial e política para a população LGBT e para mulheres. A transversalidade tornou-se “a ‘estratégia’ ou o mecanismo do arranjo burocrático-institucional acionado para lidar com as diferenças entre sujeitos visando a superação de desigualdades.” (Aguião, 2017, p. 25). A autora salienta que a transversalidade é uma tradução do conceito internacional *gender mainstream*, que passou a ser incorporado pelo governo visando a promoção da igualdade de gênero sob a perspectiva das categorias da diferença sem hierarquizá-las.

A autora aponta, que as antropólogas brasileiras Lourdes Bandeira e Tânia Almeida, acreditam que políticas direcionadas às mulheres não necessariamente são “políticas de gênero” embora estejam em uma agenda de redução de desigualdades de gênero, isso porque o governo acaba pautando-se em uma ideia essencialista do feminino que ignora a pluralidade das mulheres. Ao passo que as políticas públicas de promoção à redução e igualdade de gênero podem atingir seu objetivo, ela pode também produzir ainda mais desigualdades, dado que suplantando as diferenças não as torna inexistentes (Aguião, 2017). Ao enfatizar essa pluralidade das mulheres, Aguião traz para a reflexão a pouca habilidade dessas políticas em superar o binarismo homem e mulher, para a inclusão das demandas de pessoas transexuais e travestis.

O artigo conclui afirmando que as políticas de promoção à igualdade de gênero e raça no Brasil entre 2003 e 2015, ilustram avanços significativos na inclusão de sujeitos historicamente excluídos. No entanto, elas também expõem as tensões e os limites inerentes à tentativa de transversalizar e interseccionar direitos em um Estado marcado por desigualdades estruturais. A análise reforça a necessidade de pensar políticas públicas como práticas dinâmicas, que não apenas refletem demandas sociais, mas também constroem novas subjetividades e relações de poder.

3.5.6 Artigo 6 – Luis Felipe Miguel

O próximo texto a ser analisado é o do Cientista Político Luis Felipe Miguel, intitulado “Voltando à discussão sobre o capitalismo e patriarcado”, publicado em 2017 pela revista Estudos Feministas. O texto aborda criticamente a relação entre capitalismo e patriarcado, enfatizando como esses sistemas de dominação interagem e moldam a sociedade contemporânea. O autor Miguel também analisa a marginalização da categoria “classe” no

feminismo contemporâneo, reivindicando uma “visão mais interseccional” que integre gênero, classe e outras categorias.

Miguel (2017) aponta que, embora o feminismo contemporâneo reconheça a diversidade das mulheres (como nos feminismos negros, indígenas e transgêneros), muitas vezes negligencia a análise interseccional que articule gênero com classe. Ele resgata teóricas como Heidi Hartmann e Christine Delphy para discutir teorias de sistemas duais, que consideram capitalismo e patriarcado como sistemas relativamente independentes, mas mutuamente influentes. Além disso, destaca como o feminismo negro adiciona a questão racial ao debate, mas nota que isso frequentemente substitui, em vez de complementar, a análise de classe.

O cientista político aponta que as reflexões e críticas feministas das décadas de 1960 e 1970 (a chamada segunda onda) traziam como eixo a relação entre a dominação burguesa e a dominação patriarcal, que segundo ele era uma preocupação em fundir a psicanálise (trazendo os aspectos da misoginia Freudiana para a discussão sobre o patriarcado) com o marxismo (o compromisso da igualdade entre os gêneros, embora coloque a diferença de classe como um debate central para a discussão sobre o capitalismo), mas a relação entre o patriarcado e o capitalismo passou a ser pouco debatido/explorado pelos feminismos contemporâneos. Com isso, o autor critica a abordagem superficial da interseccionalidade, onde as formas de opressão são reconhecidas, mas nem sempre profundamente analisadas quanto às suas interações.

O texto aborda diretamente o contexto brasileiro, destacando o feminismo marxista de autoras como Heleieth Saffioti e Heloneida Studart. Ele menciona como, durante os anos 1960 e 1980, o feminismo brasileiro foi marcado pela relação entre gênero e classe, muitas vezes alinhado ao pensamento marxista. O autor menciona a importância não só nacional, mas internacional do livro “A mulher na sociedade de classes” e afirma que Saffioti trouxe para a discussão a centralidade da classe em relação ao sexo. Segundo ele, as reflexões feministas no Brasil estavam alinhadas com as preocupações feministas da Europa e América do Norte, que era a preocupação da relação entre gênero e classe social (Miguel, 2017).

O feminismo marxista/socialista é mais colocado como um feminismo à parte, ou seja, uma vertente do marxismo, do que propriamente um braço do feminismo. Desta maneira, Saffioti tinha o compromisso duplo de trazer para o debate feminista socialista o gênero e a classe, sem dissociá-los, visto que, as feministas socialistas tornaram-se mais “sensíveis às questões de gênero dentro do enquadramento Marxista” (Miguel, 2017, p. 1220), entrelaçando assim as duas clivagens no interior do feminismo.

O autor tece algumas considerações sobre o que é o capitalismo e o patriarcado, o primeiro ele encara como “pouco” polêmico em relação ao segundo. Embora a especificação histórica do capitalismo seja controversa, o que é consensual é que o capitalismo em linhas gerais gera: separação de trabalhadores e instrumentos de trabalho; propriedade privada e controle dos meios de produção; assalariamento de trabalhadores “formalmente livres”. Sabendo-se que, essa liberdade, para aqueles críticos do capitalismo, na verdade é uma obrigação por parte de trabalhadores que se submetem para obter um subsídio para sua existência (Miguel, 2017).

O autor faz uma crítica a perspectiva do gênero masculino como o “humano universal”, e aponta que pensadores socialistas iniciais, de maneira acrítica, compreendiam o capitalismo como “a exploração do homem sobre pelo homem”, pontuando que

As mulheres foram incorporadas de forma marginal à produção capitalista, formavam o último estoque do exército industrial de reserva, chamadas a assumir postos de trabalho em momentos de escassez de braços (como durante as guerras), mas sempre as primeiras a serem dispensadas. Seus salários eram, como continuam sendo, inferiores, bem como seu status profissional (Miguel, 2017, p. 1223).

O contingente feminino, nos primórdios da exploração capitalista já foi atribuído aos postos e salários inferiores que vinham sendo perpetuados ao longo da história. E para que essa inferioridade fosse assumida como uma característica do gênero feminino em contraposição ao gênero masculino, foi preciso uma dominação paterna, uma sociedade estruturada a partir da autoridade do pai e do marido: o patriarcado¹²².

Segundo Miguel (2017), o patriarcado está envolvido em “mais polêmicas”, contrariamente ao conceito de capitalismo. Segundo ele, o feminismo comumente utiliza o patriarcado como dominação masculina, mas o conceito “possui uma trajetória própria na história das ideias sociais e torná-lo coextensivo à dominação masculina não é isento de consequências” (Miguel, 2017, p. 1223). Mas, tanto a organização política quanto a familiar do século XX não é a mesma daquela em que trata da concepção de que o patriarcado é “transmitido por direito de progenitura a partir de Adão”. Trazer o patriarcado como uma categoria explicativa “invoca uma essência trans-histórica e invariável”, fazendo com que haja generalizações por parte da dominação masculina, baseado em reproduções biológicas. Ele parte do pressuposto de que as instituições patriarcais sofreram transformações estruturais, mas a dominação masculina permanece. Para o autor, “patriarcado” é um conceito

¹²²Segundo o autor, o poder monárquico é uma derivação do poder patriarcal.

impreciso e pressupõe, caso não seja criticado, uma dominação que acontece de maneira semelhante em todas as sociedades a-historicamente.

O autor, apesar de não concordar com o conceito de patriarcado como sinônimo de dominação masculina apenas, compreende que a “segunda onda” do feminismo dedicou suas argumentações no entrelaçamento de gênero e opressão capitalista, visto que essas ativistas passaram a entender “como o pertencimento de classe gera especificidades nas vivências das mulheres e, ao mesmo tempo, como a divisão de gênero atravessava as classes sociais” (Miguel, 2017, p. 1226).

Segundo o autor, o entendimento de uma sociedade capitalista e patriarcal não se trata de sobrepor um ao outro ou de entendê-los de maneira afastada, mas sim o de encarar o gênero e a classe de maneira associada e em como ambos juntos estabelecem constrangimentos. Na primeira metade do século XX as reflexões sobre a “tripla opressão” que afetava diretamente as mulheres negras trabalhadoras, passou a ser fomentado pelas comunistas negras estadunidenses que ao adicionar a categoria de raça nas discussões feministas, no lugar de somar com as categorias de classe/gênero, a raça foi uma substituta da classe. E os discursos posteriores sobre a interseccionalidade passaram a ser um “pano de fundo difuso” (Miguel, 2017).

Partindo da leitura que faz da autora Heidi Hartmann, Miguel defende a “teoria de sistemas duais”, a partir da qual o patriarcado e o capitalismo são sistemas de dominação independentes. A acomodação de ambos se deu pela divisão sexual do trabalho em que, por possuírem poucas possibilidades de ascensão no trabalho e pouco acesso a bons empregos, mulheres (em sua grande maioria, brancas) casavam-se com homens que possuíam salários mais altos e elas lhes retribuía com serviços domésticos.

O autor aponta que ao discutir práticas contemporâneas como a ideologia da “compatibilização entre trabalho e lar”, aquelas mulheres que acabam ascendendo profissionalmente, são vistas como “heroínas” já que, ao não haver críticas da divisão sexual do trabalho doméstico, essa ascensão se torna quase que impossível. Ele aponta que no Brasil, por exemplo, as mulheres que buscavam expandir as possibilidades de trabalho para além das funções manuais frequentemente eram contratadas em condições precárias, recebendo baixos salários e, em muitos casos, atuando na informalidade.

Em suma, o autor aponta que a classe não poderia ser a única fonte capaz de explicar a dominação das mulheres, bem como dizer que a dominação das mulheres se dá através única e exclusivamente pelas desigualdades de gênero sem trazer a classe para o debate. Embora a dominação masculina e a dominação de classes, sejam fenômenos distintos, atuam de maneira

complementar, gerando opressão feminina na divisão sexual do trabalho e na maternidade, por exemplo. Segundo o autor, ao tratar a classe como pano de fundo secundário, se nega a complexidade do capitalismo e das nuances da classe, seria uma visão reducionista partir do pressuposto de que em sociedades racistas, a população negra é pobre e não detém os meios de produção privada, ocupam profissões mal remunerados ou menos especializadas, logo a classe é uma categoria que está já implícita na raça (Miguel, 2017). Desta forma, a defesa das “teorias de sistemas duais” é uma maneira de mostrar a independência de ambas as opressões, mas também de evidenciar que elas se relacionam na concretude social.

3.5.7 Artigo 7 – Natália Corazza Padovani (2018)

Em seguida, analisaremos o ensaio da antropóloga Natália Corazza Padovani, intitulado “É possível fazer Ciências Sociais sem uma análise crítica das categorias de diferenciação? uma proposição feminista”, publicado em 2018 na Revista Cadernos de Estudos Sociais e Políticos. Assim como propõe já no título do ensaio, a autora traz as impossibilidades do fazer científico sem uma análise detida das categorias da diferença, bem como se dá a intersecção dessas categorias para que a análise seja mais precisa.

As Ciências Sociais precisam fazer uma análise das categorias da diferença principalmente para o entendimento da formação dos sujeitos, do grupo “nós” e das “outras” ou “outros”, também para reconhecer as especificidades das populações subalternas. É partindo de uma leitura pós-colonial que a antropóloga vai tecendo seus apontamentos sobre as intersecções das categorias da diferenciação reunindo alguns autores tais como Avtar Brah, Edward Said e Gayatri Spivak. A autora salienta que não se trata de mostrar a importância do debate das categorias da diferença, mas a viabilidade do não uso dessas categorias nas produções acadêmico-científicas que podem sujeitar as construções epistemológicas.

Falando sobre prisões no Brasil, a autora traz o pensamento de Angela Davis sobre ser o gênero algo que estrutura o sistema prisional do nosso país. E, segundo sua leitura de Joan Scott, o gênero é “a forma primária de todas as relações de poder” (Padovani, 2018, p. 8). Segundo ela, alguns trabalhos etnográficos ignoravam a indissociabilidade do gênero, raça e classe e da capacidade que possuem essas categorias de gerar desigualdades quando associadas no contexto prisional (Padovani, 2018).

Como são construídas as noções das “Outras”? É partindo basicamente desse questionamento que Padovani nos insere na primeira seção do ensaio, trazendo como base teórica para suas reflexões Simone de Beauvoir e Virginia Wolf. Ambas autoras traziam em

seus livros tanto teóricos quanto romances, como a mulher sempre foi esse “Outro”, em relação ao homem que se coloca como universal e a normalidade. O gênero feminino, aponta Padovani, foi colocado como o desvio dessa norma (Padovani, 2018).

Partindo das questões raciais, Padovani (2018) traz a leitura do psiquiatra Franz Fanon, para dizer que a criação desse “Outro” negro se deu a partir das construções dos saberes ocidentais psiquiátricos, em que o negro foi reduzido ao seu corpo, isto é, as pulsões do desejo. Disso decorre o porquê de sua humanidade ter sido (é) menosprezada, fazendo de sua corporeidade um desvio da norma. Enquanto os negros tinham ausência psíquica de dor, os brancos possuíam dores e traumas psíquicos que poderiam ser tratados, demonstrando a falta de possibilidade do cuidado psiquiátrico aos “outros”, os negros.

Esses três autores partem, dessa maneira, da crítica de uma “suposta humanidade universal” em que aqueles negros (homens) e mulheres (brancas e europeias) seriam o seu desvio. Os autores supracitados falaram a partir da localização a qual se encontravam no mundo, para além da objetividade científica, falaram de sua subjetividade pessoal também.

Assim como as autoras norte-americanas citadas no primeiro capítulo, a saber Angela Davis (2016), bell hooks (2019) e Patrícia Hill Collins (2016), Padovani (2018) cita o pioneirismo de Sojourner Truth no seu discurso “e não sou eu uma mulher” em Ohio, em 1851, a qual também é citado no primeiro capítulo e em outros textos do banco de dados que foram analisados neste capítulo três. Para a antropóloga, Truth “possibilitou inferir as muitas tramas que intersectam as produções de assimetrias entre ‘nós’ e ‘outros’” (2018, p. 12) ao questionar a universalização do termo “mulher” e da atribuição de docilidade, fraqueza física e mental, que era uma adjetificação direcionada às mulheres brancas e não a todas as mulheres. Enquanto as mulheres brancas “demandavam igualdade de direitos políticos-civis” as mulheres negras lutavam para terem o reconhecimento de sua humanidade.

Embora as autoras Beauvoir e Wolf tenham partido da crítica à universalização da humanidade, ao trazer o “outro” como sujeitas criadas a partir da dominação masculina, acabaram universalizando os atributos da feminilidade branca, não levando em consideração as especificidades das mulheres à margem desse “cânone”. Assim, “a ‘categoria mulher’ sobre a qual repousa a produção filosófica e literária das autoras feministas brancas euro-americanas decorre do entendimento de não serem elas categorizadas por atributos de classe e raça tanto quanto as mulheres negras e do ‘terceiro mundo’” (Padovani, 2018, p. 14).

Com esse percurso, a autora propõe o uso da interseccionalidade para a compreensão das relações sociais de poder, visto que essas relações são tensionadas e assimétricas, partindo da localização dos indivíduos e das categorias que lhes perpassam. Segundo aponta, até

mesmo nos estudos “pós-coloniais” há uma hegemonia de produção epistemológica da qual certas literaturas são consideradas obrigatórias enquanto outras não, pois há, mesmo dentro dos estudos da “pós-colonialidade” uma relação de poder intrínseca a partir de onde esses estudos estão sendo produzidos.

A interseccionalidade foi produzida a partir das emergências das mulheres negras que não viam “irmandade” ou semelhança de suas experiências, nas experiências e ativismo das mulheres brancas ocidentais (Padovani, 2018). Com a interseccionalidade, os marcadores da diferença se inter cruzam evidenciando o que gera desigualdades e hierarquias sociais. A interseccionalidade, segundo Padovani, é formulada de maneira distinta pela feminista Zimbabuense Anne McClintock e pela feminista norte-americana Kimberlé Crenshaw. Enquanto Crenshaw parte principalmente da segregação das políticas públicas e do poder estatal¹²³ (ou seja, tem o foco mais jurídico e específico dos Estados Unidos) e a raça e o gênero “são eixos de diferenciação que podem ou não se entrecruzar”, McClintock, tem uma perspectiva mais histórica e global, trazendo as categorias de raça, gênero, sexualidade e embate colonial, não há uma zona de “diferenciação” como em Crenshaw e deste modo os sujeitos estariam em simultânea “relação íntima e política” (Padovani, 2018, p. 16-17).

Embora McClintock proponha formulações distintas, Padovani aponta que há algo que conecta as abordagens de interseccionalidade em ambas autoras (Crenshaw e McClintock) visto falarem de uma noção de sujeitas que se encontram à margem e/ou “nos contatos fronteiriços das categorizações de gênero, classe, raça e sexualidade que fundamentam saberes e embates das diásporas coloniais” (Padovani, 2018, p. 18).

No texto, a antropóloga mobiliza a perspectiva de Lélia Gonzalez, ao falar que a interseccionalidade é expressa no conceito de Amefricanidade da autora, mas pouco se aprofunda em como a concepção de González reúne possibilidades de resistências culturais. Padovani (2018) traz a filósofa brasileira para conectar as análises feministas com a realidade brasileira, especialmente no que diz respeito à interseção entre raça, gênero e colonialidade. Gonzalez é mencionada como uma teórica central para entender como o racismo e o sexismo estruturam as desigualdades no Brasil, destacando a importância de abordar o impacto das heranças coloniais na formação das categorias sociais.

Deste modo, observamos que no ensaio, a autora buscou compreender as dinâmicas sociais considerando as categorias de gênero, raça, classe e sexualidade como construtos e que

¹²³Segundo Padovani, em Crenshaw as mulheres negras estariam no “cruzamento de avenidas” da raça com o gênero e o “resgate” da proteção estatal acabaria apenas por atravessar esse cruzamento, o que nos remete a uma ideia de esquecimento por parte do estado.

possuem intersecção, ao invés de tratá-las como naturais ou isoladas. A autora faz críticas aos universalismos propostos pelo feminismo ocidental que não trouxe a perspectiva das mulheres negras e do terceiro mundo, fazendo das experiências das mulheres algo único sem distingui-las. A autora ressalta que essas categorias não apenas descrevem diferenças, mas também constituem mecanismos de poder que moldam hierarquias e desigualdades.

Em suma, o texto aponta para a interseccionalidade como uma abordagem teórica e metodológica indispensável. Ao reconhecer como as múltiplas opressões interagem e se reforçam mutuamente. A abordagem interseccional que vimos no ensaio, propõe uma compreensão mais ampla e complexa das realidades sociais, desafiando o olhar reducionista que ainda persiste em muitos campos do conhecimento, inclusive no interior dos movimentos sociais. Assim, o texto chama atenção para o compromisso ético das Ciências Sociais com a transformação das desigualdades estruturais, que para além de trazer ao debate das categorias de raça, gênero e classe, propostos por Crenshaw no texto que inaugura o conceito, cabe adicionar a sexualidade e o colonialismo para uma análise mais global das estruturas de poder que geram desigualdades.

3.5.8 Artigo 8 – Ângela Figueiredo (2018)

Seguindo a análise dos textos das Ciências Sociais, o próximo será da socióloga Ângela Figueiredo, intitulado “Perspectivas e contribuições das organizações de mulheres negras e feministas negras contra o racismo e o sexismo na sociedade brasileira.” publicado em 2018, na Revista Direito e Práxis. Em linhas gerais, a autora aborda de forma ampla, as lutas e contribuições do movimento de mulheres negras no Brasil. Organizando o debate a partir de eventos históricos, como a morte de Marielle, o I Encontro Nacional de Mulheres Negras em 1988 e a Marcha das Mulheres Negras de 2015, apresentando demandas por justiça racial, de gênero e da economia, além de propor um novo “pacto civilizatório”, ideia que aparece como uma demanda central da Marcha das Mulheres Negras de 2015, e está diretamente vinculada à crítica do “projeto civilizatório” hegemônico imposto pelo Estado brasileiro, que exclui grande parte da população, especialmente a negra e feminina. Vemos referencial teórico com maior número de brasileiras (os), como Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez e Matilde Ribeiro.

A autora traz alguns questionamentos sobre a morte de Marielle, que é o debate inicial do artigo, e salienta que sua morte não ocorreu isoladamente ou pelo racismo ou pelo

feminicídio (sexismo), ou até mesmo porque a deputada defendia os direitos humanos, foi na verdade a junção de tudo que representava sua identidade. E sua morte foi um crime político para silenciar mulheres negras que atuam desestabilizando as camadas rígidas que constituem as instituições já consolidadas pelo capitalismo (Figueiredo, 2018). Essas camadas rígidas instauram desigualdades sociais e segregações raciais no país, mesmo que não de maneira escancarada como ocorreu nos Estados Unidos ou África do Sul.

As mulheres negras, por estarem na base da pirâmide social e por ter “a sobrecarga de responsabilidades associada ao racismo [interseccionadas] às representações estereotipadas sobre o corpo feminino negro” (Figueiredo, 2018, p. 1083), viram na luta coletiva a possibilidade de enfrentar as desigualdades. E não só as mulheres, mas ela aponta que a comunidade negra precisou se organizar em coletivo para lutar pela justiça social.

A autora faz um apanhado geral sobre o movimento negro brasileiro e aponta que ele pode ser pensado em quatro períodos. (dos quais três desses foram pensados por Petrônio Domingues e um pela própria autora) **i.** aquele que vai de 1889-1937, são as articulações de ex-escravos e os libertos. Neste período as mulheres negras representavam um número bastante expressivo na frente negra. **ii.** o segundo momento que vai de 1945-1964, o Teatro Experimental do Negro (TEN), marca esse período, em que os negros buscavam se integrar na sociedade. **iii** o terceiro vai de 1978-2000, marcado principalmente pela criação do Movimento Negro Unificado (MNU). **iv.** a autora acrescenta esse último, que se inicia de 2002 até os dias atuais, marcada pela criação das políticas de cotas estaduais na UNEB, UNB e UERJ.

Figueiredo aponta que o MNU teve influências da luta pelos Direitos Civis dos Estados Unidos, e que muitos dos ativistas negros eram de linhagem marxista o que possibilitou uma crítica ao capitalismo baseados no entendimento de como o racismo opera nesse sistema econômico. Dentre as grandes contribuições do MNU, está a “desmistificação da mestiçagem”, com a crítica à ideologia do mito da democracia racial, a substituição do 13 de maio pelo 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra e a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira nos currículos escolares, instituída pela Lei 10.639/03 (Figueiredo, 2018).

Com a atuação dos movimentos negros, observou-se um maior aumento na divulgação de dados que mostravam a situação da população negra no geral e as mulheres negras no particular na sociedade brasileira. Vimos isso nas teorizações de Carneiro (2019, 2011) e Lélia Gonzalez (2020) neste capítulo.

Voltando aos debates trazidos pela socióloga, ela aponta que podemos considerar uma das primeiras organizações políticas negras, as irmandades religiosas que compravam alforrias e capacitavam pessoas negras. A solidariedade entre e para a população negra era o espírito norteador dessas organizações. (Figueiredo, 2018). Mas embora houvesse a solidariedade nessas organizações, a questão da mulher negra só foi de fato considerada, respeitando as demandas de raça e gênero que lhes perpassam, com os Encontros Nacionais Feministas (ENF) realizados a partir de 1985, mas que teve seu ponto de culminância nas movimentações de mulheres negras, no I Encontro Nacional de Mulheres Negras (ENMN) que ocorreu em 1988 em Valença, no Rio de Janeiro.

As movimentações de mulheres negras foram bastante significativas para a introdução do gênero nas análises antirracistas, principalmente aquelas que tinham haver com a maneira como o Estado lidava com os corpos e existências dessas mulheres.

De um modo geral, Figueiredo (2018) também se une às demais pesquisadoras apresentadas até o momento ao trazer a crítica ao termo 'mulher', que universaliza e homogeneiza as experiências plurais das mulheres.. Ela aponta de modo emblemático, por exemplo, como as mulheres escravizadas eram tratadas de modo diferente, seja enquanto amas de leite, mucamas e a mulata (categoria criada no pós-abolição), de acordo com seus fenótipos.

Vale salientar que embora houvesse essa distinção no período colonial, as violências contra as mulheres negras não podem ser hierarquizadas, visto que as mulheres escravizadas estavam ali alienadas de sua própria liberdade (Figueiredo, 2018). Mas o que é válido ser ressaltado é o de que a autora compreende a impossibilidade das resistências, da criação de políticas de promoção à igualdade, na luta contra o racismo e o sexismo, sem a compreensão da complexidade das existências de mulheres em suas várias formas sociais, políticas, econômicas, raciais, sexuais e etc. Já que até mesmo entre as mulheres negras, havia formas distintas de violências sofridas no período da escravização.

Essas pesquisadoras, partindo da crítica universalizante desse termo, possibilitaram um aumento nos estudos de mulheres negras na academia, sejam esses estudos ativistas ou não. Partindo disso, Figueiredo (2018) aponta que os estudos do conceito de interseccionalidade “tem sido utilizado com bastante entusiasmo para analisar a relação entre as diferentes categorias de opressão” (p. 1090). A utilização desse conceito permite uma “ressignificação” do feminismo, já que muitas ativistas negras não queriam se autodenominar feministas negras pela crítica que faziam ao feminismo hegemônico. Com a

interseccionalidade, o pensamento feminista passou a ser questionado como uno, visto a variabilidade das experiências de mulheres (Figueiredo, 2018)

Mas esse apontamento da autora, ignora o fato de que, antes mesmo do conceito ser formulado, as ideias do imbricamento das categorias da diferença e, conseqüentemente, da crítica ao feminismo ocidental hegemônico, já havia sido feito pelas ativistas negras há algum tempo, por exemplo, nos Estados Unidos, vimos que desde o século XIX na década de 1830, pensar a mulher em uma experiência única já era criticado, e aqui no Brasil entre as décadas de 1970-1980, Lélia Gonzalez (2020) já apontava as dificuldades de encarar uma luta antirracista, sem levar em consideração as experiências específicas das mulheres negras brasileiras.

No último tópico do texto, a autora traz a Marcha das Mulheres Negras ocorrida em 2015. As 35 mil mulheres que se reuniram nessa marcha organizaram suas demandas na “Carta das Mulheres Negras” e algumas delas são: direito à segurança pública, a igualdade racial; direito à cultura; o imperativo de um novo projeto civilizatório, que leve em consideração que de fato há desigualdades de raça, classe, gênero, sexualidade no Brasil e que é preciso combater tendo como um de seus instrumentos, as políticas públicas; o combate à homofobia; ao machismo; à erotização de crianças; à violência doméstica; à invisibilização de mulheres negras; e a maneira que o capitalismo segrega, explora e sub-emprega a população negra, especialmente as mulheres negras (Figueiredo, 2018).

A marcha contrapunha-se, ao levantar o imperativo de um novo projeto civilizatório, de forma veemente ao projeto ideológico do Estado brasileiro de valorização à mestiçagem que ignorava o racismo presente nas relações sociais, e com isso assaltava da população negra as possibilidades de agenciamento, mantendo assim, as hierarquias de raça, de gênero e a exploração global capitalista. A partir da intersecção das categorias da diferença, observa a socióloga, as mulheres negras na marcha enfatizavam a importância de haver representatividade em lugares que eram destinados à branquitude, em geral aos homens brancos de classe média e alta.

Desta maneira, concluímos que a socióloga propõe no artigo que as resistências de mulheres negras e suas críticas ao projeto ideológico, só seria concretizado (re)construindo a partir de um “novo horizonte histórico” a qual as mulheres negras pudessem colocar-se também enquanto agentes políticas capazes de fornecer novas formulações constitucionais no Estado brasileiro, introduzindo suas perspectivas teóricas e de experiência de mundo, sem negar as categorias da diferença que eram e ainda são utilizadas como instrumentos para a segregação educacional, trabalhista, político e tantas outras formas que colocam

principalmente as mulheres negras em posições de inferioridade social. Em sua breve análise sobre o contexto histórico brasileiro, nos trouxe a enorme importância da ressignificação que as mulheres negras brasileiras propuseram no cenário dos movimentos de mulheres e negros, para inserir questões pertinentes de desigualdades raciais e sociais que assolam a população brasileira.

3.5.9 Artigo 9 – Mercedes Jabardo Velasco (2019)

O próximo texto a qual analisaremos será o da antropóloga Mercedes Jabardo Velasco, intitulado “Construindo pontes: diálogos a partir do/com o feminismo negro.” publicado em 2019 na Revista *Ártemis*. O artigo traz, em linhas gerais, o pensamento de autoras e ativistas que são fundamentais para a construção do Feminismo Negro norte-americano, tais como Sojourner Truth, bell hooks, Audre Lorde e Angela Davis, quatro autoras que pontuamos no primeiro capítulo para a compreensão dos alicerces tanto do movimento feminista negro estadunidense quanto para a elaboração do conceito de interseccionalidade.

Além dessas autoras, Velasco (2019) traz contribuições do feminismo britânico, demonstrando sua relação com o pensamento pós-colonial. Segundo a autora, trazer a perspectiva de todas essas autoras nos mostra a multiplicidade dos estudos que o feminismo negro se propõe, bem como a sua complexidade em se tratando de diferenças regionais, sociais e culturais. Diferente do texto de Figueiredo (2018) acima analisado, este possui poucas referências brasileiras, visto que a autora se propõe a estudar o movimento feminista negro dos Estados Unidos.

Analisando o debate que a antropóloga se propõe, vemos uma breve historicização do Movimento Feminista Negro norte-americano. Alinhada com as autoras que aqui citamos, Velasco (2019) destaca que o feminismo negro se desenvolve sob a “confluência e tensão” do abolicionismo e do sufragismo, que embora possuíssem relevantes questões e conquista de avanços, não havia no interior de ambos a intersecção de raça e gênero, “excluindo” as mulheres negras.

Velasco (2019, p. 91) aponta o pioneirismo de Sojourner Truth e Ida Wells, ao “assentarem as bases” ainda no século XIX, para o pensamento feminista negro na década de 1970. Aponta que o discurso de Truth poderia ser considerado como “fundacional” e “contra-hegemônico” em se tratando das primeiras organizações feministas negras, assim o “feminismo negro” ascende em um contexto ainda escravista. Embora saibamos que o termo feminismo só veio a ser utilizado no início do século XX, o que Velasco nos esclarece é o de

que o pioneirismo dessas mulheres, em um contexto adverso, não foi impossibilitador de as mesmas buscarem a emancipação de si e de outras mulheres negras.

A socióloga também aborda os traços eugenistas e racistas que algumas sufragistas assumiram no final do século XIX, visto que ao adquirirem o poder do sufrágio, mulheres brancas de classe média e alta alcançaram sua supremacia racial e não questionaram, por exemplo, que as pessoas negras nos estados do Sul (dos Estados Unidos) eram legalmente proibidas de votar, ignorando, dessa maneira, “aspectos tais como a solidariedade, a luta pelos direitos das mulheres ou a igualdade política, o incipiente movimento feminista se converteu em um mero baluarte da superioridade racial das pessoas brancas (Velasco, 2019, p. 92). Ao ignorar a possibilidade do voto da população negra, as mulheres brancas também ignoravam que mulheres negras estavam longe de sua emancipação, longe da possibilidade de serem mães, donas do lar e por fim, de serem mulheres.

A autora aponta o importante ativismo que a intelectual e jornalista Ida Wells realizou para denunciar os linchamentos direcionados aos homens negros que eram mortos acusados, em grande parte, por estupros. Ida Wells utilizou-se das ferramentas dos próprios algozes homens brancos e de suas estatísticas para denunciar, entre 1880-1891, que homens negros eram linchados e assassinados como forma de contenção a uma possível ascensão social do homem negro (Velasco, 2019).

Foi utilizando-se dos discursos de Truth e dos levantamentos de Ida Wells e tantas outras ativistas do século XIX, que as autoras bell hooks, Angela Davis e Audre Lorde, desenvolveram reflexões sobre a situação da população negra no geral e das mulheres negras no particular. A partir das exclusões e invisibilizações que as mulheres negras vivenciaram, tanto nas resistências contra o racismo quanto contra o sexismo, que essas autoras passaram a questionar e buscar formas de modificar o lugar da mulher negra na sociedade norte-americana, pontuando que o Feminismo Negro em ascensão buscava reconstruir a identidade da mulher, pois a mulher negra era colocada em uma não categoria e

A única estratégia possível na negação é um exercício de desconstrução. Destruir a negação na qual as mulheres negras foram excluídas da categoria de mulheres para assim avançarem, repensarem-se e reconstruírem-se em outras categorias; re-conhecerem as imagens de não mulher como estratégia de hegemonia e dotarem-se das ferramentas adequadas para sua revelação e sua superação (Velasco, 2019, p. 94).

O pensamento feminista negro, passou a ser teorizado, e fazer parte do corpo acadêmico, na década de 1980, no período em que a segunda onda feminista estava em

ascensão, bem como diferentes frentes do feminismo, como o socialista e o radical. Foi com o debate sexo-gênero que as feministas negras se propuseram a investigar em primeiro lugar. Elas passaram a questionar o conceito de gênero e como esse conceito está dentro de um sistema de hierarquização mais abrangente, que seria o de raça. Ou seja, as autoras passaram a apontar que somente teorizações sobre como as mulheres eram subordinadas em um sistema patriarcal, não daria conta de explicar as relações que também se baseiam na racialidade.

Ao passo que essas autoras propõem uma nova maneira de pensar a si e sua situação no mundo, quebram com uma narrativa feita pelos homens brancos sobre suas próprias experiências, “desconstruindo” e “reconstruindo” epistemologias que as coloquem enquanto protagonistas. E foi, com essa leitura, aponta Velasco (2019), que Patrícia Hill Collins sugeriu uma “terceira via” fazendo assim referência a uma epistemologia alternativa conectando conhecimento, consciência e empoderamento.

No primeiro capítulo, vimos que Patrícia Hill Collins (2016) destacou como a dialética opressão-consciência-ativismo permitiu às mulheres negras construir caminhos para desafiar a hegemonia branca na sociedade e na academia. Ao tomarem consciência de sua opressão, essas mulheres capturaram suas próprias narrativas, assumindo o protagonismo de suas vozes, que por tanto tempo foram silenciadas pelo racismo e pelo sexismo. E três das ferramentas para resgatar a voz silenciada de mulheres negras foram no *blues*, as narrativas poéticas e biográficas, além das teorias desenvolvidas na academia.

A antropóloga aponta como o *blues* fora uma ferramenta de resistência “às construções ideológicas” que foram criadas em torno da sexualidade da mulher negra: exóticas e primitivas. E as teóricas negras possuíam “forte fascínio” em escrever sobre as cantoras de *blues*. Sendo o *blues* “herdeiro das canções de trabalho e dos rituais na época da escravidão” (Velasco, 2019, p. 99). As mulheres negras passaram a entoar cânticos de liberdade, traduzindo as dores da coletividade negra, e enquanto protagonistas do cântico, passaram também a desafiar o patriarcado, sem resignação, mas com independência feminina trazendo em suas letras e nas trajetórias de vida a retomada do exercício livre de sua sexualidade.

Outro tema que a autora traz em seu texto é o do matriarcado. A cultura dominante chamou de patologia familiar, as famílias negras que passaram a ser chefiadas por mulheres. Sabemos, como vimos em hooks (2020), que o matriarcado denotaria algo poderoso para a mulher, mas as mulheres negras nunca chegaram a exercer, nos Estados Unidos, esse poder. O matriarcado, que foi denominado às famílias negras, na verdade eram as famílias em que as mulheres negras eram mães solo ou provedoras do lar. Essas eram famílias empobrecidas,

visto que mulheres negras recebiam pouco para a subsistência de si e de sua prole. Desta forma, criou-se uma estereotipação que foi largamente utilizada nos Estados Unidos, o de *Welfare Mother* (a mãe dos serviços sociais), ou seja, que não têm interesses em ascender socialmente e, por isso, desejam depender do governo e não de conseguir emprego. A criação desse estereótipo serviu para as tentativas de minar a política pública que tinha por objetivo eliminar a miséria das famílias negras do país.

A crítica ao termo mulher, enquanto categoria universal, também é debatida no texto da antropóloga, visto as implicações que isso gera na vida da pluralidade de mulheres que não se encontram em uma única forma de ser/existir. A autora ao trazer esse tema, nos mostra que o feminismo precisa lutar pelos diferentes grupos de mulheres, embora essas mulheres sofram da mesma subordinação em comum, o sexismo, são marcadas sexual, racial e historicamente. E ela traz essa temática ao mostrar que o movimento feminista da Inglaterra possuiu suas contradições ao tomar como “variáveis independentes” a raça, classe, gênero e sexualidade, sendo cada uma destas categorias “constituída por e constitutiva das outras” (2019, p. 106), visto que essas categorias associadas ao contexto histórico constroem identidades das quais, o pensamento colonial marginaliza ou privilegia existências impossibilitando agenciamentos para a superação da subordinação.

Por fim, a autora enfatiza que o pensamento pós-colonial, bem como o feminismo negro, precisam estar para além de um campo binário e fechado, que é característico do pensamento colonial. O feminismo negro passou a criticar “identidades essencializadoras” reconhecendo, a partir da autorrepresentação, seus territórios, suas agências, e identidades diaspóricas que resistem à “definições da outridade impostas”. (2019, p. 108). Ao resistir nessa tensão entre o Eu branco e masculino (que se afirma enquanto positividade) e o Outro negro (que é afirmado enquanto negatividade, em um não espaço), o feminismo negro constrói a identidade da mulher negra que subverte-se ao referencial colonizador. A autora nos mostra que a interseccionalidade permite uma abertura possível para pensar e repensar as mulheres negras, sem desassociar as categorias da diferença bem como a realidade histórica que essas mulheres vivenciam.

3.5.10 Artigo 10 – Gabriela de Moraes Kyrillos (2020)

Seguindo nossa análise dos textos, traremos o artigo publicado em 2020, escrito pela professora das relações Internacionais, que possuía então um doutorado em andamento na

área de Ciência Política¹²⁴, Gabriela de Moraes Kyrillos, intitulado “Uma análise crítica sobre os antecedentes da interseccionalidade”, publicado na Revista de Estudos Feministas. Em linhas gerais, a pesquisadora propõe-se a fazer um resgate das produções de teóricas negras que antecedem a elaboração do conceito, visto que no Brasil houve um apagamento dessas autoras e desses debates anteriores nas pesquisas sobre a interseccionalidade. Trata-se, portanto, de um estudo bibliográfico que, assim como pontuamos no primeiro capítulo, as feministas negras estadunidenses antes de 1989 já debatiam o “problema” que a interseccionalidade busca resolver. A autora reúne brasileiras como Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro, e as norte-americanas Patrícia Hill Collins, Angela Davis e Kimberlé Crenshaw.

Assim como foi abordado nos textos anteriores que analisamos, a autora compreende que a interseccionalidade é uma ferramenta analítica capaz de compreender como as opressões acontecem de maneira simultânea (Kyrillos, 2020). Não há de se negar a grande relevância do conceito para o entendimento da condição específica de mulheres subalternizadas, mas ignorar que a ideia fundamental da interseccionalidade é proveniente dos movimentos sociais e de teóricas anteriores a Crenshaw, antes mesmo desse debate ser apropriado pela academia, vem sendo recorrente nas pesquisas brasileiras.

Kyrillos (2020, p. 2) parte da noção de feminismos negros, no plural, entendendo a diversidade das pautas das mulheres, levando em consideração a importância do movimento negro na construção de feminismos contra-hegemônicos. Partindo dessa reflexão, a autora mostra a autora Lélia Gonzalez e o autor Carlos Hasenbalg no livro “o lugar do negro” publicado em 1982, como importantes interlocutores na análise histórica do Brasil sob a perspectiva do movimento negro brasileiro. Os autores mostram a “transição da população negra a de um regime de brutal escravidão, para um local na sociedade capitalista que surgia e que, apesar de romper com a escravidão institucionalizada e legalizada, ainda era permeado por inúmeras desigualdades estruturais”.

Fornecendo uma perspectiva histórica, Kyrillos nos mostra que a temática racial em solo brasileiro foi recentemente pauta do campo acadêmico do país, diferentemente dos Estados Unidos onde a temática racial já era uma “importante categoria analítica nas pesquisas em ciências humanas e sociais”. Isso é decorrente da falta de unificação do

¹²⁴No capítulo 2 deixamos a autora na área do direito visto que a mesma fez graduação e doutoramento na área, mas decidimos escolher seu texto para análise pelas suas orientações e participações em evento nas temáticas sobre o feminismo, além da sua co-liderança no Grupo de Pesquisa Interseccionalidades e Decolonialidade nas Relações Interacionais (INDERI) (observados no google scholar) tais como: feminismo negro; estudos sobre gênero e feminismos interseccionais.

Movimento Negro brasileiro¹²⁵, por não haver “consensos absolutos” nos movimentos sociais e nem nos feminismos negros de modo geral. A autora pontua esse fato, para mostrar que as diferenças existentes entre as próprias mulheres negras produzem diferentes padrões de conhecimento quando se associa o racismo e o sexismo a qual estão sujeitas (2020, p. 3).

Neste sentido, a existência de mulheres negras é marcada por tensões, e embora outras categorias lhes perpassem, a raça lhes é comum e é justamente a raça e o gênero que as fizeram construir um movimento que pudesse expor a voz que fora silenciada.

Em se tratando das dinâmicas sociais entre o Brasil e os Estados Unidos, a autora aponta as especificidades de um Brasil que vivenciou o mito da democracia racial e dos Estados Unidos que vivenciou a segregação racial escancaradamente (de 1876-1965 com espaços reservados para pessoas brancas e negras). Desta maneira, as articulações de mulheres negras em ambos países, aconteceu de maneira diferente dadas as especificidades dos seus contextos históricos.

A autora nos convida a refletir sobre a posição das mulheres nos Estados Unidos, mostrando como os contextos históricos e as demandas específicas tornam as lutas por emancipação ainda mais complexas. No início do século XX, enquanto o direito ao voto estava prestes a ser conquistado, ele não incluía a população negra, muito menos as mulheres negras.

No imaginário construído pelo mito da feminilidade do século XIX, ser mulher estava associado à docilidade e à maternidade, características que não eram atribuídas às mulheres negras. A partir de uma crítica a essa construção e à alienação contida na própria categoria de "mulher", ativistas dos séculos XIX e XX, ainda antes do surgimento do conceito de interseccionalidade, já denunciavam os silenciamentos e a exclusão que mulheres negras e trabalhadoras enfrentavam na expansão do movimento sufragista.

Kyrillos (2020) salienta, bem como salientamos no primeiro capítulo, que antes mesmo do conceito ser elaborado, ativistas e intelectuais negras dos Estados Unidos mostravam a incongruência de um movimento de mulheres que ignorava as vivências de mulheres negras. E ao passo que mulheres negras tiveram que aliar-se à causa antirracista do movimento negro, viram que ali também suas questões eram secundarizadas. De maneira

¹²⁵ De fato, a própria Lélia Gonzalez (1982) aponta que nem a população negra e nem as mulheres possuem um pensamento único. Em se tratando da população negra brasileira, por exemplo, se pensarmos na variabilidade da herança cultural trazida de várias partes do continente Africano, concluiremos que não faria sentido dizer que há um único pensamento ou movimento negro. Mas a maneira como Kyrillos (2020) aborda, é como se nos Estados Unidos todos os negros pensassem de mesmo jeito e isso não condiz com a realidade norte-americana, a exemplo disto vimos nos Panteras Negras (*The Black Panther*) que houve divergências de como abordar a revolução negra, seja a partir da violência ou não violência.

parecida, o movimento negro brasileiro se desenvolve a partir destas emergências das mulheres negras em não ver suas demandas sendo representadas nos movimentos sociais.

Enquanto nos Estados Unidos, as mulheres negras se aliaram à causa antirracista pelo fim dos linchamentos aos homens negros, contra a segregação racial, espacial e social, as mulheres negras brasileiras uniram-se à causa antirracista contra a ideologia da democracia racial (Kyrillos, 2020). Com isso, vemos que a autora enfatiza a necessidade das mulheres negras em associar-se ao movimento negro pela questão racial que, em ambos países, as retirava tanto do lugar de mulheres quanto de humanas, pela sua raça e gênero.

Em se tratando do Brasil, a autora tece várias considerações a respeito da tendenciosa democracia racial. Segundo a pesquisadora, essa desracialização e homogeneização da população brasileira “tornou e ainda torna tão difícil discutir questões raciais no país”. Visto que, aceitar essa miscigenação como algo positivo seria ignorar um “violento processo assimilacionista imposto aos povos africanos e indígenas”, além de validar o genocídio de populações inteiras que aconteceram em nosso território. A concepção de raça apresentada em seu texto não é aquela construída no período colonial (entre os séculos XIV e XIX no Brasil), mas sim aquela reinterpretada pelos movimentos negros, isto é, como uma “escolha em dimensão social e política”. Foi no reconhecimento e reinterpretações das tensões raciais que as mulheres negras, na frente negra brasileira, passaram a teorizar sobre como a raça e gênero interseccionados estruturam as desigualdades sociais no Brasil (2020, p. 5).

No Brasil, bem como nos Estados Unidos, as mulheres negras denunciavam a “discriminação interseccional”, ao ir contra a visão eurocêntrica e universal das mulheres, entendendo as múltiplas experiências que as mulheres possuíam ao serem marcadas por categorias de raça, classe, sexo dentre outras. Não criticam apenas o termo mulher, mas a própria categoria de gênero que também era proveniente das teorizações e experiências de mulheres anglófonas/americanas brancas. A autora mostra as influências que as pesquisadoras e ativistas brasileiras possuíam das norte-americanas.

Em suma, a autora defende que embora o conceito tenha sido elaborado em 1989 pela jurista Kimberlé Crenshaw, as movimentações antecedentes das ativistas e teóricas negras já questionavam o lugar da mulher negra na construção das argumentações dos movimentos feministas e do movimento negro norte-americano. Mostrou também que as especificidades dos movimentos feministas negros do Brasil e dos Estados Unidos deu-se a partir do contexto histórico e dos desdobramentos racistas peculiares em cada país. Segundo a autora, a interseccionalidade “veio suprir uma lacuna analítica – dentro do campo

científico-acadêmico” proporcionando uma análise que lidasse melhor com as complexidades que apagaram e silenciaram as vivências de mulheres negras na sociedade.

3.5.11 Artigo 11 – Silvana Mariano Aparecida (2020)

Enquanto o texto de Kyrillos (2020) partiu de um apanhado geral do contexto histórico predecessor à elaboração do conceito de interseccionalidade, o próximo texto que analisaremos, escrito pela Socióloga Silvana Mariano Aparecida¹²⁶, traz abordagens de feministas contemporâneas acerca de como a interseccionalidade pode ser instrumento para a agência e autonomia de mulheres negras, entrelaçando as categorias de gênero, raça e classe no contexto de pobreza urbana. O texto em questão é o intitulado “Agência e autonomia feminina: aportes para estudos sociológicos em contextos de pobreza urbana.” publicado também pela Revista Estudos Feministas em 2021. A autora também mobiliza autoras como Patrícia Hill Collins, bell hooks e Angela Davis.

O texto gira em torno da agência, da capacidade de ação e da individualização, e para falar sobre esse último, a autora traz a leitura da filósofa norte-americana Martha Nussbaum, nos mostrando a defesa que a autora faz a respeito da dimensão individual das mulheres. Segundo Aparecida (2021), é preciso levar para as agendas feministas, pautas que abarquem as experiências de mulheres nos países em desenvolvimento. Compreender as especificidades dessas mulheres possibilita as discussões sobre a fome, a nutrição, alfabetização dentre outros temas que são realidade nestes países. Além do mais, quando se entende que há uma multiplicidade de mulheres (aquelas em países desenvolvidos ou em desenvolvimento), reconhecendo-as como indivíduos, afrouxa-se “os elos que as prendem às funções sociais tradicionais, como, por exemplo, de mães e de cuidadoras” (Aparecida, 2021, p. 3), pois, padrões de gênero e raça na socialização, tendem a limitar a autonomia das mulheres.

Dito de outro modo, a autora observa que papéis sociais, que são formas de padrões de socialização, quando delimitados, principalmente nos países em desenvolvimento, suplantam as possibilidades de autonomia das mulheres. Sendo a autonomia, em linhas gerais, a capacidade de um ser humano de tomar decisões próprias, reconhecendo seus desejos, sem que essa decisão e esse desejo sejam impostos por outrem, mulheres que são vistas como vítimas ou são vitimadas dentro de uma dinâmica social e familiar precária (seja pela fome,

¹²⁶Como vimos, há outro texto que analisamos escrito pela autora e parceria com a Cientista Política Márcia dos Santos Macêdo, mas como se trata de uma introdução a um dossiê, decidimos escolher esse artigo da mesma autora para entender como se desdobra suas considerações acerca da interseccionalidade.

pela pouca escolarização, discrepância racial e sexual no acesso ao trabalho e etc.) acabam sendo alienadas do agenciamento.

Segundo Aparecida (2021, p. 4), há “uma tensão entre a autonomia pessoal e identidade coletiva” que se mostram diferentes em se tratando de homens e mulheres. E para entender a situação específica de pobreza das mulheres, a autora propõe a utilização da classe social de Bourdieu — visto que o autor traz dimensões econômicas e culturais —, mas diferentemente do autor, que privilegia a classe em detrimento de outras categorias, ela usa sua conceituação e coloca a classe social no mesmo patamar que outras categorias, como a de raça e gênero, para aproximar-se do pensamento interseccional.

A partir do debate interseccional, a autora nos mostra como os estudos feministas passam a criticar discursos universalistas e que defendem uma neutralidade, como se o Sujeito pudesse ser separado do Objeto. Mas segundo ela, se os estudos feministas focarem apenas na opressão, as capacidades de agenciamento e autonomia das mulheres, se perdem no horizonte. Baseada em hooks, defende a “exploração” e a “discriminação” como opostos da autonomia, visto que a “opressão” universaliza as experiências de raça e classe feminina (Aparecida, 2021).

A partir dessa diferenciação, a autora tece algumas considerações sobre hooks, dentre as reflexões que a socióloga nos proporciona, está a crítica de certos vieses feministas que veem o acesso ao trabalho, uma forma de autonomia feminina. A autora questiona o tipo de trabalho, visto que entre as mulheres negras e brancas o acesso ao mundo do trabalho é bastante diferente, bem como sua remuneração e as horas trabalhadas.

Segundo a autora, as mulheres em situação de pobreza podem polarizar duas visões de mundo: a vitimização ou o heroísmo. No primeiro caso, dá-se lugar a políticas que encaram essas mulheres como impotentes e dependentes, não como possíveis agentes de transformação de suas realidades a partir dessas políticas. No segundo caso, traz a imagem de mulheres fortes e “guerreiras”, há, neste caso, uma desproteção social (Aparecida, 2021). Ambas perspectivas acabam atravessando os estudos sociológicos bem como estudos que tratam da pobreza. Para Carneiro (2011), por exemplo, o matriarcado da pobreza se estabelece justamente a partir da caricatura da mulher negra “guerreira” que consegue enfrentar seus problemas e por isso não precisa do amparo estatal. Cabe então fugir de ambas concepções, para devolver a humanidade a esta mulheres, para que elas possam ser protegidas pelo Estado e ao mesmo tempo que possam ser percebidas enquanto seres capazes de alcançar a autonomia.

O contexto a qual as mulheres estão inseridas, aponta a autora, é de extrema relevância para fazer de reivindicações algo palpável. Reivindicações se adaptam à realidade, de acordo com as injustiças sociais vividas no contexto específico. Neste sentido, a autora aponta que ao dar ênfase ao contexto, se dá visibilidade às experiências de mulheres subalternas que foram invisibilizadas pelo conhecimento canônico.

Em suma, a autora incentiva pesquisas que captem as formas em que mulheres pobres de centros urbanos conseguem construir sua autonomia e essa construção pode contribuir para a formulação de programas de desenvolvimento humano. Rejeitando a polarização do vitimismo ou do heroísmo, a autora defendeu a valorização da agência e autonomia de mulheres negras e pobres, levando em consideração a intersecção de raça, classe e gênero. Mostrou também como os movimentos feministas ao criticar abordagens universalizantes, se propõem a uma agenda interseccional que leve em consideração o contexto específico e, consequentemente, reivindicações específicas, sem suplantar a individualidade das mulheres para o alcance de sua autonomia.

3.5.12 Artigo 12 – Milena Mateuzi, Laura Moutinho e Charles Klein (2022)

O último artigo a ser analisado é o intitulado “Periferias nas universidades: ecos femininos das políticas de ações afirmativas”, de 2022, escrito pelos antropólogos Milena Mateuzi Carmo, Laura Moutinho e Charles Klein, publicado na Revista Brasileira de Sociologia. Os autores desenvolvem uma análise sobre o impacto de vinte anos de políticas de ação afirmativa na vida de mulheres de periferias paulistas¹²⁷. Destacando como essas políticas permitiram a entrada dessas mulheres no campo acadêmico, transformando tanto suas condições de vida quanto a produção de saberes. O artigo inclui entrevistas que evidenciam como suas experiências enriqueceram a conexão entre academia e territórios periféricos, mostrando que o acesso ao ensino superior influenciou em mudanças significativas nas suas trajetórias.

O texto aborda como, durante a pandemia (2020-2022), as mulheres ganharam destaque devido à crise sanitária, especialmente no trabalho relacionado ao cuidado. As entrevistas foram realizadas com mulheres de famílias rurais que migraram para São Paulo entre 1970 e 1980, período marcado pela reorganização dos movimentos sociais contra a ditadura militar. Segundo os antropólogos, as crianças que cresceram a partir desta décadas

¹²⁷ As entrevistas foram feitas com moradoras de São Paulo, mas observamos que o estudo pode ser aplicado em outras periferias do país.

vivenciaram “maiores possibilidades de se constituírem como sujeitos políticos que se situam em termos de raça, gênero, classe social, sexualidade e território” (Mateuzi Carmo, 2022, p. 128). Essas mulheres vivenciaram um contexto da década de 1980 em que começaram a surgir maiores possibilidades de acesso à universidade, autonomia financeira e fortalecimento como sujeitos políticos. Os autores argumentam que essas mudanças não se deram apenas pelas condições da década de 1980, mas também pelas movimentações sociais e pela criação de políticas de expansão e inclusão social (principalmente a partir de 2000), que tornaram essas oportunidades mais acessíveis, algo que era distante para suas famílias de baixa escolaridade.

Os autores destacam que as políticas de expansão e inclusão no ensino superior possibilitaram maior mobilidade social, formando novos sujeitos vindos da periferia que acessaram a universidade por meio de leis de promoção à igualdade. Esses novos agentes transformaram tanto o ambiente universitário, criando novos regimes normativos, quanto as próprias periferias (Mateuzi Carmo; Moutinho; Klein, 2022, p. 128). E a expansão do acesso à educação decorreu de tensões entre “democratização e mercantilização da educação” (mercantilização a partir do acesso às faculdades com fins lucrativos), uma ambiguidade, que segundo os autores, mostra-se também evidente nas trajetórias das mulheres entrevistadas, já que ao mesmo tempo que essas mulheres passaram a ter mais acesso à educação, quando concluídos os cursos viam as dificuldades em inserir-se no mercado de trabalho, porque muitas dessas faculdades não possuíam prestígio e somado ao fato de ser mulheres, negras e periféricas há maiores “preconceitos” para “acessar empregos e promoções” (Mateuzi Carmo; *et al*, p. 137).

Mas apesar dessa ambiguidade, que não se mostra como um todo em todas as trajetórias percorridas por essas mulheres que acessam o ensino superior privado, os autores salientam que a inserção desses corpos na academia através das políticas públicas trouxe a possibilidade de transformação da vida a partir da educação. Entre 1995-2012 o Brasil (e países do sul global) vivenciaram uma expansão do ensino superior¹²⁸.

Essa expansão foi amplamente defendida pelos movimentos sociais desde a década de 1960 e foi pelas tensões entre políticas de cunho liberal e as exigências dos movimentos sociais que no governo de FHC houve a criação do programa de empréstimo estudantil (FIES¹²⁹). Foi no governo Lula, com políticas que focalizavam na classe e na raça que os

¹²⁸ Interessante que são exatamente os anos dos textos que analisamos na recepção do conceito de interseccionalidade no Brasil.

¹²⁹ Ele foi criado em 1999 e é uma reformulação do Programa de Crédito Educativo (Creduc) criado na ditadura militar (1975).

esforços para o acesso ao ensino superior, obteve uma enorme ampliação (Mateuzi Carmo; et al, 2022). Diante das diversas políticas de expansão, como o Enem (1998), Prouni (2005), Sisu (2010), lei de cotas (2012), dentre outras, “A partir dessas políticas, o número de estudantes brasileiros matriculados nas 296 escolas superiores públicas aumentou de 492.232 em 1980 para 1.999.078 em 2016 (aumento de 304%)” (Mateuzi Carmo; et al, 2022, p.131).

Um outro dado importante para os autores é que, a partir do governo do PT, houve mudanças significativas de melhoria de vida da população mais pobre, com isso uma maior valorização do salário mínimo, assistência social e habitação que foram processos de construção também para permanência desses estudantes dentro da universidade ou faculdade, entendendo que o ingresso juntamente com a permanência precisam ser garantidos, seja para compra de livros, para o transporte, uma moradia segura e etc.

Observamos que as entrevistas, as possibilidades de como entrar no ensino superior no país a partir das leis de promoção à igualdade e como a periferia vem sendo beneficiada é uma realidade brasileira que é exposta durante todo o texto, os autores buscam enfatizar que a territorialidade é o há de comum, visto que o gênero, as sexualidades dentre outras categorias são distintas, já que dentro da periferia há homens e mulheres, brancos e negros, dissidentes sexuais e etc., e embora os autoras citem apenas sete vezes a interseccionalidade, apontam que o contexto da periferia atravessa particularmente aquela população no acesso ao ensino superior.

Os autores apontam para a questão do subemprego e mal remunerado que eram realidade entre jovens periféricos, debate que também vimos nas autoras Sueli Carneiro (2011; 2019). Essa especificidade do trabalho mal remunerado entre a população negra, que em sua grande maioria tinha pouca possibilidade de mobilidade social pelo pouco acesso educacional, foi debatido pelo movimento negro e também pelas feministas, principalmente as feministas negras que observaram as discrepâncias quando interseccionava, raça, classe e gênero para determinados trabalhos, como o de empregadas domésticas.

Os autores tecem alguns parágrafos sobre a importância do feminismo periférico (que passou a ser articulado desde os anos de 2010), para a criação de uma valorização não apenas das trajetórias das mulheres desse território, mas também para mostrar que o feminismo não precisa e não é só aquele acadêmico, apartado da realidade concreta. Neste sentido, o vocabulário complexo era somado à realidade nua e crua daquelas mulheres, ou seja, havia um intercambio entre experiências profissionais, movimentos LGBTQ+, debates sobre genocídio negro e outros assuntos que faziam parte do dia a dia da periferia e “esses grupos vinham pensando suas experiências marcadas por desigualdades regionais e pela

especificidade de viver nas periferias da cidade” (Mateuzi Carmo; et alp. 140). Esse feminismo periférico mostrou para a população que análises feministas são vastas e que o seu intuito é o da busca por justiça social da população subalterna.

Com isso, os autores apontam que a presença de outros sujeitos dentro da universidade possibilitou “posicionalidades específicas” que passou a interrogar “trabalhos clássicos sobre periferia a respeito da ausência dos marcadores sociais da diferença no debate sobre produção da cidade, em especial, as dinâmicas de racialização e generificação na produção da desigualdade” (Mateuzi Carmo; *et al*, p. 141) questionamentos sobre repressão estatal na vida das mulheres ou porque essas mulheres são maioria nas filas dos presídios, eram dois dos inúmeros questionamentos dessas mulheres periféricas que inseriram-se na academia, ou seja, elas veem as suas realidades e passam a debater dentro da universidade para buscar entender teoricamente onde estão as raízes dos problemas sociais, mostrando que o debate sobre a interseccionalidade, através do feminismo negro, ofereceu um “campo fértil” para que tais debates pudessem emergir nesses espaços.

Em suma, os autores trazem diferentes vozes que, embora compartilhem vivências periféricas em termos de territorialidade — compreendida não apenas como um espaço geográfico, mas como uma “relação social” —, apresentam especificidades distintas, uma vez que “as classificações de cor/raça não são unívocas” (Mateuzi Carmo; *et al*, p. 141) e as experiências são diversas. O estudo tem como ponto de partida a realidade das mulheres negras periféricas e é conduzido a partir da perspectiva do feminismo, analisando sua inserção no ensino superior. Os autores concluem que as políticas de inclusão e expansão no campo acadêmico transformaram um espaço que, antes, poderia ser considerado inacessível diante de sua realidade social concreta. O artigo reúne uma bibliografia em torno de pesquisas brasileiras trazendo perspectivas nacionais sobre o imbricamento das categorias classificatórias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa trouxe a perspectiva da relevância na compreensão do contexto histórico e intelectual ancorada na história intelectual proposta por Tarcus (2018) aliada à metodologia bibliométrica, para que pudéssemos captar a existência do problema já anterior à elaboração do conceito de interseccionalidade. Vimos que investigar a produção intelectual do Feminismo Negro da década de 1970 nos Estados Unidos, nos indicou a importância de olhar para o pioneirismo das ativistas negras do século XIX, que aqui trouxemos o nome de Sojourner Thuth e Maria W. Stewart. Ambas ativistas e outras tantas mulheres negras do século XX, nos mostraram que a luta pelos direitos das mulheres (Movimento Sufragista), e o Movimento Abolicionista, falharam ao não somar à luta de gênero e de raça, a questão das classes pobres e das mulheres negras nos Estado Unidos.

Essa escolha do desenho da pesquisa, foi também uma escolha política de não silenciar mulheres negras que foram importantes na construção do movimento feminista negro norte-americano. Também fizemos uma escolha política em trazer a perspectiva de ativistas e intelectuais negras brasileiras que também traziam discussões sobre o imbricamento das categorias na década de 1980 e que são anteriores ao conceito norte-americano, para evidenciar que as brasileiras não formulam teorias somente a partir de epistemologias de centro, já que é de praxe esse discurso.

Olhar para o passado e perceber que mulheres fora do eixo acadêmico, são referências na luta por emancipação negra e das mulheres, nos faz repensar nas articulações que podemos fazer entre as movimentações sociais e a universidade, possibilitando um menor distanciamento e quiçá a diminuição do elitismo dentro da própria academia, já que as teorias são tentativas de explicar a realidade.

Observamos que assim como nos Estados Unidos, no Brasil as feministas e intelectuais negras no século XX se organizaram no âmbito da sociedade civil, na crítica à falta de manejo por parte dos movimentos sociais em trazer de modo sobreposto as categorias da diferença, anteriormente à elaboração do conceito em 1989. O problema que a interseccionalidade busca retirar o véu, ao nomeá-lo, já era uma realidade também vivida pelas mulheres negras brasileiras, ao deparar-se com os estigmas criados tanto no período da colonização, quanto no pós-abolição: a mucama e depois a mulata, foram estereótipos castradores e racistas podadores da existência dessas mulheres, criando um campo minado

para suas insurgências e para a tentativa de quebra dos silenciamentos impostos pela branquitude colonial.

Os desdobramentos críticos de Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro, diante do mito da democracia racial, nos mostraram uma novidade teórica, ainda no século XX, sobre como esse mito atingiu e ainda atinge a existência das mulheres negras no país. E nos artigos analisados, nas Ciências Sociais, pudemos ver o resgate dessas autoras acerca dos estigmas criados em torno da mulheridade negra, que impossibilitou o acesso à educação, a melhoria de vida econômica e em tantos outros âmbitos da vida dessas mulheres negras, que se viram limitadas à sua cor, seu gênero e sua classe (e outras categorias que são usadas pela hegemonia, como ferramentas para exclusões sociais).

A recepção do conceito propriamente de interseccionalidade no Brasil, como vimos no levantamento bibliométrico, se deu a partir da tradução de artigos e ensaios de feministas norte-americanas. Vimos que a primeira tradução que traz o conceito é o da autora Kimberlé Crenshaw, no ano de 2002, e que foi traduzido por Liane Schneider. Nossa hipótese, que possui três momentos, não foi confirmada em sua totalidade, visto que a questão da nacionalização requer a construção de “teorias locais” e nos textos lidos o que mais se aproximou disso, foi a ligeira interlocução que padovanni (2018) fez entre o conceito e a amefricanidade de Lélia Gonzalez, ou o que algumas autoras como Aguião (2017) relacionaram o uso da interseccionalidade na construção de políticas públicas em solo brasileiro.

Nesse sentido, não podemos afirmar que houve uma nacionalização do conceito, não a partir da pesquisa que fizemos, mas podemos dizer que houve uma nacionalização do debate, ou seja, houve uma tradução do mesmo, já que o conceito passou a ser trabalhado para explicar a realidade concreta das mulheres negras do país, e não só, o conceito passou a ser utilizado para observar como outros corpos que fogem da cis-heteronormatividade são violentados e que são perpassados por categorias da diferença que fogem da “norma”.

Nossa hipótese mostrou que a partir da lei de cotas 12.711 de 2012 e com a inserção e expansão do corpo discente nas instituições de ensino superior, houve um aumento de produções teóricas sobre gênero, raça e classe (e outras categorias) e isso possa ter possibilitado um aumento na discussão sobre a interseccionalidade com o passar dos anos permitindo assim, a recepção e tradução no Brasil, fazendo com que a permanência desses novos agentes inseridos na academia, fomentassem nos pesquisadores com titulação maior (mestrado e doutorado) um aumento nos diálogos entre o conceito estadunidense com a realidade brasileira, os movimentos sociais e as ideologias nacionais, tais como o resgate da

crítica feita ao “mito da democracia racial”. Afirmamos então que houve a recepção do conceito nas Ciências Sociais a partir de 2014, mas que antes da recepção as discussões do imbricamento das categorias já era objeto de análise entre as intelectuais e ativistas negras brasileiras.

Vale ressaltar, nesse sentido, que Gonzalez (1982; 2020) e Carneiro (2011;2019) são duas das responsáveis por formular (em paralelo ao que fizeram as feministas negras norte-americanas do século XIX e XX) o problema que antecede o conceito. As autoras inserem as análises sobre a interconecção de raça, gênero e classe no interior do Movimento Negro, evidenciando a secundarização do gênero no MNU. E assim como dissemos no tópico 3.1 do último capítulo, reafirmamos que essas autoras não são agentes da recepção propriamente do conceito, mas abriram o caminho do debate para que isso ocorresse. Essas mulheres são aquelas que Collins (2016) nomeia como *outsider within*, que embora vivam na pele a marginalidade, usam-na como ferramenta criativa para o agenciamento, ao levar para as análises acadêmicas as perspectivas outras, que foge da centralidade. E concordamos com a autora na afirmação de que essas intelectuais marginalizadas enriquecem o discurso sociológico contemporâneo e vimos isso nos artigos analisados.

Com relação a crítica ao mito da democracia racial feita pelas *outsiders within* Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro, defendemos que é uma crítica interseccional, e o resgate dessas autoras nos artigos nacionais mostram como suas críticas fundamentam-se na indissociabilidade da busca pela justiça social levando em consideração o gênero, a raça e a classe. Embora a crítica de Lélia tenha sido feita no século XX e o conceito ainda não havia sido recepcionado no país, o problema da necessidade de olhar para as opressões sob o prisma da sobreposição de categorias foi percebido pela filósofa e antropóloga. Foi a partir de sua experiência e vendo a experiência de outras mulheres negras, que a autora constatou como esse falso apaziguamento racial foi utilizado como ferramenta institucional para relegar direitos à população negra, e em específico à essas mulheres.

Com relação as discussões que os autores e autoras das Ciências Sociais propuseram em seus artigos, vemos que a interseccionalidade é um conceito em disputa no país, assim como a feminista e pesquisadora Carla Akotirene (2019) afirma. Disputas das quais autores defendem ou criticam aspectos da interseccionalidade, seja ela estrutural ou construcionista. O fato é de que, o cerne do problema e também do conceito é de que a diferença não pode ser um pressuposto para a desigualdade, já que isso inviabiliza as possibilidades de agenciamento.

Nossa hipótese de aumento do número de artigos, que deságua no uso do conceito para interpretação da realidade nacional, pôde ser vista em vários artigos analisados ao longo do tópico 3.5 do último capítulo dessa dissertação. A interseccionalidade vem sendo usada como uma ferramenta para a criação de políticas públicas que visam a transformação do *status quo* da mulher negra brasileira. Entendendo que a mulher negra possui especificidades pela sua cor, classe, gênero, sexualidade associadas a outras categorias que também perpassam os seres humanos no geral. Concordamos com a visão de Aguião (2017) sobre como as políticas de promoção à igualdade, na utilização da intersecção de raça e gênero, possibilitou um olhar mais atento por parte do Estado à existência das mulheres negras. Com especial atenção para a PNPM que desde sua criação, em 2005, trazia a ênfase da igualdade de gênero e raça e ao longo dos anos adicionou outras categorias, como a sexualidade, para que o desenho e execução das políticas de promoção à igualdade obtivessem um panorama das especificidades das mulheres em sua pluralidade no país.

O debate interseccional no Brasil apresentou-se então, assim como no território norte-americano, como instrumento para superar as exclusões sociais e desvelar como as diferenças podem ou não gerar desigualdades, a partir do imbricamento de categorias classificatórias. Ao longo da análise dos textos, vemos que o contexto atrelado às insurgências sociais e intelectuais, foi fator imprescindível para a análise interseccional, sem perder de vista que o foco da interseccionalidade está em como superar as opressões vivenciadas por mulheres marginalizadas na sociedade.

E enquanto conceito em disputa dentro das reflexões dos textos, vemos aquilo que Collins (2019) apontou como “constante processo de construção”. O conceito não está fechado em si mesmo e a sua recepção possibilitou clivagens, críticas, e novos entendimentos no solo brasileiro, o que enriquece as argumentações. Cabe não esquecermos de que o conceito foi criado a partir do feminismo negro que traz as categorias de raça, classe, gênero e sexualidade como fundamentais e reduzi-lo, vulgarizar a categoria de classe e/ou substituir alguma categoria por outra, perder-se a dimensão histórica e a investigação analítica racializada e genereficada da práxis que a interseccionalidade faz.

Enquanto conceito em disputa no Brasil, mostra-se uma ferramenta de bastante utilidade para o preenchimento de lacunas institucionais que ainda barram a presença das mulheres negras em posições de destaque, de decisões políticas e que as confinam nos piores lugares e cenários da vida social e política. Não se deve descartar um conceito pelos possíveis reducionismos que a disputa que o cerca acabou lhe proporcionando, visto que o uso analítico é útil para alcance da justiça social, como observamos nos artigos analisados.

Assim, a interseccionalidade é o nome dado para aquilo que já foi, e é, duramente vivido e não havia sido nomeado e o conceito emerge das sementes regadas e fortalecidas pelo movimento feminista negro e por mulheres negras na linha de frente no enfrentamento das violências que lhe rodeiam. Ao nomear um problema, Crenshaw olhou para a história no passado, compreendeu-a no presente, vislumbrando um futuro em que a precariedade, as opressões e as desigualdades não sejam mais uma realidade incutida e naturalizada como inerente a uma parcela da população. Já o esforço individual e coletivo de mulheres negras brasileiras em suas insurgências, possibilitou a construção de um movimento que abarcasse suas especificidades e sua totalidade enquanto mulheres, e enquanto seres humanos, independente do problema ter sido nomeado.

Neste sentido, as mulheres negras (norte-americanas e brasileiras) fizeram uma revisão do feminismo, já que o feminismo branco em suas limitações, não abarcava suas trajetórias. Essa revisão permite “momentos de vivacidade, de surgimento de novos conceitos e práticas.”, e, desta forma, defendemos, assim como Matilde Ribeiro (2006, p. 804) que a revisão do feminismo é uma possibilidade de construção de “movimentos autônomos”, indo contra o pensamento difundido na época (e quiçá nos dias atuais) de que o feminismo estaria vivendo seus últimos dias. O feminismo negro, com o uso da interseccionalidade continua com o foco central da busca pela emancipação das mulheres negras e de minorias étnicas e isso não significa dizer que antes da recepção o problema não foi analiticamente investigado no país, pelo contrário, mostra que a nomeação desse problema retira o véu de violências compartilhadas entre as mulheres negras, dadas suas particularidades.

O Feminismo Negro brasileiro é vivo e pulsante, visto estar em processos de autofortalecimento e questionamento interno sobre como abarcar a subalternidade de mulheres plurais, que são perpassadas por uma raça, por capacidades físicas, por sexualidade, por localização geográfica e por tantas outras categorias que as colocam à margem de políticas que as assistam. É crucial as transformações internas para que os processos políticos, sociais e econômicos não retrocedam e deslegitimem as reivindicações dessas mulheres. Ele se propõe à crítica de identidades universalizantes que engessam e reduzem os seres humanos, hierarquizando-os e impossibilitando a autonomia sobre suas existências. Deste modo, é de suma importância que esse trabalho não seja apreendido como esgotado, mas como uma abertura para que novos estudos sejam feitos sob o prisma do feminismo negro brasileiro para que a realidade das mulheres negras sejam transformadas.

REFERÊNCIAS

ABREU, Zina. LUTA DAS MULHERES PELO DIREITO DE VOTO movimentos sufragistas na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. **ARQUIPÉLAGO • HISTÓRIA**. série 2. VI, 2002, pp- 443-469. Disponível em <<https://core.ac.uk/download/pdf/61433997.pdf>> Acesso em 18 de Julho de 2024.

AGUIÃO, Silvia. Quais políticas, quais sujeitos? sentidos da promoção da igualdade de gênero e raça no Brasil. **Cadernos PAGU**, Campinas, v. 51, p. 1-54, 2017. DOI: 10.1590/18094449201700510007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/vRH79HFFWGSmXLF5WXmfPND/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 nov. 2024.

AKOTIRENE, Karla. **Interseccionalidade**. Feminismos plurais. Cord. Djamila Ribeiro. São Paulo: Pólen, 2019.

ALBERTO, Lopes. **Maya Angelou, uma vida completa**. El País 2018. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/04/cultura/1522818455_771877.html>. Acesso em 29 de Abril de 2024.

ALVES, Amanda Palomo. Do blues ao movimento pelos direitos civis: o surgimento da “black music” nos Estados Unidos. **Revista de História**, 3, 1(2011), p.50-70.

ANGELOU, Maya. **Eu sei porque os pássaros cantam na gaiola**. Trad. Regiane Winarski. São Paulo: Astral Cultural, 2018.

ARECO, Sabrina; ALIAGA, Luciana. Nacionalização Imperfeita: o Conceito de Revolução Passiva e a Formação do Estado no Brasil. **DADOS**. Rio de Janeiro. v. 66, n. 4, pp. 1-28, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/dados.2023.66.4.306>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/Q4WqdBKwVXzDsGQKSxCfM7x/abstract/?lang=en>. Acesso em: 04 de mar de 2015.

BAIROS, Luiza. Nossos Feminismos Revisitados. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 458, 1995. DOI: 10.1590/%x. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16462>. Acesso em: 9 out. 2024.

BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. Feminismos Subalternos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 25(3): 530, setembro-dezembro/2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/gW3NgWK4bpj9VHJCNTxx96n/abstract/?lang=pt>> Acesso em: 30.12.2024.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: Fatos e mitos**. Trad. Sérgio Millet. ed. 4a. São

Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BEVIR, Mark. ¿Hay problemas perennes en teoría política? **Res publica**, 11-12, 2003, pp. 7-26. Disponível em: <https://revistas.um.es/respublica/article/view/59221/57041>. Acesso em: 2 mar. 2025.

BRASIL. **Lei 12.711, de 28 de dezembro de 2012**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm>. Acesso em: 10 set. 2024.

CARBONIERI, Divanize. Pós-colonialidade e decolonialidade: rumos e trânsitos. **Revista Labirinto.**, Ano XVI, vol.24. nº1. 2016, pp. 280-300. Disponível em: <<https://periodicos.unir.br/index.php/LABIRINTO/article/view/1746/1620>>. Acesso em: 10 jan. 2025.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARNEIRO, Sueli. A BATALHA DE DURBAN. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. , n. 10, p. 209-214, jan. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/m7m9gHtbZrMc4VxnBTKMXxS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 out. 2024.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

CHUEKE, G. V.; AMATUCCI, M. O que é bibliometria? Uma introdução ao Fórum. **Internext**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 1–5, 2015. DOI: 10.18568/1980-4865.1021-5. Disponível em: <https://internext.espm.br/internext/article/view/330>. Acesso em: 13.09.2024.

COSTA, Claudia de Lima; ÁVILA, Eliana de Souza. Gloria Anzaldúa, a consciência mestiça e o “feminismo da diferença”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, [S. l.], v. 13, n. 3, p. 691, 2005. DOI: 10.1590/S0104-026X2005000300014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2005000300014>. Acesso em: 9 out. 2024.

COSTA, Andréa Lopes da. Ações afirmativas e transformações no campo intelectual: uma reflexão. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 43. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/ES.254899>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/sgDQbJHKLgpK8fPBLr5tM5Q/?lang=pt>> Acesso em 27 de nov de 2024.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p.

171-188, jan. 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/>. Acesso em: 10 out. 2024.

CRUZ, Riviane Edino Pereira. **A via democrática para o socialismo: a tradução de Carlos Nelson Coutinho (1970-1980)**. 2024. 96 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais – UFPB), João Pessoa, 2024.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**. Boitempo: São Paulo, 2019. [Parte I]

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo**. Trad. Bianca Santana. V.5, N.1 (2017) - ISSN: 2317-4919. Jan/Jun. 2017. pp. 6-17.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**. Trad. Juliana de Castro Galvão. vol. 31. n. 1. Janeiro, 2016. pp. 99-127.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Trad. Rane Souza. São Paulo: 2021.

COMBAHEE RIVER. Manifesto do Coletivo Combahee River. **Lutas Sociais**, São Paulo, vol.22 n.40, p.138-148, jan./jun. 2018.

CORRÊA, Cláudia Maria Fernandes. Reflexos em um espelho de ébano: a autobiografia afro-americana feminina durante o movimento pelos direitos civis. **Revista Educação e Linguagens**, Campo Mourão, v. 2, n. 3, jul./dez. 2013.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. **University of Chicago Legal Forum**. Article 8. 1989. pp. 138-167. Disponível em <<https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=uclf>> Acesso em 28 mar. 2024.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialista em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Dossiê III Conferência Mundial contra o Racismo • Rev. **Estud. Fem.** 10 (1) • Jan 2002 • <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>. pp. 171-188.

DAVIS, Angela Y. **Mulheres, Raça e Classe**. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Angela Y. **Uma autobiografia**. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: BoiTempo, 2019.

DUBOIS, W. E. B. **As almas do povo negro**. Trad. Alexandre Boide. São Paulo: Veneta, 2021.

FALQUET, J. História do Coletivo Combahee River. **Lutas Sociais**, [S. l.], v. 22, n. 40, p. 124–137, 2019. DOI: 10.23925/ls.v22i40.46660. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/46660>> Acesso em: 26 mar. 2024.

FERNANDES, Florestan. **A sociologia no Brasil: Contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento**. Petrópolis, Vozes, 1980.

FERNANDES, Florestan. **O mito da democracia racial. In A Integração do Negro na sociedade de classes**. São Paulo, Globo, 2008. [p. 304-327].

FERRO, Sérgio Pessoa; DA SILVA, Givanildo Manoel. Pardismo: um etnocídio de Estado. **InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais**, Brasília, v. 10, n. 1, p. 173–207, 2024. DOI: 10.26512/revistainsurgencia.v10i1.50339. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/50339>. Acesso em: 25 nov. 2024.

FIGUEIREDO, Ângela. Perspectivas e contribuições das organizações de mulheres negras e feministas negras contra o racismo e o sexismo na sociedade brasileira / Perspectives and contributions from the black woman organizations and black feminists against racism and sexism in the Brazilian society. **Revista Direito e Práxis**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 1080–1099, 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/33942>. Acesso em: 30 nov. 2024.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Claridade, 2015.

GELEDÉS. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/bell-hooks-o-legado-da-maior-pensadora-do-feminismo-do-seculo-21/?gad_source=1&gclid=Cj0KCQjwrp-3BhDgARIsAEWJ6SwYR_1HzYHyatpaFr3CVH6T1eVG5b73hzB7l-af6bbCjIn_f3kul8EaAkpcEALw_wcB> acesso em 16.09.2024.

GELEDÉS. **E não sou uma mulher? – Sojourner Truth**. Trad. Osmundo Pinho. Disponível em <<https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>> Acesso em 07 de julho de 2024.

GONZALEZ, Lélia. O movimento negro na última década. In: **Lugar de negro**, Gonzalez L. e Hasenbalg C. Editora Marco Zero Limitada, Rio de Janeiro: 1982.

GONZÁLEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Org. Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. Edição Carlos Nelson Coutinho.

HENNING, Carlos Eduardo. INTERSECCIONALIDADE E PENSAMENTO FEMINISTA: As Contribuições Históricas E Os Debates Contemporâneos Acerca Do Entrelaçamento De Marcadores Sociais Da Diferença. **Revista Mediações de Ciências Sociais**, Londrina, v. 20, n. 2, p. 97–128, 2015.

HENNING, Carlos Eduardo. Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 20, n. 2, p. 97–128, 2015. DOI: 10.5433/2176-6665.2015v20n2p97. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/22900>. Acesso em: 14 out. 2024.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, São Paulo, Brasil, v. 26, n. 1, p. 61–73, 2014. DOI: 10.1590/S0103-20702014000100005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84979>.. Acesso em: 11 out. 2024.

hooks, bell. **E eu não sou uma mulher? mulheres negras e feminismo**. Trad. Bhuvi Libiano. ed. 5. Rio Janeiro: Rosa, 2020.

JOHNSON, O. A. EXPLICANDO A EXTINÇÃO DO PARTIDO DOS PANTERAS NEGRAS: o papel dos fatores internos. **Caderno CRH**, [S. l.], v. 15, n. 36, 2006. DOI: 10.9771/ccrh.v15i36.18631. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18631>. Acesso em: 30 abril. 2024.

JONES, Lucas; SIMÕES, Hanna. Análise semiótica dos discursos de Sojourner Truth. **Periódicos letras UFMG**. v.2 n.8. Belo Horizonte, 2017.

KARNAL, Leandro; PURDY, Sean; FERNANDES, Luiz Estevam; MORAIS, Marcus Vinícius. (et all). **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI**. São Paulo: Contexto, 2007.

KERNER, INA. Tudo é interseccional?: Sobre a relação entre racismo e sexismo. Dossiê Teoria Crítica • **Novos estudos CEBRAP** (93). Jul 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002012000200005>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/xpdJwv86XT8KjcpvkQWHKCr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 09 out. 2024.

KYRILLOS, Gabriela M. Uma análise crítica sobre os antecedentes da interseccionalidade. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 28, n. 1, 2020. DOI: 10.1590/1806-9584-2020v28n156509. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/1806-9584-2020v28n156509>. Acesso em: 2 dez. 2024.

KYRILLOS, Gabriela M; STELZER, Joana. Uma análise interseccional de gênero e raça sobre as medidas adotadas em prol da eficácia da CEDAW no Brasil. **cadernos pagu** (61), 2021:e216113. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cpa/a/MZ5nVfYLDWYzMdxmYvh9fSK/>. Acesso: 4 de ago. 2024.

LEAL, Halina. Feminismo Negro. **Mulheres na Filosofia**, V. 6 N. 3, 2020, p. 16-23.

LELIS, R. C. . Transviado também faz revolução! Um olhar maquiaveliano sobre a Revolta de Stonewall. **Revista de Ciências do Estado**, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p. 1–16, 2019. DOI: 10.35699/2525-8036.2019.15170. Disponível em:

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/revce/article/view/e15170>. Acesso em: 29 abr. 2024.

LORDE, Audre. **Irmã Outsider**. Trad. Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

LOURO, Lopes Guacira. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Revista Estudos Feministas**. v. 9, n 1, 2001. DOI: 10.1590/S0104-026X2001000200012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2001000200012/8865>. Acesso em: 14 jan. 2025.

MARIA MULHER. **Somos Maria Mulher**. Disponível em <<https://mariamulher.org.br/>> acesso em 10.09.2024.

MARIANO, Silvana Aparecida; SANTOS MACÊDO, Márcia dos. Desigualdades e interseccionalidades: deslindando a complexa trama das hierarquias e agenciamentos. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 20, n. 2, p. 11–26, 2015. DOI: 10.5433/2176-6665.2015v20n2p11. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/24123>. Acesso em: 13 out. 2024.

MARIANO, Silvana Aparecida. Agência e autonomia feminina: aportes para estudos sociológicos em contextos de pobreza urbana. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 29, n. 3, 2021. DOI: 10.1590/1806-9584-2021v29n368075. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/68075>. Acesso em: 2 dez. 2024.

MEDEIROS, José Mauro Gouveia de; VITORIANO, Maria Albeti Vieira. A evolução da bibliometria e sua interdisciplinaridade na produção científica brasileira. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 13, n. 3, p. 491–503, 2015. DOI: 10.20396/rdbci.v13i3.8635791. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8635791>. Acesso em: 07.09.2024.

MIGUEL, Luis Felipe. Voltando à discussão sobre capitalismo e patriarcado. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, [S. l.], v. 25, n. 3, p. 1219-1237, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n3p1219>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/39408/35167>. Acesso em: 15 nov. 2024.

MOUTINHO, Laura. Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 42, p. 201–248, 2014. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645121>. Acesso em: 10 out. 2024.

NETO, Roberto Moll. **O neo-conservadorismo nos Estados Unidos da América: As ideias de Irving Kristol e a experiência política no governo Ronald Reagan (1981-1989)**. rev. hist. (São Paulo), n.180 p. 35.

OLIVEIRA, Maria Lúcia Lopes De. Revisitando conceitos de identidades e fronteiras na literatura chicana. Anais ABRALIC. Campina Grande: **Realize Editora**, 2012. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/1848>>. Acesso em: 17 jan. 2025.

PADOVANI, Natália Corazza. É Possível Fazer Ciências Sociais sem uma Análise Crítica das Categorias de Diferenciação? Uma Proposição Feminista. **Cadernos de Estudos Sociais e Políticos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 12, p. 6–30, 2018. DOI: 10.12957/cesp.2017.37720. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/CESP/article/view/37720>. Acesso em: 13 out. 2024.

PAGOTTO, Claudete; MOTTA, Célia. Manifesto do Coletivo Combahee River. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 22 n.40, p.138-148, jan./jun. 2018. [1977]. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/l/article/view/46661/31124>. Acesso em 26 mar. 2024.

PANTERAS NEGRAS. Programa dos 10 pontos dos Panteras Negras (1966). **Revista InSurgência**. Brasília | ano 2 | v.2 | n.1 | 2016 | ISSN 2447-6684 Disponível em: <file:///C:/Users/adm/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/bolsa/19023-Texto%20do%20artigo-32101-1-10-20181111.pdf> acesso: 05 de abril de 2024 9:35.

PERRONI, Thaís Cattani; APOLINÁRIO, Eleonora Beatriz Ramina; GRALAK, Mariana Mehl; MANFREDINI, Giulia Aniceski; MINATOGAWA, Mayume Christine. As representações do movimento de Stonewall nos Estados Unidos (1969): “Stonewall - A Luta Pelo Direito de Amar” (1995) e “Stonewall: Onde o Orgulho Começou” (2015). **Epígrafe**, São Paulo, Brasil, v. 7, n. 7, p. 97–108, 2019. DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v7i7p97-108. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/epigrafe/article/view/154048>.. Acesso em: 29 abr. 2024.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala**. Feminismos plurais. coord. Djamila Ribeiro. São Paulo: Letramento, 2017.

RIBEIRO, Matilde. O feminismo em novas rotas e visões. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, [S. l.], v. 14, n. 3, p. 801, 2006. DOI: 10.1590/S0104-026X2006000300012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2006000300012>. Acesso em: 7 out. 2024.

SARAIVA, Rutiele Pereira da Silva. A mulher negra como “outro do outro”: interseções entre gênero e raça em Grada Kilomba e Lélia Gonzalez. **DES)TROÇOS: REVISTA DE PENSAMENTO RADICAL**, BELO HORIZONTE, V.3, N. 1, JAN./JUN.2022.ISSN2763-518X(ONLINE2100-100x-2.

SILVEIRA, Paulo Henrique Fernandes. Ensaio crítico e experimentações em direitos humanos, democracia e memória. **As Canções da liberdade do movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2024. pp- 206-222.

SOUZA, Roberta Bandeira. Duas contribuições e Lélia Gonzalez para a consolidação e um Feminismo Decolonial e antirracista. **Transformação: Revista de Filosofia da Unesp**, Marília, v. 47, n. 2, “Perspectivas femininas no pensamento filosófico”. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-3173.2024.v47.n2.e02400174>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/trans/a/yzjN4RyzmBJfDQv4qY3TQLm/?format=pdf&lang=pt>> Acesso 26 nov. 2024.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Eugenia, racismo científico e antirracismo no Brasil: debates sobre ciência, raça e imigração no movimento eugênico brasileiro (1920-1930). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 42, nº 89, DOI: 2022 <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472022v42n89-06>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbh/a/TLsppHZdSyVtfKjZbRx9qXK/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 19 nov. 2022.

STEWART, Maria W. Religion and the Pure Principles of Morality. **Império e religião Americana**. 1831, p. 1-4. Disponível em <[https://sites.miamioh.edu/empire/files/2022/09/1831-Stewart-Religion-and-the-Pure-Principle s-of-Morality.pdf](https://sites.miamioh.edu/empire/files/2022/09/1831-Stewart-Religion-and-the-Pure-Principle-s-of-Morality.pdf)> acesso: 18/07/2024. [transcrição digital do panfleto]

TARCUS, Horácio. A história intelectual e a problemática da recepção: Marx na Argentina. Trad. de Luccas Eduardo Maldonado. **Revista Outubro**, n. 30, maio de 2018.

VASQUEZ, Delio. **Lavrapalavra**. São Paulo. 13 2019 Disponível em: <<https://lavrapalavra.com/2019/03/13/intercomunalismo-as-ultimas-teorizacoes-de-huey-p-ne wton-teorico-chefe-partido-dos-panteras-negras/>> acesso: 11/04/2024 10:53.

VELASCO, M. J. Construindo pontes: diálogos a partir do/com o feminismo negro. *Revista Ártemis*, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 89–114, 2019. DOI: 10.22478/ufpb.1807-8214.2019v27n1.46700. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/view/46700>. Acesso em: 30 nov. 2024.